



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Terceira Secretaria
Diretoria Legislativa
Comissão dos Anais e Memória



ANAIIS & MEMÓRIA Nº 15

**Gestão da Qualidade e Participação
na 3ª Secretaria da Câmara Legislativa**

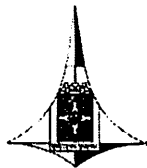


Brasília – 2011



Gestão da Qualidade e Participação na 3ª Secretaria da Câmara Legislativa

“Não há uma pegada do meu caminho que não passe
pelo caminho do outro.” **SIMONE DE BEAUVOIR**



Câmara Legislativa do Distrito Federal

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

MESA DIRETORA

Presidente: PATRÍCIO
Vice-Presidente: DOUTOR MICHEL
1º Secretário: RAAD MASSOUH
2º Secretário: AYLTON GOMES
3º Secretário: JOE VALLE

Corregedor: WELLINGTON LUIZ
Ouvidor: EVANDRO GARLA

DEPUTADOS DISTRITAIS

Agaciel Maia	Dr. Charles	Patrício
Aylton Gomes	Dr. Michel	Prof. Israel Batista
Benedito Domingos	Eliana Pedrosa	Raad Massouh
Benício Tavares	Evandro Garla	Rejane Pitanga
Celina Leão	Joe Valle	Rôney Nemer
Chico Leite	Liliane Roriz	Washington Mesquita
Chico Vigilante	Luzia de Paula	Wasny de Roure
Cláudio Abrantes	Olair Francisco	Wellington Luiz

- Deputada Luzia de Paula, Deputada Rejane Pitanga e Deputado Dr. Charles assumiram, respectivamente, a suplência do mandato do Deputado Alírio, da Deputada Ariete Sampaio e do Deputado Cristiano Araújo, por se encontrarem os titulares licenciados.
- O Deputado Aylton Gomes, suplente do 2º Secretário, substitui o titular, o Deputado Cristiano Araújo, que se encontra licenciado.

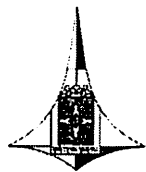
COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
COMISSÃO DE SEGURANÇA
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

PRESIDENTES

CHICO LEITE
AGACIEL MAIA
LILIANE RORIZ
REJANE PITANGA
CELINA LEÃO

CLÁUDIO ABRANTES
WASHINGTON MESQUITA
AYLTON GOMES
RÔNEY NEMER



Câmara Legislativa do Distrito Federal

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA

Gestão da Qualidade e Participação na 3ª Secretaria da Câmara Legislativa

Brasília – 2011

© 2011. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Permite-se a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Chancela:
Deputado **JOE VALLE**
Terceiro-Secretário

Responsável pela Preparação Técnica e Redação dos Anais:
SÔNIA REGINA PEREIRA
Coordenadora da Comissão dos Anais e Memória

Corresponsável:
ANGELA MARIA SILVÉRIO CORREIA

PROJETO HISTÓRICO-CULTURAL RESGATAR E PRESERVAR

Viabilização do Projeto:
ANDRÉ LUIZ PEREZ NUNES
Secretário Executivo da Terceira Secretaria
MANOEL ÁLVARO DA COSTA
Diretor Legislativo

Colaboração:
MARIA NEIDE PEREIRA SALGADO

Digitalização:
ANDREA PAIXÃO COSTA
GUILHERME TAPAJÓS TÁVORA

Unidades Parceiras:
BIBLIOTECA PAULO BERTRAN
COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO / ALMOXARIFADO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / FOTOGRAFIA

Documento normalizado pela Biblioteca Paulo Bertran

D614

Distrito Federal (Brasil).Câmara Legislativa.

Gestão da qualidade e participação na 3ª Secretaria da Câmara Legislativa / Câmara Legislativa do Distrito Federal, Comissão dos Anais e Memória.--Brasília : CLDF, 2011.

56 + [124] p. : il. (Cadernos Anais e Memória ; n. 15).

1.Câmara Legislativa do Distrito Federal. 2. Gestão da qualidade.
I. Título. II. Série.

CDU 342.537.6(817.4):658

Prefácio

Trazemos a público este título da série Cadernos Anais & Memória, o de número 15: Gestão da Qualidade e Participação na 3ª Secretaria da Câmara Legislativa.

Consideramos o tema em epígrafe como conteúdo da memória institucional e parte da produção legislativa, justificada, por este motivo, a preparação técnica, a redação dos anais e a delimitação do assunto como objeto de investigação na área da gestão do conhecimento.

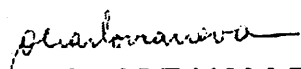
O teor desta publicação reverencia a dialogação e a sinergia entre as pessoas investidas nos papéis de responsabilidade e autoridade e as equipes, em busca da melhoria da qualidade dos serviços públicos, por meio das boas práticas de gestão.

Com base na ciência do *management*, preconizadora de que, ouvidas e dividindo opiniões, as pessoas se sentem valorizadas e trabalham com paixão, o que é fator de maior eficiência, teoria da qual somos adeptos, houve um esforço concentrado na 3ª Secretaria da Câmara Legislativa para a identificação e análise de problemas e a proposição de melhorias, de forma colaborativa.

Foi priorizada também a produção de documentos e manuais definidores de políticas e normas, a fim de equalizar os procedimentos mais idôneos e adequados.

Entusiastas e defensores irrestritos que somos da adoção do gerenciamento para a qualidade no serviço público, estamos trabalhando com afinco para obter o alinhamento entre pessoas capacitadas e motivadas e processos documentados, monitorados, definidos, organizados e automatizados na 3ª Secretaria, com reflexos positivos em toda a Câmara Legislativa, assumindo o dever de nos esmerar na atividade legislativa, em seu processo, para garantir a geração continuada de ganhos sociais em favor do cidadão.

Brasília, dezembro de 2011


Deputado **JOE VALLE**
Terceiro-Secretário

Apresentação

Além das funções de legislar, fiscalizar e representar, o Deputado Joe Valle assumiu a administração do Processo Legislativo da Câmara, ao ser eleito Secretário da Mesa Diretora atual.

Em seu primeiro ano de mandato à frente da Terceira Secretaria, o Deputado Joe Valle empreendeu ações no sentido de modernizar e padronizar as rotinas e os processos envolvidos na tramitação dos Projetos e demais Proposições Legislativas, bem como, normatizou os eventos realizados em suas dependências, agregando à Câmara Legislativa ações de caráter social e cultural.

Para os 225 servidores que compõem a Terceira Secretaria a orientação do Deputado Joe Valle foi de estabelecer rotinas e procedimentos permanentes no Processo Legislativo, retirando dele a possibilidade de sofrer mudanças motivadas por interesses pessoais, tornando-o seguro e transparente.

Assim, no ano de 2011 vários procedimentos foram alterados e outros aperfeiçoados, entre os quais podemos mencionar a elaboração e implementação dos Manuais de Procedimentos das nove Comissões Permanentes e das Comissões Temporárias, os quais, disciplinam a forma e a sequência de todos os passos a serem adotados na aprovação ou na rejeição de uma Proposição Legislativa.

Como membro da Mesa Diretora sua participação foi decisiva no reenquadramento da Câmara Legislativa na Lei de Responsabilidade Fiscal, em medidas que permitem o acesso da população às atividades da Câmara, como a criação do Grupo de Trabalho para a implementação do Sistema de Informatização do processo de votação no Plenário desta Casa de Leis, objetivando maior transparência nas votações.

Ainda como Terceiro Secretário, teve participação na criação do Comitê de Planejamento Estratégico Institucional, o COPEI, com o qual compartilha o desejo de que a Câmara Legislativa cumpra a sua missão de representar a população, de legislar, fiscalizar o Poder Executivo com independência, aprimorar e acompanhar políticas públicas, com ética, transparência, excelência e ampla participação popular, para fortalecer a democracia, impulsionar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida no nosso Distrito Federal.

Brasília, dezembro de 2011


ANDRÉ LUIZ PEREZ NUNES
Secretário Executivo da
Terceira Secretaria

Introdução

A Linguagem do Caderno

Foram selecionados, recolhidos e ordenados documentos, compreendendo o período de 2011, tendo sofrido a coleta e análise dos dados a influência da concepção teórico-metodológica da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.

Arranjados no corpo do trabalho, os documentos coletados foram distribuídos nos históricos em agrupamentos temáticos, por meio da enumeração e designação de subtítulos e a apropriação do conceito de vocabulário controlado ou palavras-chaves.

A linguagem natural, pertinente aos textos jornalísticos, instrucionais, técnicos e legais converge, em cada histórico, para uma tipologia textual em que o modo de produção do discurso se configura pela justaposição intencional desses documentos historiográficos, que antes eram fragmentos narrativos e agora formam uma estrutura global, caracterizando um gênero de texto.

Utilizou-se de orientações prescritas em manuais de História Oral para o tratamento e difusão de documentários e depoimentos, observando-se etapas de transposição do oral para o escrito.

A Memória, nesta publicação, está vinculada à ideia de identidade, de leitura competente e de técnicas de contação de histórias.

A Separata – Documentos: Leitura, Construção do Saber, Cidadania – dimensiona a publicação como caderno de estudos, elevando a leitura dos documentos ao nível de disseminação de conhecimento, tendo sido a fundamentação vinculada ao paradigma da educação para a cidadania e ao que simboliza e representa a imagem do Educador Paulo Freire.

Citação de fontes e suportes dos Documentos Historiográficos

- Histórico 1: textos jornalísticos da Coordenadoria de Comunicação Social, baixados do link Notícias, no Portal da CLDF e editados na Comissão dos Anais e Memória;
- Separata: "Curso Gestão de Processos – BPM para Câmara Legislativa do DF", baixado do link Escola do Legislativo, no Portal da CLDF; e excerto do "Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública", baixado em arquivo PDF de: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno04.PDFhttp://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno04.PDF;
- Arquivos do CD: Caderno Anais & Memória nº 15 digitalizado e outros arquivos complementares.

SUMÁRIO

Histórico ①

GABINETE DA 3ª SECRETARIA: SUPORTE À AÇÃO PARLAMENTAR

Histórico ②

ASSESSORIA LEGISLATIVA: CONSULTORIA TEMÁTICA

Histórico ③

DIRETORIA LEGISLATIVA: AS EQUIPES E A GESTÃO DA QUALIDADE

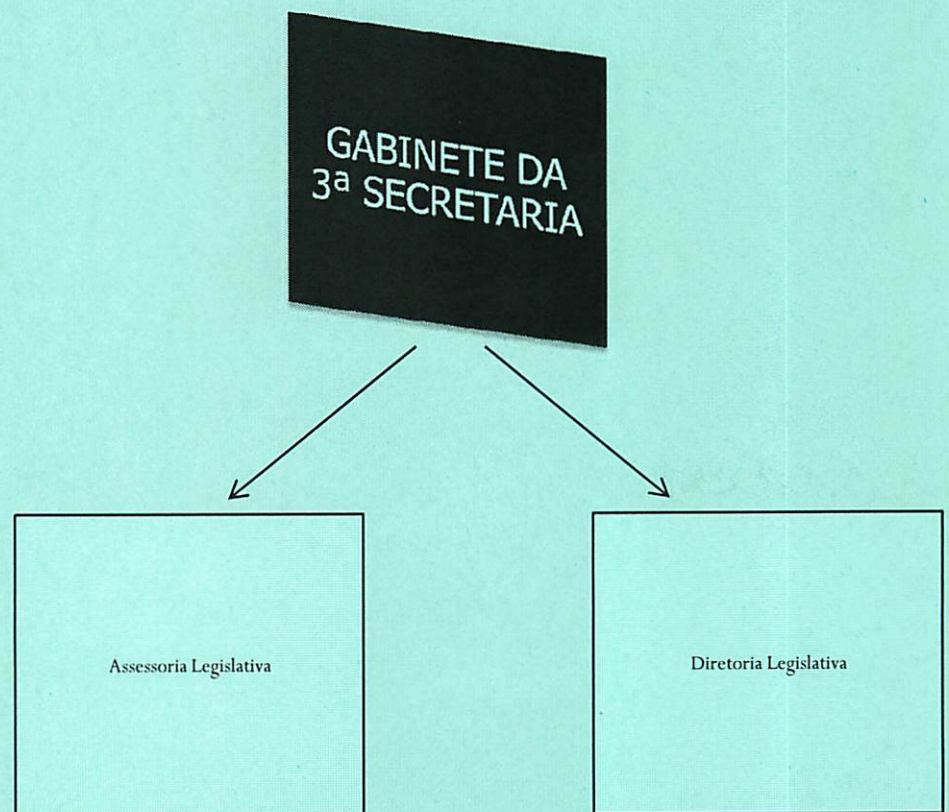
Separata

DOCUMENTOS: LEITURA, CONSTRUÇÃO DO SABER, CIDADANIA

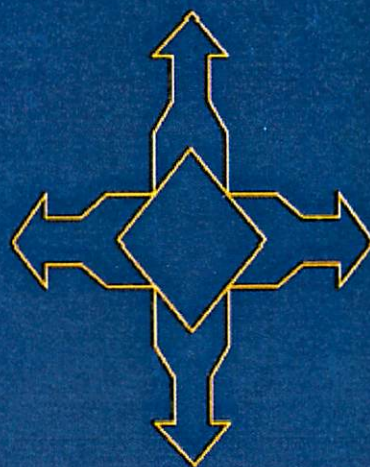


Histórico ①

SUORTE À AÇÃO PARLAMENTAR



LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL — 1993 - 2011 — 5ª Edição



Lei 18 Orgânica

do Distrito Federal
1993 - 2011

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
08 06 2011		15h30min	53ª REUNIÃO ORDINÁRIA		4

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, jornalistas. Eu gostaria só de lembrar o aniversário do dia da promulgação da nossa lei maior, a nossa Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em comemoração aos 18 anos desse aniversário – quase a maioridade –, a Mesa, pela Comissão dos Anais e Memória, elaborou, por meio do Caderno de Anais e Memória, uma edição comemorativa do primeiro dia, do primeiro momento das notas taquigráficas, e nós passaremos a distribuí-la aos nossos colegas. Logicamente, nós teremos essa edição encadernada em um modelo de boa qualidade, para que sirva para todos que queiram estudar, fazer trabalhos, trabalhar suas teses em cima desse momento histórico, que foi a promulgação dessa Lei Orgânica, que tanto tem servido a esta cidade.

Então, Sr. Presidente – era isso o que eu queria dizer –, vou distribuir esse caderno com a primeira capa, que eu acho de relevante importância para a nossa Casa, levando em consideração, inclusive, que nós estamos aqui sediando um seminário importante para a questão de patrimônio e cultura, com os melhores arquitetos do Brasil frequentando a nossa Casa nesses 2 dias.

Tivemos a oportunidade de fazer a abertura, ontem, de um evento de excelente qualidade. E, com isso, estamos também lançando esse caderno, fazendo alusão ao 18º aniversário da nossa Lei Orgânica e comemorando-o.

Sr. Presidente, vou passar a fazer a distribuição para os nobres colegas de um exemplar da primeira edição da nossa Lei Maior. Mostrei, já falei para todo mundo e vou agora passar para V.Exas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Muito obrigado pela fala, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder, Sem revisão da oradora.) – Bom dia, Sr. Presidente, nobres Parlamentares. O que me traz à tribuna desta Casa hoje é novamente o que tem levado o Distrito Federal às pautas nacionais.

Hoje, pela manhã, passava na *Rede Record* um vídeo produzido no Hospital do Paranoá que mostrava, Deputada Lillane Roriz, vigilantes preenchendo ficha de cadastro de pacientes. O caos da saúde pública se torna evidente em manchete todos os dias na mídia nacional. É algo que chega a ser vergonhoso. E a explicação

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
08 06 2011		15h30min	53ª REUNIÃO ORDINÁRIA		19

V.Exa. e coadunando com a mesma ideia, eu, até então, não havia avallado o meu voto para Presidente desta Casa, mas, depois do posicionamento do nosso Presidente, não posso deixar de dizer que estou também muito satisfeito com o meu voto e, se fosse necessário fazê-lo novamente, com certeza, eu votaria da mesma forma. Nós não poderíamos esperar outra coisa de um presidente. Apesar de ser da base do Governo, apesar de ser do partido do Governo, S.Exa. se posicionou como o Presidente deste Parlamento. Parabênizo-o por essa atitude, que é a que esperamos de um presidente. Esperamos, sim, que o Presidente defenda não só o Parlamentar, mas a Casa, e V.Exa. fez isso com muita sabedoria, Deputado Patrício. Parabéns! Percebo, mais uma vez, que meu voto não foi em vão. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita.

Desculpem-me, Deputado Dr. Michel e Deputado Washington Mesquita, que falou anteriormente. Quero apenas lembrar a todos os Parlamentares, a toda a imprensa, aos servidores, a todos os presentes que a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF completa 18 anos hoje, dia 8 de junho de 2011.

A Lei Orgânica do Distrito Federal criou o arcabouço jurídico do Poder Legislativo local, e foi a primeira grande missão da Câmara Legislativa. A promulgação da Carta Magna do Distrito Federal, em concorrida cerimônia no Memorial JK, depois de quase 2 anos de elaboração pelos Deputados Distritais eleitos para a primeira Legislatura que teve início em 1991. E é bom lembrar que o atual Governador e Vice-Governador bem estavam nesta Casa na primeira Legislatura quando a Lei Orgânica foi criada e aprovada. A Lei Orgânica, além de acolher os direitos sociais e garantidos pela Constituição Federal nas áreas de saúde, educação, cultura, defesa de consumidor, dentre outros, avançou ainda no tocante ao respeito à pessoa com deficiência, ao meio ambiente. E foi uma das três constituições estaduais a condenarem, explicitamente, o preconceito contra as minorias. Ao contrário da Constituição Federal, que ainda tem boa parte de seus artigos pendentes de regulamentação, a maioria dos dispositivos constante da Lei Orgânica é autoaplicável, dispensando novas leis para viabilizá-los na prática. A partir de sua promulgação, no entanto, passou a ser aperfeiçoada, por meio de emendas, ajustando-se aos novos tempos e às novas realidades locais. Até hoje foram aprovadas 59 emendas à Lei Orgânica. Uma delas de caráter bastante inovador, como a que assegura proteção individualizada às vítimas, aos seus familiares e às testemunhas de infrações penais, e lhes garante proteção e assistência psicológica. O Distrito Federal também saiu na frente e passou a vedar, desde 2006, a votação secreta nas deliberações da Câmara Legislativa. Outra emenda de relevância é a que criou o Fundo de Apoio à Cultura, destinando o mínimo de 3% da Receita Corrente Líquida ao fomento das atividades culturais da Capital. Assim, nos 18 anos de sua existência, a Lei Orgânica ofereceu à sociedade do Distrito Federal o balizamento jurídico necessário à sua existência e ao funcionamento das instituições públicas e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
08 06 2011		15h30min	53ª REUNIÃO ORDINÁRIA		20

privadas. Cabe ressaltar, inclusive, a adequação quando fizemos aqui o retorno à estabilidade política, Deputado Raad Massouh, com a eleição indireta para Governador do Distrito Federal e sua vice.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença à V.Exa., ao Vice-Presidente, aos demais colegas, pois eu tenho de ir ao Campo da Esperança. Infelizmente, uma pessoa muito ligada à minha família veio a falecer. Eu já tive envolvido com isso durante a tarde de hoje. Infelizmente, não poderei ficar na sessão. Eu gostaria de justificar minha ausência e de pedir permissão para que eu possa me ausentar.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Raad Massouh, faz parte da atividade parlamentar também a representação nesses eventos. Que V.Exa. possa proceder.

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chlco Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Quero também aqui justificar a ausência das Deputadas Liliane Roriz e Celina Leão, pois as duas estão, neste momento, na Câmara dos Deputados representando esta Casa numa discussão sobre o *bullying*. Está havendo uma audiência pública lá e o lançamento da Frente do *Bullying*, e as duas Deputadas estão fazendo parte desse evento neste momento. Os Deputados Wellington Luiz e Aylton Gomes se encontram no Rio de Janeiro em solidariedade aos bombeiros daquele Estado. A Deputada Eliana Pedrosa se encontra em dispensa médica.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal dos Deputados presente.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

Patrício destaca aniversário de 18 anos da LODF

08/06/2011 19:23



Patrício destacou avanços (Foto: Carlos Gandra/CLDF)

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Patrício (PT), discursou em Plenário sobre os 18 anos da promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), comemorados no dia de hoje (8). Dentre os avanços da lei maior do DF, o parlamentar destacou os dispositivos referentes à preservação do meio ambiente e o fato de ter sido uma das três constituições estaduais a condenarem de forma explícita o preconceito contra as minorias.

"Diferentemente da Constituição Federal, que ainda tem boa parte de seus artigos pendente de regulamentação, a maioria dos dispositivos da Lei Orgânica é auto-aplicável, o que dispensou a necessidade de aprovação de novas leis para viabilizá-los na prática. Desde sua promulgação a LODF foi aperfeiçoada com 59 emendas aprovadas nesta Câmara", comentou Patrício.

O terceiro secretário da Casa, deputado Joe Valle (PSB), também prestou homenagem ao aniversário da Lei Orgânica e distribuiu ao parlamentares um caderno comemorativo com a primeira edição da LODF e notas taquigráficas do dia de sua aprovação. "Esse é um documento histórico, um importante material de estudo", salientou Joe Valle.

Bruno Sodré de Moraes - Coordenadoria de Comunicação Social

Lei Orgânica do DF completa 18 anos nesta quarta-feira

08/06/2011 15:57



Sessão ao ar livre (Foto: Dimas Ferreira/Arquivo CLDF)

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) completa 18 anos nesta quarta-feira (8). A LODF instituiu o arcabouço jurídico do Poder Legislativo local e foi a primeira grande missão da Câmara Legislativa. A promulgação da LODF aconteceu em concorrida cerimônia no Memorial JK, depois de quase dois anos de elaboração pelos deputados distritais eleitos para a primeira legislatura, que teve início em 1991.

A Lei Orgânica, além de acolher os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, nas áreas de saúde, educação, cultural e defesa do consumidor, entre outros, avançou ainda no tocante ao respeito ao meio ambiente e foi uma das três constituições estaduais a condenaram explicitamente o preconceito contra as minorias. A Casa realizou até sessões ao ar livre para colher sugestões.

Ao contrário da Constituição Federal, que ainda tem boa parte de seus artigos pendente de regulamentação, a maioria dos dispositivos constantes da Lei Orgânica era auto-aplicável, dispensando novas leis para viabilizá-los na prática. A partir de sua promulgação, no entanto, passou a ser aperfeiçoada, por meio de emendas, ajustando-se aos novos tempos e às novas realidades locais.

Até hoje, foram aprovadas 59 emendas à Lei Orgânica, algumas delas de caráter bastante inovador, como a que assegura proteção individualizada a vítimas, seus familiares e testemunhas de infrações penais, e lhes garante proteção e assistência psicológica. O DF também saiu na frente e passou a vedar, desde 2006, a votação secreta nas deliberações da Câmara Legislativa.

Outra emenda de relevância é a que criou o Fundo de Apoio à Cultura, destinando o mínimo de três por cento da receita corrente líquida ao fomento das atividades culturais da capital. Assim, nos 18 anos de sua existência, a Lei Orgânica ofereceu à sociedade do DF o balizamento jurídico necessário à sua existência e ao funcionamento das instituições públicas e privadas.

Donalva Caixeta Marinho - Coordenadoria de Comunicação Social

Câmara Legislativa divulga relatório de presença de deputados

12/08/2011 17:47

A Terceira Secretaria da Câmara Legislativa divulgou nesta sexta-feira (12) o relatório de presença dos deputados distritais relativo às sessões ordinárias realizadas no período compreendido entre o dia 1º de fevereiro a 11 de agosto de 2011.

De acordo com o relatório, foram realizadas 68 sessões ordinárias durante o período. Além disso, outras 11 sessões foram transformadas em comissões gerais para debater assuntos de interesse público e, por isso, não foram computadas como "sessões ordinárias".

Segundo o relatório, o parâmetro para o cômputo da presença é a assinatura da lista de presença no início e final das sessões ordinárias. Para o cômputo final da frequência, são levadas em consideração as justificativas apresentadas pelos parlamentares nos termos da Resolução nº 228/2007, homologadas ou não pela Mesa Diretora.

O documento elaborado pela Diretoria Legislativa, da Terceira Secretaria, acrescenta que para o cômputo total de frequência, considera-se ausência justificada por licença médica, a partir da publicação do Ato da Mesa Diretora no Diário da Câmara Legislativa (DCL).

O relatório observa, ainda, que "considera-se realizada a sessão plenária ordinária com ordem do dia previamente determinada, apurando-se a frequência dos parlamentares através de lista de presença em posto instalado no plenário, ainda que não se obtenha quórum para a abertura dos trabalhos".

DIRETORIA LEGISLATIVA

Relatório de Presença dos Deputados

Sessões Ordinárias Deliberativas 2011

Presidente da CLDF: **Deputado PATRÍCIO**

Ano: **2011**

Legislatura: **6ª**

Sessão Legislativa: **1ª**

Sessões Ordinárias: **68ª - período compreendido entre o dia 1º de fevereiro de 2011 a 11 de agosto de 2011.**

Deputado (a) e Legenda	Sessões Ordinárias	Total de Frequência	Ausências Justificadas		Obs.
			Homologadas pelo GMD, nos termos da Resolução nº 228/07	Ausências Injustificadas	
Agaciel Maia - PTC	68	65	03	-	-
Aylton Gomes - PR	68	64	04	-	02 Licenças Médicas
Benício Tavares - PMDB	68	52	16	-	06 Licenças Médicas
Benedito Domingos-PP	68	57	11	-	10 Licenças Médicas
Celina Leão - PMN	68	64	04	-	02 Licenças – XV Conferência da UNALE
Chico Leite - PT	68	68	00	-	
Chico Vigilante - PT	68	60	08	-	02 Licenças Médicas
Cláudio Abrantes - PPS	68	65	03	-	
Cristiano Araújo - PTB	68	56	12	-	02 Licenças – XV Conferência da UNALE

					01 Licença – 26ª Universidade de Verão- AMD 78
Dr. Michel - PSL	68	68	00	-	
Eliana Pedrosa - DEM	68	60	08	-	
Evandro Garla - PRB	68	64	04	-	
Joe Valle - PSB	68	57	11	-	02 Licenças AMD nº 43, 03 Licenças AMD nº 57 e 03 Licenças AMD nº 65 e 03 Licenças AMD nº 66
Liliane Roriz - PRTB	68	67	01	-	
Luzia de Paula - PPS	68	67	01		
Olair Francisco - PTdoB	68	62	06		
Patrício - PT	68	51	17		02 Licenças – XV Conferência da UNALE
Profº Israel Batista - PDT	68	59	9	-	09 Licenças Médicas
Raad Massouh - DEM	68	58	10	-	02 Licenças – XV Conferência da UNALE
Rejane Oitanga - PT	68	63	05	-	
Rôney Nemer - PMDB	68	58	10		Licença AMD nº 59
Washington Mesquita - PSDB	68	60	08	-	02 Licenças – XV Conferência da UNALE
Wasny de Roure - PT	68	62	06	-	03 Licenças médicas
Wellington Luiz - PSC	68	61	07	-	

Fonte: Diretoria Legislativa/Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário/Setor de tramitação, Ata e Súmula/Setor de Apoio ao Plenário.

Observações:

- 1) Parâmetro para frequência: assinatura da lista de presença no início e no final das Sessões Ordinárias.
- 2) Para o compute final da frequência, são levadas em consideração às justificativas apresentadas pelos parlamentares nos termos da Resolução nº 228/07, homologadas ou não pela Mesa Diretora.
- 3) Para o compute do total de frequência, considera-se ausência justificada por licença médica, a partir da publicação do Ato da Mesa Diretora no Diário da Câmara Legislativa.
- 4) Considera-se realizada a sessão plenária ordinária com ordem do dia previamente determinada, apurando-se a frequência dos parlamentares através de lista de presença em posto instalado no plenário, ainda que não se obtenha quorum para abertura dos trabalhos.
- 5) As Sessões Ordinárias 12ª, 16ª, 25ª, 31ª, 32ª, 36ª, 33ª, 39ª, 42ª, 48ª e 54ª foram transformadas em Comissão Geral para debater assuntos de interesse público.

José Coury Neto - Coordenadoria de Comunicação Social

Câmara inicia ciclo acadêmico sobre trabalhos em arquitetura e urbanismo da UnB

26/09/2011 17:56



25 trabalhos da FAU/UnB serão debatidos (Foto: Carlos Gandra/CLDF)

Começou hoje (26) à tarde o I Ciclo Acadêmico "A Câmara Legislativa recebe a UnB", em solenidade realizada no auditório da CLDF, com apresentação de dissertações e teses produzidas por alunos de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB). Neste primeiro dia de debate foram abordados temas como o histórico da ocupação urbana de Brasília, o Parque Nacional, os riscos às plantas urbanísticas e os 50 anos do mobiliário urbano de transporte público.

Ao abrir o evento, o deputado Joe Valle (PSB), terceiro-secretário da Câmara Legislativa, destacou que o legislativo local abre suas portas para a difusão de novos conhecimentos nas áreas de arquitetura e urbanismo, ressaltando que algumas das propostas defendidas poderão ser aproveitadas pelos distritais, em projetos de lei.

Também o deputado Israel Batista (PDT) ressaltou a relevância da interação entre o legislativo local e os pós-graduandos da Universidade de Brasília. "A nossa UnB vem agregar conhecimento com as suas contribuições técnicas sobre a preservação de Brasília e do seu patrimônio cultural", enfatizou.

O diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UnB, professor José Manoel Morales Sanchez, anunciou que os trabalhos de pesquisa selecionados irão aprofundar temas da história da ocupação urbana no DF.

Foram selecionadas pela FAU 25 trabalhos para serem debatidos por arquitetos, alunos e demais interessados nas questões sobre a preservação de Brasília. O Ciclo Acadêmico segue até o próximo dia 17 de outubro, no auditório, às segundas-feiras, a partir das 14h. Os interessados ainda podem se inscrever para os próximos encontros no site da Câmara Legislativa www.cl.df.gov.br. Mais informações na Escola do Legislativo, pelo telefones 3348-8514 e 3348-9205 ou pelo e-mail elegisprojesp@cl.df.gov.br.

Zildenor Ferreira Dourado - Coordenadoria de Comunicação Social

Ciclo acadêmico apresenta propostas de arquitetura e urbanismo para o DF

07/10/2011 13:53



As palestras são abertas ao público (Foto: Carlos Gandra/CLDF)

O I Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB - Arquitetura e Urbanismo - prossegue nesta segunda-feira (10), com a apresentação de estudos de casos e debates sobre propostas urbanísticas para as cidades de Brasília, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Vila Telebrasilândia e Varjão. O ciclo vem sendo realizado pela Câmara Legislativa em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) desde o dia 26 de setembro, sempre às segundas-feiras, das 14 às 18 horas, no auditório da CLDF. A programação inclui apresentações e debates de 25 dissertações e teses de alunos da graduação e pós-graduação, defendidas entre 2003 e 2011 na UnB. O encerramento do evento está previsto para o dia 24 de outubro.

Estudos de casos - Nesta segunda-feira serão apresentados e debatidos cinco estudos de casos. Os temas são os seguintes: *Qualidade ambiental e arquitetônica em edifícios de escritórios: diretrizes para projetos em Brasília*, de autoria de Thais Borges Sanches Lima, com orientação de Cláudia Naves David Amorim; *Equipamentos urbanos, design e identidade sociocultural: análise e proposta para a cidade do Núcleo Bandeirante*, com autoria de Ricardo Luiz Brancaglioni e orientação de Jaime Gonçalves de Almeida; *Um centro urbano para Planaltina*, de Andréa Mendonça Moura, com orientação de Frederico Holanda; *O desenho da percepção afetiva: o caso da Vila Telebrasilândia - DF*, de autoria de Hiatiane Cunha de Lacerda, com orientação de Luiz Alberto Gouvêa; e *Conforto ambiental e suas relações subjetivas: análise ambiental integrada na Habitação e Interesse Social*. Autora: Ludmila de Araújo Correia, com orientação de Marta Adriana Bustos Romeno.

Para o deputado Joe Valle (PSB), terceiro-secretário da Câmara Legislativa, o Legislativo local, ao abrir suas portas para a difusão de novos conhecimentos nas áreas de arquitetura e urbanismo, poderá se utilizar de algumas das propostas defendidas durante o ciclo acadêmico, transformando-as em projetos de lei em benefício da população do Distrito Federal.

O deputado Israel Batista (PDT) também ressalta a relevância da interação entre o Poder Legislativo e os pós-graduandos da Universidade de Brasília. "A nossa UnB vem agregar conhecimento com as suas contribuições técnicas sobre a preservação de Brasília e

do seu patrimônio cultural", diz.

Para o diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UnB, professor José Manoel Morales Sanchez, os trabalhos de pesquisa selecionados irão aprofundar temas da história da ocupação urbana no DF.

O Ciclo acadêmico vem sendo realizado pela Escola do Legislativo (Elegis/CLDF) em conjunto com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, como apoio da Associação de Pós-Graduandos da UnB, Arquivo Público do Distrito Federal e Núcleo Docomomo Brasília.

Informações na Escola do Legislativo, pelo telefones 3348-8514 e 3348-9205 ou pelo e-mail elegisprojesp@cl.df.gov.br.

José Coury Neto - Coordenadoria de Comunicação Social

Câmara vai difundir pesquisas sobre arquitetura e urbanismo

10/10/2011 18:04



As palestras são abertas ao público (Foto: Fabio Rivas/CLDF)

A Câmara Legislativa do Distrito Federal vai publicar as pesquisas científicas apresentadas durante o *I Ciclo Acadêmico - A Câmara Legislativa recebe a UnB - Arquitetura e Urbanismo*, evento que está sendo realizado pela Câmara Legislativa em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) desde o dia 26 de setembro. O anúncio da disposição da Casa em aproximar o conhecimento acadêmico dos tomadores de decisão, como agentes do governo e parlamentares, e da população foi feito pelo terceiro secretário, Joe Valle (PSB). O Ciclo ocorre sempre às segundas-feiras, das 14 às 18 horas, no auditório da CLDF.

“Será um material de estudo e consulta para a assessoria legislativa da Casa e para os gabinetes. Os deputados estão tomando ciência desses trabalhos”, afirmou Valle. As 25 dissertações e teses defendidas foram selecionadas em função de tratarem de assuntos do Distrito Federal e por sua capacidade de aplicação prática.

“São propostas, diagnósticos, estudos que a cidade deve se apropriar. As palestras estão apontando caminhos, trazendo elementos novos para a discussão. A Administração Pública tem que se apropriar desse conhecimento”, observa a consultora-legislativa, Leonora Barbo, responsável pela organização do Ciclo.

Estudos de casos - Cinco estudos foram debatidos na tarde de hoje (10): *Qualidade ambiental e arquitetônica em edifícios de escritórios: diretrizes para projetos em Brasília*, de autoria de Thais Borges Sanches Lima, *Equipamentos urbanos, design e identidade sociocultural: análise e proposta para a cidade do Núcleo Bandeirante*, com autoria de Ricardo Luiz Brancaglioni; *Um centro urbano para Planaltina*, de Andréa Mendonça Moura; *O desenho da percepção afetiva: o caso da Vila Telebrasil - DF*, de autoria de Hiatiene Cunha de Lacerda; e *Conforto ambiental e suas relações subjetivas: análise ambiental integrada na Habitação e Interesse Social*. Autora: Ludmila de Araújo Correia.

Na próxima segunda-feira (17) serão apresentadas e debatidas as seguintes pesquisas: *O planejamento urbano e a cidade real: um olhar sobre o Cruzeiro - DF*, de autoria de Beatriz Arruda Eller Gonzaga; *Avaliação Pós-Ocupação da quadra econômica Lucio*

Costa em Brasília – DF: um estudo das alterações ocorridas na quadra e nos edifícios, de Candice de Albuquerque Tomé; *São Sebastião – DF: do sonho à cidade real*, de autoria de Mara dos Santos Araújo; *Capital incorporador como agente da configuração urbana: o caso de Águas Claras (DF)*, autora Karla Figueiredo de Oliveira Gomes; *Alteração de uso de imóveis urbanos no Distrito Federal: apropriação individual ou gestão social*, de Josué Magalhães de Lima.

O Ciclo acadêmico é uma realização da Escola do Legislativo (Elegis/CLDF) em conjunto com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB) e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com o apoio da Associação de Pós-Graduandos da UnB, Arquivo Público do Distrito Federal e Núcleo Docomomo Brasília.

Bruno Sodré de Moraes - Coordenadoria de Comunicação Social

Ciclo acadêmico debate soluções urbanísticas para cidades do DF

14/10/2011 12:29



As palestras são abertas ao público (Foto: Fabio Rivas/CLDF)

Mais cinco estudos de casos com propostas urbanísticas para cidades do Distrito Federal serão apresentados e debatidos nesta segunda-feira (17), a partir das 14h, no auditório da Câmara Legislativa, dentro do ***I Ciclo Acadêmico: A Câmara Legislativa recebe a UnB - Arquitetura e Urbanismo***. O ciclo vem sendo realizado pela Câmara Legislativa em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) desde o dia 26 de setembro, sempre às segundas-feiras, das 14 às 18 horas, no auditório da CLDF. A programação inclui apresentações e debates de 25 dissertações e teses de alunos da graduação e pós-graduação, defendidas entre 2003 e 2011 na UnB. O encerramento do evento está previsto para o dia 24 de outubro.

Na próxima segunda-feira (17) serão apresentadas as seguintes pesquisas: *O planejamento urbano e a cidade real: um olhar sobre o Cruzeiro – DF*, de autoria de Beatriz Arruda Eller Gonzaga; *Avaliação Pós-Ocupação da quadra econômica Lucio Costa em Brasília – DF: um estudo das alterações ocorridas na quadra e nos edifícios*, de Candice de Albuquerque Tomé; *São Sebastião – DF: do sonho à cidade real*, de autoria de Mara dos Santos Araújo; *Capital incorporador como agente da configuração urbana: o caso de Águas Claras (DF)*, autora Karla Figueiredo de Oliveira Gomes; *Alteração de uso de imóveis urbanos no Distrito Federal: apropriação individual ou gestão social*, de Josué Magalhães de Lima.

O terceiro secretário da Câmara Legislativa, deputado Joe Valle (PSB), já anunciou que a Casa publicará as pesquisas científicas apresentadas durante o ciclo acadêmico. O material será colocado à disposição da assessoria legislativa da CLDF e dos gabinetes. A idéia, segundo ele, é aproximar o conhecimento acadêmico dos tomadores de decisão, como agentes do governo e parlamentares. Dessa forma, a Câmara poderá se utilizar de algumas dessas propostas como subsídio para a elaboração de projetos de lei em benefício da população do Distrito Federal.

O Ciclo será encerrado no próximo dia 24 de outubro com a apresentação de cinco estudos relativos aos desafios das cidades do DF, com os seguintes temas: metropolização; acessibilidade e patrimônio cultural; mobilidade urbana; bicicleta

como meio de transporte; edifícios verdes e canteiros de obras sustentáveis.

O evento é uma realização da Escola do Legislativo (Elegis/CLDF) em conjunto com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB) e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com o apoio da Associação de Pós-Graduandos da UnB, Arquivo Público do Distrito Federal e Núcleo Docomomo Brasília.

José Coury Neto - Coordenadoria de Comunicação Social

Ciclo acadêmico de arquitetura e urbanismo será encerrado na segunda-feira (24)

21/10/2011 18:35



Mais 25 estudos de casos serão apresentados (Foto: Fabio Rivas/CLDF)

O I Ciclo Acadêmico: A Câmara Legislativa recebe a UnB – Arquitetura e Urbanismo será encerrado nesta segunda-feira (24), com a apresentação de cinco estudos de casos sobre os desafios do Distrito Federal em termos de arquitetura e urbanismo. Os estudos serão apresentados a partir das 14h, no auditório da Câmara Legislativa. O ciclo vem sendo realizado pela Câmara em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) desde o dia 26 de setembro, sempre às segundas-feiras, no período da tarde. A programação incluiu apresentações e debates de 25 dissertações e teses de alunos da graduação e pós-graduação, defendidas entre 2003 e 2011 na UnB.

No último dia de debates atuará como debatedor o Professor Doutor José Manoel Sánchez e serão apresentadas as seguintes pesquisas: *Construção do espaço metropolitano da capital do Brasil*, de autoria de Ricardo Batista Bitencourt, com orientação de Antonio Carpintero; *Patrimônio Cultural Brasileiro e Acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*, de Oscar Luís Ferreira, com orientação de Andrey Schlee; *Avaliação da mobilidade urbana na área metropolitana de Brasília*, autora: Taís Furtado Pontes, orientador: Otto Toledo Ribas; *Potencialidades ciclovias no Plano Piloto*, de Camila de Carvalho Pires, com orientação de Frederico Holanda; e *Construindo a sustentabilidade em canteiros de obra – um estudo no DF*, de autoria de Juliana Gehlen e orientação de Raquel Naves Blumenschein.

O terceiro secretário da Câmara Legislativa, deputado Joe Valle (PSB), já anunciou que a Casa publicará as pesquisas científicas apresentadas durante o ciclo acadêmico. O material será colocado à disposição da assessoria legislativa da CLDF e dos gabinetes. A idéia, segundo ele, é aproximar o conhecimento acadêmico dos tomadores de decisão, como agentes do governo e parlamentares. Dessa forma, a Câmara poderá se utilizar de algumas dessas propostas como subsídio para a elaboração de projetos de lei em benefício da população do Distrito Federal.

O ciclo é uma realização conjunta da Escola do Legislativo (Elegis/CLDF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB) e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com o apoio da Associação de Pós-Graduandos da UnB, Arquivo Público do Distrito Federal e Núcleo Docomomo Brasília.

José Coury Neto - Coordenadoria de Comunicação Social

Câmara vai realizar novos Ciclos Acadêmicos em parceria com a UnB

24/10/2011 18:44



Ao encerrar I Ciclo Acadêmico, Joe Valle (PSB) ressaltou benefícios de se aproximar a academia do Legislativo (Foto: Fábio Rivas/CLDF)

Ao final do *I Ciclo Acadêmico: A Câmara Legislativa recebe a UnB – Arquitetura e Urbanismo*, nesta segunda-feira (24), o terceiro secretário da Casa, Joe Valle (PSB), destacou o interesse institucional de continuar a debater temas referentes a desafios para o desenvolvimento do Distrito Federal. O ciclo foi realizado pela CLDF em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) desde 26 de setembro, sempre nas tardes de segundas-feira. A programação incluiu apresentações e debates de 25 dissertações e teses de alunos da graduação e pós-graduação, defendidas entre 2003 e 2011 na UnB.

"Em cinco dias, mais de 300 pessoas discutiram trabalhos de interesse da coletividade. Esse modelo foi um sucesso e vai continuar a trazer benefícios para a Casa e o Distrito Federal, ao permear a gestão pública com a universidade", ressaltou Joe Valle.

De acordo com Leonora Barbo, responsável pela organização do Ciclo, a Câmara vai realizar novos eventos a partir de pesquisas de outras faculdades da UnB, como Turismo, Ciência Política, Direito. "Novamente a seleção dos trabalhos se dará em função de seu vínculo com a pauta legislativa e as discussões que estão ocorrendo nas comissões da Casa". O objetivo é que o ciclo acadêmico se repita a cada seis meses.

O encerramento do I Ciclo se deu com a apresentação das seguintes pesquisas em arquitetura e urbanismo: *Construção do espaço metropolitano da capital do Brasil*, de autoria de Ricardo Batista Bitencourt; *Patrimônio Cultural Brasileiro e Acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*, de Oscar Luís Ferreira; *Avaliação da mobilidade urbana na área metropolitana de Brasília*, autora: Taís Furtado Pontes; *Potencialidades cicloviárias no Plano Piloto*, de Camila de Carvalho Pires; e *Construindo a sustentabilidade em canteiros de obra – um estudo no DF*, de autoria de Juliana Gehlen.

Parceria - O I Ciclo Acadêmico foi uma realização conjunta da Escola do Legislativo (Elegis/CLDF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB) e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com o apoio da Associação de Pós-Graduandos da UnB, Arquivo Público do Distrito Federal e Núcleo Docomomo Brasília.

Bruno Sodré de Moraes - Coordenadoria de Comunicação Social

Câmara Legislativa homenageia historiador e escritor Paulo Bertran

24/10/2011 21:26



Parlamentares e familiares descerram placa que oficializa o nome da biblioteca da CLDF como Biblioteca Paulo Bertran (Foto: Fábio Rivas/CLDF)

O historiador, poeta e escritor Paulo Bertran, falecido em outubro de 2005, recebeu dupla homenagem da Câmara Legislativa nesta segunda-feira (24) à noite. Primeiro, às 18h30, foi descerrada a placa que oficializa o nome da biblioteca da Casa como Biblioteca Paulo Bertran. Em seguida, ocorreu o sarau Tributo a Paulo Bertran, no foyer do plenário, com a presença de familiares, amigos, parlamentares, artistas e admiradores do homenageado. O sarau -primeiro evento do gênero realizado na CLDF - é fruto de parceria com a Câmara dos Deputados.

As homenagens a Bertran são um reconhecimento a sua relevância para a cultura do Distrito Federal e do Centro-Oeste. É também uma manifestação de gratidão da Câmara Legislativa que o teve como um de seus primeiros servidores.

"Nós é que nos sentimos homenageados, ao celebrar a vida de uma pessoa, e também um servidor da Casa, que ajudou a construir a democracia no DF", afirmou o presidente da CLDF, deputado Patrício (PT). O parlamentar também salientou a importância de a população utilizar a biblioteca, que tem acervo de 20 mil exemplares. "Para sermos de fato a Casa do Povo, é preciso que a população venha conhecer o Legislativo".

Já o terceiro secretário, Joe Valle (PSB), disse que é um prazer homenagear "um intelectual que estará sempre no amanhã de todos nós" e, referindo-se a história de Bertran na Universidade de Brasília, "cuja obra honra a memória de Darcy Ribeiro". Também presente à solenidade, o reitor da UnB, José Geraldo de Sousa, disse estar feliz de ver "a ligação entre a Casa do Povo e a Casa do Pensamento do Povo", referendo-se à universidade.

Sarau - O Sarau em Tributo a Paulo Bertran contou com declamação de poemas do autor, música ao vivo e o lançamento de um livro inédito de poesias, Sertão de Campo Aberto, e de uma re-edição de sua principal obra acadêmica: História da Terra e do Homem do Planalto Central. Na abertura do evento, sua ex-companheira, Maria das Graças Fleury Curado, observou que Bertran foi inovador em questões metodológicas e epistemológicas e que sua relevância como historiador abrange não só o Goiás e o DF,

"mas todo o Brasil".

Biografia - Nascido em Anápolis (GO), em 21 de outubro de 1948, Paulo Bertran recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília por outorga da Câmara Legislativa. Foi fundador e primeiro editor do suplemento cultural DF Letras, publicado pela CLDF a partir de 1992. Escritor, com dezenas de artigos em jornais, revistas e publicações especializadas – foi criador, junto com Maria das Graças Fleury Curado, do memorial das Idades do Brasil, em Brasília.

Bertran escreveu livros sobre a poesia e história de Goiás e do Distrito Federal, entre eles Formação Econômica de Goiás e História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. O autor ainda participou diretamente dos trabalhos que levaram ao reconhecimento da cidade de Goiás (GO) como Patrimônio Cultural da Humanidade, além do tombamento do Conjunto Art Decó de Goiânia e do tombamento do Conjunto Arquitetônico de Cáceres, em Mato Grosso.

O homenageado foi professor universitário em Brasília e em Goiânia. Economista, formado pela UnB, com pós-graduações em História e Planejamento pela Universidade de Strasbourg, na França, Bertran atuou em diversos órgãos públicos e empresas privadas.

Bruno Sodré de Moraes - Coordenadoria de Comunicação Social

Planejamento estratégico da Câmara Legislativa deve ser aprovado até 15 de dezembro

21/11/2011 17:56

A Câmara Legislativa colocará em prática, a partir de 2012, o seu Planejamento Estratégico Institucional, uma nova ferramenta de auxílio à atuação parlamentar e à reflexão sobre os rumos da Casa na melhoria do serviço prestado à população do Distrito Federal. O documento com 34 pontos apontados pelo Comitê de Planejamento Estratégico Institucional (COPEI) foi apresentado aos cinco deputados integrantes da Mesa Diretora – Patrício (PT), Dr. Michel (PSL), Raad (DEM), Joe Valle (PSB) e Aylton Gomes (PR), durante reunião na manhã desta segunda-feira.

Até o dia 10 de dezembro, todos os 24 parlamentares podem fazer sugestões ao texto e a expectativa da Mesa Diretora é aprovar projeto de resolução sobre o tema até 15 de dezembro, antes do recesso parlamentar. “Estamos pensando o Legislativo do DF para os próximos 10 anos e o foco é a sociedade. Esse planejamento muda a Câmara exatamente no sentido de estreitar essa aproximação da Casa com o cidadão”, disse o presidente Patrício.

Entre as propostas apresentadas pelo COPEI estão recomendações de estrutura física, procedimentos, normas e recursos para o bom funcionamento dos gabinetes, um projeto de acessibilidade e um sistema de gestão eletrônica de informações. “Esse trabalho é o fruto de um esforço enorme do COPEI de levar a todos os servidores e deputados uma discussão em prol da melhoria do nosso trabalho para a sociedade”, completou o 3º secretário da Mesa, deputado Joe Valle.

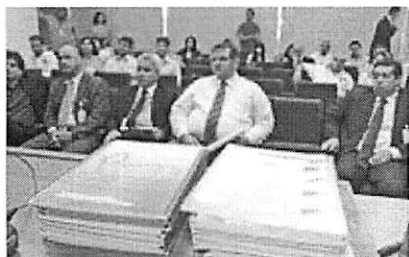
Com a formulação e implantação do Planejamento Estratégico, a Câmara Legislativa segue prática adotada por diversos órgãos do governo federal, tribunais e casas legislativas, como a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O trabalho do COPEI se fundamentou em tendências de gestão pública legislativa no Brasil, que apontam para maior transparência, fortalecimento de poder fiscalizatório, participação e interação da população e ampliação do papel desse poder na formulação e acompanhamento das políticas públicas executadas pelo governo.

Instituído em agosto de 2010, o COPEI é formado por oito servidores da Casa e contou, em mais de um ano de atuação, com pesquisas junto aos funcionários, concursados e comissionados, ex-deputados e atuais parlamentares e a população sobre várias questões afetas à estrutura da

Casa, como pontos fracos e fortes, valores, produtos e serviços prestados à população, além de expectativas para o futuro do Poder Legislativo da Capital da República.

Câmara lança manuais para disciplinar rotinas das comissões

07/12/2011 16:58



Os manuais serão digitalizados em breve (Foto: Silvio Abdon/CLDF)

Melhorar. Essa foi a palavra de ordem do deputado Joe Valle (PSB), terceiro secretário da Câmara, ao falar hoje (07) durante o lançamento dos Manuais de Procedimento das Comissões Permanentes e Temporárias, aprovados pelo Ato da Mesa Diretora nº 69/11. Valle disse que a conquista da eficiência só virá se houver empenho de todos, porque "os deputados passam e os servidores ficam".

A idéia de organização desses manuais, que descrevem o passo a passo do trabalho das comissões, iniciou-se em 2005, mas só começou a avançar a partir da legislatura passada. Na atual gestão, o trabalho foi priorizado pelo deputado Patrício (PT), presidente da Casa, e pelo próprio Joe Valle.

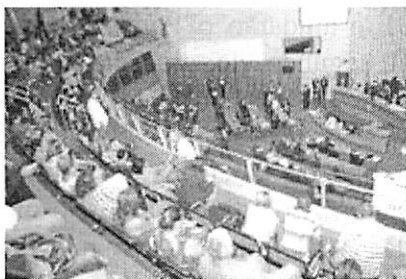
O servidor da Divisão de Apoio às Comissões, Manoel Oliveira Pinto, que vai coordenar a implantação dos procedimentos definidos nos manuais, explicou como foi feito o trabalho desde o início, lembrando que todos os servidores que se dedicaram a ele o fizeram cumulativamente com suas funções normais na Casa.

Inicialmente, o trabalho pode ser consultado em versão impressa, mas já estão sendo tomadas providências para que sua versão eletrônica seja disponibilizada na rede interna da Casa. Por seu turno, a Escola do Legislativo (Elegis) vai realizar treinamento com servidores das comissões temporárias e permanentes, a fim de se familiarizarem com os novos procedimentos.

Donalva Caixeta Marinho - Coordenadoria de Comunicação Social

Câmara Legislativa teve ano positivo, diz deputado Patrício

16/12/2011 17:33



Câmara realizou 319 sessões (Foto: Fábio Rivas/CLDF)

O primeiro ano da atual legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal foi positivo e marcado por um maior controle de gastos - sobretudo com pessoal e encargos sociais -, além de ajustes no processo legislativo, com a reserva de maior tempo para debates e para a busca de consenso entre os distritais. É o que garante o presidente da Casa, deputado Patrício (PT).

Ao fechar as atividades legislativas de 2011, Patrício disse que o ano foi de grande produtividade, com a aprovação de centenas de projetos, tanto de parlamentares como do Executivo. "Ano que vem vamos continuar apreciando todos os projetos nas comissões permanentes, o que fortalece a atuação parlamentar e evita a aprovação de propostas inconstitucionais", observou. Ele ressaltou que o bom desempenho é fruto de uma gestão "transparente e austera", partindo do planejamento e da responsabilidade no trato com os recursos públicos.

Segundo Patrício, os dados demonstram que a Câmara teve um ano produtivo em termos de votações e realizações de atividades legislativas. Desde o início desta legislatura até 15 de dezembro, foram apreciadas e votadas 727 proposições, 141 delas de autoria do Poder Executivo. Foram 269 projetos de lei, 12 projetos de lei complementar, uma proposta de Emenda à Lei Orgânica do DF; nove projetos de resolução, 47 projetos de decreto legislativo, 169 requerimentos e 220 moções. Os números constam do relatório elaborado nesta sexta-feira (16) pela Assessoria de Plenário da Casa e não incluem as centenas de indicações aprovadas pelas comissões permanentes, que não passam pelo plenário.

No período de 1º de fevereiro a 15 de dezembro deste ano a CLDF realizou um total de 319 sessões plenárias, sendo 116 ordinárias, 49 extraordinárias, 153 solenes, sem contar com a sessão de posse dos deputados, com grade participação da população. Além das sessões plenárias, a Câmara realizou ainda 17 comissões gerais para debater assuntos de interesse da população do DF e 93 audiências públicas sobre os mais variados temas. Segundo o último

levantamento feito pela Terceira Secretaria da Câmara, foram realizados também 12 seminários no período.

Transparência - Patrício ressaltou que a implantação de um novo modelo de gestão foi a marca dos trabalhos do Legislativo em 2011. Como resultado dessa gestão, a Câmara Legislativa economizou cerca de R\$ 110 milhões no ano. Desse total, R\$ 80,2 milhões foram transferidos à Secretaria de Planejamento e Orçamento do GDF e ajudarão o Poder Executivo a pagar seus servidores. Isso só foi possível, segundo ele, graças a cortes e reduções de despesas em vários setores da Casa.

O presidente da Câmara informou que de janeiro a setembro de 2011 as despesas liquidadas da Casa alcançaram R\$ 160,6 milhões, o que representa uma redução de 9,5% (cerca de R\$ 16,8 milhões) em relação ao mesmo período de 2010, quando o volume de despesas atingiu R\$ 177,4 milhões. Ele acrescenta que a redução das despesas da CLDF deve-se, principalmente, à queda no volume de gastos da Casa com pessoal e encargos sociais.

As exonerações de servidores de livre provimento em gabinetes parlamentares e em parte da estrutura administrativa, ocorridas nos primeiros meses de 2011, desonerou a folha de pagamento da Câmara. Segundo Patrício, as exonerações proporcionaram uma economia de aproximadamente R\$ 7 milhões, o que foi determinante para a queda progressiva da participação das despesas com pessoal da CLDF sobre a receita corrente líquida, conforme observado nos últimos relatórios de gestão fiscal da Casa.

“Esse bom resultado, consequentemente, possibilitou a reposição de parte das perdas inflacionárias aos salários dos servidores da Câmara Legislativa, gerando impacto de 5% sobre os vencimentos dos cargos efetivos e a remuneração dos cargos em comissão, a partir de setembro último”, destacou o Patrício.

Responsabilidade fiscal – A economia de gastos da Câmara Legislativa possibilitou, ainda, o ajuste da Casa aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com dados apurados em setembro, os gastos da CLDF com pessoal alcançaram no último quadrimestre, 1,44% da receita Corrente Líquida (RCL) do DF, o que representa o melhor resultado obtido pela Câmara desde a criação da LRF, em 2000.

Cultura – Patrício destaca também a busca por uma maior proximidade da Casa com a população por intermédio da cultura. Com apoio dos distritais, a Mesa Diretora decidiu abrir as portas da sede da CLDF para manifestações culturais, como a realização de exposições de artes, apresentações musicais e exibição dos filmes vencedores da edição deste ano do Troféu Câmara Legislativa do DF.

Ele lembra que em junho último a CLDF firmou acordo de cooperação técnica com a Câmara dos Deputados com o objetivo de propiciar intercâmbio técnico-científico, social, museológico, histórico, artístico e cultural entre as duas casas legislativas. Ele citou a exposição de quadros do artista plástico

Vasconcellos, mineiro radicado na Dinamarca desde a década de 70, e um sarau em homenagem ao historiador, escritor e poeta Paulo Bertran, falecido em outubro de 2005, como resultados desse acordo. Bertran era especialista em História de Goiás e do Distrito Federal e foi um dos primeiros servidores da Câmara Legislativa. Em função de sua reconhecida importância, a biblioteca da Casa recebeu o nome do escritor.

José Coury Neto - Coordenadoria de Comunicação Social



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Secretaria
Relatório Anual 2011

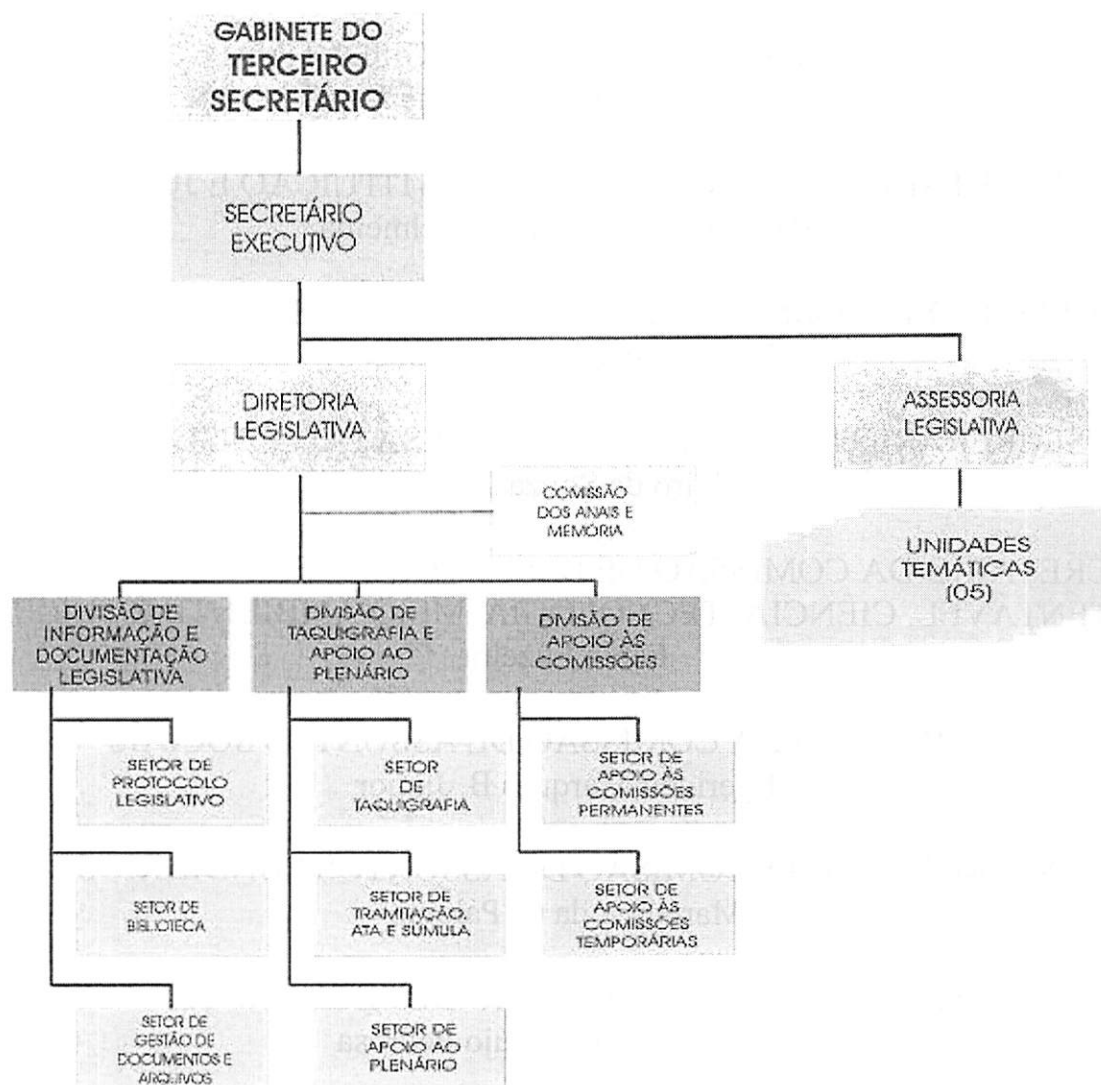
TERCEIRA SECRETARIA

RELATÓRIO ANUAL – 2011

Brasília, Dezembro de 2011



TERCEIRA SECRETARIA





TERCEIRO SECRETÁRIO
Deputado Joe Valle

SECRETÁRIO EXECUTIVO
André Luiz Perez Nunes

DIRETOR LEGISLATIVO
Manoel Alvaro da Costa

CHEFE DA ASSESSORIA LEGISLATIVA
Dezival Ribeiro dos Reis Jr.

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Paulo Eduardo Pinto de Almeida

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
Getúlio José R. Pernambuco

SECRERÁRIO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Jairo de Souza Junior

**SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**
Fábio Fuzeira

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Egerineu Marques B. Júnior

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
Marcus J. da C. Palomo

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA
José Vianeí de Araújo Pedrosa

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
Alberto da Cruz Martins Lessa

**SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
Wellington N. C. Duarte



SUMÁRIO

1. Introdução	04
1.1 Estrutura do Gabinete	04
2. Atividades Administrativas	04
2.1 Mudança para a Nova Sede	05
2.2 Grupos de Trabalho	06
3. Processos Legislativos e Administrativos	06
3.1 Requerimentos e processos apreciados	07
3.2 Verbas Indenizatórias	07
3.3 Treinamento e Capacitação	07
3.3 Atividades culturais	08
4. Conclusão	08
5. Anexo I – Relatório Anual de Atividades da Diretoria Legislativa	
6. Anexo II – Relatório Anual de Atividades da Assessoria Legislativa e das	
Comissões Permanentes	



GABINETE DA TERCEIRA SECRETARIA

1. Introdução

O Ato da Mesa Diretora nº 10/2003, inciso V, atribui ao Terceiro Secretário coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à Diretoria Legislativa, Assessoria Legislativa, Comissão dos Anais e Memória, e às Secretarias das Comissões, órgãos de apoio direto à ação Parlamentar.

Em cumprimento ao citado dispositivo e no exercício de suas atribuições, a equipe do Gabinete da Terceira Secretaria trabalha com discrição no trato da matéria legislativa e com igualdade de tratamento entre as diversas solicitações recebidas, dando a todas elas, qualquer que seja sua origem, igual atenção, e perseguindo sempre os objetivos de profissionalismo, ética e neutralidade.

1.1 Estrutura do Gabinete

O Gabinete da Terceira Secretaria, para desenvolver suas atribuições institucionais, contou, no ano de 2011, com uma equipe de 11 (onze) servidores, considerando efetivos, requisitados e de livre provimento, a saber:

- 01 Secretário Executivo do GMD, indicado pelo Terceiro Secretário;
- 01 Chefe de Gabinete;
- 01 Assessor de Membro da Mesa;
- 01 Secretário de Membro da Mesa;
- 02 Secretários;
- 02 Assistentes Legislativos;
- 03 Auxiliares de Administração.

2. Atividades Administrativas e Legislativas

A atuação do Terceiro Secretário pautou-se em viabilizar o aumento da transparência, acessibilidade e organização da legislação do Distrito Federal, conforme o estabelecido pela Resolução 34/1991, pelos Atos da Mesa Diretora nºs 56, 57 e 58/2000, e pelos Atos da Mesa Diretora nºs 10 e 42/2000. A equipe do Gabinete da Terceira Secretaria prestou assessoramento ao Terceiro Secretário nas reuniões da Mesa Diretora, organizando sua agenda de audiências,



analisando e despachando os expedientes e processos dirigidos à unidade, bem como supervisionando, na pessoa do Secretário Executivo/3ª Secretaria, as atividades dos órgãos de apoio direto à ação parlamentar, ligados à Diretoria Legislativa e à Assessoria Legislativa.

Considerando as disposições contidas no art. 224, § 7º¹ do Regimento Interno da CLDF, foi solicitada confecção de 10.000 (dez mil) exemplares da Lei Orgânica do Distrito Federal e de 5.000 (cinco mil) exemplares do Regimento Interno desta Casa. Segundo informações da Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica, a legislação encontra-se em fase de impressão.

A Terceira Secretaria foi instada a se fazer representar em diversas instâncias e colegiados de gestão e planejamento da CLDF ou a ela solicitados, a saber:

- Comissão para reestruturação administrativa da CLDF;
- Conselho de Administração do Fascal;
- Conselho Escolar da ELEGIS/DF;
- Comissão Especial de Governança, Transparência e Controle Social;
- Comissão para regulamentar normas do Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Comitê Gestor da Informação Digital – CGID;
- Comitê Gestor da Central de Relacionamentos – CGCIR;
- Grupo de Trabalho para apresentar proposta de localização de espaços culturais na CLDF;
- Agentes de Planejamento junta à CPEO;
- Comitê de Planejamento Estratégico Institucional - COPEI; e
- Representantes da CLDF na Comissão Organizadora Distrital da I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do DF.

2.1 Mudança para a Nova Sede

O ano de 2011 foi marcado pela adequação, para pleno funcionamento, das unidades às instalações da sede definitiva, considerando o início da 6ª Legislatura.

¹ Art.224. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado ou, ainda, adaptado à Lei Orgânica do Distrito Federal, por meio de projeto de resolução de iniciativa: § 7º Ao final de cada biênio, a Mesa Diretora consolidará o texto do Regimento Interno, em virtude das alterações ocorridas, e o republicará.



Este primeiro ano após a mudança para a nova sede, correspondeu também, ao momento de recebimento e instalação dos novos equipamentos de vídeo, áudio e som do Plenário e Comissões, trabalho esse supervisionado pela Diretoria Legislativa e pelo Setor de Apoio ao Plenário.

2.2 – Grupos de Trabalho

Por orientação do atual Terceiro Secretário, Deputado Joe Valle, foi reconstituído o Grupo de Trabalho para conclusão da elaboração dos Manuais de Procedimentos das Comissões Permanentes e Temporárias, e foi criado o Grupo de Trabalho para atualização da legislação sobre Pessoas com Deficiência, por intermédio dos Atos da Mesa Diretora nº 20/2011 e nº 72/2011, respectivamente.

Os Manuais de Procedimentos das Comissões Permanentes e Temporárias foram aprovados pela Mesa Diretora no mês de junho e entregues aos seus destinatários no mês de dezembro do corrente ano.

O prazo do Grupo de Trabalho criado para atualização da Legislação sobre Pessoas com Deficiência vai ser prorrogado por 06 (seis) meses, por meio de Ato da Mesa Diretora, em atenção à solicitação dos integrantes do citado grupo. Assim sendo, no próximo ano a referida legislação será divulgada e distribuída à sociedade.

3 - Processos Legislativos e Administrativos

Compete ao Gabinete da Terceira Secretaria, entre outras responsabilidades, as seguintes atividades: a análise de Requerimentos de Sessão Solene, de Tramitação Conjunta, de Retomada de Tramitação, de Arquivamento e Desarquivamento de Proposições; a análise de projetos de Resolução para os quais o Terceiro Secretário seja designado relator pela Mesa Diretora; a análise de solicitações de utilização do sistema de áudio; fiscalização e controle dos documentos comprobatórios de utilização da verba indenizatória; e a recepção e o controle das listas de presença, com vistas a submeter à apreciação da Mesa Diretora.



3.1 – Requerimentos e processos apreciados

No decorrer do ano, foram editadas 70 (setenta) Portarias com deliberações sobre a realização de aproximadamente 267 (duzentas e sessenta e sete) Sessões Solenes; sobre 24 (vinte e quatro) pedidos de tramitação conjunta de proposições; sobre 13 (treze) pedidos de retomada de tramitação de proposições, nos termos do art. 137 do RICLDF.

Considerando o início de uma nova legislatura, foram editadas 07 (sete) portarias para dar publicidade ao arquivamento de proposições nos termos dos artigos 137 e 138 do Regimento Interno desta Casa.

3.2 – Verbas Indenizatórias

O Ato da Mesa Diretora nº 45/2003 criou o Núcleo de Fiscalização e Controle da Verba Indenizatória do exercício parlamentar, ao qual compete promover as verificações, conferências, glosas e demais providências pertinentes ao regular processamento da documentação apresentada.

Sob a supervisão do Secretário Executivo, o Gabinete da Terceira Secretaria analisou os documentos comprobatórios de utilização da Verba Indenizatória dos Deputados Alírio Neto, Cláudio Abrantes, Evandro Garla, Luzia de Paula, Prof. Israel Batista e Joe Valle.

Além dos pareceres, foram apresentados os demonstrativos mensais da utilização da Verba Indenizatória, com o apoio da Coordenadoria de Planejamento e Elaboração Orçamentária – CPEO.

3.3 – Treinamento e Capacitação

Com a edição do Ato da Mesa Diretora nº 98/2008 e da Portaria do Gabinete da Mesa Diretora nº 77/2008, foi delegada ao Secretário Executivo da Terceira Secretaria a competência para autorizar a participação de servidores em eventos de treinamento externo, para os quais não haja despesa para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No decorrer do ano foram analisados 25 processos, nos quais 39 servidores foram autorizados a participarem de cursos e eventos de treinamento e capacitação, com dispensa de ponto e sem prejuízo de sua remuneração.



3.4 – Atividades culturais

Excepcionalmente, a equipe do Gabinete da Terceira Secretaria ofereceu apoio operacional e de infraestrutura para a realização do 1º Ciclo Acadêmico – “*A Câmara Legislativa recebe a UnB – Arquitetura e Urbanismo*”, realizado nos meses de outubro e novembro do corrente. Evento que selou uma importante parceria com a Universidade de Brasília - UnB, em especial com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB e esta Casa de Leis.

4. Conclusão

A meta inicial do Gabinete da Terceira Secretaria foi alcançada: a manutenção das atividades sob sua responsabilidade, com o aumento da transparência dos processos legislativo e administrativo, alicerçada nos resultados obtidos pelo excelente desempenho dos servidores de todas as suas unidades supervisionadas.

Por fim, em atenção ao disposto no artigo 39, § 2º, inciso VI², segue em anexo, os relatórios de atividades elaborados pelas unidades organizacionais supervisionadas administrativamente pelo Terceiro Secretário, e consolidados por orientação do Gabinete da Terceira Secretaria pela Diretoria Legislativa, conforme os anexos - Anexo I – Diretoria Legislativa e Anexo II – Assessoria Legislativa e Comissões Permanentes.

Em, 15 de dezembro de 2011.

André Luiz Peres Nunes
Secretário Executivo do Gabinete da Mesa Diretora
Terceira Secretaria

² Art. 39. À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos estabelecidos neste Regimento Interno. § 2º Na direção dos serviços administrativos, incumbe especialmente à Mesa Diretora:

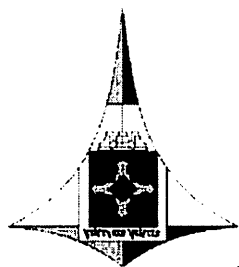
VI – apresentar à Câmara Legislativa, na sessão de encerramento do ano legislativo, relatório dos trabalhos administrativos e legislativos realizados, precedido de resumo sobre o seu desempenho.



ANEXO I

Brasília, Dezembro de 2011

.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

RELÁTORIO ANUAL DE ATIVIDADES

Novembro/2011

TERCEIRO SECRETÁRIO*Deputado Joe Valle***SECRETÁRIO EXECUTIVO***André Luiz Perez nunes***DIRETOR LEGISLATIVO***Manoel Álvaro da Costa***DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO***Jean de Moraes Machado***SETOR DE TAQUIGRAFIA***Cristiane de Lima Carvalho***SETOR DE APOIO AO PLENÁRIO***José Geraldo do Socorro Oliveira***SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA***Cristina Jacobson Jácomo Cinnanti***DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

Cleunice Leones da Silva

SETOR DE BIBLIOTECA

Marisa Perrone C. Rocha

SETOR DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS

Ricardo Sanches São Pedro

SETOR DE PROTOCOLO LEGISLATIVO

Maria Beatriz Sena Brignol

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

Alvaro Antonio Guimarães

SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Vera Lúcia Lima de Aquino

SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Jussara Ferreira Gomes

COMISSÕES DOS ANAIS E MEMÓRIA

Sônia Regina Pereira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE	06
2. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2011	06
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIRETORIA LEGISLATIVA EM 2011	07
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO EM 2011	08
4.1 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Taquigrafia em 2011	09
4.2 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Apoio ao Plenário em 2011	12
4.3 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Tramitação Ata e Súmula em 2011	14
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES EM 2011	15
5.1 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Apoio às Comissões Permanentes em 2011	21
5.2 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Apoio às Comissões Temporárias em 2011	21
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO LEGISLATIVA EM 2011	23
6.1 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Biblioteca em 2011	23
6.2 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Gestão de Documentos e Arquivos em 2011	43
6.3 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Protocolo Legislativo em 2011	48
7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA EM 2011 ...	50
8. COMENTÁRIOS E CONCLUSÃO	51

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por escopo fornecer subsídios ao Secretário Executivo da Terceira Secretaria para atendimento ao disposto no art. 39, § 2º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte de Leis.

1. APRESENTAÇÃO DA UNIDADE

A Diretoria Legislativa pertence à Terceira Secretaria e tem por atribuições coordenar e supervisionar o Processo Legislativo desta Casa. Para tanto, tem sob sua coordenação e supervisão as seguintes unidades administrativas: Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário à qual pertencem os seguintes setores: Setor de Taquigrafia, Setor de Apoio ao Plenário e Setor de Tramitação Ata e Súmula; Divisão de Apoio às Comissões à qual pertencem o Setor de Apoio às Comissões Permanentes e o Setor de Apoio às Comissões Temporárias; Divisão de Documentação e Informação Legislativa à qual pertencem o Setor de Biblioteca, o Setor de Gestão de Documento e Arquivo e o Setor de Protocolo Legislativo; bem como a Comissão dos Anais e Memória.

2. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2011

Conforme dispõe o artigo 23 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, à Diretoria Legislativa compete prestar apoio técnico em estudos e proposições formuladas pelos Deputados, Lideranças partidárias e de Blocos Parlamentares, Comissões e Colégio de Líderes, bem como coordenar e supervisionar o processo de administração de informações legislativas, fornecendo apoio técnico e operacional para o funcionamento do Plenário e das Comissões, inclusive no processo de fiscalização das ações governamentais.

Dessa forma, além de ser diretamente responsável pelo controle de frequência, licenças e pedidos de justificativa de ausências dos Parlamentares, bem como por elaborar a estatística mensal dos trabalhos legislativos realizados por esta Casa, a

Diretoria Legislativa coordena e supervisiona as atividades desempenhadas pelas seguintes unidades: Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário à qual pertencem os seguintes setores: Setor de Taquigrafia, Setor de Apoio ao Plenário e Setor de Tramitação Ata e Súmula; Divisão de Apoio às Comissões à qual pertencem o Setor de Apoio às Comissões Permanentes e o Setor de Apoio às Comissões Temporárias; Divisão de Documentação e Informação Legislativa à qual pertencem o Setor de Biblioteca, o Setor de Gestão de Documento e Arquivo e o Setor de Protocolo Legislativo e pela Comissão dos Anais e Memória.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIRETORIA LEGISLATIVA EM 2011

Nos termos do artigo 109, § 7º, do Regimento Interno da CLDF, a Diretoria Legislativa controlou as frequências, justificativas de ausência e licenças dos parlamentares, bem como elaborou mês a mês a estatística de todos os trabalhos legislativos realizados pela CLDF. Ademais disso, o Diretor Legislativo, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, coordenou e supervisionou, prestando o apoio técnico-operacional necessário, as atividades desenvolvidas pelas unidades diretamente subordinada à Diretoria Legislativa, conforme dispõem os artigos 24 a 34 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**.

Dessa forma, com o fito de atender o que dispõe o art. 39, § 2º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte de Leis segue o relatório sucinto das atividades de cada uma das unidades subordinadas diretamente à Diretoria Legislativa.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO EM 2011

Conforme prescreve o artigo 28 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, à Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário compete controlar, coordenar e dirigir a execução dos serviços de taquigrafia, de elaboração de atas e súmulas das reuniões das Comissões e do Plenário e de apoio ao funcionamento das sessões plenárias, incluindo a sonorização dos trabalhos. Para tanto, além das atividades que exerce diretamente, a Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário coordena e supervisiona as atividades do Setor de Taquigrafia, do Setor de Apoio ao Plenário e do Setor de Ata Tramitação e Súmula.

Assim sendo, no período de 01/01/2011 à 19/11/2011 o Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário, juntamente com sua equipe técnica-operacional, além de coordenar e supervisionar, prestando o apoio técnico-operacional necessário, as atividades dos setores supracitados, realizou diretamente as seguintes atividades:

A) SOLICITAÇÕES DE CÓPIAS DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS ATENDIDAS NA DTAP

a.1 - Solicitações atendidas em 2011, por intermédio de fichas

2011	185
------	-----

****Dados colhidos até 19/11/2011***

a.2 - Solicitações atendidas em 2011, por e-mail

2011	397
------	-----

****Dados colhidos até 19/11/2011***

TOTAL GERAL DE SOLCITAÇÕES ATENDIDAS EM 2011: 582

B) ORGANIZAÇÃO PELA DTAP DOS ORIGINAIS DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE REUNIÕES DE COMISSÕES, SEMINÁRIOS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Este trabalho consiste no controle criterioso de notas taquigráficas recebidas do Setor de Taquigrafia bem como a sua armazenagem nos arquivos da Divisão.

O arquivo do ano corrente é mantido na DTAP e, ao final de cada sessão legislativa, essas notas taquigráficas são enviadas ao Setor de Gestão de Documentos e Arquivo – SGDA, para guarda permanente.

C) SOLICITAÇÕES DE CÓPIAS DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS ATENDIDAS NA DTAP

a.1 - Solicitações atendidas em 2011, por intermédio de fichas

2011	185
------	-----

**Dados colhidos até 19/11/2011*

a.2 - Solicitações atendidas em 2011, por e-mail

2011	397
------	-----

**Dados colhidos até 19/11/2011*

TOTAL GERAL DE SOLCITAÇÕES ATENDIDAS EM 2011: 582

4.1 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Taquigrafia em 2011

De acordo com o artigo 29 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Taquigrafia compete realizar o registro taquigráfico de pronunciamentos, depoimentos e debates em Plenário e, em caso de necessidade, nas Comissões; decodificar as anotações relativas aos registros efetuados; promover a revisão prévia dos assentamentos taquigráficos e articular, quando for o caso, a sua revisão pelos oradores; manter arquivo de originais e organizar o índice de oradores; bem como viabilizar o esclarecimento imediato sobre os debates ocorridos nas sessões e reuniões da Câmara.

Nessa linha de intelecção, no período compreendido entre 01/01/2011 à 07/11/2011 a Chefe do Setor de Taquigrafia, juntamente com sua equipe técnica-operacional, realizou as seguintes atividades:

A) Nº DE QUARTOS (TEMPO DE 5 MINUTOS) DEGRAVADOS PELO SETAQ

a.1 - Quartos/mês por taquígrafo (média) **

2011	20,82
------	-------

****Dados colhidos até 07/11/2011***

*****Considerando média de 37 taquígrafos***

a.2 - Quartos/ano por taquígrafo (média) *

2011	249,94
------	--------

****Dados colhidos até 07/11/2011***

*****Considerando média de 37 taquígrafos***

a.3 – Total de Quartos produzidos no Setor durante o ano

2011	9.248
------	-------

****Dados colhidos até 07/11/2011***

B) Nº DE SESSÕES ORDINÁRIAS/COMISSÕES GERAIS, EXTRAORDINÁRIAS E SOLENES ATENDIDAS PELO SETAQ

SESSÕES	2011	QTD. QUARTOS
ORDINÁRIAS/COMISSÕES-GERAIS	68	1.701
EXTRAORDINÁRIAS	20	147
SOLENES	55	1.530
Total Geral	143	3.378

****Dados colhidos até 07/11/2011***

C) Nº DE REUNIÕES DE COMISSÕES PERMANENTES, COMISSÃO ESPECIAL E TEMPORÁRIAS ATENDIDAS PELO SETAQ *

COMISSÕES	2011	QTD. QUARTOS
CAF	17	95
CAS	20	490
CCJ	31	355
CDC	12	34
CDDHCEDP	08	77
CDESCTMAT	08	87
CEOF	27	449
CES	15	215
CESP	02	02
CORREGEDORIA	--	--
COSEG	09	89
CPI Pró-DF	20	218
Total Geral	169	2.111

****Dados colhidos até 07/11/2011***

D) Nº DE EVENTOS DIVERSOS ATENDIDOS PELO SETAQ: SEMINÁRIOS, DEBATES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS *

EVENTOS	2011	Qtd. Quartos
Seminários, Audiências e Debates	98	3.759

****Dados colhidos até 07/11/2011***

4.2 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Apoio ao Plenário em 2011

De acordo com o artigo 30 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Apoio ao Plenário compete operar o serviço de sonorização e manter arquivo de gravações de sessões plenárias e, quando for o caso, reuniões de Comissões; acompanhar as sessões plenárias, registrando e informando a Mesa sobre a cronometragem dos pronunciamentos e providenciando, junto ao Setor de Taquigrafia, as informações que se fizerem necessárias; registrar a presença dos Deputados nas sessões plenárias; promover a inscrição de oradores para as sessões plenárias; divulgar a convocação de sessões plenárias; promover o registro, em livro próprio, das questões de ordem e divulgá-lo anualmente; bem como fornecer o apoio burocrático necessário ao funcionamento do Plenário, inclusive quanto à busca e entrega de documentos e à preparação de fotocópias.

Nesse diapasão de atribuições, no período compreendido entre 01/01/2011 à 11/11/2011 o Chefe do Setor de apoio ao Plenário, juntamente com sua equipe técnica-operacional, realizou as seguintes atividades:

A) Nº DE SESSÕES ORDINÁRIAS / COMISSÕES GERAIS ATENDIDAS

a.1 - Sessões Ordinárias (*)

2011	102
------	-----

(*) Dados colhidos até 11/11/2011

Dado complementar: 23 sessões ordinárias foram transformadas em Comissão Geral.

B) Nº DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS ATENDIDAS

b.1 - Sessões Extraordinárias (*)

2011	35
------	----

(*) Dados colhidos até 11/11/2011

C) Nº DE SESSÕES SOLENES ATENDIDAS (INTERNAS E EXTERNAS)**c.1 - Sessões Solenes na CLDF (*)**

2011	133
-------------	------------

() Dados colhidos até 11/11/2011*

D) DIVULGAÇÃO DE EVENTOS NO SISTEMA DE SOM

2011	2.373
-------------	--------------

() Dados colhidos até 11/11/2011*

E) Nº DE REUNIÕES DE COMISSÕES PERMANENTES, COMISSÕES ESPECIAIS E TEMPORÁRIAS ATENDIDAS:

Comissões	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS
CCJ	29	3
CEOF	19	13
CAS	14	7
CDDHCEDP	8	2
CES	12	3
CAF	10	7
CDC	6	1
CDESCTMAT	8	0
COSEG	3	6
CPI DO PRÓ-DF	20	1
COMISSÃO ESPECIAL-PELOS	02	-
Total Geral	131	43

() Dados colhidos até 11.11.2011*

F) Nº. DE EVENTOS DIVERSOS ATENDIDOS (*)

h.1 – Seminários, Debates, Audiências Públicas, Reuniões e outros

2011	492
------	-----

() Dados colhidos até 11/11/2011*

Obs. Incluem-se apoio a reuniões técnicas e administrativas das áreas fim e meio da CLDF.

4.3 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Tramitação Ata e Súmula em 2011

De acordo com o artigo 31 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Tramitação Ata e Súmula compete acompanhar o desenvolvimento da Ordem do Dia, registrando as ocorrências e os números das votações e informando o Setor de Taquigrafia; bem como elaborar atas das sessões plenárias e das reuniões das Comissões.

Nessa linha de atribuições, no período compreendido entre 01/01/2011 à 21/11/2011 a Chefe do Setor de Tramitação Ata e Súmula, juntamente com sua equipe técnica-operacional, realizou as seguintes atividades:

Acompanhamento das sessões plenárias, Elaboração e Publicação das Atas Sucintas e Circunstanciadas

Quadro demonstrativo resumido – 2011

SESSÕES	SESSÕES REALIZADAS	ATAS SUCINTAS PUBLICADAS	ATAS CIRCUNSTANCIADAS PUBLICADAS	ATAS AINDA NÃO PUBLICADAS
ORDINÁRIAS	105	102	102	3
EXTRAORDINÁRIAS	37	35	35	2
SOLENES	134	Os registros de realização das sessões solenes foram publicados até a 130ª Sessão Solene, de 28/10/2011.		

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES EM 2011

De acordo com o artigo 32 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, à Divisão de Apoio às Comissões compete o controle da tramitação legislativa no âmbito das Comissões; o suporte técnico operacional à instrução dos processos legislativos; a divulgação das atividades de cada Comissão, incluindo o encaminhamento de matérias para publicação; bem como a promoção dos recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento de Comissões Temporárias, abrangendo as atividades de secretaria a elas pertinentes. Para tanto, esta Divisão integra o Setor de Apoio às Comissões Permanentes e o Setor de Apoio às Comissões Temporárias.

Nessa linha de atribuições, no período de 01/01/2011 a 21/11/2011 o Chefe da Divisão de Apoio às Comissões, juntamente com sua equipe técnica-operacional, além de coordenar e supervisionar, prestando o apoio técnico-operacional necessário, as atividades desempenhadas pelos Setores supracitados, realizou diretamente as seguintes atividades:

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAR NO DCL

- relações de proposições com prazos para emendas, provenientes do Setor de Apoio às Comissões Permanentes;
- relações de relatores designados, provenientes das comissões permanentes;
- convocações e pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias, provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- erratas provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- resultados de pauta, provenientes das comissões permanentes e temporárias;
- atas, provenientes das comissões permanentes e temporárias;

- comunicados (sobre audiências públicas e seminários), provenientes das comissões permanentes e temporárias.
- prazos para apresentação de recursos; e
- outros documentos gerados pelas comissões permanentes temporárias.

O quadro abaixo demonstra os expedientes gerados pela Divisão.

Memorandos	45
Memorandos-Circulares*	1.002
Formulários (reserva das salas de reuniões das comissões)	84
TOTAL	1.131

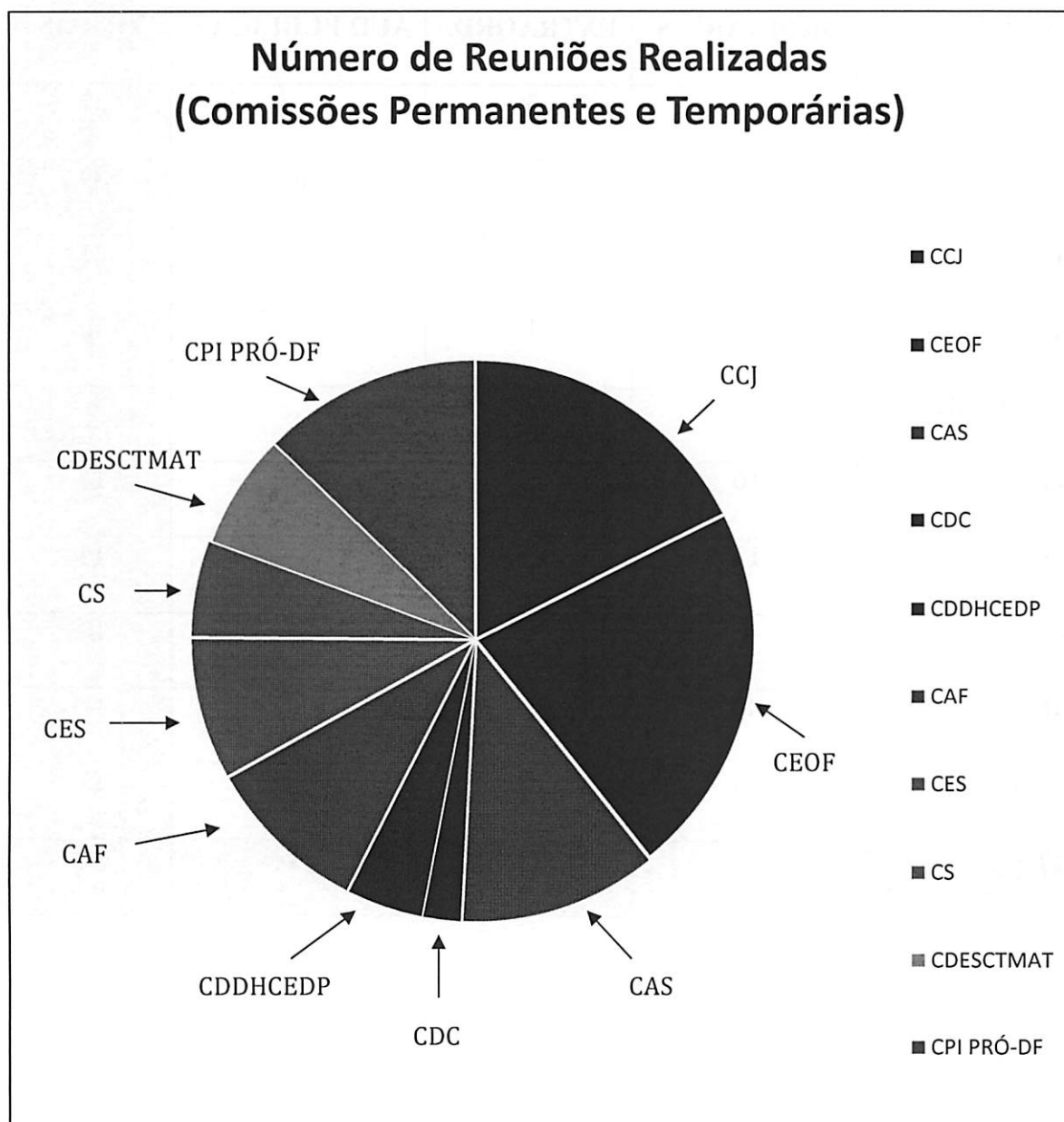
(*) Dentre esses 1.002 circulares, 997 – 88% do total dos expedientes - foram para solicitar apoio direto (Seção de Divulgação, Coordenadoria de Polícia Legislativa, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário e Setor de Apoio ao Plenário), a fim de viabilizar a realização de reuniões das comissões (permanentes e temporárias), cujo desempenho está representado pela sequência de tabelas e gráficos abaixo.

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA - REUNIÕES REALIZADAS POR COMISSÃO

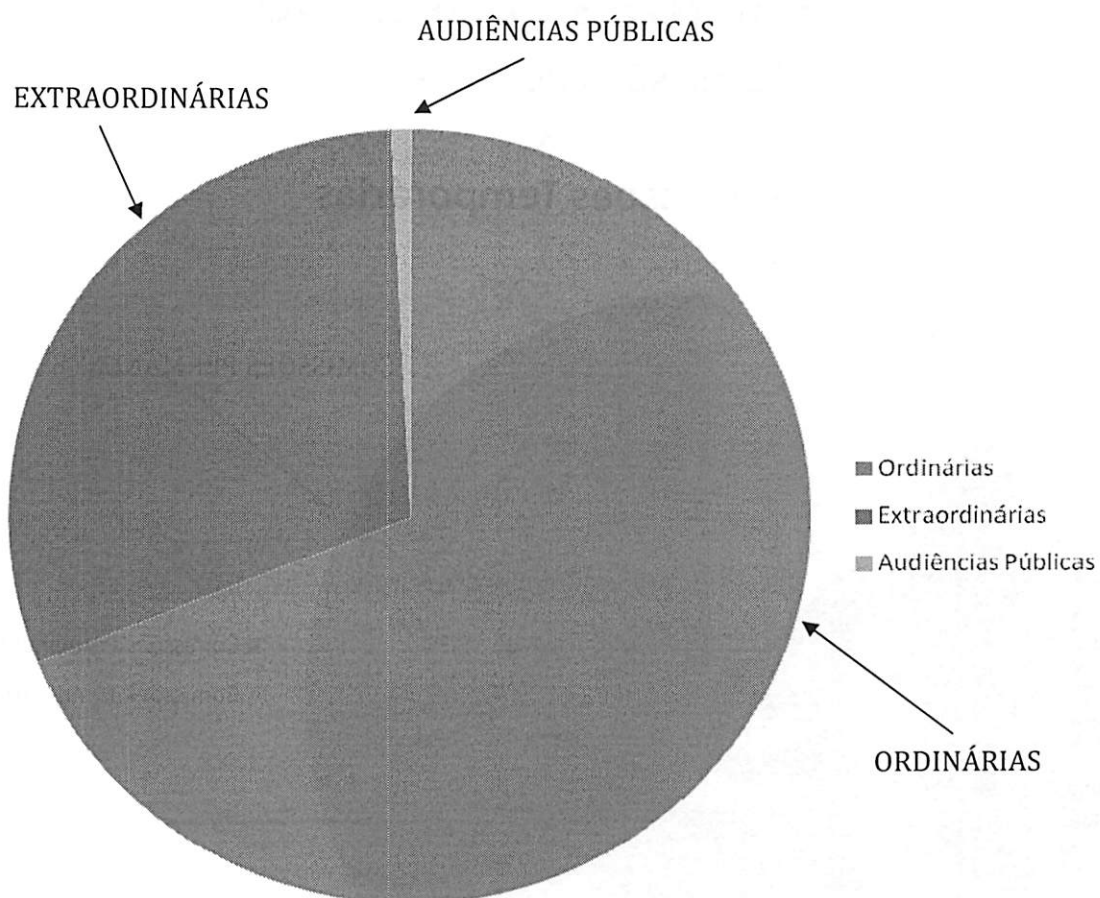
COMISSÕES	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS			TOTAIS
	ORDINÁRIAS	EXTRAORD.	AUD.PÚBLICAS	
CCJ	29	3		32
CEOF	13	20	6	39
CAS	14	7		21
CDC	3	1		4
CDDHCEDP	5	3		8
CAF	10	7		17
CES	12	3		15
CS	4	6		10
CDESCTMAT	8	1	3	12
CPI PRÓ-DF	20	1	2	23
TOTAIS	118	52	11	181

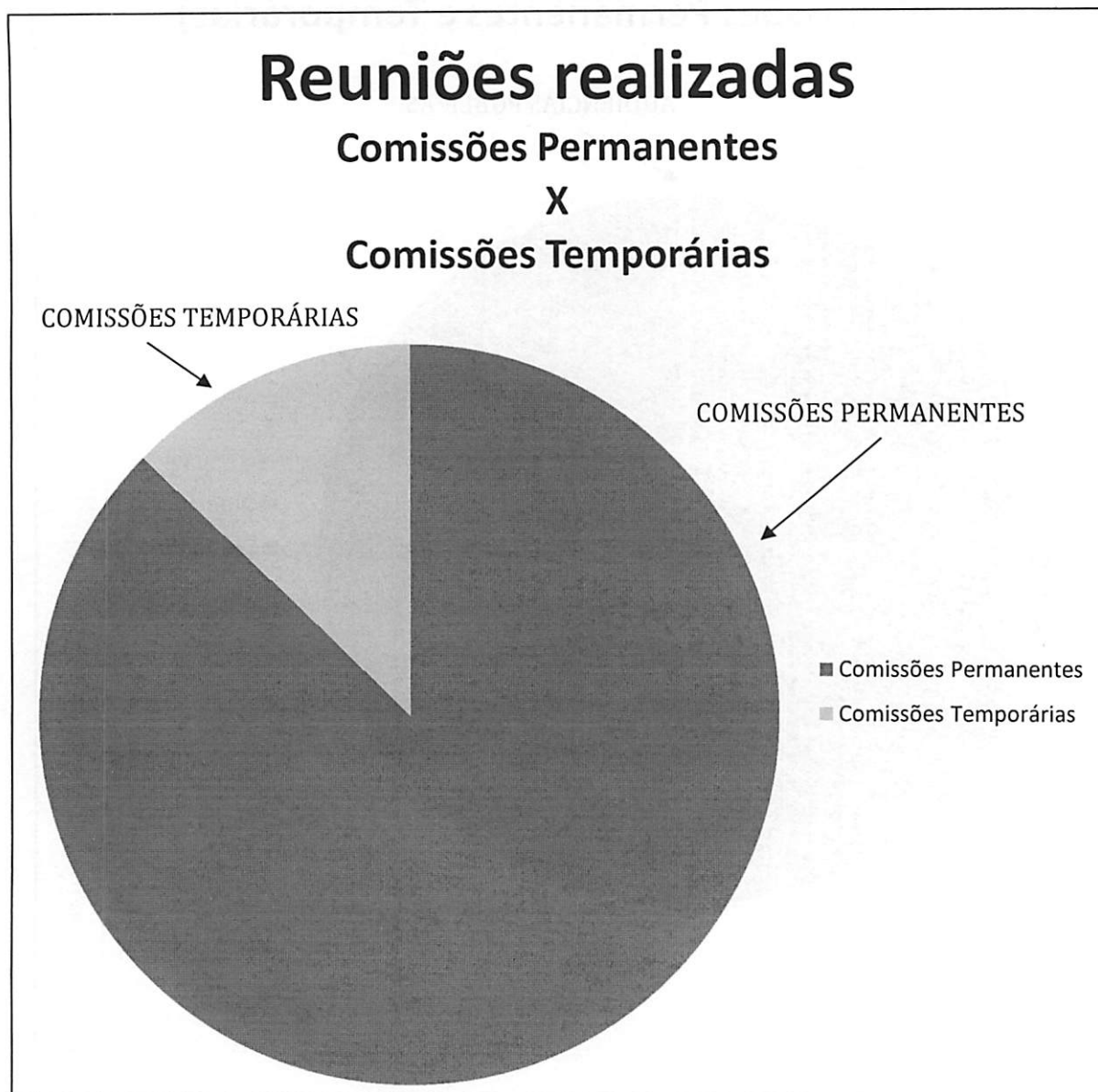
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS REUNIÕES REALIZADAS

Número de Reuniões Realizadas (Comissões Permanentes e Temporárias)



Reuniões realizadas por modalidade (Comissões Permanentes e Temporárias)





Vale ressaltar que além de executar diretamente as atividades supracitadas o chefe da Divisão de Apoio Às Comissões, juntamente com sua equipe técnica-operacional, supervisionou e coordenou, prestando apoio técnico-operacional, às atividades executadas pelo Setor de apoio às Comissões Permanentes e pelo Setor de Apoio às Comissões Temporárias.

5.1 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Apoio às Comissões Permanentes em 2011

Conforme dispõem o artigo 33 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, o Setor de Apoio às Comissões permanentes tem como principais atribuições fornecer os recursos necessários ao funcionamento das Comissões; promover, por determinação dos seus Presidentes, a divulgação das atividades das Comissões; acompanhar e controlar a tramitação de proposições, quando sob exame das Comissões, informando sobre isto os interessados, bem como acompanhar, controlar e revisar a tramitação das proposições no âmbito das Comissões Permanentes e demais unidades envolvidas no processo legislativo.

Nessa linha de intelecção, até o dia 21 de novembro de 2011 o Setor de Apoio às Comissões Permanentes realizou 17.323 (dezesete mil trezentos e vinte e três) procedimentos legislativos (computados os procedimentos referentes às proposições que se enquadraram nos artigos 137 e 138 do regimento Interno da CLDF, pois à medida que as proposições recebem deliberação e aportam no SACP, é efetivado o registro de cada passo, assim como dado o encaminhamento pertinente.

5.2 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Apoio às Comissões Temporárias em 2011

De acordo com o artigo 34 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Apoio às Comissões Temporárias é atribuído: executar as medidas necessárias à instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, Especiais e de Representação; executar as atividades de secretaria das reuniões, incluindo a redação e datilografia de atas e documentos correlatos; cuidar do arquivo e de outras documentações afetas a essas atividades; consolidar e divulgar os relatórios finais, além do apoio operacional ao encaminhamento das medidas nele previstas; outras medidas administrativas que assegurem o adequado funcionamento das Comissões Temporárias ou que vierem a ser determinadas por seus respectivos presidentes.

Dessa forma, até o dia 21 de novembro de 2011 o Setor de Apoio às Comissões Permanentes realizou as seguintes atividades: secretaria da Comissão

Parlamentar de Inquérito do Pró-DF; secretaria da Comissão Especial da Copa do Mundo de 2014; atualização e disponibilização das informações sobre as Comissões temporárias, através do portal da CLDF; prestação de informações aos setores internos da Casa e público em geral; acompanhamento, pelo DCL, das publicações referentes às Comissões Temporárias e atualização do Sistema LEGIS com os dados das Comissões Temporárias.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO LEGISLATIVA EM 2011

Conforme dispõe o artigo 24 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, à Divisão de Informação e Documentação Legislativa é atribuída a competência de controlar, coordenar, dirigir e implantar atividades de registro, armazenamento e controle da tramitação de proposições; pesquisar, dar tratamento técnico, analisar e disseminar informações; organizar e preservar o acervo bibliográfico e documental; implementar política de gestão de assuntos legislativos, incluindo a instituição de bancos de dados e a divulgação de Serviços, produtos e subprodutos e planejar e implantar sistemas de gerenciamento de informações legislativas, jurídicas, arquivísticas e bibliográficas. Para desempenhar tais atribuições, além de exercer diretamente as atividades que lhe compete, a Divisão de Informação e Documentação Legislativa coordena e supervisiona as atividades dos seguintes setores: Setor de Biblioteca, Setor de Gestão de Documentos e Arquivos e Setor de Protocolo Legislativo.

Desse modo, no exercício de 2011 a Chefe da Divisão de Informação e Documentação Legislativa, juntamente com sua equipe técnica-operacional, coordenou e supervisionou, prestando o apoio técnico-operacional necessário, as atividades atribuídas aos setores supracitados.

6.1 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Biblioteca em 2011

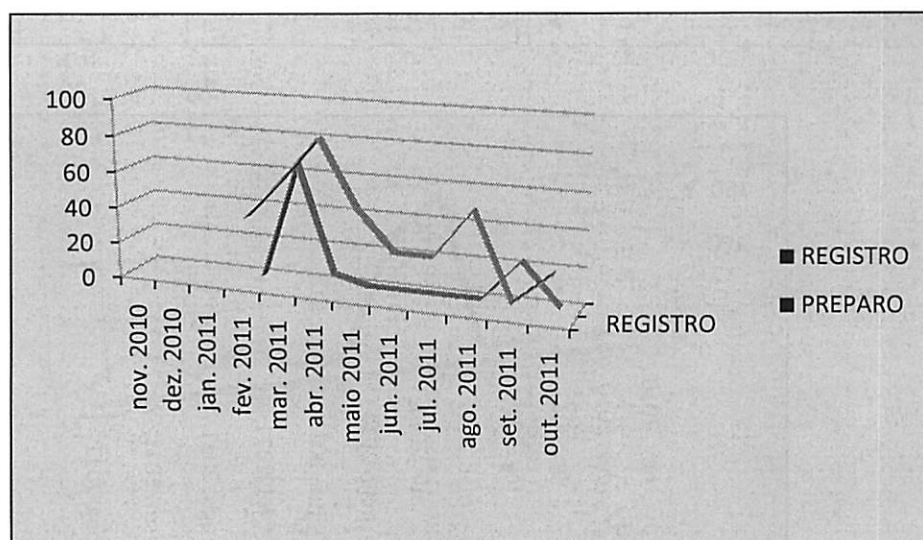
De acordo com o artigo 27 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Biblioteca compete formular, sob a supervisão da Diretoria Legislativa, as políticas de atendimento ao usuário, de seleção e desenvolvimento de coleção, de aquisição e indexação, com o objetivo de garantir eficiência e eficácia dos Serviços sob sua responsabilidade, e zelar pelo seu cumprimento; promover e fazer cumprir o Regulamento da Biblioteca e as demais disposições a que a Biblioteca estiver subordinada; elaborar e manter atualizados, sob a coordenação da Divisão de Informação e Documentação Legislativa, os manuais técnicos do Setor, visando à normalização de rotinas e procedimentos; orientar as atividades a serem desenvolvidas pelos Serviços a ele subordinados; garantir a qualidade dos serviços prestados pelo Setor no assessoramento a

parlamentares, servidores da Casa e usuários externos; planejar, sob a coordenação da Divisão de Informação e Documentação Legislativa, as atividades de controle da encadernação do material bibliográfico; promover ações de incentivo à leitura e ao uso das informações disponíveis no acervo da Biblioteca; sugerir à Diretoria Legislativa ações, em conjunto com a Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI, que assegurem eficiência e eficácia na gestão da informação e no gerenciamento dos sistemas que servem ao Setor; auxiliar a Diretoria Legislativa, em colaboração com a Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica, a implantar padrões de procedimentos que visem à normalização de documentos para fins de editoração; atuar junto aos órgãos da Casa com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Setor; auxiliar na promoção e cooperação de intercâmbio técnico com outras instituições, sistemas e bibliotecas referentes ao gerenciamento dos serviços oferecidos pelo Setor, visando ao aprimoramento de suas atividades; propor à Diretoria de Recursos Humanos, por intermédio da Diretoria Legislativa, a realização de cursos para treinamento, capacitação e atualização dos servidores lotados no Setor; divulgar o acervo da Biblioteca e os Serviços prestados pelo Setor, valendo-se de meios impressos, audiovisuais, eletrônicos e outros; elaborar o plano anual de ações e metas do Setor, considerando as necessidades e propostas apresentadas pelos Serviços a ele subordinados; bem como elaborar e encaminhar o relatório anual de atividades do Setor, consolidando as informações fornecidas pelos Serviços a ele subordinados.

Assim sendo, no período de novembro de 2010 a outubro de 2011 a Chefe do Setor de Biblioteca, juntamente com sua equipe técnica-operacional, realizou as seguintes atividades:

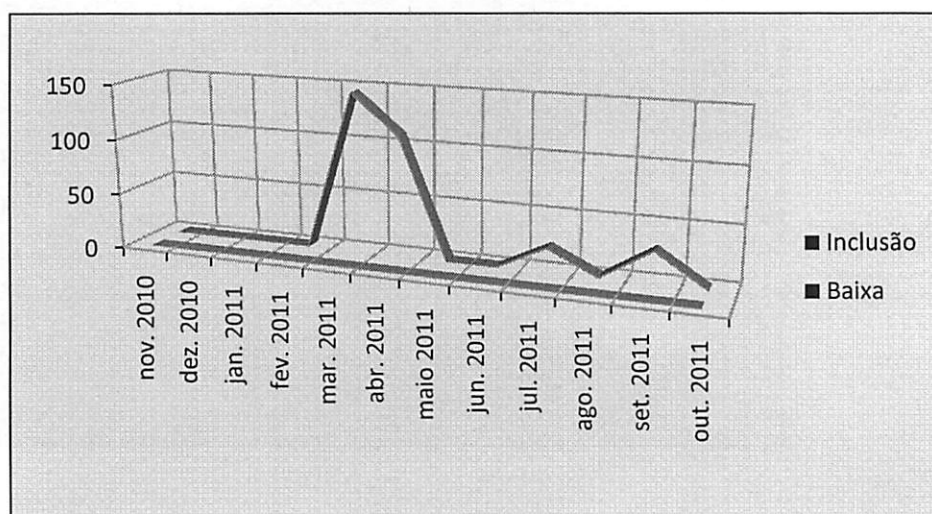
Preparo e Registro de Acervo

	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011
REGISTRO				39	61	85	49	27	27	54	7	25
PREPARO				0	65	5	0	0	0	0	23	0



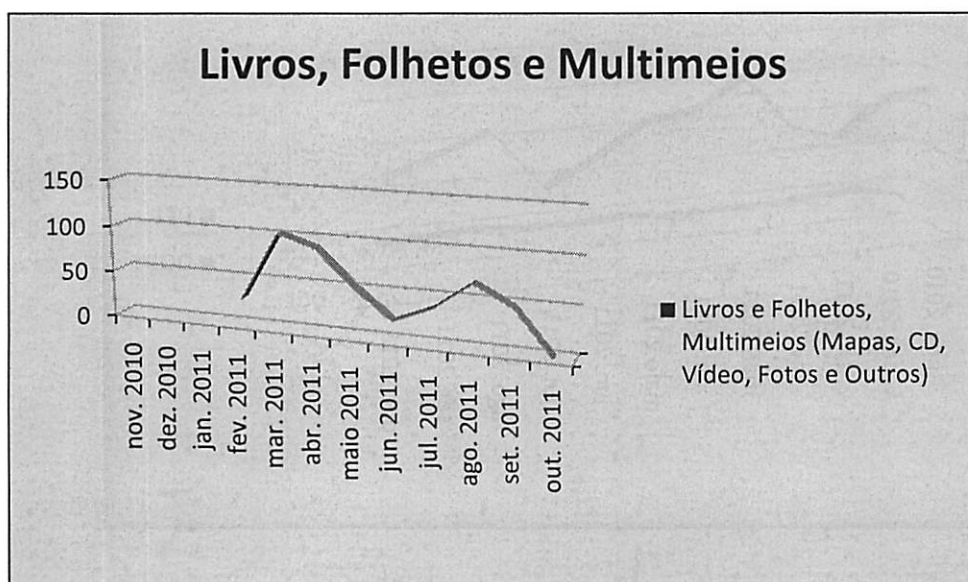
Inclusão e baixa de itens de livros e outros materiais

	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	TOTAL
Inclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Baixa	0	0	0	0	145	109	0	0	22	1	29	0	306



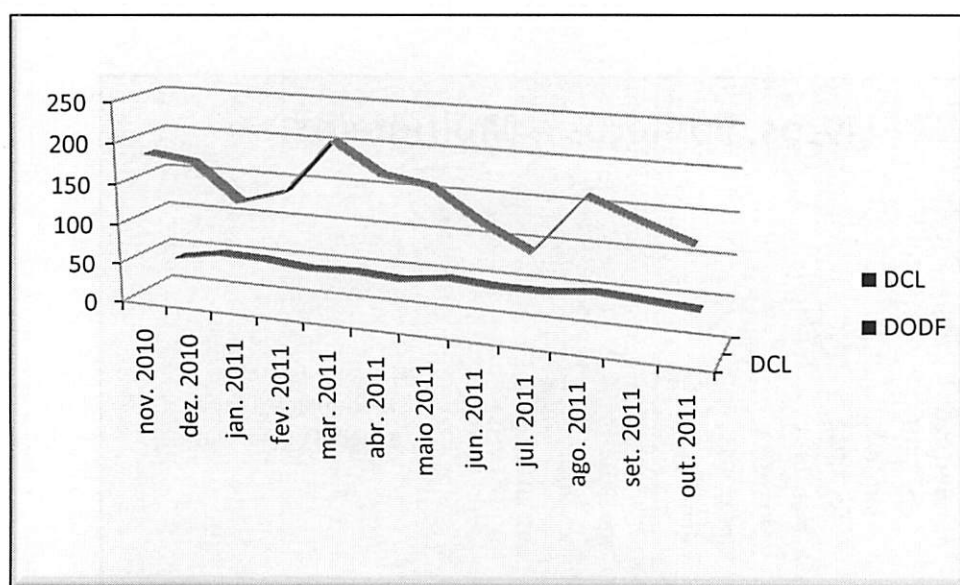
Catálogo e indexação de livros e outros materiais (Livros e Folhetos, Multimeios (Mapas, CD, Vídeo, Fotos e Outros))

	Catálogo, Indexação e Classificação						Catálogo, Indexação e Classificação						
	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011*	
Livros, Folhetos e Multimeios				29	103	90	52	21	38	68	47	21	TOTAL
Total	0	0	0	29	103	90	52	21	38	68	47	21	469



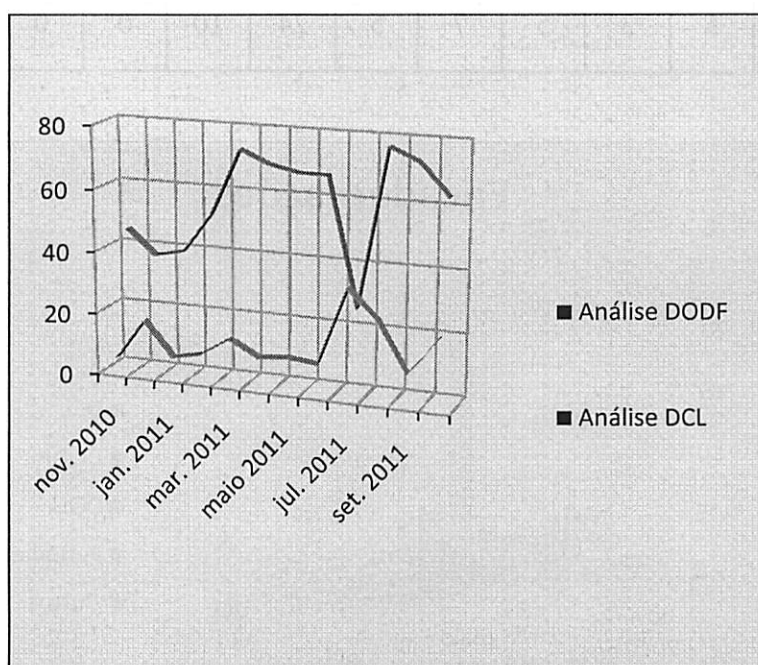
Registro de diários oficiais

	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	Total
DCL	186	179	135	152	217	182	173	136	107	177	154	133	1931
DODF	38	48	46	40	42	38	46	42	42	48	44	40	514
Total	224	227	181	192	259	220	219	178	149	225	198	173	2445



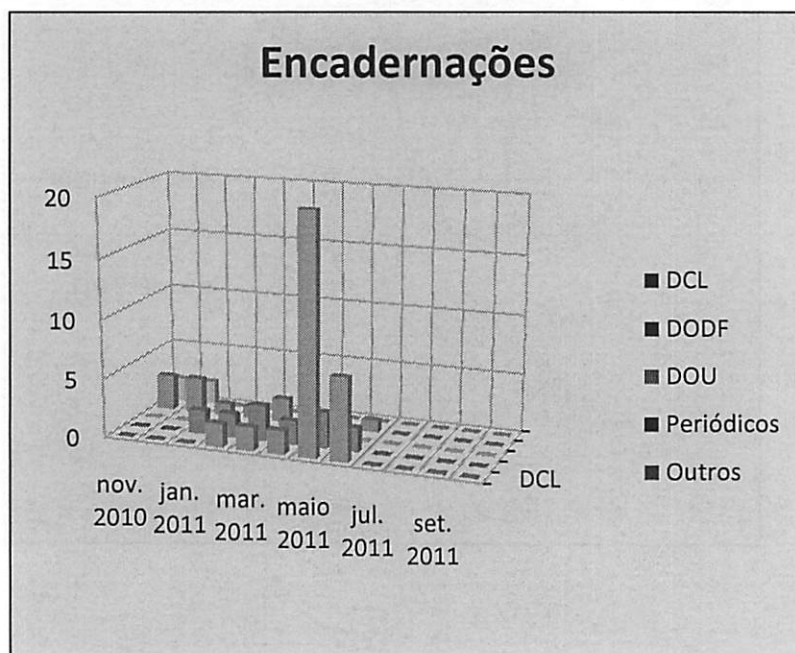
Análise dos diários oficiais

	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	Total
Análise DODF	5	18	7	9	15	10	11	10	35	26	10	22	178
Análise DCL	45	37	39	52	73	69	67	67	26	77	73	63	688
Total	50	55	46	61	88	79	78	77	61	103	83	85	866



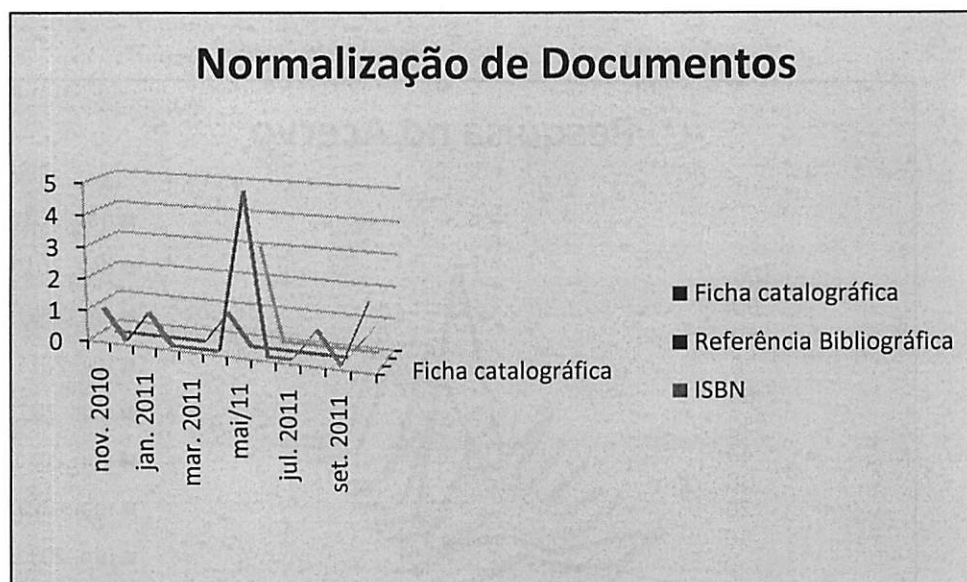
Encadernações

	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	Total
DCL	0	0	0	2	2	2	20	7	0	0	0	0	33
DODF	0	0	2	2	3	2	3	2	0	0	0	0	14
DOU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Periódicos	3	3	1	1	2	1	1	1	0	0	0	0	13
Outros	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total	5	5	3	5	7	5	24	10	0	0	0	0	64



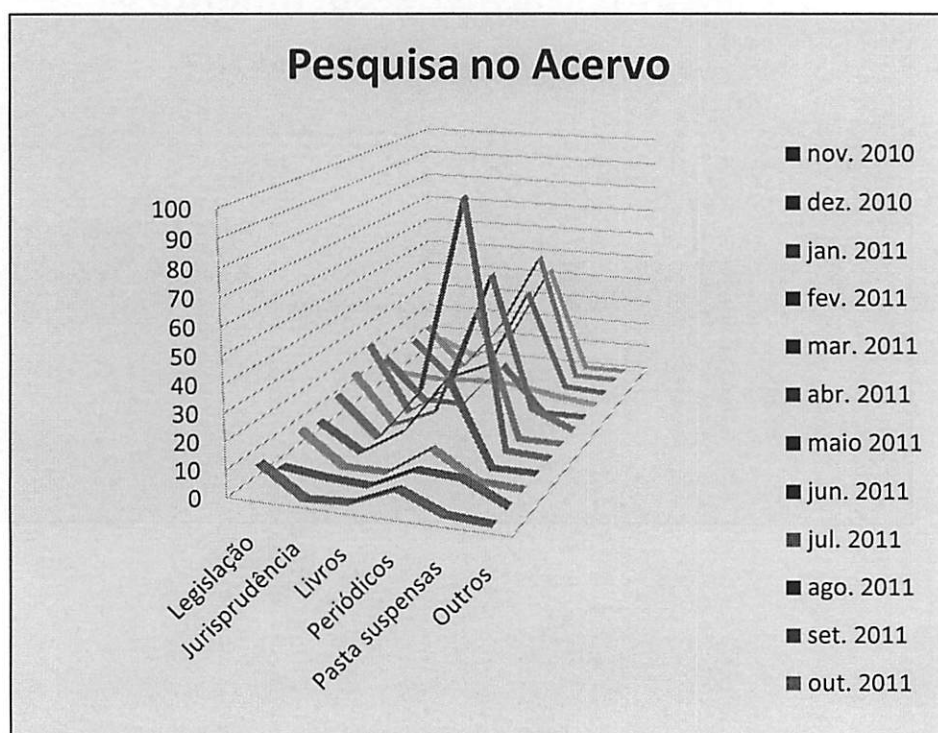
Normalização de Documentos da CLDF

	nov. 201 0	dez. 201 0	jan. 201 1	fev. 201 1	mar. 201 1	abr. 201 1	mai o 201 1	jun. 201 1	jul. 201 1	ago. 201 1	set. 201 1	out. 201 1
Ficha catalográfica	1	0	1	0	0	0	5	0	0	1	0	2
Referência Bibliográfic a	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ISBN							3	0	0	0	0	0



Pesquisas realizadas no acervo

TIPO	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	TOTAL
Legislação	11	4	12	10	15	19	26	16	5	15	17	7	157
Jurisprudência	0	2	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	6
Livros	1	1	0	10	20	7	12	0	5	7	20	12	95
Periódicos	8	9	11	32	95	49	59	18	5	40	52	43	421
Pasta suspensas	1	8	1	0	1	0	7	0	2	1	1	0	22
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	21	24	24	52	131	75	104	34	21	63	91	62	702



Pesquisas realizadas em outras fontes

	nov 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	TOTAL
BASES DE DADOS DO SICON													
NJUR	56	33	70	74	87	156	155	153	64	130	73	46	1097
NJ2R/DF	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Legis	7	7	11	68	19	6	17	21	22	7	15	21	221
SINJ	51	27	34	83	64	56	93	140	36	117	112	78	891
OUTRAS	0	0	1	1	2	0	0	4	0	1	1	2	12
SISTEMA ALEPH													
LIVROS	4	1	0	18	85	16	11	4	4	20	56	8	227
PERIÓDICOS	2	0	0	15	72	17	18	0	0	7	49	3	183
JORNAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS FONTES													
CONTATOS EXTERNOS	4	2	2	1	12	6	3	0	5	3	4	4	46
INTERNET	24	152	49	100	102	87	190	24	17	68	112	42	967
INTRANET	11	17	1	9	15	18	11	3	0	11	19	7	122
TOTAL	159	239	168	369	458	362	498	350	148	364	441	212	3768

Total geral das pesquisas realizadas

Somando as pesquisas no acervo e nas bases de dados disponíveis, foram realizadas 4.470 pesquisas para o atendimento aos usuários, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

ACERVO BASES TOTAL

21	159	180
24	239	263
24	168	192
52	369	421
131	458	589
75	362	437
104	498	602
34	350	384
21	148	169
63	364	427
91	441	532
62	212	274
702	3.768	4.470

Atividades complementares

Usuários	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	TOTAL
Internos	27	26	19	28	38	58	63	27	19	38	76	34	453
Externos	30	19	36	46	53	47	53	44	25	46	74	30	503
Atendimentos	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	TOTAL
Fax	1	0	1	2	0	1	0	0	0	0	1	0	6
e-mail	19	26	15	50	55	51	44	32	18	42	62	30	444

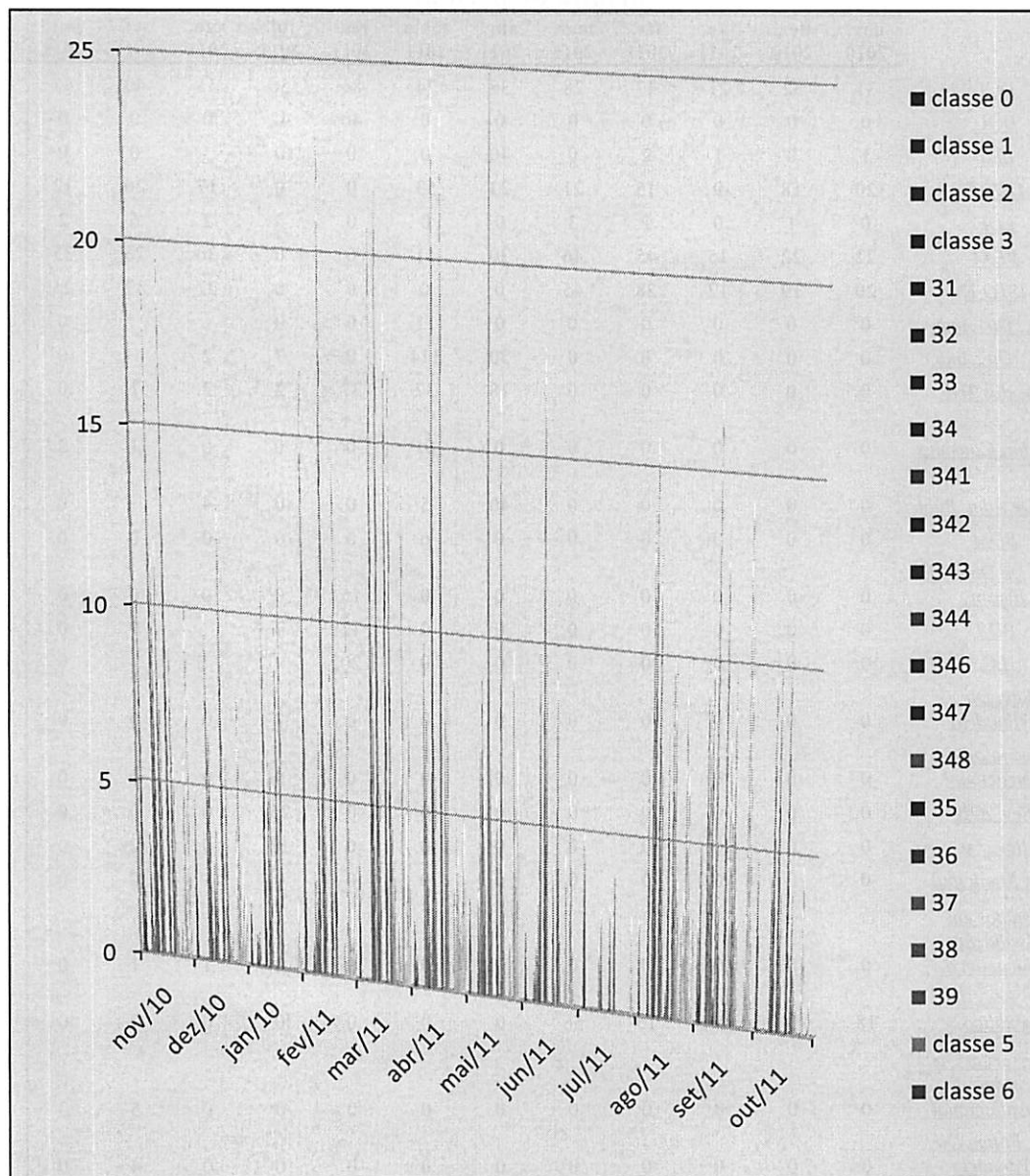
Foram atendidos 447 usuários externos. Compreendem-se dentre estes:
Órgãos do GDF, Órgão Públicos Federais, escritórios de advocacia, escolas, população do Distrito Federal, Prefeituras Municipais, empresas particulares, universidades, etc.

USUÁRIOS EXTERNOS	
2010	447
2011	503

Consulta de livros

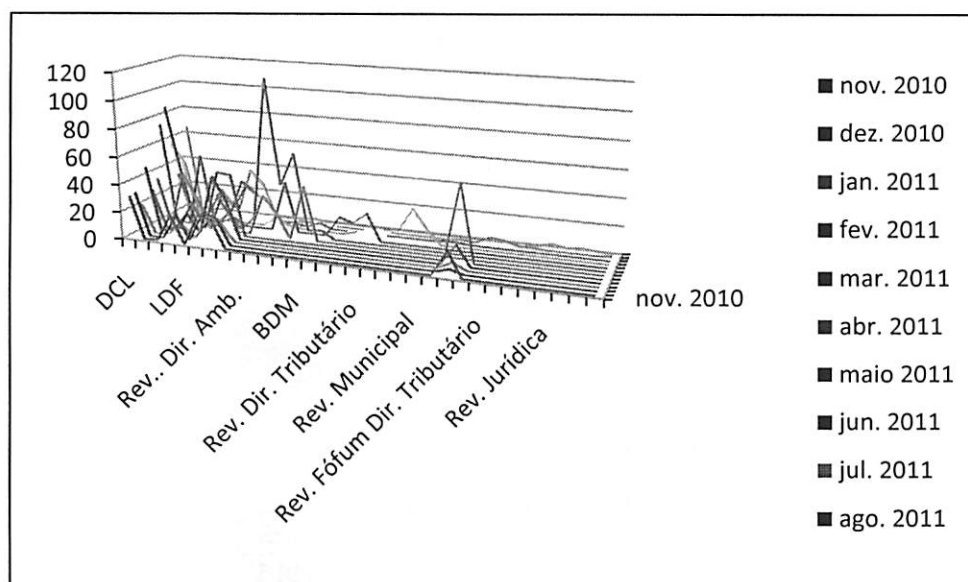
	nov/10	dez/10	jan/10	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	Total
<u>classe 0</u>	11	5	2	17	4	2	3	2	0	3	3	5	57
<u>classe 1</u>	2	0	0	0	0	1	0	0	5		5	0	13
<u>classe 2</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	
<u>classe 3</u>	0	0	1	0	0								1
<u>31</u>	4	0	1	1	0	0	3	1	0	7	10	0	27
<u>32</u>	1	0	0	3	0	10	7	2	0	0	9	0	32
<u>33</u>	19	10	0	3	21	8	10	3	0	14	10	5	103
<u>34</u>	11	7	11	7	10	3	5	10	0	16	1	10	91
<u>341</u>	0	1	0	0	4	2	0	0	2	0	18	0	27
<u>342</u>	12	3	6	23	23	25	25	18	3	13	4	10	165
<u>343</u>	8	4	6	6	7	7	8	10	0	8	0	4	68
<u>344</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>346</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	14	0	15
<u>347</u>	20	13	10	9	19	24	6	4	3	8	0	11	127
<u>348</u>	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	9	0	10
<u>35</u>	9	6	12	15	17	8	17	10	4	10	6	4	118
<u>36</u>	6	1	0	0	5	9	4	2	0	10	10	2	49
<u>37</u>	1	1	0	0	4	0	0	0	0	4	3	1	14
<u>38</u>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>39</u>	1	0	0	1	2	3	2	5	0	3	0	0	17
<u>classe 5</u>	0	4	0	0	0	5	0	0	0	4	0	5	18
<u>classe 6</u>	6	8	0	10	14	4	10	6	0	10	2	0	70
<u>classe 7</u>	0	1	0	1	1	2	6	2	0	7	15	0	35
<u>classe 8</u>	11	3	2	2	5	5	8	0	3	1	11	1	52
<u>classe 9</u>	0	2	1	3	9	5	0	0	0	3	1	0	24
	122	69	52	101	145	123	114	76	20	122	131	58	1133

Consultas de livros



Consulta de periódicos

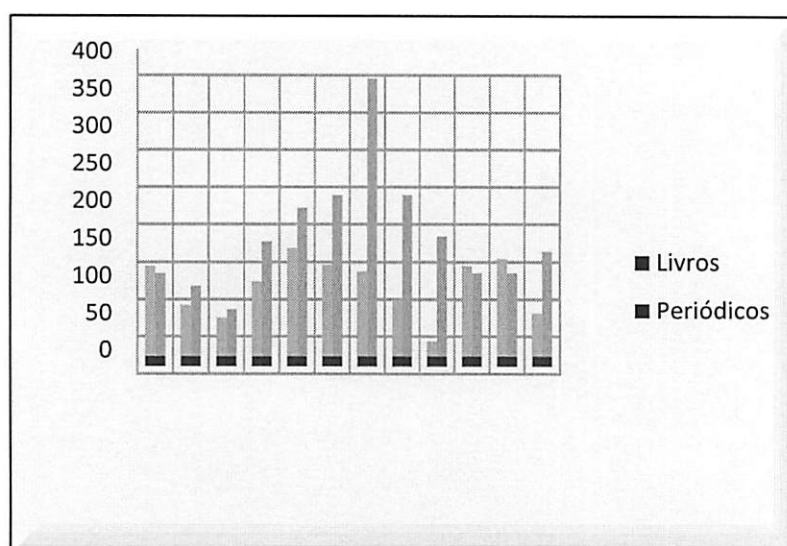
	nov. 2010	dez. 2010	jan. 2011	fev. 2011	mar. 2011	abr. 2011	maio 2011	jun. 2011	jul. 2011	ago. 2011	set. 2011	out. 2011	Total
<i>DCL</i>	31	32	21	47	28	35	74	86	56	31	40	65	546
<i>DOU</i>	0	0	0	0	0	0	0	40	42	0	0	0	82
<i>LEX</i>	1	0	1	2	0	40	0	0	0		0	0	44
<i>DODF</i>	20	18	9	15	21	23	53	0	0	17	20	12	208
<i>LDF</i>	0	1	0	2	3	0	0	0	0	2	6	2	16
<i>VEJA</i>	22	22	15	45	46	30	11	6	0	30	26	35	288
<i>ISTO É</i>	20	19	12	28	45	0	0	0	0	22	17	25	188
<i>Rev.. Dir. Amb.</i>	0	0	0	0	0	0	11	0	0			0	11
<i>Rev.. Dir. Amb.</i>	0	0	0	0	0	30	114	0	7	2		0	153
<i>Rev. dos Trib.</i>	0	0	0	0	0	18	37	37	2	2	1	0	97
<i>Rev. Jur. Consulex</i>	0	0	0	0	0	0	61	0	0	0	1	2	64
<i>Rev. De Adm. Públ.</i>	0	0	0	0	0	40	5	0	0	4		0	49
<i>BDM</i>	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	6
<i>Rev. De Doutr. E</i>													
<i>Jurispr.</i>	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0	15
<i>BDA</i>	0	0	0	0	0	0	0	12	3		0	0	15
<i>LC</i>	0	0	0	0	0	0	0	20				0	20
<i>Rev. Dir. Tributário</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
<i>Tecnologia educacional</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8
<i>Rev. IOB</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0	0	25
<i>Rev. C y</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	11
<i>Rev. Municipal</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<i>Estudos em Avaliação educacional</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
<i>Rev. Bras. Dir. Público</i>	18	3	5	15	56	0	0	0	0	0	0	0	97
<i>Rev. Fórum Dir. Adm. Constitucional</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
<i>Rev. Fórum Dir. Tributário</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
<i>Rev. Informação Legislativa</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
<i>Cad. Dir. Const. E Ciência Pol.</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<i>Rev. Dir. Administrativo</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
<i>Rev. Jurídica</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Rev. CEJ</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
<i>Rev. Dir. Const. e Internacional</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Rev. Síntese</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	112	95	63	154	199	216	372	216	161	112	112	141	1953



Total de consultas

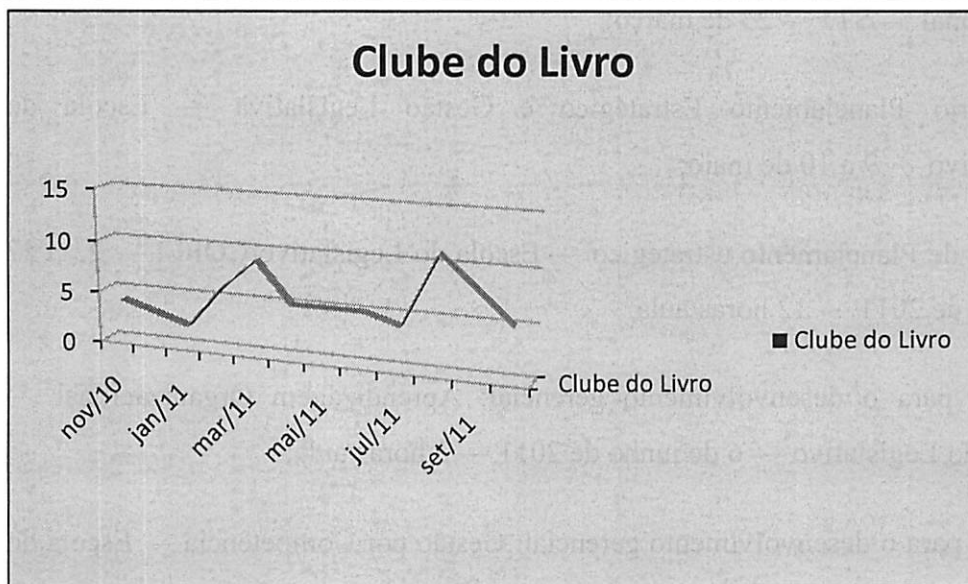
O gráfico e a tabela abaixo mostram a quantidade de consultas mensais de periódicos e livros sem retirada por empréstimo.

	Livros	Periódicos	Total
nov. 2010	122	112	234
dez. 2010	69	95	164
jan. 2011	52	63	115
fev. 2011	101	154	255
mar. 2011	145	199	344
abr. 2011	123	216	339
maio 2011	114	372	486
jun. 2011	76	216	292
jul. 2011	20	161	181
ago. 2011	122	112	234
set. 2011	131	112	243
out. 2011	58	141	199
Total	1133	1953	3086



Admissão de novos associados no Clube do Livro

nov/10	dez/10	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11
4	3	2	6	9	5	5	5	4	11	8	5



Eventos e treinamento de pessoal

- Medalha Ruben Borba de Moraes – honra ao mérito bibliotecário ao prof. Murilo Bastos Cunha — STJ — 23 de março;
- Palestra Novidades na área de Biblioteconomia e novas perspectivas de atuação profissional — STJ — 23 de março;
- Seminário Planejamento Estratégico e Gestão Legislativa — Escola do Legislativo — 9 a 10 de maio;
- Oficina de Planejamento estratégico — Escola do Legislativo/COPEI — 23 a 27 de maio de 2011 — 12 horas/aula;
- Palestra para o desenvolvimento gerencial: Aprendizagem Organizacional — Escola do Legislativo — 6 de junho de 2011 — 3 horas/aula;
- Palestra para o desenvolvimento gerencial: Gestão por Competência — Escola do Legislativo — 13 de junho — 3 horas/aula;
- Wokshop “Construção de Cenários” — Escola do Legislativo/COPEI — 16 a 20 de maio de 2011 — 16 horas/aula;
- Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação — Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia (AAPB) — 07 a 10 de agosto de 2011 — 24 horas/aula;
- Gestão de Processos — Escola do Legislativo — 15 a 26 de agosto de 2011 — 24 horas/aula;
- Migração do sistema ALEPH500 versão 16 para a versão 20 — Rede RVBI — 22 de julho a 02 de setembro de 2011;
- Conferência da primeira rodada, para verificar integridade dos dados convertidos, por meio de comparação, por amostragem de dados, por biblioteca, e teste de

funcionalidades da nova versão em cada módulo do sistema, por base — Rede RVBR — 05 a 23 de setembro de 2011;

- Solenidade de descerramento de placa da biblioteca Paulo Bertran, no hall da Biblioteca, 3º andar, realizado em 24 de outubro, às 18:00;
- Solenidade de descerramento de placa da sala de reuniões Pedro de Souza Duarte no térreo superior, realizado em 24 de outubro, a partir das 18:30;
- Sarau em tributo a Paulo Bertran, realizado em 24 de outubro, no foyer do plenário, a partir das 19:00.

Os servidores da Biblioteca que participaram dos cursos estão relacionados no Anexo V.

6.2 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Gestão de Documentos e Arquivos

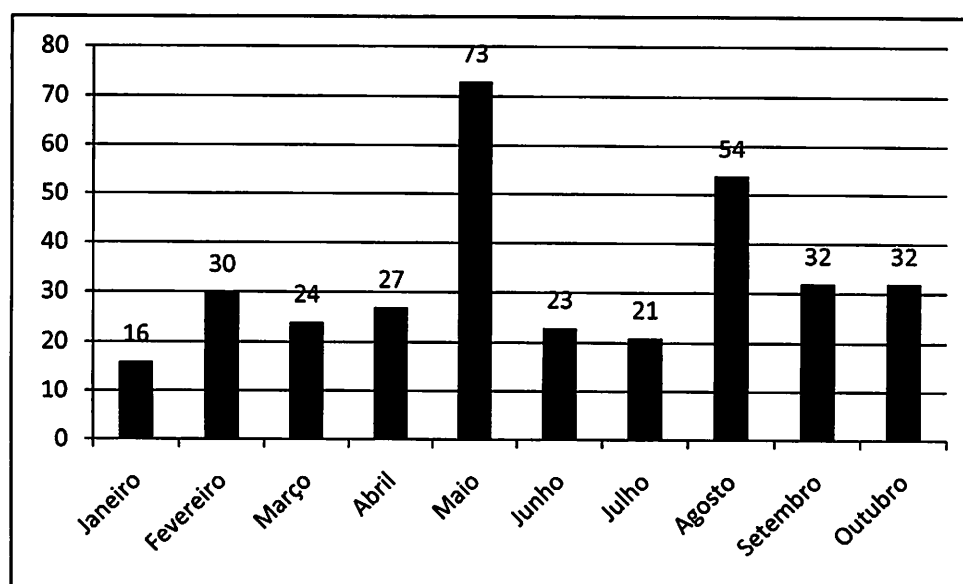
De acordo com o artigo 26 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Gestão de Documentos e Arquivos compete formular, sob a supervisão da Diretoria Legislativa, a política de gestão de documentos e arquivos, segundo os princípios da arquivística integrada, e zelar pelo seu cumprimento; administrar as atividades desenvolvidas pelos Serviços a ele subordinados, nos termos da Lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e da Lei distrital nº 2.545, de 28 de abril de 2000; sugerir à Divisão de Informação e Documentação Legislativa normas técnicas a serem observadas quanto à gestão, guarda, preservação e ao acesso aos documentos produzidos e recebidos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal no exercício de suas atividades; elaborar e manter atualizado o Manual de Serviços do Setor, com vistas à normalização de rotinas e procedimentos; promover, atualizar e orientar as atividades de classificação, avaliação, arquivamento e controle de documentos nos arquivos correntes e intermediários; coordenar, sob a orientação da Diretoria Legislativa, as atividades da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos a ser criada nos termos do art. 4º da Lei nº 2.545, de 28 de abril de 2000; submeter à apreciação superior o planejamento das atividades de transferência e recolhimento de documentos produzidos e recebidos pela

Câmara Legislativa do Distrito Federal, mantendo os devidos registros; encaminhar à Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por intermédio da Diretoria Legislativa, as listagens e os termos de eliminação para a devida autorização, cumpridas as determinações da Comissão Permanente de Avaliação; orientar as atividades relacionadas a arquivamento, preservação e acesso aos documentos de caráter permanente; incentivar a implantação de eventos que promovam o intercâmbio técnico com instituições arquivísticas locais, nacionais e internacionais, com vistas ao aprimoramento de suas atividades; propor à Diretoria de Recursos Humanos, por intermédio da Diretoria Legislativa, a realização de cursos para treinamento, capacitação e atualização dos servidores que atuam na área de gestão de documentos e arquivo permanente; elaborar o plano anual de ações e metas do Setor, considerando as necessidades e propostas apresentadas pelos Serviços a ele subordinados; bem como elaborar e encaminhar o relatório anual de atividades do Setor, consolidando as informações fornecidas pelos Serviços a ele subordinados.

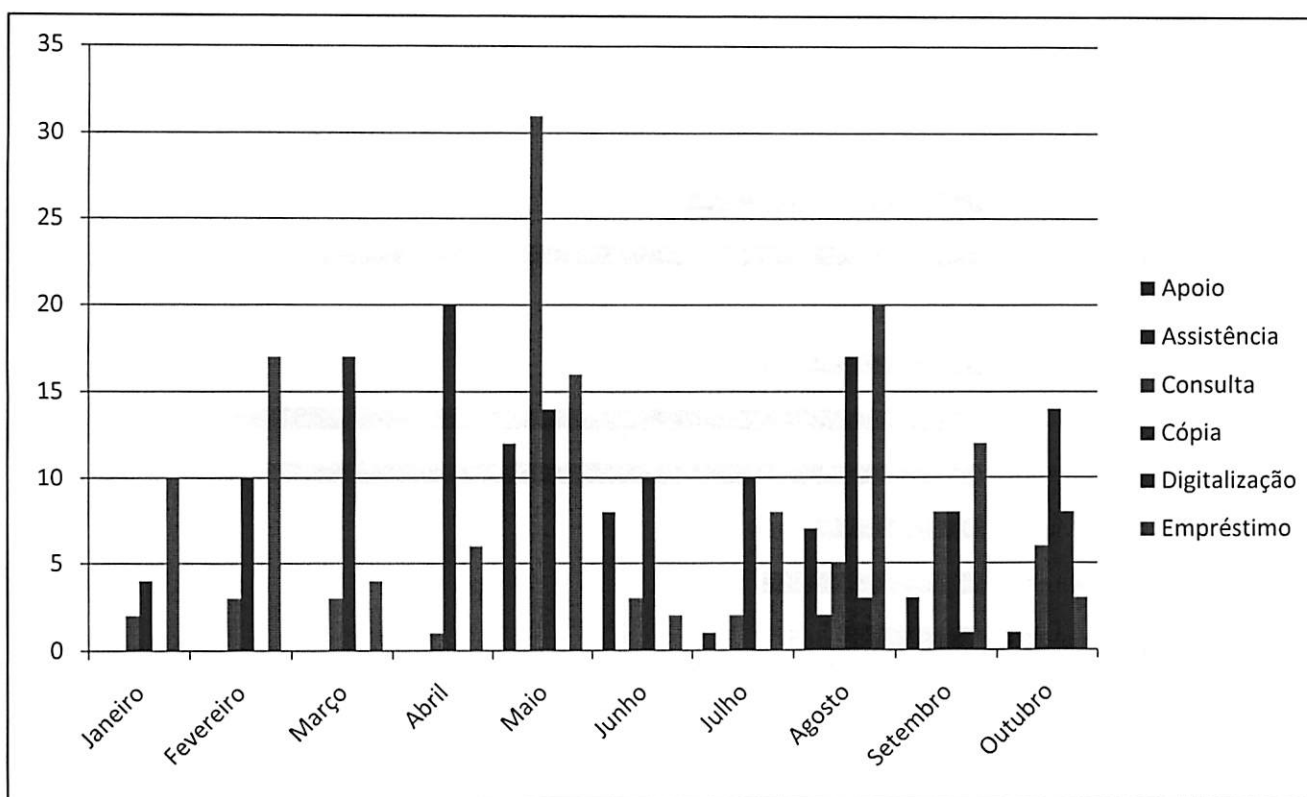
Dessa forma, no exercício de 2011 o Setor de Gestão de Documentos e Arquivos realizou as seguintes atividades.

- **Atendimentos aos usuários.**

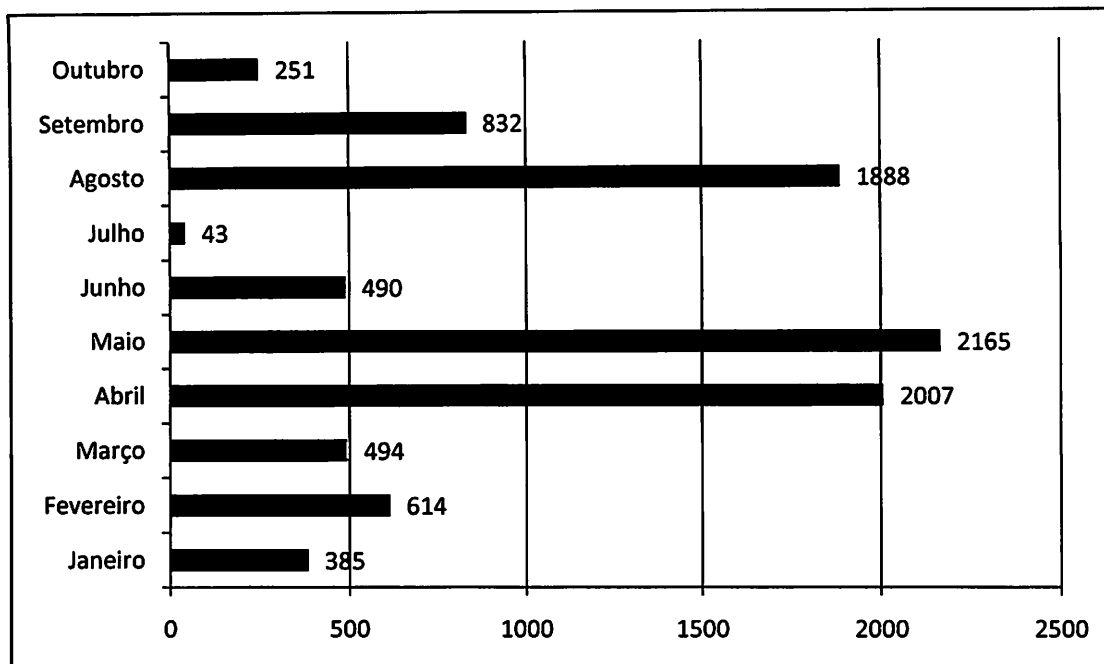
Montante de atendimentos internos e externos.



Tipos de atendimentos.



- **Reprodução de documentos.**



- **Levantamento e atualização de necessidades de arquivos (móveis) setoriais.**
- **Aquisição dos arquivos deslizantes setoriais.**
- **Aquisição de scanner de produção.**
- **Aquisição de multifuncional para reprodução de documentos no subsolo.**
- **Atendimento eletrônico para envio de informações solicitadas pelos usuários.**
- **Higienização do acervo FOPAG.**
- **Avaliação e comparativo para eliminação de cópias do acervo FOPAG.**
- **Discussão junto à CMI para projeto de migração das fitas da TV Distrital.**
- **Higienização das fitas da TV Distrital.**
- **Acondicionamento e guarda em espaço provisório das fitas da TV Distrital.**

- **Mudança de endereçamento e novo acondicionamento de caixas nos devidos móveis deslizantes adquiridos para o depósito localizado no segundo subsolo.**
- **Registro, controle e estatísticas do setor.**
- **Assistências técnicas aos diversos setores.**
- **Treinamento acerca do uso do PROTAD.**
- **Controle do trâmite de documentos emprestados.**
- **Apoio à pesquisa em documentos.**
- **Disponibilização de documentos para consulta e empréstimo.**
- **Apoio ao uso e aplicação do Código de Classificação para área-meio.**
- **Arquivamento de documentos.**
- **Desarquivamentos.**
- **Apoio interno relativo ao Sistema de Protocolo Legislativo – PROtad.**
- **Continuidade à elaboração do Manual de Comunicações Administrativas.**
- **Revisão do Manual das Comissões Temporárias em relação aos itens ligados ao Arquivo.**
- **Revisão do Manual das Comissões Permanentes em relação aos itens ligados ao Arquivo.**
- **Troca de caixas em processo de degradação.**
- **Elaboração e troca de espelhos de caixas antigas.**
- **Elaboração de ‘projetos básicos’ com vistas a melhoria e modernização das práticas arquivísticas no âmbito da CLDF.**
- **Contato junto ao setor de arquitetura e engenharia para adequações prediais do depósito do subsolo.**
- **Conferência de documentos para entrada no SGDA.**
- **Manutenção de equipamentos essenciais aos trabalhos.**
- **Comunicações oficiais expedidas 29 memorandos.**

6.3 Atividades Desenvolvidas pelo Setor de Protocolo Legislativo em 2011

De acordo com o artigo 25 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, ao Setor de Protocolo Legislativo compete registrar o início do encaminhamento de proposições, assim como sua tramitação e arquivamento; manter atualizado sistema de informações sobre trabalhos legislativos; produzir e distribuir avulsos das proposições em tramitação, nos termos regimentais; bem como fornecer informações aos interessados sobre a tramitação de proposições, assim como informações estatísticas sobre a atividade de elaboração legislativa.

Assim sendo, no período de 01/01/2011 à 16/11/2011 a Chefe do Setor de Protocolo Legislativo, juntamente com sua equipe técnica-operacional, realizou as seguintes atividades:

Autuação de Proposições

Foram autuadas (cadastramento eletrônico) e distribuídas 5.726 (cinco mil setecentas e vinte e seis) proposições, conforme quadro a seguir:

	Tram.	Red.Fin.	Sanc.	Prom.	Vet.	Aprov.	Indef.	Prej.	Rej.	Ret.	Apens.	Transf.	Arq. Leg	Arq.	Total
PELO	26										3				29
PLC	17	2	7							1					27
PL	468	9	101		13	2	1	3		23	10				630
PDL	71			18						4					93
PR	39			3											42
IND	882					2922		3	2	23				3	3835
MO	60					107				1					168
RQ	460					407	2	15		8	1			6	901
REC	1														1
Total	2024	11	108	21	13	3438	3	21	2	60	14			9	5726

Arquivamento de Proposições

Foram arquivadas 3.702 (três mil setecentos e duas) proposições, relativas à atual legislatura.

Realização de Pesquisas

Foram realizadas 1.055 (mil e cinqüenta e cinco) pesquisas, incluindo tanto os usuários externos quanto os internos.

Emissão de Relatórios

Foram emitidos 211 (duzentos e onze) relatórios.

Reconstituição de Processos

Foram reconstituídos os processos de tramitação referentes a três proposições.

7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DOS ANAIS E MEMÓRIA EM 2011

Conforme dispõe o artigo 1º da **RESOLUÇÃO Nº 171, DE 2001**, compete à Comissão dos Anais e Memória a preparação técnica dos anais da Câmara legislativa; o resgate, registro e preservação da memória da Câmara Legislativa e a publicação e divulgação dos Anais e Memória da Câmara Legislativa.

Nesse diapasão, até o dia 21 de novembro de 2011 a Comissão dos Anais e Memória realizou as seguintes atividades: redação dos anais/título referente à 1ª sessão legislativa da 6ª legislatura; redação dos Anais título referente ao Setor de Assistência Social; publicação de 1 separata, vinculada ao Caderno nº 14; atendimento a 4 solicitações de pesquisa; digitalização das atas das sessões plenárias de 2009, 2010 e 2011; publicação de uma média de 50 exemplares impressos e digitalizados, por número publicado e acessibilidade aos títulos 13 e 14 em ambiente digital: link da biblioteca no portal da CLDF.

8. COMENTÁRIOS E CONCLUSÃO

O ano de 2011 corresponde à 1ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura. Portanto, há que se levar em conta que até meados do mês de março de 2011 tanto a Diretoria Legislativa quanto as Unidades subordinadas diretamente a esta Diretoria estavam em processo de mudança de gestores, ou seja, somente a partir do mês de abril é que as atividades de cada uma dessas Unidades passaram a seguir as rotinas de praxe. Mesmo assim, foi possível desempenhar a contento as atividades propostas para o exercício de 2011.

É oportuno ressaltar que tanto a Diretoria Legislativa quanto as Divisões e Setores a Ela subordinados estão com seus quadros de pessoal muito aquém do necessário. Portanto, somente foi possível desempenhar todas as atribuições previstas nos artigos 23 a 34 da **RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991**, no decorrer do ano de 2011, porque houve empenho por parte dos gestores e demais servidores de cada uma destas unidades.

Ressaltamos que o presente relatório representa de forma sucinta as atividades desenvolvidas pela Diretoria Legislativas e pelas Unidades subordinadas diretamente a Ela.

Brasília, 25 de dezembro de 2011.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA
Diretor Legislativo



ANEXO II

Brasília, Dezembro de 2011



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ASSESSORIA LEGISLATIVA E DAS
COMISSÕES PERMANENTES

Dezembro/2011

TERCEIRO SECRETÁRIO*Deputado Joe Valle***SECRETÁRIO EXECUTIVO***André Luiz Perez nunes***CHEFE DA ASSESSORIA LEGISLATIVA***Dezival Ribeiro dos Reis Jr***SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA***Paulo Eduardo Pinto de Almeida***SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS***Getúlio José R. Pernambuco***SECRERÁRIO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR***Jairo de Souza Junior***SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO***Fábio Fuzeira*

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Egerineu Marques B. Júnior

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Marcus J. da C. Palomo

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA

José Viane de Araújo Pedrosa

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Alberto da Cruz Martins Lessa

**SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Wellington N. C. Duarte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES	06
2. ASSESSORIA LEGISLATIVA	07
2.1 Atividades Realizadas pela Assessoria Legislativa em 2011	07
3. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	15
3.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Constituição e Justiça em 2011	16
4. COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	24
4.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em 2011.....	25
5. COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	29
5.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Defesa do Consumidor em 2011	29
6. COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	33
6.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico sustentável, ciência, Tecnologia, Meio ambiente e Turismo em 2011	33
7. COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	36
7.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Sociais em 2011	37
8. COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	42
8.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Fundiárias em 2011	42

9. COMISSÃO DE SEGURANÇA	45
9.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Segurança em 2011	45
10. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	47
10.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Educação e Saúde em 2011	47
11 COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	51
11.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão dos direitos Humanos, cidadania, Ética e Decoro parlamentar em 2011	52
12. COMENTÁRIOS E CONCLUSÃO	56

INTRODUÇÃO

De acordo com o que reza o art. 2º, inciso V, do **ATO DA MESA DIRETORA Nº 10, de 2003**, ao Terceiro Secretário desta Casa compete coordenar, controlar e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas pela Assessoria Legislativa e pelas Secretarias das Comissões, órgão de apoio direto à ação parlamentar.

Nessa linha de inteligência, o presente relatório tem o escopo de fornecer subsídios ao Terceiro para atendimento ao disposto no art. 39, § 2º, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte de Leis.

Assim sendo, apresentamos a seguir o relatório sucinto das atividades desenvolvidas no exercício de 2011 pela Assessoria Legislativa e por cada uma das Comissões Permanentes desta Casa.

1. APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES

Conforme dispõe o art. 2º da **RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1994**, compete à Assessoria Legislativa prestar assessoramento especializado aos Deputados, às Comissões, às Lideranças, à Mesa Diretora e à Administração da Casa; elaborar pesquisas e estudos técnicos sobre temas legislativos considerados relevantes para a Câmara; prestar apoio técnico quanto ao conteúdo e forma de apresentação de proposições; promover, com a aprovação da Mesa Diretora, cursos, palestras e seminários sobre temas legislativos; bem como promover, por iniciativa própria e no seu âmbito de competências, estudos e sugestões à Mesa Diretora sobre temas de interesse da Casa. Para desenvolver tais atividades a Assessoria Legislativa conta com as seguintes unidades: Unidade de Constituição e Justiça; Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação dos Textos Legislativos; Unidade de Economia e Finanças; Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio Ambiente. A cada uma dessas Unidades compete a execução dos trabalhos da Assessoria Legislativa relacionados aos temas que lhes são pertinentes.

De acordo com o art. 62 do Regimento Interno desta Casa, às comissões permanentes competem exercer as atribuições que lhes caibam em razão da matéria. Atualmente, as Comissões permanente são: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ; Comissão de Defesa do Consumidor; Comissão de Desenvolvimento Econômico sustentável, ciência, Tecnologia, Meio ambiente e Turismo; Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Assuntos Fundiárias ; Comissão de Segurança; Comissão de Educação e Saúde e Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, ética e Decoro Parlamentar.

Nessa linha de atribuições, passamos a elencar as atividades desenvolvidas no o período de janeiro de 01/01/2011 a 18/11/2011r cada uma das Unidades supracitadas.

2. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA LEGISLATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2011

Conforme dispõe o art. 3º da **RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1994**, ao chefe da Assessoria Legislativa compete coordenar os trabalhos de assessoramento para elaboração legislativa das proposições sob a responsabilidade de Deputado, Comissão, Liderança, Mesa Diretora e Administração da Casa; coordenar os trabalhos de elaboração de estudos básicos e redação parlamentar; bem como coordenar outros trabalhos e atividades de competência da Assessoria Legislativa.

Dessa forma, no exercício de 2011, o Chefe da Assessoria Legislativa, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

2.1 Atividades Desenvolvidas pela Assessoria Legislativa em 2011

No decorrer deste ano, até o dia 18 do mês de novembro, a Assessoria Legislativa atendeu a **805** solicitações de serviços feitas pelos Gabinetes e por outras unidades da Casa.

Além disso, as Chefias e demais servidores da Assessoria Legislativa participaram dos seguintes eventos:

1 – PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO

- a) Elaboração do Regulamento Interno da Assessoria Legislativa – ASSEL;
- b) atualização da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- c) revisão do livro Processo Legislativo;
- d) revisão do Manual de Elaboração de Textos Legislativos;
- e) plano Plurianual 2012-2015 (Coordenadoria);
- f) atualização da legislação do Distrito Federal, com relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- g) atualização da legislação sobre pessoas com deficiência;
- h) planejamento estratégico da 3ª Secretaria.

2 – PARTICIPAÇÕES DIVERSAS

- a) Contribuições nas discussões sobre o Plano Diretor de Transportes do DF;
- b) contribuições para o Plano Plurianual do DF – PPA;
- c) contribuições nas discussões do Plano de gestão integrada dos resíduos da construção civil e resíduos volumosos;
- d) oficina de Planejamento Estratégico na CLDF;
- e) acompanhamento de audiências públicas;
- f) acompanhamento de reuniões da Comissão de Assunto Fundiários – CAF;
- g) acompanhamento de reuniões da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESTMAT;
- h) apresentação do tema Orçamento e Emendas Parlamentares no *Seminário de Ambientação* dos Parlamentares no início da Legislatura;
- i) curso de Lei de Responsabilidade Fiscal, organizado pela ELEGIS;
- j) curso Regimento Interno e Processo Legislativo;
- k) seminário da Câmara dos Deputados “Consultoria de Portas Abertas” ;
- l) seminário sobre Direito Sanitário na Câmara dos Deputados;
- m) II Seminário Latino-americano de Justiça de Transição;

- n) Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CDPDDH);
- o) Conferência Internacional “Comissão da Verdade – uma perspectiva comparada (Brasil/Alemanha/África do Sul)”;
- p) exposição “Não tens epitáfio, pois és bandeira”, em memória do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido político, no contexto do debate sobre o PL nº 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade (Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados);
- q) grupo de trabalho para a Reestruturação Administrativa;
- r) palestra “Competências Essenciais”, no Ciclo de Palestras para o Desenvolvimento Gerencial da CLDF;
- s) desempenho de mandato sindical;
- t) reuniões do Planejamento Estratégico da 3ª Secretaria;
- u) conselho Escolar da Elegis;
- v) seminário Planejamento Estratégico e Gestão Legislativa;
- w) 2ª Conferência do Desenvolvimento-CODE (IPEA);
- x) reuniões de discussão de Projetos de Lei do Executivo em regime de urgência (Gestão Escolar Democrática, Regime Jurídico Único dos Servidores).
- y) Projetos de Lei : Análises e estudos mais aprofundados:
 - a) PL nº 172/2011 – *Processo Administrativo Fiscal*;
 - b) PL nº 155/2011 – *Lei Geral do Simples*;
 - c) *Leis Tributárias*: PL nº 576/2011, que estabelece a pauta do IPTU e PL nº 622/2011, que estabelece a pauta do IPVA;
 - d) *Leis Orçamentárias*: relatorias gerais e parciais dos Projetos de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 e Lei Orçamentária Anual 2012; além da relatoria geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - e) PL nº 240/2011 – *Plano Diretor de Transportes Urbanos do Distrito Federal* – PDTU;

3 – EVENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS

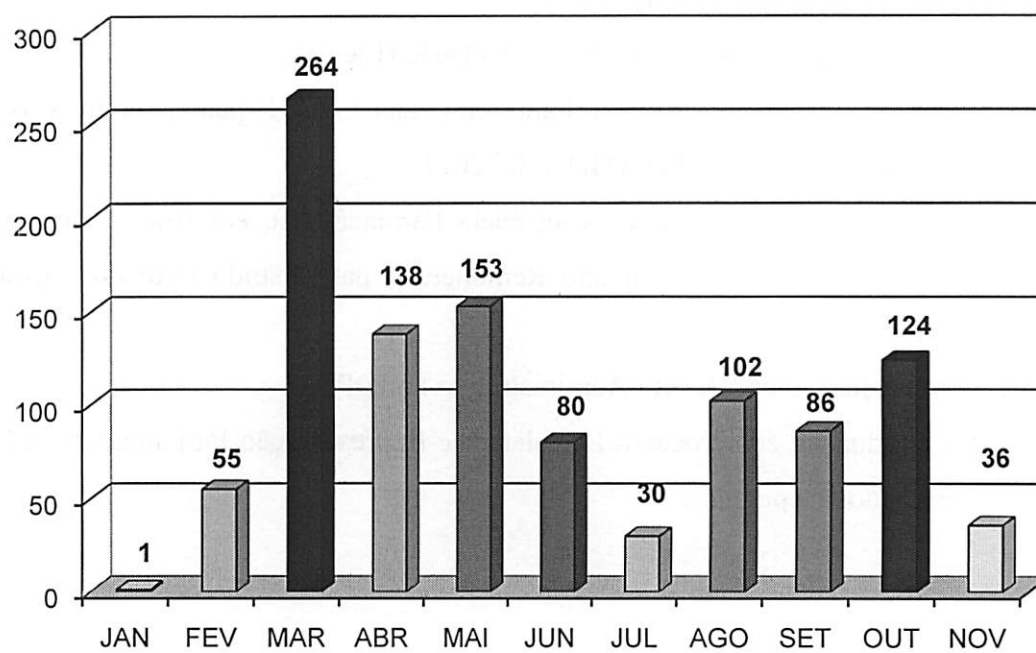
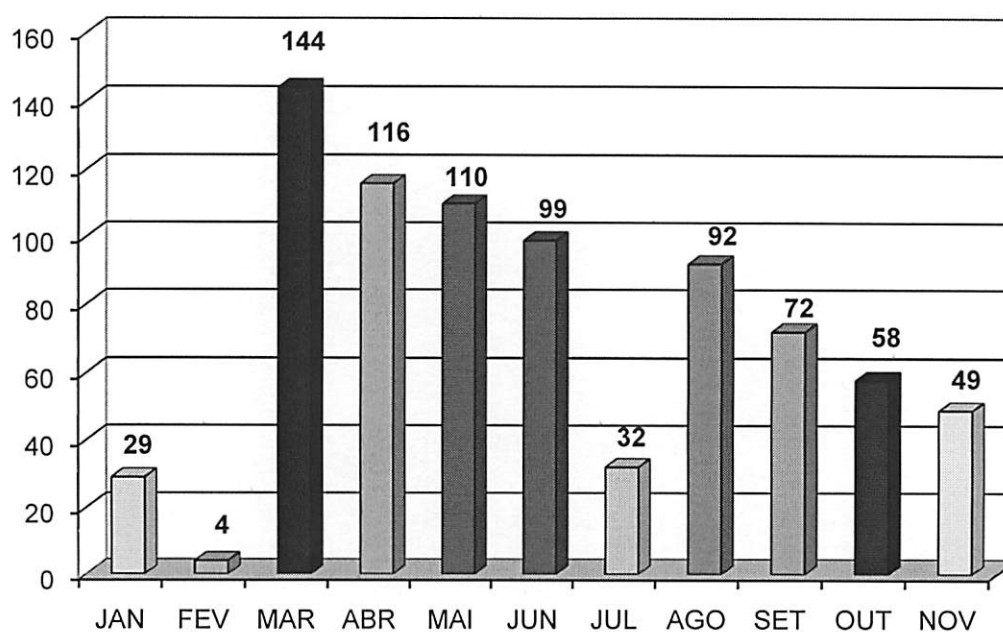
- a) Seminário Internacional - 10 anos do Estatuto da Cidade, realizado pelo Ministério das Cidades;
- b) 1º Ciclo Acadêmico - a Câmara Legislativa recebe a UnB - CLDF/UnB;

- c) seminário da Assessoria Legislativa - CLDF
- d) seminário - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, o que pode mudar?;
- e) seminário - A Regularização Fundiária e Urbanística do DF - Escola de Administração Judiciária - TJDF;
- f) 9º Seminário DOCOMOMO Brasil;
- g) seminário *Desafios do Poder Legislativo*;
- h) *Consultoria de Portas Abertas* - série de palestras organizadas pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados;
- i) seminário *Federação e Guerra Fiscal* – Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP;
- j) palestra no XXI Encontro Nacional da Advocacia – OAB;
- k) - 9º Seminário “Docomomo” Brasil – Interdisciplinaridade e experiências em documentação e patrimônio;
- l) 1º Ciclo Acadêmico “A Câmara recebe a UnB – Arquitetura e Urbanismo”;
- m) seminário Interno sobre o PDOT;
- n) Festival de História de Diamantina;
- o) Congresso de Diretor Administrativo – promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Administrativo.

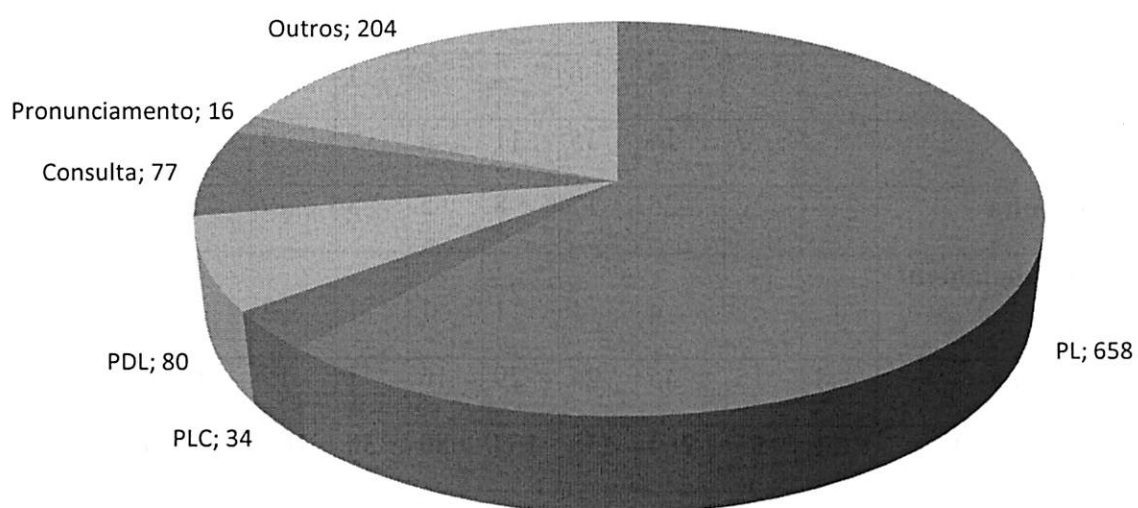
4 - CURSOS DE CAPACITAÇÃO

- a) Pós-doutorado – Centro de Ecologia, Evolução e Conservação da Faculdade de Ciências Ambientais – Universidade da Ânglia Oriental, em Norwich, Reino Unido;
- b) Mestrado em Arquitetura (Universidade de Brasília – UnB);
- c) MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública – Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- d) Mestrado em Direito – Análise Econômica do Direito – Universidade Católica de Brasília – UCB;
- e) Mestrado em Economia – Universidade de São Paulo – USP;
- f) Curso *Lei de Responsabilidade Fiscal* – Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP;

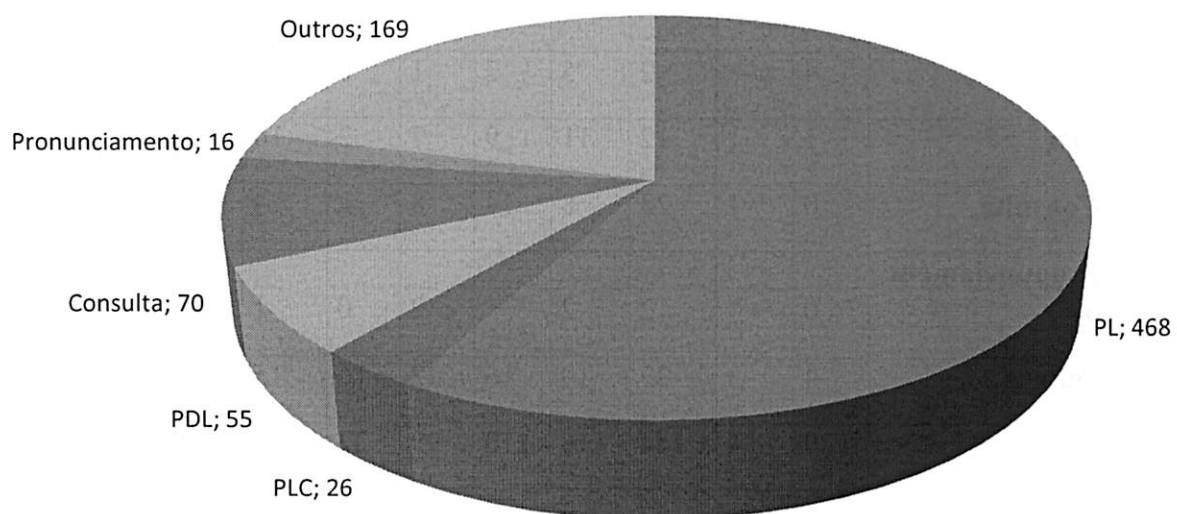
- g) Curso *Orçamento Público Avançado* – Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP;
- h) Curso *Modelagem de Séries Temporais com Aplicação à Estimativa de Receitas Tributárias* – Escola Nacional de Fazenda Pública – ESAF.
- i) Instrutorias em cursos da Elegis;
- j) Projetos Cidadão do Futuro e Jovem Cidadão (Elegis);
- k) Curso de Verão em Política Latino-americana, na Espanha, com Afastamento Remunerado para Estudo (AMD nº 67/2011);
- l) - Doutorado em Política de Assistência Farmacêutica, em Brunel University, no Reino Unido, com Afastamento Remunerado para Estudo (Ato do Presidente nº 64/2009);
- m) Pós Graduação em Direito Administrativo no IDP;
- n) Pós Graduação em Processo Legislativo e Representação Parlamentar – CEFOR – Câmara dos Deputados.

PERFIL DE DEMANDA PELAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA LEGISLATIVA**Demanda de trabalhos da Assessoria Legislativa - 2011****Produção de Trabalhos da Assessoria Legislativa - 2011**

Demanda por Tipo de Solicitação - 2011



Produção por Tipo de Solicitação - 2011



DEMANDA												
	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
PL	0	31	168	75	102	52	19	63	47	81	20	658
PLC			8	6	2	2	1	4	2	4	5	34
PDL		7	14	15	11	4	5	5	13	6		80
Consulta		2	25	17	8	5	3	9	3	4	1	77
Pronunciamento			4	1	1	1	1	2	1	5		16
Outros	1	15	45	24	29	16	1	19	20	24	10	204
TOTAL	1	55	264	138	153	80	30	102	86	124	36	1069

PRODUÇÃO												
	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total
PL	20		72	71	69	59	12	58	44	41	22	468
PLC	4		2	5	2	1	0	4	5	3	0	26
PDL	1		12	11	9	7	2	10	1		2	55
Consulta	0	1	23	8	14	8	2	4	7	2	1	70
Pronunciamento	0		2	2		2	0	1	2	3	5	17
Outros	4	3	33	19	16	22	16	15	13	9	19	169
	29	4	144	116	110	99	32	92	72	58	49	805

3. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 63 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Constituição e Justiça compete examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação; responder a consultas formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Mesa Diretora ou outra comissão sobre os aspectos do inciso anterior; analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das matérias seguintes: transferência temporária da sede do Governo; matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, penitenciário, processual e notarial, observado o disposto no art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal; pedido de licença do Governador ou do Vice-Governador para se ausentar do Distrito Federal por mais de quinze dias, oferecendo o devido projeto de decreto legislativo; direito administrativo em geral, inclusive normas específicas de licitação; arguição pública do cidadão indicado para Procurador-Geral e dos cidadãos indicados para compor o Conselho de Governo; pedido para instauração de processo criminal contra Deputado Distrital, Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado do Distrito Federal; autorização para processar, por crime de responsabilidade, o Governador, o Vice-Governador, Secretários de Estado ou o Procurador-Geral; direitos, deveres e prerrogativas do mandato, bem como pedidos de licença para incorporação de Deputado Distrital às Forças Armadas ou de suspensão das imunidades parlamentares; consolidação dos textos legislativos; suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar; solicitação de intervenção federal; bem como emitir parecer sobre o mérito dos recursos, nos casos previstos neste Regimento Interno; proceder ao exame dos aspectos constitucionais, legais e jurídicos do parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, em caso de pena de perda do mandato de Deputado Distrital; elaborar a redação do vencido e a redação final, nos casos previstos neste Regimento Interno e elaborar relatório sobre veto.

Nessa linha de entendimento, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão de Constituição e Justiça, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

3.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Constituição e Justiça em 2011

ATIVIDADES:

Reuniões ordinárias: terças-feiras às 10h00.

Reuniões extraordinárias: quando convocadas pelo Presidente, de ofício ou a requerimento de pelo menos um terço de seus membros.

REUNIÕES REALIZADAS

Ordinárias.....	29
Extraordinárias.....	3

TRABALHOS REGIMENTAIS

Atas.....	32
Redações Finais.....	112
Notas Técnicas.....	6
Relatórios de Veto.....	33
Sorteios de Relatorias.....	41

PROPOSIÇÕES VOTADAS

	24
PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA....	
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR.....	3
PROJETO DE LEI.....	188
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO.....	68
PROJETO DE RESOLUÇÃO.....	6
RECURSO.....	1
REQUERIMENTO.....	1

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

OFÍCIOS.....	4
MEMORANDOS.....	443
MEMORANDOS CIRCULARES.....	55
CARTAS.....	00
REQUERIMENTO.....	00

SERVIDORES DA COMISSÃO

Aldo Rodrigues Pereira Júnior

Ana Cláudia Resende Jarnalo

José Rodrigues de Oliveira

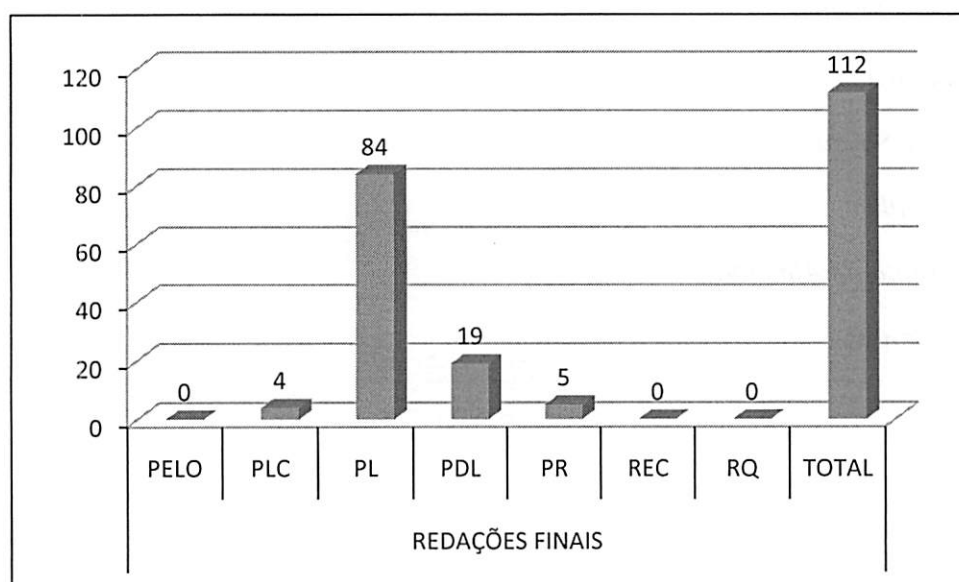
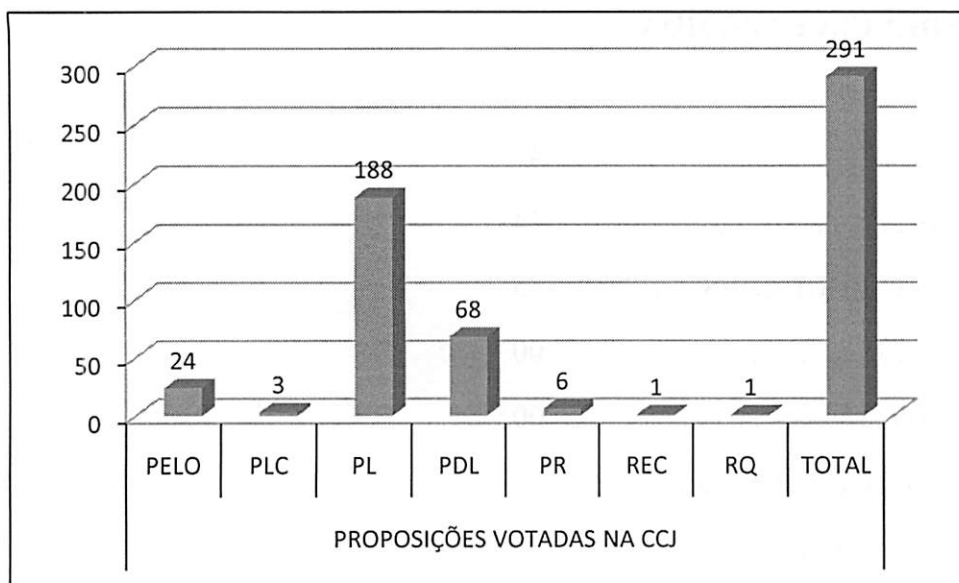
Luiz Tavares Ladeira

Marcelo Gomes de Souza

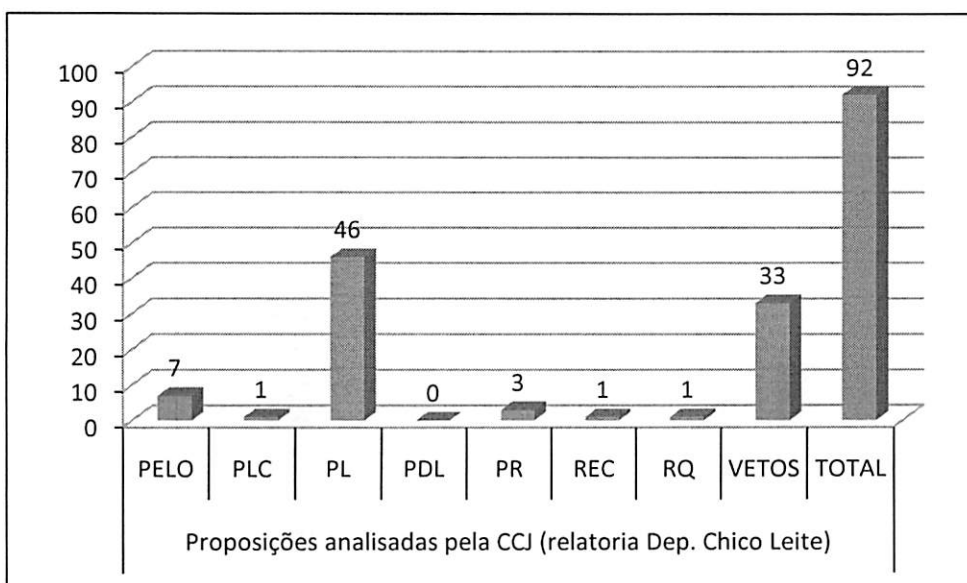
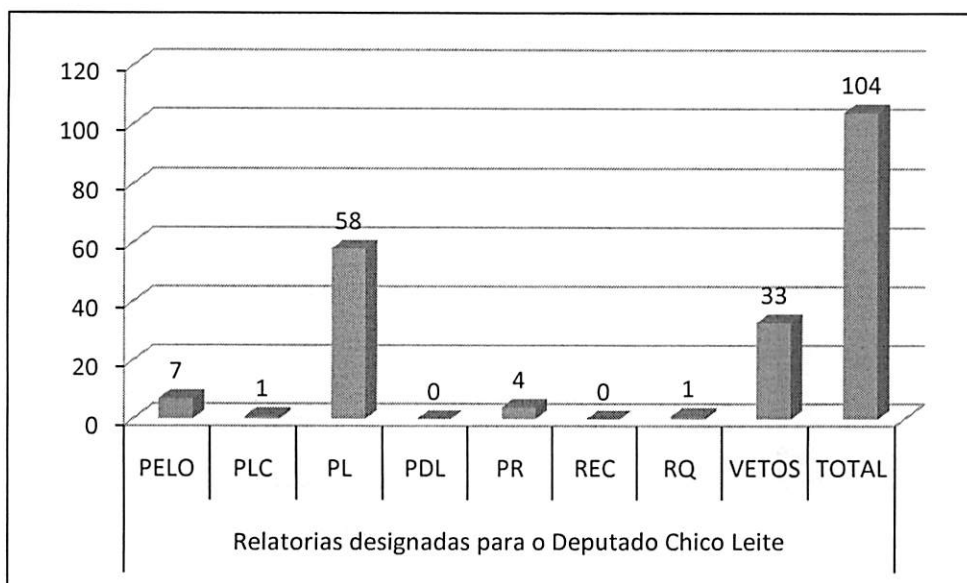
Maria Eugenia Gruber

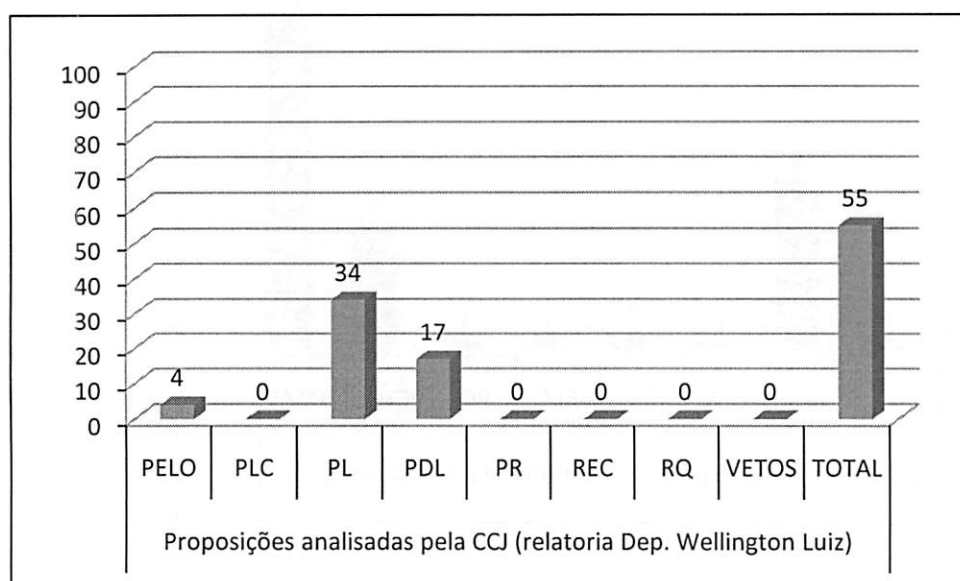
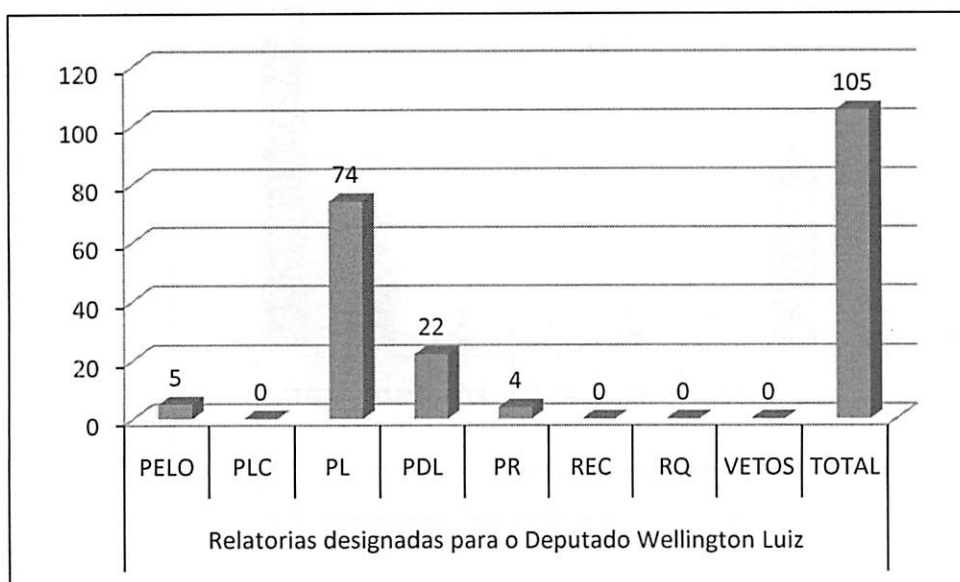
Paulo Eduardo Pinto de Almeida

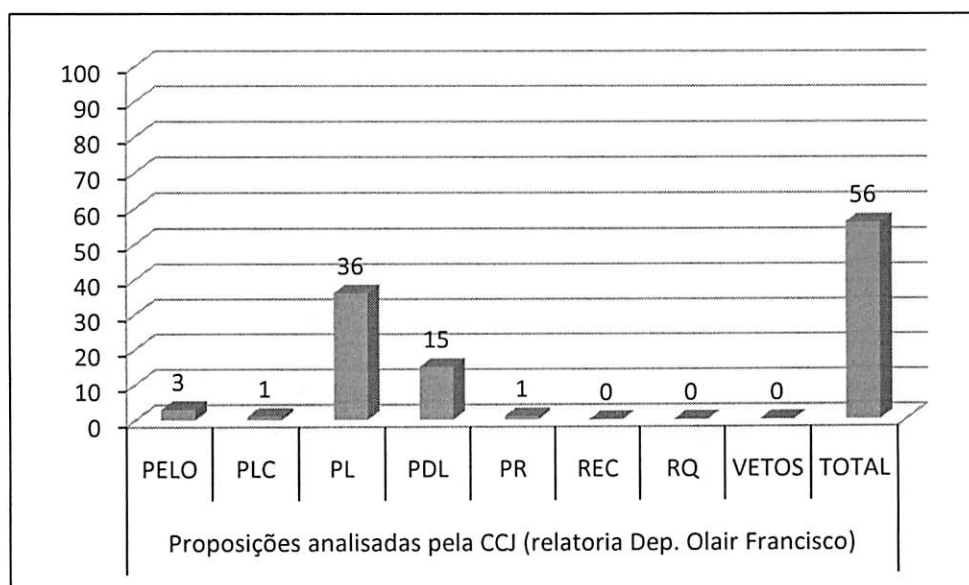
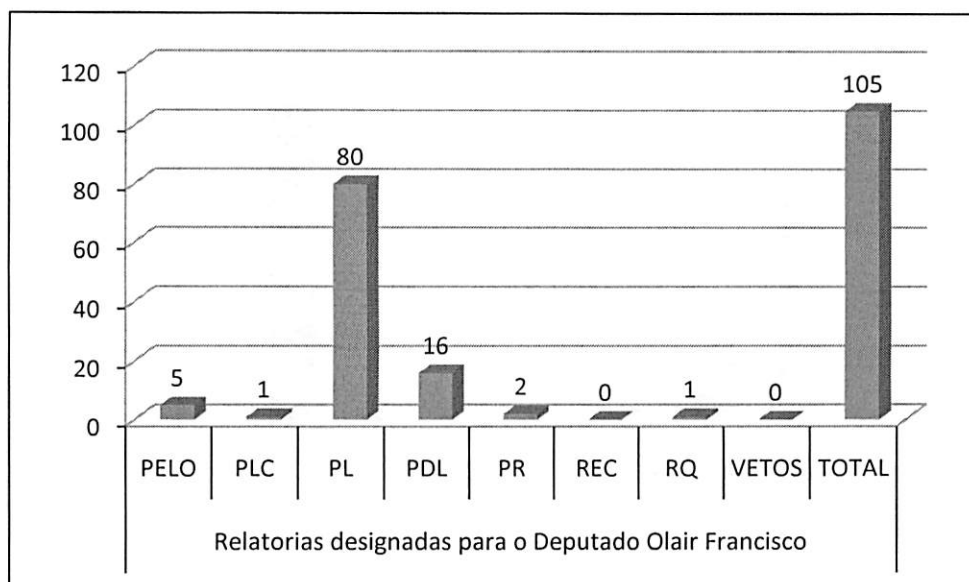
Suzane Oliveira Santos

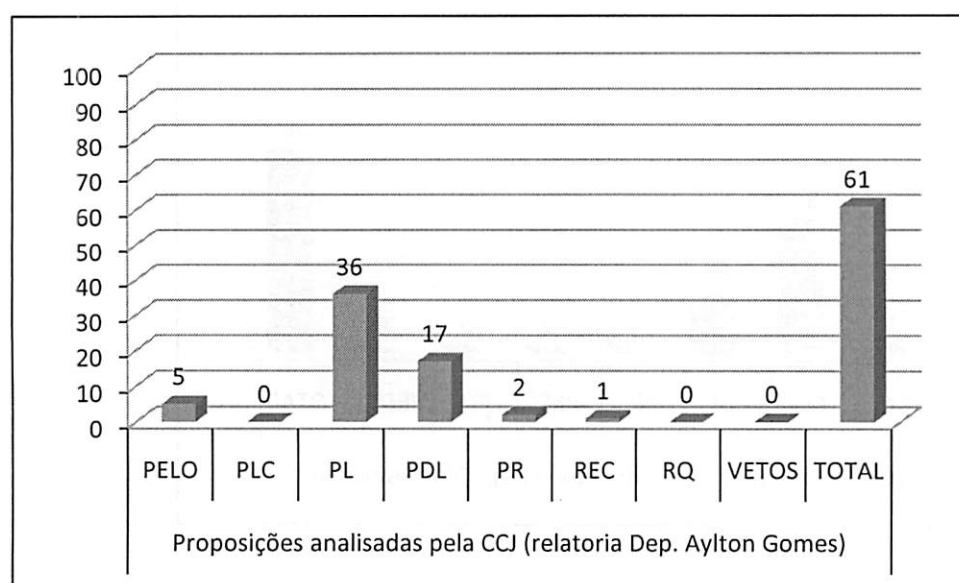
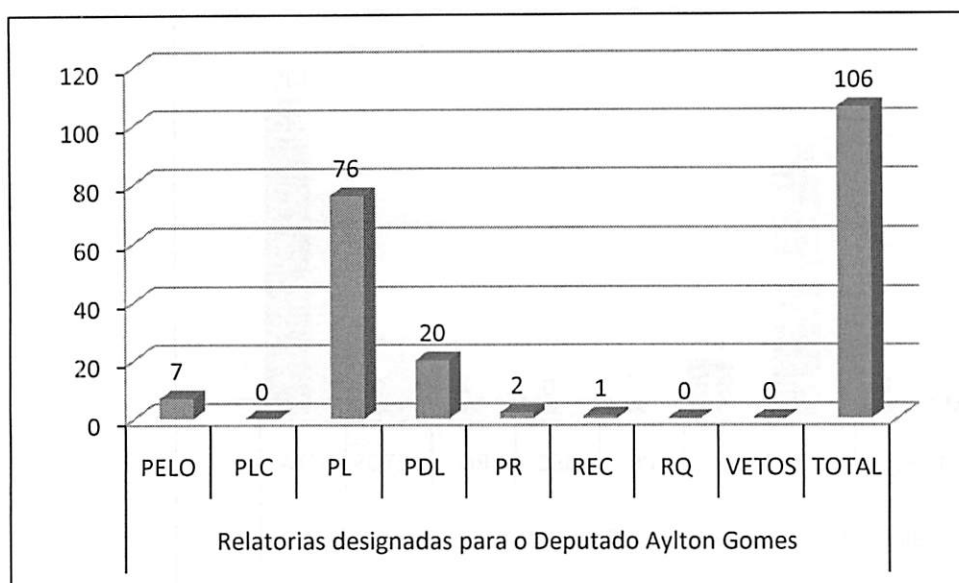
OUTROS DADOS ESTATÍSTICOS

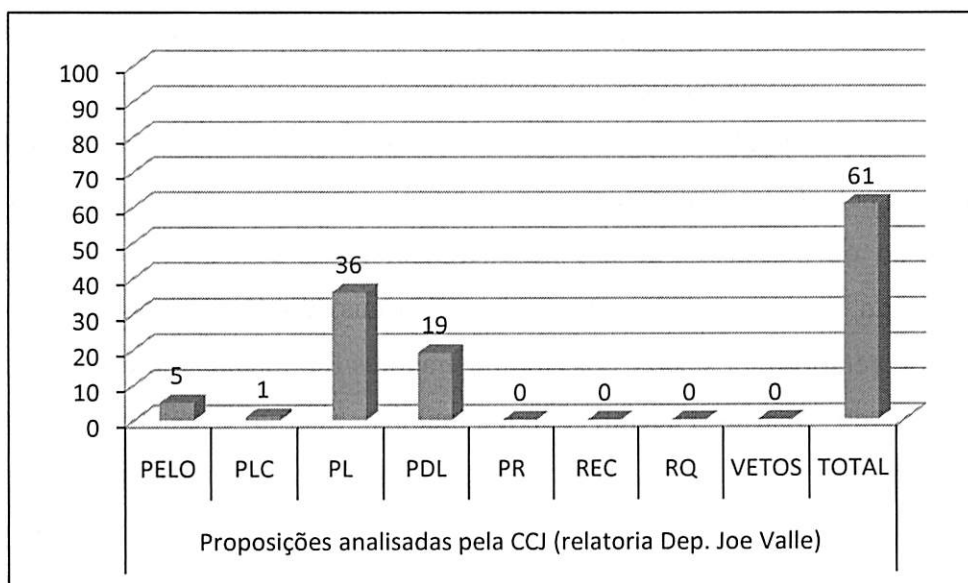
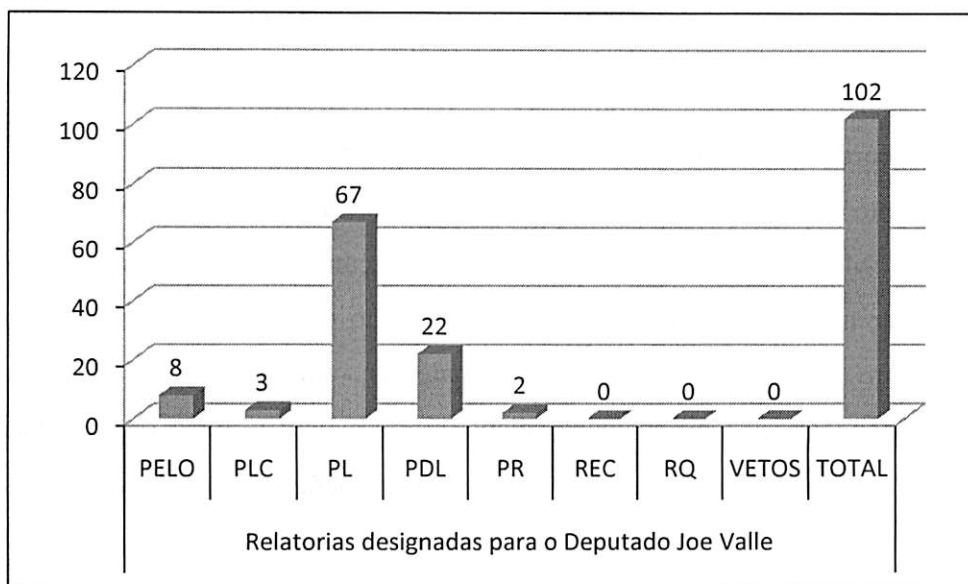
DEPUTADO CHICO LEITE



DEPUTADO WELLINGTON LUIZ

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

DEPUTADO AYLTON GOMES

DEPUTADO JOE VALLE

4. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 64 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças compete responder a consultas formuladas por outras comissões ou pela Mesa Diretora sobre repercussão orçamentária ou financeira das proposições; analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal; de natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive contribuição dos servidores públicos para sistemas de previdência e assistência social; prestação de garantia, pelo Distrito Federal, em operação de crédito contratada por suas autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista; prestação ou tomada de contas do Governador e do Tribunal de Contas do Distrito Federal; relatório anual encaminhado pelo Governador com a identificação dos bens do Distrito Federal objeto de concessão ou permissão de uso no exercício, assim como sua destinação e beneficiário; fixação de subsídio dos Deputados Distritais, do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Administradores Regionais; remuneração dos servidores públicos do Distrito Federal; dívida pública interna e externa; assuntos referentes ao sistema de viação e de transportes, salvo tarifas; arguição pública dos cidadãos indicados para cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal e de presidente de instituições financeiras oficiais do Distrito Federal; normas sobre serviços de veículos de aluguel; bem como elaborar a redação do vencido e a redação final dos projetos de lei relacionados no art. 216; fiscalizar a execução orçamentária, financeira e contábil; bem como acompanhar e fiscalizar obras e investimentos.

Nessa esteira de entendimento, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir relacionadas.

4.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em 2011

1 – Calendário de Eventos

Com o propósito de organizar as reuniões da CEOF, foi aprovado o seguinte calendário de eventos para 2011:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA CEOF EM 2011

Horário das Reuniões: 10:30 hs

Dia da semana: terça-feira

Março	Abril	Maior
22	05 e 19	03, 17 e 31

Junho	Agosto	Setembro
21	16 e 30	13 e 27

Outubro	Novembro	Dezembro
25	08 e 22	06

CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO EXECUTIVO

(conforme LRF art. 9º, §4º)

Horário das Reuniões: 10:30 hs

Dia da semana: terça-feira

3º Quadrimestre de 2010	1º Quadrimestre de 2012	2º Quadrimestre de 2011
15 de março	14 de junho (*)	18 de outubro (**)

Obs: A legislação preceitua que as audiências deverão ser ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro. Contudo, como os relatórios de execução geralmente são publicados pelo Poder Executivo somente ao fim do prazo legal, o cronograma estabelece um prazo entre a publicação e a audiência (LFR art. 9º, §4º)

(*) Foi a data solicitada para reserva de plenário e ainda não foi confirmada, mas é uma quarta-feira

(**) Foi a data solicitada para reserva de plenário e ainda não foi confirmada.

2 - Proposições Apreciadas

A Comissão realizou até o mês de outubro/2011, as seguintes reuniões:

- 12 Reuniões Ordinárias;
- 19 Reuniões Extraordinárias.

Foram discutidas e votadas 568 proposições, assim distribuídas:

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR	PREJETOS DE LEI	INDICAÇÕES	REQUERIMENTOS
05	131	432	02

3. Audiências Públicas

As atividades legislativas incluíram, ainda, a realização das seguintes audiências públicas:

1. Audiência Pública conjunta da CEOF com a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Meio Ambiente e Turismo, destinada a instruir o PL nº 155/2011 que regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor individual, realizada em 29 de março de 2011;
2. Audiência Pública com a presença dos Secretários de Estado de Fazenda e de Orçamento e Planejamento, destinada discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 e a Execução Orçamentária e Gestão Fiscal de 2011;
3. Audiência Pública destinada a apresentação pelo Poder Executivo do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, ocorrida no dia 24 de agosto de 2011;

4. Atividades Administrativas

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, conforme dispões o Regimento Interno, elabora a redação final das proposições orçamentárias. Para fins de tramitação das matérias orçamentária, desenvolveu em conjunto com a Comissão de Modernização Informática o Sistema de Emendas a Crédito, aperfeiçoou o Sistema de Emendas ao PPA, LDO e LOA, para apresentação das emendas pelos parlamentares.

Em conformidade com o art. 220, §4º do Regimento Interno, a CEOF organizou três cursos ao longo do ano, visando atualizar e oferecer orientação técnica ao processo de emendas às proposições orçamentárias. Os cursos, resultado da parceria da CEOF com a ELEGIS, foram ministrados pelo Secretário da CEOF, senhor Getúlio José

Rodrigues Pernambuco, com os seguintes temas: 1) Lei Orçamentária Anual; 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias; 3) Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

Os trabalhos técnicos desenvolvidos pela CEOF também incluíram a elaboração de Notas Técnicas, Redações Finais e Pareceres.

As atividades administrativas abrangeram o assessoramento direto do Presidente da Comissão em relação a organização e das providências para a realização das reuniões da Comissão, publicação no DCL das pautas das reuniões da Comissão, designação de relatorias e resultado de pautas. A secretaria da CEOF também fez a recepção e protocolo de emendas; organizou e divulgou as pautas de trabalhos; o processamento e arquivamento de documentos; o encaminhamento de correspondência interna e externa; atividades de organização e apoio às Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, e atendeu diversas instituições públicas e privadas que solicitaram informações sobre matérias em tramitação na CEOF.

Cabe, por último, registrar o grau de complexidade da redação final das matérias orçamentárias que exigem elevado conhecimento do assunto, do regimento interno, dos sistemas de informática disponíveis desenvolvidos em conjunto pela CEOF e CMI e de planilha eletrônica.

5. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 66 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Defesa do Consumidor compete analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: relações de consumo e medidas de proteção e defesa do consumidor; orientação e educação do consumidor; composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços; política de abastecimento; bem como acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência e intermediar conflitos relacionados com a defesa e a proteção do consumidor.

Nessa linha de intelecção, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

5.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Defesa do Consumidor em 2011

1. REUNIÕES ORDINÁRIAS:

1ª Reunião Ordinária

Data: 22/3/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga e Chico Leite

Deputado(s) ausente(s): Dr. Michel; Agaciel Maia; Raad Massouh

Conclusão: Não houve por falta de quorum.

2ª Reunião Ordinária

Data: 05/04/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Dr. Michel; Chico Leite

Deputado(s) ausente(s): Agaciel Maia; Raad Massouh

Conclusão: Reunião realizada

3ª Reunião Ordinária

Data: 19/04/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga

Deputado(s) ausente(s): Dr. Michel; Agaciel Maia; Raad Massouh; Chico Leite

Conclusão: Não houve por falta de quorum

4ª Reunião Ordinária

Data: 03/05/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Dr. Michel; Agaciel Maia; Chico Leite

Deputado(s) ausente(s): Raad Massouh

Conclusão: Reunião realizada

5ª Reunião Ordinária

Data: 17/05/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga

Deputado(s) ausente(s): Dr. Michel; Agaciel Maia; Raad Massouh; Chico Leite

Conclusão: Não houve por falta de quorum

6ª Reunião Ordinária

Data: 31/05/2011

Conclusão: Cancelada a pedido da Presidente

6ª Reunião Ordinária

Data: 14/06/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga

Deputado(s) ausente(s): Dr. Michel; Agaciel Maia, Raad Massouh; Chico Leite

Conclusão: Não houve por falta de quorum

7ª Reunião Ordinária

Data: 9/08/2011

Conclusão: Cancelada a pedido da Presidente

8ª Reunião Ordinária

Data: 23/08/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Dr. Michel

Deputado(s) ausente(s): Agaciel Maia; Raad Massouh; Chico Leite

Conclusão: Não houve por falta de quorum

9ª Reunião Ordinária

Data: 20/09/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Dr. Michel

Deputado(s) ausente(s): Agaciel Maia; Raad Massouh; Chico Leite

Conclusão: Não houve por falta de quorum

10ª Reunião Ordinária

Data: 04/10/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Dr. Michel; Agaciel Maia, Chico Leite

Deputado(s) ausente(s): Raad Massouh

Conclusão: Reunião realizada

2. REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS**1ª Reunião Extraordinária**

Data: 01/03/2011

Conclusão: Reunião cancelada a pedido da Presidente

1ª Reunião Extraordinária

Data: 03/03/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Chico Leite

Deputado(s) ausente(s): Rôney Nemer; Agaciel Maia; Raad Massouh

Conclusão: Não houve por falta de quorum

2ª Reunião Extraordinária

Data: 27/04/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga; Raad Massouh e Agaciel Maia

Deputado(s) ausente(s): Chico Leite e Dr. Michel

Conclusão: Reunião realizada

3ª Reunião Extraordinária

Data: 21/06/2011

Deputado(s) presente(s): Rejane Pitanga

Deputado(s) ausente(s): Dr. Michel; Agaciel Maia; Raad Massouh; Chico Leite

Conclusão: Não houve por falta de quorum

Ressaltamos que no decorrer de tais reuniões esta Comissão aprovou um total de 53 proposições, sendo: 27 Projetos de lei e 26 Indicações.

6. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 69-B do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo compete analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: política industrial; política de incentivo à agropecuária e às microempresas; política de interação com a Região Integrada do Desenvolvimento Econômico do Entorno; política econômica, planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento integrado do Distrito Federal; planos e programas de natureza econômica; estudos, pesquisas e programas de desenvolvimento da ciência e tecnologia; produção, consumo e comércio, inclusive o ambulante; turismo, desporto e lazer; energia, telecomunicações e informática; cerrado, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; desenvolvimento econômico sustentável.

Nesse diapasão, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão supracitada, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

6.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo em 2011

1. REUNIÕES REALIZADAS

Reuniões Ordinárias	08
Reuniões Extraordinárias	01

2. TRABALHOS REGIMENTAIS

Atas	12
Designações	57
Notas Técnicas	01

3. PROPOSIÇÕES CADASTRADAS

Projeto de Lei Complementar	04
Projeto de Lei	83
Projeto de Decreto Legislativo	01
Projeto de Resolução	02
Indicação.....	341
Requerimento	08

4. PROPOSIÇÕES VOTADAS

Projeto de Lei	40
Indicação.....	305
Requerimento	08

5. PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei Complementar	04
Projeto de Lei	27
Projeto de Decreto Legislativo	01
Projeto de Resolução	02
Indicação.....	01

6. CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Ofícios	210
Memorandos	199
Memorandos circulares	11

7. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Ofícios	29
Memorandos	28
Memorandos circulares	33

8. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 03

7. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 65 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Assuntos Sociais compete analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: cultura, esporte, espetáculos, diversões públicas, recreação e lazer; questões relativas ao trabalho, previdência e assistência social; proteção, integração e garantias das pessoas portadoras de deficiência; proteção à infância, à juventude e ao idoso; promoção da integração social, com vistas à prevenção da violência e da criminalidade; patrimônio histórico e artístico no âmbito do Distrito Federal; critérios de fixação de tarifas e preços públicos para os serviços da competência do Distrito Federal; relações de emprego e política de incentivo à criação de emprego; política de combate às causas da pobreza, subnutrição e fatores de marginalização; política de integração social dos segmentos desfavorecidos; sistema regional de defesa civil e política de combate a calamidades; concessão de título de cidadão honorário e benemérito; serviços públicos em geral, salvo matéria específica de outra comissão; comunicação social; bem como acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência.

Dessa forma, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão supracitada, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

7.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Sociais em 2011

1. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.

Ao exercer suas atividades, a CAS expediu os seguintes documentos oficiais:

- a) (179) Ofícios de (Indicações): ofícios estes destinados a órgãos do poder local autarquias, empresas públicas, empresas mistas e administrações regionais; informando e solicitando providências e respostas a respeito das Indicações aprovadas pela CAS;
- b) (11) Ofícios (geral) solicitando informações de órgãos públicos, convidando autoridades públicas e cidadãos a participar de reuniões itinerantes, isto é, reuniões fora da Sede dessa Casa;
- c) (191) memorandos: tratando de questões administrativas no âmbito da CLDF, tais como tramitação interna de proposições e outros documentos. Administrativos;
- d) (05) Requerimentos: aprovados pela CAS,

2. REUNIÕES REALIZADAS

- 2.1 **Reuniões Ordinárias 15** (quinze)
dentre estas; 07 reuniões itinerantes

11 reuniões foram consolidadas, e 04 não houveram por falta de “quorum”.

Extraordinárias 07 (sete)

2.2 A tabela abaixo mostra as Proposições apresentadas pela CAS no ano de 2011.

PROPOSIÇÕES	QUANTIDADE
Projeto de Lei - Poder Executivo	07
Projetos de Lei - PL	156
Projeto de Decreto Legislativo - PDL	66
Indicação - IND	2258
Requerimento RQ	05
Total	2492

3. Relatorias

3.1 Quantitativo de proposições distribuídas aos relatores

Deputados	PL	PDL
Liliane Roriz	35	18
Luzia de Paula	35	16
Evandro Garla	42	19
Benício Tavares	24	06
Washington Mesquita	31	06

4. Reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas na sede da CLDF

4.1 – Foram realizadas 12 reuniões na sede da CLDF – dentre os várias Projetos de Lei apresentados alguns merecem destaque especial como PL Nº 274 *de autoria do Poder Executivo* e relatoria da Deputada **Liliane Roriz**, neste o enfoque foi sobre o” **Conselho dos Direitos dos Idosos do DF** “e foi aprovado pela maioria dos membros da CAS. Destaque também para o **PL 290/2011** de autoria da Deputada **Luzia de Paula** que “*visa que as mães e/ou responsáveis pela ida das Crianças em escolas ou creches não paguem tarifa de ônibus*”. Enfoques especiais para os **PL nº 232/2011** de autoria da Deputada **Liliane Roriz** que “*Visa sobre o Festival de quadrilhas do Paranoá. - PLC nº 11/2011* de autoria da Deputada **Liliane Roriz** “Decreto nº 82 de 26 de dezembro de 1966 – “*Regula o Sistema Tributário do DF*” **Desconto do IPTU** – outro Projeto de destaque foi o **PR 02/2011** – autoria da Deputada **Liliane Roriz** “ *Institui espaços culturais nas dependências da Câmara Legislativa do DF*. Nas reuniões da CAS, a intenção sempre é atingir uma atuação ampla, externando as atividades para o conhecimento e a participação da comunidade como um todo. Nestas reuniões a Presidente da CAS, Deputada Liliane Roriz ressaltou diversas vezes que a CAS, pretende pressionar e fiscalizar as ações do Governo local, para que os direitos dos cidadãos sejam efetivamente respeitados.

5. Destaques das Reuniões itinerantes realizadas

5.1 A primeira reunião itinerante da CAS, foi realizada em 02 de Março/2011 no Centro Comunitário da Criança, no setor Habitacional Sol Nascente, chácara 84, conjunto A1 lote 21, Ceilândia. Os membros da CAS, presentes nesta reunião, a Deputada *Liliane Roriz* Presidente da CAS, Deputada *Luzia de Paula*, Deputado *Evandro Garla*, e o Deputado *Washington Mesquita*;



5.2 A segunda reunião itinerante da CAS, foi realizada na quadra coberta ao lado do Restaurante Comunitário do Itapoã.



5.3 A terceira reunião itinerante da CAS foi realizada no dia 25 de maio/2011, no Centro de Convivência do Idoso, localizado na QD. 206 (em frente ao Castelo Forte) na Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV.



5.4 A quarta reunião itinerante da CAS, foi realizada em 01 de junho de 2011 na Área Rural Monjolo 4 - Módulo 5 Chácara 04 na Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV.

5.5 A quinta reunião ordinária itinerante da CAS, foi realizada em 29 de Junho de 2011, na Rodoviária do Plano Piloto em frente a (NO ROLL DE ENTRADA ESTAÇÃO CENTRAL DO METRÔ).



5.6 A sexta reunião ordinária Itinerante da CAS, foi realizada em 14 de setembro de 2011, na Administração Regional da Estrutural.

5.7 A sétima reunião ordinária Itinerante da CAS, prevista para ser realizada na Escola Classe Cachoeirinha Área Rural na Região de São Sebastião RA XIV (não houve por falta de “quorum”) mas, foi transformada em debate com a comunidade presente.

6. Destaques das reuniões itinerantes realizadas

6.1 O objetivo geral destas reuniões realizadas pela CAS, foi sem dúvida a grande massa da população envolvida na participação efetiva destas reuniões itinerantes realizadas pela CAS. A Câmara deslocou-se 07 (sete) vezes de sua sede para ouvir a comunidade das áreas mais carentes em algumas regiões do DF. Constatou-se que a grande maioria da população que compareceram a estas reuniões aprovaram a iniciativa da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais na pessoa da Deputada **Liliane Roriz**. O cidadão brasileiro pode fazer suas reivindicações através destas reuniões; sendo que o Poder Público que deveria zelar pelas populações mais carentes, muitas das vezes lhes viram as costas; e foi através deste processo de cidadania que a comunidade teve a oportunidade de fazer suas reivindicações que foram centenas e as que mais de destacaram foram

nas áreas da Educação; Transporte, Pavimentação de ruas; esgotos, Hospitais, Segurança, Cursos para capacitação de jovens; muitas vezes onerosos, sem renda alguma; muitos destes jovens sem alternativa alguma passam para a criminalidade.

Através destes trabalhos realizados e voltados para a comunidade, a CAS procurou tomar as providências cabíveis junto ao Governo Local, na tentativa de sanar a resolução dos graves problemas enfrentados pelas populações de baixa renda que margeiam o DF. A CAS considera que só com políticas públicas eficazes e vontade do Poder Público é que podem mudar esta triste realidade. Finalizando, os trabalhos que foram desenvolvidos pela CAS neste ano de 2011 excederam em muito as expectativas e os anseios populares.

8. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 68 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Assuntos Fundiários compete analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: plano diretor de ordenamento territorial e planos diretores locais; parcelamento do solo e criação de núcleos rurais; normas gerais de construção e mudança de destinação de áreas; propaganda ou publicidade em logradouros públicos ou visíveis ao público; política fundiária; criação, incorporação, fusão e desmembramento de Regiões Administrativas; habitação; aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos e desapropriações; direito urbanístico; política de combate à erosão; utilização e exploração das águas subterrâneas, bem como registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais no território do Distrito Federal; bem como acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência.

Desse modo, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão supracitada, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

8.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Fundiários em 2011

REUNIÕES REALIZADAS

Reuniões Ordinárias	10
Reuniões Extraordinárias	07

TRABALHOS REGIMENTAIS

Atas	14
Designações	56
Redesignações -----	03
Notas Técnicas	00

PROPOSIÇÕES CADASTRADAS

Projeto de Lei Complementar	13
Projeto de Lei	44
Indicações.....	211

PROPOSIÇÕES VOTADAS

Projeto de Lei Complementar	08
Projeto de Lei	20
Indicações.....	204
Requerimento	01

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei Complementar	05
Projeto de Lei	24
Indicações.....	07
Requerimento	00

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Ofícios	45
Memorandos	110
Memorandos circulares	21

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Ofícios	14
Memorandos	31
Memorandos circulares	36

COMISSÕES GERAIS	00
-------------------------------	-----------

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	00
----------------------------------	-----------

9. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 69-A do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de compete analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: segurança pública; ação preventiva em geral; bem como acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência; além de, concorrentemente com a Comissão de Assuntos Sociais, analisar e emitir parecer sobre: biossegurança e bioética.

Nesse diapasão, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão supracitada, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

9.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Segurança em 2011

Ao longo deste ano foram convocadas e realizadas 04 reuniões ordinárias e 06 reuniões extraordinárias. Dentre essas reuniões vale destacar a 5ª reunião extraordinária realizada dia 14 de junho de 2011, onde tivemos a presença no Auditório desta Casa do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF, tratando de diversos assuntos pertinentes à categoria. A Comissão deverá encerrar o ano com a convocação de mais uma reunião extraordinária a ser realizada dia 07 de Dezembro.

Neste mesmo período, foram encaminhadas à Comissão, para exame, parecer e votação, 400 proposições, sendo 48 Projetos de Lei, distribuídos para relatoria proporcionalmente entre os membros da Comissão. Destacamos que 08 desses projetos ainda se encontram com os respectivos relatores para elaboração de parecer. O resultado da apreciação das matérias até o momento é o seguinte:

QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES ENCAMINHADAS À COMISSÃO

PROPOSIÇÕES	Quantidade
Projetos de Lei Aprovados	23
Projetos ainda com relatores para apreciação	08
Indicações Aprovadas	214
Requerimentos Apreciados	01

Além dessas atividades ligadas ao processo legislativo, a Comissão de Segurança, como cumprimento do cronograma aprovado pela referida Comissão, realizou visita ao Complexo Penitenciário da Papuda. A visita contou com a presença dos membros da Comissão e teve como objetivo verificar as condições do PDF nº 2, local onde ocorreu a fuga de detentos em março do corrente ano. Após a visita foram emitidos e encaminhados relatórios técnicos aos órgãos públicos competentes.

10. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 69 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Educação e Saúde compete analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: saúde pública; educação pública e privada, inclusive creches e pré-escolas; educação sanitária; atividades médicas e paramédicas; controle de drogas e medicamentos; saneamento básico; política de educação para segurança de trânsito; bem como acompanhar e fiscalizar a execução de programas e leis relativas às matérias de sua competência.

Dessa forma, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão supracitada, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

10.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de Educação e Saúde em 2011

A CES reúne-se em periodicidade quinzenal e ordinariamente às terças-feiras, às dez horas.

Nesta 1ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura, a CES realizou até o dia 25 de novembro de 2011 as seguintes atividades:

- 12 Reuniões Ordinárias, *há a previsão de mais 2 Reuniões Ordinárias a serem realizadas em 29/11 e 13/12/2011.*
- 3 Reuniões Extraordinárias;
- Visitas aos hospitais;
- Visitas às escolas;

- Convite ao Secretário de Estado de Educação do DF para esclarecimentos e informações sobre a Secretaria;
- Audiências Públicas;
- Atividades externas;
- Atendimento a solicitação de demanda popular, todas foram encaminhadas para o respectivo órgão ou buscou-se informações via telefone:
 - Consulta para o Hospital Sarah;
 - Atendimento ao Presidente do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho;
 - Denúncia sobre a restrição de acesso aos remédios para os hemofílicos enfraquece o Hospital de Apoio;
 - Denúncia sobre perseguição política na Regional de Ensino do Plano Piloto;
 - Denúncia da Federação dos Estudantes de Brasília – FESB, sobre a venda de uniformes escolares pela direção das escolas públicas;
 - Denúncia da falta do medicamento “Oxcarbazepina” na Farmácia de Ações;
 - Denúncia da falta de livro de inglês para os alunos da 8ª série do Centro de Ensino 102 norte;
 - Solicitação de pavimentação da via de acesso para Escola Classe Jardim Botânico;
 - Denúncia sobre o suposto fechamento da biblioteca pública de Ceilândia;
 - Denúncia sobre o suposto favorecimento de grupos de amigos e parentes da direção da escola 304 norte de participarem na escola das escolas integrais.

O quadro a seguir demonstra a situação de todas as proposições localizadas na Comissão.

SITUAÇÃO	PL	IND	RQ
1.1 Aprovadas	63	649	02
1.2 Prontos para Pauta (13ª Reunião Ordinária a ser realizada em 29/11/2011).	33	98	00
Total	96	747	02

AUDIÊNCIAS PÚBLICA REAÇOZADAS

- Audiência pública para debater sobre a merenda escolar.
 - Realizada dia 06 de junho às 10h, no Plenário.
- Audiência pública sobre a Gestão Democrática nas escolas públicas do DF.
 - Realizada dia 20 de outubro às 10h, no Plenário.

ATIVIDADES EXTERNAS

- Reunião no Hospital de Apoio
 - Realizada dia 16 de fevereiro às 14h.
- Visita ao CEF 16 (QNL 22/24), alunos farão uma entrevista com Deputado sobre as atividades parlamentares e atuação da CES.
 - Realizada dia 11 de abril às 09h.
- Visita surpresa ao Centro de Saúde Nº 03 Ceilândia Sul
 - Realizada dia 28 de abril às 08h30.

- Visita ao Hospital de Sobradinho pela comissão da CES.
 - Realizada dia 27 de Maio às 10h com à comissão de funcionários.
 - Visita ao CEF 28 (Condomínio Sol Nascente Ceilândia), Realizada dia 31 de Maio às 08h.
- Reunião na EC 01 (QS 04 Riacho Fundo), com parlamentares da CES.
 - Realizada dia 02 de junho às 09h.
- Visita Surpresa ao Hospital do Gama para verificar denuncia sobre elevador.
 - Realizada dia 03 de junho às 10h.
- Visita ao CEF Casa Grande (Núcleo Rural Casa Grande).
 - Realizada dia 01 de Julho às 10h.
- Participação da festa do estudante no CEF 120 de Samambaia.
 - Realizada dia 12 de agosto às 09h30.
- Inauguração do Pronto socorro do HRT.
 - Realizada dia 20 de Setembro às 10h30.
- Reunião com Secretário adjunto DR. Miziara para tratar de assuntos sobre comissão de odontólogos concursados.
 - Realizada dia 20 de setembro às 14h30.
- Visita ao Hospital Sírio Libanes com os Parlamentares da CES
 - Realizada dia 28 de Setembro às 10h.
- Reunião na SEED-DF com Secretário Denilson
 - Realizada dia 17 de novembro às 14h.

11. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR PARA O EXERCÍCIO DE 2011

De acordo com o art. 67 do Regimento Interno da CLDF, à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar compete investigar denúncias de violação dos direitos humanos ou cidadania; articular-se com entidades públicas ou privadas de defesa dos direitos humanos e cidadania, bem como com órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência; promover simpósios, congressos, conferências, seminários ou assemelhados com a sociedade, na busca de soluções contra a violência; visitar, periodicamente: delegacias, penitenciárias, casas de albergado; centros de triagem, asilos, casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico; lugares onde se abrigam pessoas sem moradia; vítimas ou familiares de vítimas falecidas que, em razão do crime, não possuem o mínimo de condições necessárias para a sobrevivência; bem como analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: defesa dos direitos individuais e coletivos; direitos inerentes à pessoa humana, tendo em vista o mínimo de condições para sua sobrevivência; direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso; violência urbana e rural; discriminações étnicas, sociais ou quanto à orientação sexual; conflitos decorrentes das relações entre capital e trabalho; sistema penitenciário e direitos dos detentos; violência policial; abuso de autoridade; bem como adotar as providências dispostas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, observado o disposto no art. 50.

Nesse corolário, no decorrer deste ano, o Secretário da Comissão supracitada, juntamente com a sua equipe técnica-operacional, realizou as atividades a seguir elencadas.

11.1 Atividades Desenvolvidas pela Comissão de em 2011

I – REUNIÕES DA COMISSÃO

Até o dia 25 de novembro de 2011 foram realizadas cinco reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias, nas quais foram apreciados e votados requerimentos, proposições legislativas, representações e processo administrativo encaminhados à Comissão.

II - DOCUMENTOS EXPEDIDOS

Foram produzidos e expedidos os seguintes documentos:

- 211 ofícios;
- 115 memorandos;
- 10 relatórios.

III – PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E REQUERIMENTOS APROVADOS

Foram apreciados na Comissão, até o momento:

- 22 projetos de lei;
- 17 indicações;
- 08 requerimentos.
- 01 processo disciplinar

IV – DEMANDAS RECEBIDAS E ENCAMINHADAS

A CDDHCEDP recebeu, no exercício findo, 58 demandas, entre denúncias e solicitações. Todas elas, depois de avaliadas segundo critérios de veracidade, pertinência, gravidade e urgência, foram apuradas e processadas na Comissão, seja através da ação da presidenta e dos deputados membros, seja por encaminhamentos às autoridades competentes, ou, ainda, mediante a realização de diligências e averiguações pela equipe técnica. Foram adotadas, solicitadas ou sugeridas as providências cabíveis a cada caso, sempre visando à defesa da cidadania e dos direitos humanos ameaçados ou desrespeitados.

V – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, FÓRUNS E SESSÕES SOLENES

A fim de obter dados e esclarecimentos, trocar conhecimentos e incentivar a discussão de aspectos ligados à defesa dos direitos humanos e da cidadania, bem como de homenagear instituições e pessoas cuja atividade, nesse campo, mereceu destaque especial, a Comissão poderá promover audiências públicas, sessões solenes e fóruns.

VI - ATIVIDADES EXTERNAS

Visando à coleta de informações e dados necessários à elaboração de diagnósticos, a apurar denúncias, e, mesmo, a promover ou propor medidas para o enfrentamento de situações que envolvem cidadania, bem como violação ou ameaça aos direitos humanos, a presidente da Comissão promoveu ou participou das seguintes atividades:

23/02 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Legislativa do DF, a Deputada Celina Leão organizou visita ao Lixão da Estrutural, para verificar as condições de trabalho dos catadores de material reciclável. Na oportunidade, estavam presentes os seguintes Deputados Distritais: Celina Leão, Benedito Domingos, Evandro Garla, Professor Israel Batista, Joe Valle, Luzia de Paula e Olair Francisco. Os parlamentares Wasny de Roure, Rejane Pitanga e Wellington Mesquita mandaram representantes. O evento contou também com a presença do Subsecretário de Trabalho do

DF, Rafael Galvão, de membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, Victor Mendonça Neiva e de representante da Associação Comercial do DF, Professor Raimundo. Estavam também presentes: Valcy Costa, Chefe de Gabinete da Administração da Cidade Estrutural, membros de diversas cooperativas do DF e Coracy Coelho, Presidente da Associação Viver, entidade que oferece serviços educacionais para a comunidade da Cidade Estrutural.

29/03 – A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Legislativa do DF, Dep. Celina Leão organizou visita ao Albergue Conviver (Albercon), sito à QS 09 – Lotes 01/07 – Águas Claras, para verificar as condições do local. Na oportunidade, estiveram ainda presentes os seguintes Deputados Distritais: Celina Leão, Evandro Garla e Luzia de Paula. O evento contou também com a presença da Diretora da Proteção Social Especial da SEDEST, Adriana Pinheiro Carvalho, e do Coordenador do Albercon, Álisson Pereira Oliveira.

05/04 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Legislativa do DF, Dep. Celina Leão, organizou visita ao CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado, sito à SGAN 916 – Módulo F – Plano Piloto, para verificar as condições do local, e solicitar esclarecimentos sobre a notícia veiculada na mídia de que teria havido um princípio de rebelião na instituição, no último domingo, dia 03/04/11. Na oportunidade, a Deputada Celina Leão se reuniu com a Diretoria do Centro, representada por Maria Beatriz Silva Carvalho (Diretora e Assistente Social), Sandra Pimpão (Vice-Diretora e Assistente Social) e Lúcia Brasil (Pedagoga).

12/04 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Legislativa do DF, Deputada Celina Leão organizou visita ao HRSAM – Hospital Regional de Samambaia, para verificar as condições do local. Na oportunidade, a Deputada Celina Leão se reuniu com o Diretor do referido hospital, Dr. Fontes, e com o Diretor Administrativo, Zulmiro Fonseca, que colocaram que quando assumiram a direção do HRSAM, o mesmo se encontrava em condições precárias. Explicaram que estão fazendo reforma, para que possam retomar seu funcionamento normal no fim deste mês.

25/05 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Legislativa do DF, Dep. Celina Leão, juntamente com a Secretária da CDDHCEDP, Maria Balbina de Moraes Vieira e a Assistente Social, Izabela Rolemberg, compareceram ao ASCADE, onde estavam concentrados os serviços de busca às vítimas do naufrágio do

barco Imagination, ocorrido no domingo, dia 23/05/11, no Lago Paranoá. Na oportunidade, estavam presentes os familiares da última vítima do acidente.

27/05 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da CLDF, Deputada Celina Leão organizou visita ao Hospital São Vicente de Paulo, para verificar as condições gerais do estabelecimento. Na oportunidade, o Deputado Distrital, Cristiano Araújo, também estava presente. A comitiva foi recebida pelo Diretor-Geral do HSVP, Dr. Ricardo de Albuquerque Lins e pela Diretora Administrativa, Silvia Lucas Ricardo.

28/05 - A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da CLDF, recebeu denúncia de derrubadas de casas na Ponte Alta Norte. A Deputada Celina Leão, presidente da Comissão, determinou a ida da secretária da Comissão, Maria Balbina, ao local, onde a referida servidora, em nome da Presidente da Comissão, solicitou a parada da derrubada das casas, pois chovia e haviam muitas crianças no local. Os servidores da AGEFIS atenderam a solicitação.

09/06 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da CLDF, Deputada Celina Leão visitou o Subsecretário do Sistema Penitenciário, Dr. André Victor do Espírito Santo.

06/07 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da CLDF, Deputada Celina Leão organizou visita à Penitenciária do Distrito Federal (PDF I), onde, juntamente com servidores da Comissão, acolheu as denúncias dos familiares dos presos. Na oportunidade, a Presidente da Comissão visitou a Penitenciária juntamente com o diretor daquela instituição, Dr. Celso Vagner.

13/07 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da CLDF, Deputada Celina Leão organizou visita à Penitenciária Feminina do Distrito Federal (COLMÉIA), onde, juntamente com servidores da Comissão, acolheu as denúncias dos familiares das presas. Na oportunidade, a Presidente da Comissão visitou a Penitenciária juntamente com a assessora da diretora daquela instituição, Sra. Carla.

02/08 - A Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da CLDF, Deputada Celina Leão recebeu denúncia da família do Sr. Vanderlei Soares da Cruz informando que o mesmo havia sido preso dentro de sua casa, no dia anterior, sob alegação de furto de energia elétrica. Os servidores da Comissão fizeram visita a sua esposa com seus 4 filhos na estrutural e agilizaram, no mesmo dia, a saída do Sr. Vanderlei da prisão.

12. COMENTÁRIOS E CONCLUSÃO

O ano de 2011 corresponde à 1ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura. Portanto, há que se levar em conta que até meados do mês de março de 2011 tanto a Assessoria Legislativa quanto as Comissões Permanentes estavam em processo de mudança de gestores, ou seja, somente a partir do mês de abril é que as atividades de cada uma dessas Unidades passaram a seguir as rotinas de praxe. Mesmo assim, foi possível desempenhar a contento as atividades propostas para o exercício de 2011.

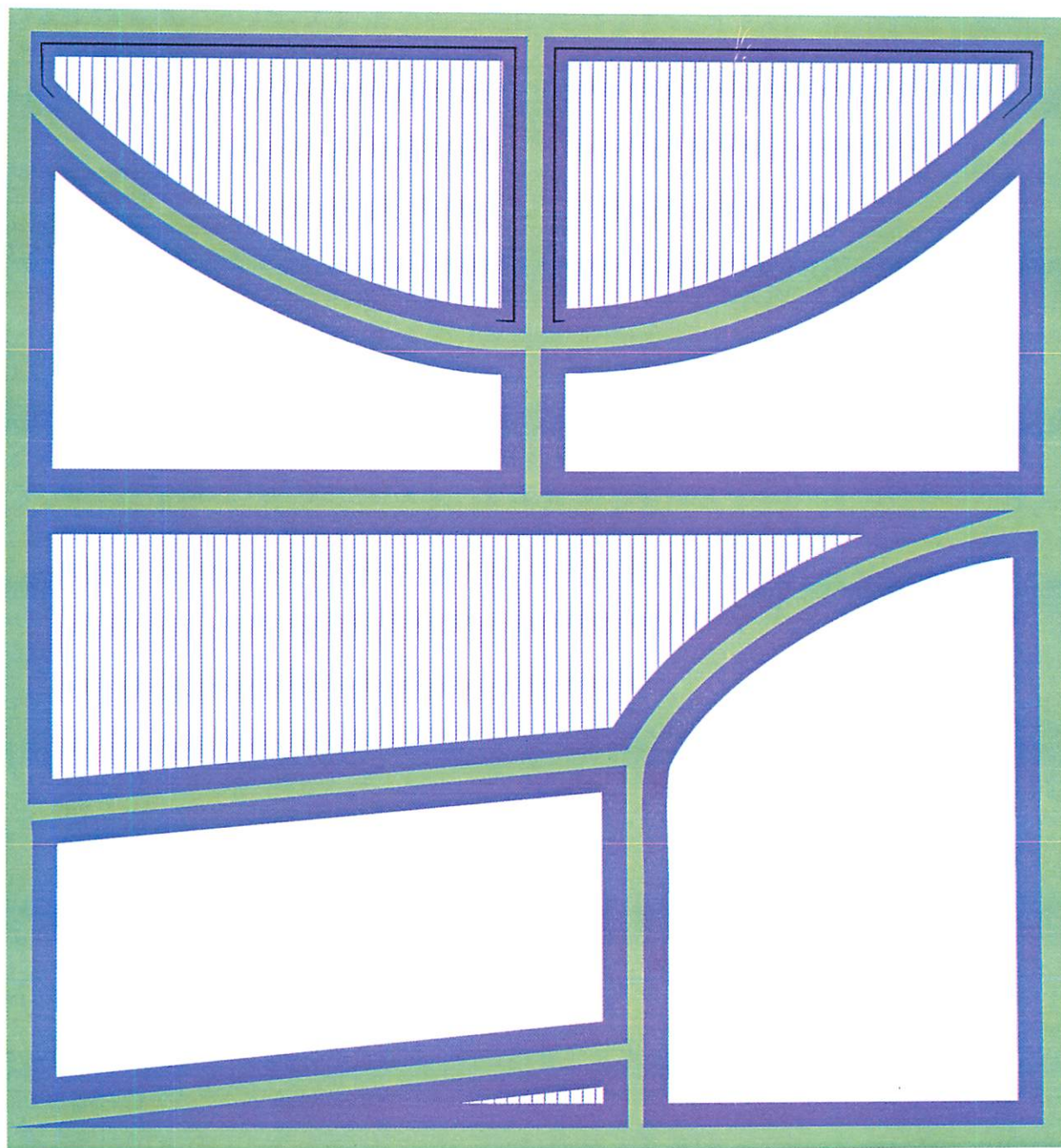
É oportuno ressaltar que tanto a Assessoria Legislativa quanto as Comissões Permanentes estão com seus quadros de pessoal muito aquém do necessário.

Assim sendo, no exercício de 2011, somente foi possível desempenhar todas as atribuições previstas no art. 2º da **RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1994**, e nos artigos 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 69-A e 69-B do Regimento Interno desta Corte de Leis, porque houve empenho tanto por parte dos gestores quanto dos demais servidores de cada uma destas unidades.

Ressaltamos que o presente relatório representa de forma sucinta as atividades desenvolvidas pela Assessoria Legislativa, bem como pelas nove Comissões Permanentes desta Casa.

Brasília, 02 de dezembro de 2011.

ANDRÉ LUIZ PEREZ NUNES
Secretário Executivo da Terceira Secretária



1º Ciclo Acadêmico

A Câmara Legislativa recebe a UnB

- Arquitetura e Urbanismo -

Local: Auditório da Câmara Legislativa

Período: de 26 de setembro a 24 de outubro de 2011

Dia/Hora: toda segunda-feira, das 14 às 18 horas

Inscrições e Informações

Escola do Legislativo (Elegis/CLDF)

3348-8514 / 9205

elegisprojesp@cl.df.gov.br

www.cl.df.gov.br/cldf/escola-do-legislativo

- Inscrições gratuitas -



Universidade de Brasília



Promoção

Câmara Legislativa do DF
Universidade de Brasília

Realização

Escola do Legislativo (Elegis/CLDF)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Apoio

Associação de Pós-Graduandos da UnB
Arquivo Público do Distrito Federal
Núcleo Docomomo Brasília

ANAIS

1º Ciclo Acadêmico
A Câmara Legislativa recebe a UnB

- Arquitetura e Urbanismo -

Promoção:
Câmara Legislativa do DF
Universidade de Brasília

Realização:
Escola do Legislativo (Elegis/CLDF)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Apoio:
Associação de Pós-Graduandos da UnB
Arquivo Público do Distrito Federal
Núcleo Docomomo Brasília

A Câmara Legislativa recebe a UnB



Câmara Legislativa do Distrito Federal

ANAIS

1º Ciclo Acadêmico
A Câmara Legislativa recebe a UnB

- Arquitetura e Urbanismo -

Organização Lenora Barbo

Brasília/DF - 2011

3

© 2011. Câmara Legislativa do Distrito Federal.
Permite-se a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.
Impresso no Brasil
1ª edição
Tiragem: 1000 exemplares

Revisão:
José Afonso de Sousa Camboim
Josué Alves da Silva
Vanila Maria Rego Codeço

Diagramação e Arte-Final
Seção de Editoração

Impressão
Seção de Produção Gráfica / Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Documento normalizado pelo Setor de Documentação Legislativa

P953 1º Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB - Arquitetura e Urbanismo : Anais / Organização Lenora Barbo . — Brasília : CLDF, 2011.

76 p.
ISBN 978-85-87123-37-4

Inclui os resumos dos trabalhos apresentados.

1. Arquitetura, Distrito Federal (Brasil) 2. Desenvolvimento urbano, Distrito Federal (Brasil). I Barbo, Lenora, org. II. Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB (1. : 2011 : Brasília, DF)

CDU 72(8 17.4)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5 - Brasília/DF - CEP: 70094-902
Telefone: (61) 3348-8000

Sumário

Mensagem do presidente.....	7	Equipamentos urbanos, <i>design</i> e identidade	
A participação do tempo na composição do espaço.....	9	sociocultural: análise e proposta para a cidade do	
A parceria entre a CLDF e a UnB	11	Núcleo Bandeirante.....	47
A FAU estuda Brasília.....	13	Um centro urbano para Planaltina.....	49
Missão da Elogis.....	15	O desenho da percepção afetiva: o caso da Vila	
Os propósitos do Ciclo Acadêmico	17	Telebrasília/DF.....	51
Programação	19	Conforto ambiental e suas relações subjetivas:	
Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva		análise ambiental integrada na habitação de	
biológica da Contagem: do campo da invisibilidade		interesse social.....	53
aos lugares de memória.....	25	O planejamento urbano e a cidade real: um olhar	
Preexistências de Brasília. Reconstruir o território		sobre o Cruzeiro/DF	55
para construir a memória	27	Avaliação pós-ocupação da quadra econômica	
Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília,		Lucio Costa em Brasília/DF: estudo das alterações	
1957 – 1964.....	29	ocorridas na quadra e nos edifícios	57
De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de		São Sebastião/DF: do sonho à cidade real.....	59
Brasília.....	31	O capital incorporador como agente da configuração	
Cinquenta anos do mobiliário urbano de transporte		urbana: o caso de Águas Claras/DF.....	61
público em Brasília.....	33	Alteração de uso de imóveis urbanos no DF:	
Agenda Verde x Agenda Marrom: inexistência		apropriação individual ou gestão social.....	63
de princípios ecológicos para o desenho de		A construção do espaço metropolitano da capital	
assentamentos urbanos	35	do Brasil	65
Proteção ambiental e direito à cidade no processo de		Patrimônio cultural brasileiro e acessibilidade: as	
expansão urbana do DF: até que ponto existe um		intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a	
conflito	37	2005.....	67
Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e		Avaliação da mobilidade urbana na área metropolitana	
valorização dos corpos d'água	39	de Brasília	69
Estudo de impacto de vizinhança: uma análise crítica		Potencialidades cicloviárias no Plano Piloto.....	71
feita por meio dos Relatórios de Impacto de		Construindo a sustentabilidade em canteiros de obra –	
Vizinhança apresentados no DF	41	um estudo no DF	73
Parques públicos urbanos: a síntese entre proteção			
ambiental e lazer público.....	43		
Qualidade ambiental e arquitetônica em edifícios de			
escritórios: diretrizes para projetos em Brasília	45		

Mensagem do presidente

Esta publicação – resultado da realização do 1º Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB – concretiza a parceria e o esforço conjunto da Câmara Legislativa e da Universidade de Brasília (UnB) para estreitar o caminho entre o conhecimento acadêmico e a população do Distrito Federal.

Este Ciclo Acadêmico evidenciou, por meio de teses e dissertações de mestres e doutores da Universidade de Brasília apresentadas no Poder Legislativo do Distrito Federal, a preocupação da nossa população na defesa da capital de todos os brasileiros e na busca de soluções viáveis para a preservação da cidade considerada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

Os trabalhos apresentados e debatidos nesta Casa de Leis evidenciam o compromisso em responder às demandas mais complexas do Distrito Federal em relação a matérias de interesse público e ambiental que exigem habilidades acadêmicas específicas na formulação de projetos arquitetônicos e urbanísticos de desenvolvimento, conservação e restauração dos espaços construídos, com alternativas físicas e organizacionais para habitação de interesse social, edifícios públicos e espaços coletivos em harmonização com o meio físico urbano.

Para nós, representantes da população do Distrito Federal por meio do Poder Legislativo, é uma honra sediar tão importante fórum de discussões acerca de melhorias na qualidade de vida para a nossa cidade. As 25 teses e dissertações foram remodeladas para ser apresentadas neste livro e vão entrar para a história do Distrito Federal porque retratam, fielmente, a importância da parceria entre a Câmara Legislativa e a Universidade de Brasília.

Assim, este importante trabalho sintetiza nosso compromisso para com o Distrito Federal: contribuir para a elaboração de políticas públicas que melhorem, cada vez mais, a qualidade de vida da nossa população.

*Deputado distrital Sidney da Silva Patrício
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal*

A participação do tempo na composição do espaço

Instrumento de revelação da quarta dimensão da arquitetura, o tempo teve sua função muito bem definida por Le Corbusier quando este colocou o urbanismo a serviço do ritmo das atividades humanas. Esta orientação cotidiana do tempo sobre a prática deve ser compreendida em sua expressão mais ampla. Não apenas a viabilização da rotina, pela criação de espaços para o exercício das atividades diárias – o trabalho, o lazer, o repouso –, se restringe a dimensão do tempo.

Por mais que busquemos seu controle pela força simbólica da repetição, imprimindo ao tempo a aparência cíclica das horas, dias e semanas, este insiste em renovar-se e se impõe sobre nós com o peso de sua ação transformadora. Mesmo nossas edificações mais sólidas serão pelo tempo afetadas e constrangidas a acompanhá-lo em sua metamorfose ou perder-se pelo anacronismo.

Sutil, demonstra sua passagem através dos sujeitos, cujas intenções e gestos permanentemente modificam a malha social que os reúne. Como num caleidoscópio que, iluminado, altera seus padrões coloridos e produz novas formas geométricas, a sociedade, ao passar do tempo, rearranja suas teias de relações, produzindo novas práticas, interesses e instituições.

A arquitetura e o urbanismo estarão, portanto, submetidos à práxis assim como a *langue* em relação à *parole* para Saussure. A primeira é o código da língua, o idioma; a segunda, sua expressão individual, a fala. Qualquer desses sistemas seria natimorto, não

fosse o processo de sua constante resignificação pelo uso. Também o espaço, quando apropriado pelo social, se converte em signo e passa a ser regido por essa economia simbólica do discurso. Como o atalho do pedestre pela grama, que subverte o sentido da calçada, ou a arte de rua nos muros, que subverte a função da fachada, o espaço somente estará vivo na frequência em que seja recriado por seus habitantes.

É também pelo tempo que, além da forma, se modifica na sociedade a dimensão do alcance da ação dos indivíduos. A percepção da consequência confere ao ato poder político. Prevendo o resultado de suas ações, poderá o sujeito organizar seu movimento através do tempo. Na razão da autonomização da cultura, novas necessidades se criam na proporção em que novas vozes surjam para reivindicá-las. A acessibilidade, a proteção ambiental, a segurança e o direito à memória têm sua existência revelada quando expressos no discurso de quem os reclama.

Nenhuma estrutura será, então, suficientemente planejada a ponto de antecipar todas as demandas a que deverá responder, mas, para resistir no espaço e no tempo, deverá sempre possibilitar uma margem para sua atualização.

A ocasião da fala radicada em Brasília oferece uma perspectiva única na compreensão desse processo. Por ser ainda uma cidade jovem, sua história recente se acerca de nós na memória viva de seus habitantes e nos permite descrever, desde o princípio, a trajetória da *urbs* e da *civitas* previstas por Lucio Costa, até

a conquista, pela população, da dimensão de *polis*, espaço de cidadania. Coexistem em seus limites a estabilidade da condição de patrimônio cultural e a espontaneidade da expansão urbana, disposição cuja manutenção requer afinado raciocínio.

Por reação a esta exigência se realizam, todos os anos, séries de estudos na busca de possíveis soluções de reconfiguração da capital e das regiões administrativas circundantes. Na Universidade de Brasília, dezenas de monografias, teses e dissertações são defendidas, periodicamente, ensalando essa temática. Tal preocupação não poderia mesmo ser diferente: a UnB se localiza, dado o plano original da cidade, no seio de Brasília, em vasta porção da área total do Plano Piloto e, portanto, em intensa relação de convivência com este. Acompanhando a ampliação da malha urbana do Distrito Federal, também a UnB se estendeu e se deslocou, preparando-se para atender, em quatro novos *campi*, ao seu público em constante majoração.

É de importância imensurável, para todas as partes envolvidas, que universidade e sociedade caminhem lado a lado, estabelecendo entre si um vínculo de retroalimentação. Por excelência o ambiente universitário se apresenta como *locus* de produção de um tipo de conhecimento muito valorizado socialmente, e por isto é devido à sua produção que orbite as demandas de sua população constituinte.

Toda forma de conhecimento implica um posicionamento político, e o ato de criação de um saber se caracteriza, antes de mais nada, pela responsabilidade sobre a sua aplicação. Como registrara Darcy Ribeiro, não é à simples fruição ou vaidade acadêmica que deve atender a universidade, mas sim à função de pensar o Brasil como questão. Este propósito define a Universidade de Brasília em seu embrião e orienta ainda hoje o seu desenvolvimento.

A Câmara Legislativa recebe a UnB

Para que se consagre a universidade como esse espaço de produção de um conhecimento verdadeiramente emancipatório, os usos dos saberes por meio dela elaborados devem estar acessíveis a toda a população. A emancipação não se caracteriza apenas pelo autoconhecimento, mas também, e sobretudo, pela possibilidade de ampliação dos direitos individuais e coletivos objetivando o exercício pleno da cidadania.

Dentro deste panorama, demonstra-se benéfica e valorosa, em todos os seus efeitos, a iniciativa de associação entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal e a UnB. A partir dela, abre-se um canal de empoderamento do saber produzido dentro da universidade, possibilitando a sua aplicação prática e a aproximação de um modelo de gestão participativa.

A vinculação entre o Poder Legislativo e a universidade é, ainda, uma rica expressão do ideal de extensão universitária, operando a transferência do conhecimento acadêmico para a comunidade e aproximando da sociedade a gestão pública urbana e o ensino superior.

A Universidade de Brasília apoia e parabeniza a realização do 1º Ciclo Acadêmico. A Câmara Legislativa recebe a UnB, que nesta primeira edição traz a participação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com a expectativa de que este seja o início de uma longa e duradoura aliança, capaz de perpetuar-se no tempo e concretizar-se no espaço como manifestação da missão constitucional de responsabilidade social que caracteriza ambas as instituições.

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor da UnB

A parceria entre a CLDF e a UnB

O projeto do 1º Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB visa aproximar a representação parlamentar das diversas questões contemporâneas analisadas por mestres e doutores da Universidade de Brasília na área de Arquitetura e Urbanismo.

Creio poder afirmar que o que está registrado neste livro retrata, ainda que sucintamente, o caráter desse Ciclo, isto é, o debate de alto nível (aliás, altíssimo nível) ocorrido na sede da Câmara Legislativa, enriquecedor como experiência fundadora do diálogo entre a Casa política e uma instituição de ponta em arquitetura e urbanismo, como é o caso da Universidade de Brasília.

A Câmara recebeu, do dia 26 de setembro a 24 de outubro de 2011, mestres e doutores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, que expuseram ao público suas ideias, suas teses. Com isso, o conhecimento que se encontrava quase restrito à Academia chega ao povo da forma mais democrática possível: na Casa do povo, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

As vinte e cinco teses e dissertações organizadas e apresentadas na CLDF têm seus resumos reproduzidos neste livro, com as alterações julgadas convenientes por cada autor. Os debates, as discussões, com certeza, superaram nossas expectativas, visto que envolvem questões de interesse de todo o Distrito Federal: questões sociais, culturais e ecológicas; construção e desconstrução de Brasília; mobilidade e

acessibilidade urbana; força do capital na configuração dos espaços urbanos e rurais, etc.

São vozes respeitadas que ressoam neste livro. Vozes que traduzem o pensamento arquitetônico e urbanístico do mundo contemporâneo, do mundo globalizado e que, por isso mesmo, precisam ser ouvidas, acatadas e concretizadas para tornar a realidade do Distrito Federal condizente com o que nos promete o futuro.

Poderia parar esta apresentação aqui. Porém considero necessário mencionar a grandeza do processo democrático e dialógico que envolveu a realização deste 1º Ciclo Acadêmico. Intensificar o debate e refletir sobre problemas que, direta ou indiretamente, afetam a população do DF é mais do que uma obrigação; é um dever.

Enfim, a parceria entre a CLDF e a UnB resultou na produção deste livro, que reúne visões diversas ecoadas no plenário desta Casa sobre um mesmo espaço: o Distrito Federal.

*Deputado Joe Valle
Terceiro-Secretário*

A FAU estuda Brasília

A Câmara Legislativa do Distrito Federal concede à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília uma grande oportunidade de expor, em local de grande acesso à população, o conhecimento produzido nos últimos anos em seu Programa de Pós-Graduação, constituindo o 1º Ciclo Acadêmico. A Câmara Legislativa recebe a UnB – Arquitetura e Urbanismo.

Este Ciclo Acadêmico demonstra que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e seu Programa de Pós-Graduação estudam Brasília!

Desde 1962, metade do conhecimento que produzimos versa sobre Brasília. Sua gênese, seu espaço urbano, sua arquitetura e também suas contradições de metrópole em crescimento quase convulsivo.

Nossa inserção social nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste nos impõe, também, o estudo dessas regiões em decorrência da missão civilizatória de Brasília.

Acreditamos que cabe, a um ente público de educação como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, promover o debate e a produção de conhecimento crítico, sem imposição de qualquer viés. Somente pela comparação de abordagens, ideias e até ideologias é possível chegar a uma contribuição que resista a modas e modismos.

Com esse conteúdo acadêmico é que nos apresentamos nesta Casa, com visões algumas vezes contraditórias; mas diante da complexidade da realidade, as soluções presentes na arquitetura e no urbanismo podem estar simultaneamente em extremos opostos, e aqui reside nossa virtude e contribuição como área de conhecimento.

O esmero da organização deste ciclo pela equipe da Câmara Legislativa coordenada pela consultora legislativa e doutoranda Lenora Barbo favoreceu a apresentação dos trabalhos de nossos ex-alunos, alguns em doutoramento, outros atuando profissionalmente em nossa cidade, e dois convidados de estados do Norte e Nordeste.

Assim, os 25 trabalhos de 15 orientadores foram distribuídos nos temas: Pré-existências; Meio ambiente e Meio urbano; Estudos de Casos em diversas cidades do DF; e Desafios das cidades.

Esperamos que nossa produção contribua com a consolidação deste 1º Ciclo Acadêmico, que com certeza será repetido em futuras edições agregando novas áreas de conhecimento que muito têm produzido em nossa Universidade de Brasília, tais como: geografia, sociologia, educação, saúde etc.

Cabe enfatizar que para nosso Programa de Pós-Graduação é de fundamental importância este

evento. Para a Capes, órgão do Ministério da Educação responsável pela organização e avaliação da pós-graduação brasileira, demonstramos que nossa inserção social tem repercussão regional de grande impacto.

Este evento permite o encontro de ideias em um ambiente democrático e acadêmico cujo resultado contribuirá para consolidar nossa pós-graduação como referência de excelência nacional. Esperamos que ele possa retribuir à sociedade com soluções e propostas de interesse para a melhoria de Brasília e do Distrito Federal.

*Professor diretor José Manoel Morales Sánchez
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / FAU
Universidade de Brasília*

Missão da Elegis

Realizar um ciclo acadêmico que aproxime o Poder Legislativo da universidade é uma oportunidade ímpar, que fortalece a disposição da atual legislatura em melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão do Distrito Federal, ao se alinhar a uma instituição tão importante como é a Universidade de Brasília.

As teses aqui apresentadas serão apreciadas por deputados, assessores, servidores e outros cidadãos; elas serão retiradas de seu isolamento no *campus* e ganharão a oportunidade de embasar futuras leis e políticas públicas. Esse é o papel da extensão universitária: transformar a realidade social com o conhecimento produzido pela Academia.

Nesse contexto, vale lembrar a missão da nossa Escola do Legislativo do Distrito Federal (Elegis), que é contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo Distrital, por meio de atividades educacionais alinhadas às ações estratégicas da Câmara Legislativa frente às necessidades da sociedade.

A Elegis, pois, ao colocar-se como o elo entre a CLDF e a UnB, cumpre seu papel de promover a educação para a cidadania. Mas não é só isso. O 1º Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB é um projeto de extrema relevância, que nos possibilita cumprir nosso papel de maneira integral, ao contribuir para o desenvolvimento cultural e profissional de parlamentares, gestores, servidores da CLDF e demais participantes, ao mesmo tempo que nos torna cidadãos mais conscientes e preparados por meio do compartilhamento do conhecimento.

Aurélio de Paula Guedes Araújo
Diretor da Escola do Legislativo do Distrito Federal -
Elegis

Os propósitos do Ciclo Acadêmico

A Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU, da Universidade de Brasília, realizaram conjuntamente o 1º Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa recebe a UnB. Esse Ciclo Acadêmico foi idealizado com o objetivo de estabelecer a cooperação entre a Câmara Legislativa e a Universidade de Brasília, especialmente a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com vista à realização de um fórum de discussão pública que envolvesse temas de diversas áreas de interesse das cidades e contribuísse para avançar na resolução dos conflitos urbanos.

As cidades brasileiras abrigavam, há menos de um século, 10% da população nacional. Atualmente são 82%, num processo insustentável de urbanização. O ciclo contribuiu para as reflexões que buscam compreender as possibilidades e impasses das cidades e a ampliação das demandas da sociedade.

Pretendeu-se, também, quebrar a tradicional rigidez dos produtos acadêmicos para propiciar o envolvimento de toda a sociedade do Distrito Federal. É fundamental socializar o conhecimento que a universidade obtém por meio de suas pesquisas, não o deixando restrito ao mundo acadêmico e fazendo mais pessoas terem acesso a esse processo e beneficiarem-se dele.

Para tanto, esse evento teve como público-alvo os deputados distritais, assessores parlamentares, servidores das Administrações Regionais, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, servidores do Governo do Distrito Federal, profissionais com atuação e/ou interesse nas áreas de arquitetura, urbanismo, preservação, gestão e controle da qualidade do ambiente urbano e arquitetônico, bem como profissionais de áreas correlatas, organizações não governamentais e estudantes.

O Ciclo Acadêmico, que se realizou de 26/9 até 24/10, sempre às 2ªs feiras, das 14h às 18h, apresentou os resultados de 25 dissertações e teses defendidas de 2003 a 2011 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da UnB. A seleção judiciosa dos trabalhos, feita pela equipe da CLDF entre as mais de 400 dissertações e teses defendidas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pautou-se pelos critérios descritos a seguir: trabalhos que tratassem do território do Distrito Federal; a busca da maior diversidade de cidades, temas e orientadores; teses e dissertações existentes nos arquivos digitais da FAU/UnB a partir de 2003; atualidade do arcabouço teórico e legal; e, principalmente, a conjugação dos temas com a pauta legislativa da Câmara Legislativa.

O material apresentado neste catálogo é um extrato das contribuições recebidas. Os resumos

das pesquisas apresentadas ao longo de um mês guardam a integralidade dos textos dos autores.

Agradecemos a participação de todos, certos de podermos contribuir para o aperfeiçoamento legislativo e para a divulgação do conhecimento científico.

Lenora Barbo
Consultora Legislativa da CLDF
Organizadora do 1º Ciclo Acadêmico A Câmara Legislativa
recebe a UnB

Programação

Dia 26/9/2011

Debatedor: Msc. Gustavo Guilherme Leon Chauvet

Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem: do campo da invisibilidade aos lugares de memória

Autor: Wilson Jardim Vieira Júnior

Orientadora: Sylvia Ficher

Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória

Autora: Lenora Barbo

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957 – 1964

Autor: Francisco Leitão

Orientadora: Sylvia Ficher

De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília

Autora: Jusselma A. Duarte de Brito Lange

Orientadora: Sylvia Ficher

Cinquenta anos do mobiliário urbano de transporte público em Brasília

Autor: Roberto Gonçalves de Araújo

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

Debatedor:

Gustavo Guilherme Leon Chauvet

Curículo:

É licenciado em Educação Artística pela UnB (1987) e mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB (2002). Cursos MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (2009). Coordena a pesquisa sobre a História Ambiental do Planalto Central e atua, principalmente, nas seguintes áreas: educação, história local, história ambiental, turismo e interdisciplinaridade. É superintendente do Arquivo Público do DF.

Dia 3/10/2011

Debatedor: Dr. Victor Carvalho Pinto

Agenda Verde x Agenda Marrom: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos

Autora: Liza Maria Souza de Andrade

Orientadora: Marta Adriana Bustos Romero

Proteção ambiental e direito à cidade no processo de expansão urbana do DF: até que ponto existe um conflito

Autora: Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas

Orientadora: Lúcia Cony Faria Cidade

Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água

Autora: Sandra Soares de Mello

Orientador: Frederico Rosa Borges de Holanda

Estudo de impacto de vizinhança: uma análise crítica feita por meio dos Relatórios de Impacto de Vizinhança apresentados no DF

Autora: Janaina da Silva Marques

Orientador: Márcio Augusto Roma Buzar

Parques públicos urbanos: a síntese entre proteção ambiental e lazer público

Autor: Bay Ayres

Orientador: Otto Toledo Ribas

Debatedor:

Victor Carvalho Pinto

Currículo:

É doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Faculdade de Direito da USP, autor do livro *Direito Urbanístico: Plano Diretor e Direito de Propriedade* (1ª ed., 2005 e 2ª ed., 2010). Integrou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Gestor) do Governo Federal, tendo atuado na Presidência da República e nos Ministérios do Planejamento e da Justiça. Tem experiência nas áreas de Desenvolvimento Urbano e de Transportes, especialmente no desenho institucional de políticas públicas e na redação de normas jurídicas. É Consultor Legislativo do Senado Federal nas áreas de Desenvolvimento Urbano e Transportes.

Dia 10/10/2011

Debatedor: Prof. Dr. Nelo Campos

Qualidade ambiental e arquitetônica em edifícios de escritórios: diretrizes para projetos em Brasília

Autora: Thais Borges Sanches Lima

Orientadora: Claudia Naves David Amorim

Equipamentos urbanos, *design* e identidade sociocultural: análise e proposta para a cidade do Núcleo Bandeirante

Autor: Ricardo Luiz Brancaglion

Orientador: Jaime Gonçalves de Almeida

Um centro urbano para Planaltina

Autora: Andréa Mendonça de Moura

Orientador: Frederico Rosa Borges de Holanda

O desenho da percepção afetiva: o caso da Vila Telebrasil/DF

Autora: Hiatiane Cunha de Lacerda

Orientador: Luiz Alberto de Campos Gouvêa

Conforto ambiental e suas relações subjetivas: análise ambiental integrada na habitação de interesse social

Autora: Ludmila de Araújo Correia

Orientadora: Marta Adriana Bustos Romero

Debatedor:

Nelo Campos

Curriculo:

É graduado em Geografia pela UFBA (1982), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1988) e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ (2003). É diretor do Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB e professor do Departamento de Geografia e do CET/UnB. Tem experiência em Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nas seguintes áreas: dinâmica imobiliária e estruturação intraurbana, dinâmica socioespacial, planejamento do desenvolvimento turístico e metodologia de pesquisa aplicada à Geografia e ao Turismo. É membro da Comissão de Ética da UnB e representante do CET no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB.

Dia 17/10/2011

Debatedor: Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro

O planejamento urbano e a cidade real: um olhar sobre o Cruzeiro/DF

Autora: Beatrice Arruda Eller Gonzaga

Orientador: Benny Schwarsberg

Avaliação pós-ocupação da quadra econômica

Lucio Costa em Brasília/DF: estudo das

alterações ocorridas na quadra e nos edifícios

Autora: Candice de Albuquerque Tomé

Orientador: Jaime Gonçalves de Almeida

São Sebastião/DF: do sonho à cidade real

Autora: Mara de Fátima dos Santos Araújo

Orientador: Otto Toledo Ribas

O capital incorporador como agente da configuração urbana: o caso de

Águas Claras/DF

Autora: Karla Figueiredo de Oliveira Gomes

Orientador: Paulo Castilho Lima

Alteração de uso de imóveis urbanos no DF: apropriação individual ou gestão social

Autor: Josué Magalhães de Lima

Orientador: Benny Schwarsberg

Debatedor:

Gustavo Lins Ribeiro

Curriculo:

É mestre em Antropologia pela UnB (1980) e doutor pela City University of New York (1988). Foi representante adjunto da área de Antropologia na Capes (2005/2008). É professor titular do Departamento de Antropologia e do Centro de Pesquisas sobre as Américas – UnB, diretor do Instituto de Ciências Sociais da UnB, pesquisador 1-A do CNPq e membro de comitês de várias revistas nacionais e internacionais. Publicou 15 livros e cerca de 150 artigos em seis línguas. Recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado da Anpocs (1989), a medalha Roquette Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira, da Associação Brasileira de Antropologia (2008) e o prêmio Pesquisador do DF, da FAPDF (2009).

A Câmara Legislativa recebe a UnB _____

Dia 24/10/2011

Debatedor: Prof. Dr. José Manoel Sánchez

A construção do espaço metropolitano da capital do Brasil

Autor: Ricardo Batista Bitencourt

Orientador: Antônio Carlos Cabral Carpintero

Patrimônio cultural brasileiro e acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005

Autor: Oscar Luís Ferreira

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

Avaliação da mobilidade urbana na área metropolitana de Brasília

Autora: Tais Furtado Pontes

Orientador: Otto Toledo Ribas

Potencialidades cicloviárias no Plano Piloto

Autora: Camila de Carvalho Pires Lammers

Orientador: Frederico Rosa Borges de Holanda

Construindo a sustentabilidade em canteiros de obra – um estudo no DF

Autora: Juliana Gehlen

Orientadora: Raquel Naves Blumenschein

Debatedor:

José Manoel Morales Sánchez

Curriculum:

É graduado em Engenharia Civil pela UnB (1979), mestre em Estruturas no Programa de Engenharia Civil pela UFRJ – Coppe/UFRJ (1986) e doutor em Estruturas e Construção Civil pela UnB (2003). Foi diretor de Administração do Metrô/DF e diretor de Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC. Atua em áreas de arquitetura e engenharia civil. É professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB, coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG/FAU/UnB e diretor da FAU/UnB.

Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem: do campo da invisibilidade aos lugares de memória

Wilson Jardim Vieira Junior
wilsonvieirajr@gmail.com
Orientadora: Sylvia Ficher

O Parque Nacional de Brasília, criado em 1961, e a Reserva Biológica da Contagem, criada em 2002, são Unidades de Conservação federais administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Os limites das unidades foram demarcados em um território historicamente contextualizado pela dinâmica do avanço dos séculos coloniais. As terras desapropriadas para a fundação das reservas ambientais compreendem um espaço moldado por relações sociais, materializado na localização e distribuição de elementos criados pelo homem numa relação direta com o ambiente natural. Durante pesquisa em campo realizada em 2009 e 2010, foram identificados vestígios da ocupação do Planalto Central, testemunhos do século XVIII ao XX. As diretrizes das Unidades de Conservação contemplam, segundo a legislação brasileira, a preservação do ecossistema Cerrado. Pelo texto da legislação, a preservação do patrimônio cultural nelas existente não está na competência das Unidades, tampouco consta dos bens culturais relacionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O objetivo da pesquisa é dar visibilidade aos vestígios, inventariando-os por meio da narrativa histórica das sociedades que se relacionaram com os espaços hoje pertencentes ao Parque Nacional de Brasília e à Reserva Biológica da Contagem.

Curriculo do aluno:

É graduado em História pelo Centro Universitário de Brasília (2003), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2010) e doutorando pela UnB. Atua na área de História com pesquisas voltadas não só ao estudo do DF e Goiás colonial, como também ao estudo de temas que envolvem história colonial, arquitetura, patrimônio, cartografia e paleografia. É membro do grupo de Pesquisa CNPq FAU/UnB em Cartografia Histórica de Goiás e do DF. Ocupa o cargo de Chefe de Gabinete e Diretor de Pesquisa do Arquivo Público do DF.

Curriculo da orientadora:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1972); obteve o Master of Science in Historic Preservation pela Columbia University, Nova York (1978). É doutora em História Social pela FFLCH/USP (1989) e pós-doutora em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (1990/92). É professora associada 2 da UnB e pesquisadora do CNPq 1B. Atua em História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, bem como nas seguintes áreas: ensino de arquitetura e profissão de arquiteto, urbanização do DF, arquitetura e urbanismo de Brasília. Desenvolve ainda estudos teóricos sobre história urbana, estética e crítica arquitetônica. Seu livro *Os arquitetos da Póli* (Edusp) recebeu o Prêmio Clio em 2005, da Academia Paulistana de História.

Preexistências de Brasília.

Reconstruir o território para construir a memória

Lenora Barbo

lenorabarbo@gmail.com

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal reconstruir o antigo território do Planalto Central com os seguintes objetivos específicos: descrever e investigar o território do atual DF; resgatar e confrontar a cartografia histórica do Planalto Central; identificar e registrar os cronistas e viajantes que percorreram a região nos séculos XVIII e XIX; levantar e reconstituir o traçado das antigas vias de comunicação do Brasil colonial que cruzaram os atuais limites do DF; inventariar e analisar moradas rurais que fizeram parte de antigas fazendas. Contrariando a ideia de que Brasília nasceu do nada, os estudos realizados apontaram que a posição geográfica e geopolítica do território do atual DF sempre foi considerada estratégica, em especial por seus divisores de água, sobre os quais se desenvolveram estradas ancestrais, trilhadas por diversos viajantes, em épocas distintas. Os documentos cartográficos históricos levantados comprovaram a existência de um "corpus iconográfico" do DF e da localização de vários "caminhos", assinalados em vinte e dois mapas elaborados entre 1750 e 1896. As informações foram complementadas com o relato de dezesseis cronistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX, que exploraram essa região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. Com o intuito de ampliar as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta para reconstituir, de modo mais circunstanciado possível, o traçado original dessas antigas estradas. Por fim, o inventário das dez moradas rurais evidenciou que, apesar das alterações inevitáveis ao longo dos anos, as construções preservam a maioria de suas características arquitetônicas

– exemplares centenários e remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília –, o que demonstra que o acervo patrimonial do DF extrapola os limites do Plano Piloto.

Currículo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UCG (1982), especialista em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística pela UnB (2009) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2010). Após ter trabalhado na iniciativa privada e no Poder Executivo, ingressou no Poder Legislativo, por meio de concurso público, em 1995. É Consultora Legislativa da Câmara Legislativa do DF, na área de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente. Tem experiência docente em Arquitetura e Urbanismo (2003-2008). Recebeu menção honrosa na categoria dissertação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Anparq (2010). Em 2011, iniciou doutorado na FAU/UnB. É coordenadora da Associação de Pós-Graduandos da UnB (APG/UnB) e membro do Núcleo Docomomo Brasília.

Currículo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFP (1987), mestre em Arquitetura pela UFRGS (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1999). É professor adjunto da UnB (2002). Participou da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo do Enade e foi diretor da FAU/UnB (2004/2011). É coordenador da Área de Arquitetura e Urbanismo e *Design* da Capes e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ – nível 2. É membro da Comissão Consultiva de Arquitetura e Urbanismo da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) do Sistema de Acreditação do Mercosul; membro consultor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para a área de Arquitetura e Urbanismo; membro da Comissão de Arquitetura do Inep/Confea e diretor da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea).

Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957 - 1964

Francisco Leitão

arqchico@gmail.com

Orientadora: Sílvia Ficher

Apesar de Brasília ser estudada sob variados enfoques, percebe-se que imprecisões ainda envolvem o entendimento de como ocorreu a transposição do Plano Piloto de Brasília – PPB, do arquiteto Lúcio Costa, para a realidade do território. Não raros são os comentários baseados em pressupostos pouco comprovados, em especial sobre a cronologia de alterações introduzidas na concepção original, sua autoria e motivações. O presente trabalho expõe os resultados de minuciosa investigação feita a partir das plantas urbanísticas disponíveis no GDF, relativas ao período 1957/1964. O estudo possibilitou estabelecer sequência cronológica das alterações distintas daquela apresentada por outros autores. No que se refere à autoria das alterações urbanas, foi possível identificar e qualificar a participação de diversos agentes, de forma que, ainda que seja inegável a força do traço e a capacidade de síntese de seu admirável autor, a Brasília concreta pode ser entendida também como uma criação mais coletiva. Por fim, são apresentadas as motivações que ensejaram as mudanças mais importantes no risco original. Cabe citar: 1) As sugestões do júri do concurso – o qual entendeu que havia “demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e o lago”, resultando no deslocamento do conjunto para leste. 2) As vicissitudes do processo de transferência da capital, em especial o contexto político pouco favorável à mudança, o qual impôs urgência às obras, à geração de receitas, à necessidade de garantia imediata dos elementos essenciais para a mudança e afirmação de Brasília como cidade-símbolo nacional. 3) O diálogo com os planos de infraestrutura – dada a localização de Brasília – pois, logo após a divulgação

do resultado do concurso, foram elaborados planos médico-hospitalar, educacional e de abastecimento, o que conduziu a adaptações expressivas no PPB. 4) A interpretação dos atributos do PPB com algumas tipologias urbanísticas e arquitetônicas que sofreram modificações precoces para evitar certas formas de apropriação dos espaços consideradas incompatíveis com o 'espírito' do plano. As mais evidentes são aquelas introduzidas na configuração do comércio local e do comércio ao longo da W3 Norte.

Curriculo do aluno:

É graduado em Arquitetura pela UnB (1987), especialista em City Planning pela Japan International Cooperation Agency (1998) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2003). É membro do quadro técnico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília e membro do Núcleo Brasília do Documentation and Conservation of the Modern Movement – Docomomo.

Curriculo da orientadora:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1972); obteve o Master of Science in Historic Preservation pela Columbia University, Nova York (1978). É doutora em História Social pela FFLCH/USP (1989) e pós-doutora em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (1990/92). É professora associada 2 da UnB e pesquisadora do CNPq 1B. Atua em História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, bem como nas seguintes áreas: ensino de arquitetura e profissão de arquiteto, urbanização do DF, arquitetura e urbanismo de Brasília. Desenvolve ainda estudos teóricos sobre história urbana, estética e crítica arquitetônica. Seu livro *Os arquitetos da Póli* (Edusp) recebeu o Prêmio Clio em 2005, da Academia Paulistana de História.

De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília

Jusselma A. Duarte de Brito Lange

jusselma.duarte@gmail.com

Orientadora: Sílvia Ficher

Brasília sempre chamou a atenção de estudiosos por alcançar, desde a sua fundação, taxas de crescimento demográfico superiores à média nacional. Já nos anos inaugurais, em fins da década de 1950, seu crescimento não pôde ser atribuído ao processo incremental de urbanização. Hoje, já se aproxima de três milhões de habitantes; seu centro urbano – o Plano Piloto com traçado de Lucio Costa – representa uma pequena parcela do aglomerado classificado recentemente como terceira metrópole nacional. As conjunturas políticas do advento e o cenário de expansão urbana acelerada permitiram que muitas experiências desse processo fossem relegadas ao esquecimento e que algumas ideias pouco fundamentadas sobre seu curso ficassem sem necessária revisão. Interessado em contribuir para a historiografia crítica da cidade, este estudo investiga questões relativas ao processo de urbanização delimitado com a transferência da capital federal para o planalto goiano, bem como os fatores que concorreram para que a metrópole – incluindo sua periferia – alcançasse a configuração atual. Ancorada na excepcional capacidade do sítio urbano em conservar a estratificação histórica em sua materialidade e, de modo particular, em revelar um processo dinâmico de construção em sua estrutura formal, a autora objetivou, a partir desses atributos, tecer uma possível leitura desse processo. A base documental eleita, orientada para a infraestrutura pública implantada no território sob a influência de Brasília, foi proveitosa por dois motivos. Considerando a capacidade demonstrada pela ocupação urbana de se orientar pela presença desses investimentos, permitiu a análise de questões relativas ao crescimento da

aglomeração, seja ele dirigido, seja ele espontâneo. Por recorrer a informações tomadas de fontes primárias, propiciou o resgate de especificidades não reveladas pelo processo histórico em foco. O desenho analítico proposto revela uma dinâmica de ocupação orientada, em seus primeiros anos, por princípios do modernismo em sua face utópica, dando origem à implantação de núcleos isolados do centro urbano, estando na origem de entendimentos que naturalizaram tratamento diferenciado dispensado ao Plano Piloto de Brasília. Por outro lado, tal revisão expõe facetas extremamente negociadas, ajudando a reconhecer a produção social da cidade.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Federal Fluminense – RJ (1984), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2002) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2009). Autora do livro *Do Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília* (2010). É Analista em Ciência e Tecnologia do CNPq.

Curriculo da orientadora:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1972); obteve o Master of Science in Historic Preservation pela Columbia University, Nova York (1978). É doutora em História Social pela FFLCH/USP (1989) e pós-doutora em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (1990/92). É professora associada 2 da UnB e pesquisadora do CNPq 1B. Atua em História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, bem como nas seguintes áreas: ensino de arquitetura e profissão de arquiteto, urbanização do DF, arquitetura e urbanismo de Brasília. Desenvolve ainda estudos técnicos sobre história urbana, estética e crítica arquitetônica. Seu livro *Os arquitetos da Póli* (Edusp) recebeu o Prêmio Clio em 2005, da Academia Paulistana de História.

Cinquenta anos do mobiliário urbano de transporte público em Brasília

Roberto Gonçalves de Araújo

roberto9656@gmail.com

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação apresenta uma visão histórica do mobiliário urbano no Plano Piloto de Brasília desde sua inauguração em abril de 1960 até o seu aniversário de cinquenta anos em 2010. Visa registrar a presença dos elementos de mobiliário urbano que ocupam, ou já ocuparam, o espaço público do Plano Piloto, tombado como Patrimônio Cultural. Teve como motivação o interesse histórico desse espaço e as eventuais substituições desses elementos. Inicialmente, são apresentados o conceito e a classificação de mobiliário urbano que norteiam o trabalho, elaborados com base nos autores estudados. Em seguida, descrevem-se os principais elementos do mobiliário urbano de Brasília durante os cinquenta anos de sua existência (1960/2010). Para melhor entendimento da implantação desses elementos no espaço público, complementou-se o conteúdo da pesquisa com a síntese da legislação em vigor relativa ao mobiliário urbano que condiciona a sua existência. Finalmente, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para realização do inventário do mobiliário urbano. Para tanto, foi confeccionada uma ficha modelo utilizada para o registro sistemático dos dezoito elementos que compõem o mobiliário urbano do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Brasília. Deles fazem parte os abrigos em pontos de ônibus, os abrigos em pontos de táxi e os acessos ao metrô.

Curriculo do aluno:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UCG (1986) e mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo pela UnB (2010). É arquiteto concursado do Governo do DF e atua como Auditor de Atividades Urbanas, fiscalizando a utilização do espaço público em Brasília. Dedicar-se, ainda, a questões de acessibilidade no DF.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFP (1987), mestre em Arquitetura pela UFRGS (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1999). É professor adjunto da UnB (2002). Participou da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo do Enade e foi diretor da FAU/UnB (2004/2011). É coordenador da Área de Arquitetura e Urbanismo e Design da Capes e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ – nível 2. É membro da Comissão Consultiva de Arquitetura e Urbanismo da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) do Sistema de Acreditação do Mercosul; membro consultor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para a área de Arquitetura e Urbanismo; membro da Comissão de Arquitetura do Inep/Confea e diretor da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e

Agenda Verde x Agenda Marrom: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos

Liza Maria Souza de Andrade

lizamsa@gmail.com

Orientadora: Marta Adriana Bustos Romero

Este trabalho objetiva contribuir para a elaboração de princípios de sustentabilidade ambiental que auxiliem no processo de desenho de assentamentos em áreas ambientalmente sensíveis, a partir de dados obtidos por meio de estudos de impactos ambientais para que, de forma coerente, seja possível atender às exigências da legislação vigente. O estudo aborda o conflito entre os atributos próprios das agendas Verde e Marrom, refletidos no planejamento, e o desenho urbano no Brasil, uma vez que inexistem tais princípios para o processo de desenho. Assim, detectou-se a necessidade de aproximação ecológica por parte das áreas de arquitetura e urbanismo para sua inserção dentro da Agenda Marrom. Para tanto, num primeiro momento, investigou-se a evolução do desenho das cidades, associada ao desenho da paisagem nos países desenvolvidos ao longo do século XX. Identificou-se que os problemas relacionados à Agenda Marrom foram resolvidos com intensas práticas urbanísticas e, atualmente, tais países se preocupam com as questões da Agenda Verde. Num segundo momento, pesquisou-se como os princípios ecológicos podem tornar-se diretrizes para construção de comunidades sustentáveis, sendo apropriados para o desenho de assentamentos urbanos por meio de princípios de sustentabilidade ambiental. Foi estabelecido método e procedimento aplicado ao desenho de um condomínio no DF, dentro da APA do Paranoá, desenvolvido na disciplina de ateliê de Desenho Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Para ilustrar a inexistência no Brasil de princípios de sustentabilidade ambiental para o processo de desenho de parcelamentos urbanos em áreas ambientalmente sensíveis, objeto desta pesquisa,

escolheu-se o processo de licenciamento ambiental do projeto urbanístico desenvolvido pelo Programa Habitar Brasil/BID para o assentamento da Vila Varjão do DF, inserida na APA do Paranoá e circunscrita na APA do Planalto Central. Concluiu-se que não houve a incorporação sistêmica dos princípios, embora alguns deles tenham sido contemplados. Portanto, não se obteve o equilíbrio nas várias dimensões da sustentabilidade. Considerando que o desenho urbano é parte do processo de planejamento, os princípios de sustentabilidade ambiental devem ser pensados juntamente com estratégias e recomendações específicas como as técnicas, numa inter-relação dinâmica.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura pela UFMG (1989), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2005) e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. É professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e integra o corpo docente do Curso de Especialização e Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística – Reabilita, da FAU/UnB. É integrante do grupo de pesquisa Lacs/FAU/CDS/UnB e coordenadora do eixo de pesquisa Processos Regenerativos Urbanos e Sociais. Tem experiência em Gestão Ambiental Urbana e Projeto de Arquitetura e Desenho Urbano, com ênfase na aplicação de princípios de sustentabilidade ambiental, atuando nas seguintes áreas: gestão ecológica do ciclo da água no meio urbano, habitação de interesse social, desenho de assentamentos urbanos sustentáveis e desenvolvimento urbano sustentável.

Curriculo da orientadora:

É graduada pela Universidad de Chile e pela PUC-Campinas (1978), especialista em Arquitetura na Escola de Engenharia, USP (1980), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1985), doutora em Arquitetura – Universitat Politècnica de Catalunya (1993), pós-doutora em Landscape Architecture na PSU (2001). É professora associada III da UnB. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo, atuando nas seguintes áreas: sustentabilidade, bioclimatismo, desenho urbano, espaço público, arquitetura e clima. É líder do grupo de pesquisa A Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo, coordenadora do LaSUS/UnB, do Curso de Especialização a Distância, *lato sensu*, Reabilita – Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística e do Consórcio de Cooperação Bilateral USA/Brasil, Capes/Fipse (2008/2012). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 1D.

Proteção ambiental e direito à cidade no processo de expansão urbana do DF: até que ponto existe um conflito

Clarissa Figueiredo Sampalo Freitas

urbcla@gmail.com

Orientadora: Lúcia Cony Faria Cidade

O trabalho investiga a existência de conflito entre a proteção ambiental e o direito à cidade no processo de expansão da malha urbana do DF na direção de uma área protegida: a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu. Busca compreender os impactos sociais da ascensão do ambientalismo na definição das regulações sobre o território. Esta questão é conduzida através da perspectiva teórica da Produção do Espaço Urbano e da Ecologia Política, que defendem a importância do espaço no processo de exclusão social urbano e politizam o objetivo da proteção ambiental. O trabalho faz uma análise histórico-geográfica do processo de regulação de um território específico e de seus possíveis efeitos socioambientais. O principal método utilizado é a sobreposição espacial da dinâmica urbana, do quadro natural e das sucessivas regulações territoriais. As medidas de restrição à ocupação urbana na área central do DF contribuíram para a sobrevalorização de áreas bastante adequadas à urbanização do ponto de vista do quadro natural, empurrando os moradores de baixa renda para a zona periférica. Nesta zona, a degradação associa-se a ocupações de áreas impróprias devido à falta de oferta de moradia no mercado imobiliário formal no centro. Sem considerar a relação entre proteção ambiental e escassez de terra para a baixa renda, as regulações do território da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu adotam parâmetros excludentes em áreas valorizadas. Como resultado de um modelo de planejamento particularmente restritivo que se apropria do discurso da proteção ambiental para favorecer a reserva de terras para o mercado imobiliário de alta renda, há uma concentração de degradação ambiental e vulnerabilidades sociais na periferia. Diante

do caso estudado, o trabalho termina com um questionamento sobre a existência do conflito entre a proteção ambiental e o direito à cidade, com a tese de que este seria construído para defender interesses privados no processo de urbanização à custa da função socioambiental da propriedade.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFC (1999), mestre em Planejamento Urbano – University of Illinois at Urbana Champaign (2003) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2009). Atuou, em Brasília, na Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades e lecionou no curso de Geografia e de Arquitetura e Urbanismo do Uniceub. É professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, onde integra a equipe de professores responsáveis pelo projeto de extensão financiado pelo Ministério das Cidades que tem por objetivo atuar na implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) de Fortaleza.

Curriculo da orientadora:

É graduada em Arquitetura pela UFRJ (1969), mestre em Arquitetura pela University of California, Berkeley (1972) e em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ (1978), doutora em City and Regional Planning pela Cornell University (1987). É professora associada nível 2 da UnB. Tem experiência em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana, em Planejamento Urbano e Regional bem como em Desenvolvimento Sustentável, atuando principalmente nas seguintes áreas: gestão do território, produção do espaço e imagem ambiental.

Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água

Sandra Soares de Mello

sandramello21@gmail.com

Orientador: Frederico Rosa Borges de Holanda

A tese enfoca as ocupações urbanas em margens de corpos d'água. O tema envolve relações dicotômicas ainda pouco abordadas, na medida de sua complexidade e relevância entre as dinâmicas socioambientais contemporâneas. Por um lado, destacam-se as funções urbanas tradicionais dos espaços em beira d'água e o efeito de abraço que exercem sobre as pessoas. Por outro, constata que as importantes funções ambientais desempenhadas por esses espaços justificaram seu enquadramento como Área de Preservação Permanente – APP pelo Código Florestal brasileiro. Defende que a incipiente consideração das especificidades do meio urbano é uma das razões para o desrespeito ao dispositivo legal nas cidades brasileiras. A pesquisa fundamenta-se na abordagem integrada das funções ambientais e urbanas desempenhadas pelas margens de rios e dos lagos urbanos. Nessa perspectiva, são explorados os aspectos ambientais (biofísicos) e urbanísticos (socioculturais) envolvidos. O foco central do estudo se refere ao segundo conjunto de fatores, voltando-se especialmente para as configurações espaciais das orlas aquáticas urbanas. A análise orienta-se segundo dois conceitos interdependentes: urbanidade e valorização dos corpos d'água. Identificando as funções urbanas e os diferentes tipos de configuração espacial das margens, é avaliado seu desempenho de urbanidade: se promovem ou não a interação entre as pessoas e destas com o meio. Além disso, investiga-se como as características espaciais podem favorecer a valorização dos corpos hídricos pela população, segundo os parâmetros de familiaridade, relações e identidade. A proteção dos corpos d'água depende do valor que os cidadãos lhes atribuem. Propondo

uma correlação entre o grau de urbanidade dos espaços das margens e o grau de valorização dos corpos d'água pela população, explicita-se o vínculo entre os atributos da configuração espacial e a proteção dos recursos ambientais.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1981) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UnB (2008). É Auditora de Atividades Urbanas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Governo do DF. Lotada na Gerência de Estudos Territoriais da Subsecretaria de Planejamento Urbano, dedica-se à abordagem integrada entre planejamento urbano e gestão ambiental.

Curriculo do orientador:

É arquiteto pela UFPE (1966) e doutor em Arquitetura pela Universidade de Londres (1997). Foi professor da FAU/UnB (1972/2010). Colabora com o Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB e é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 1A. Publicou livros sobre Brasília. É membro de diversos comitês científicos e conselhos editoriais no Brasil e no exterior. Recebeu diversos prêmios, entre os quais se destacam: Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional na categoria Tese de Doutorado (1998); destaque em Pesquisa pela UnB como melhor pesquisador do ano na Área de Humanidades (2007); menção honrosa na categoria livro-texto Integral da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Anparq (2010).

Estudo de impacto de vizinhança: uma análise crítica feita por meio dos Relatórios de Impacto de Vizinhança apresentados no DF

Janaína da Silva Marques

jana.marx@hotmail.com

Orientador: Márcio Augusto Roma Buzar

À medida que as cidades se desenvolveram e se tornaram mais urbanizadas, surgiu a necessidade de mediar os conflitos entre os impactos negativos gerados por grandes empreendimentos e os interesses das comunidades vizinhas a essas edificações de não serem afetadas por esses impactos. O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) surge como uma ferramenta mais objetiva e específica do que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para defender os interesses dessas comunidades e para garantir o direito de equilíbrio do meio ambiente urbano. Em junho de 2001, foi aprovada a Lei Federal nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, que reuniu formas inovadoras de gestão democrática de políticas urbanas, entre elas o Estudo de Impacto de Vizinhança. Porém, o Estatuto da Cidade não é uma lei autoaplicável, e sim um conjunto de diretrizes para nortear a ação dos municípios na criação de leis específicas próprias para regulamentar seus instrumentos de política urbana. No Brasil, ao longo de uma década, os municípios brasileiros vêm regulamentando, paulatinamente, o EIV. No DF, utiliza-se o Relatório de Impacto de Vizinhança baseado na Lei nº 1.869/98, que se mostra defasada, de acordo com a pesquisa realizada nesta dissertação. Em 2009, com a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), foi instituída a obrigação da apresentação do EIV para licenciar grandes empreendimentos na cidade; porém, a falta de uma lei específica para regulamentar esse instrumento tem causado deficiências no processo de licenciamento urbano, que deixou de avaliar empreendimentos com potenciais de gerar impactos de vizinhança. A proposta desta dissertação é a de avaliar a implementação do Estudo de Impacto de Vizinhança

no DF, por meio de análise crítica dos relatórios de impacto de vizinhança apresentados aos órgãos de licenciamento ambiental e arquivados ao longo de 12 anos na Biblioteca do Instituto Brasília Ambiental. Acredita-se que a análise desses relatórios pode revelar dados importantes sobre como ocorreu o licenciamento urbano desses empreendimentos, avaliando, assim, a eficácia das análises realizadas nos relatórios, da própria avaliação realizada pelo órgão de proteção ambiental e da legislação que instituiu os relatórios. Por último, mostra-se a necessidade urgente de implantação de uma lei específica para a regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança no DF.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2001) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2010). De 2001 a 2004, trabalhou na Presidência da República – PR e foi responsável pelos projetos de arquitetura e reforma das dependências da PR. Atuou como chefe do Núcleo de Sinalização Semafórica e Equipamentos Eletrônicos da Diretoria de Segurança de Trânsito do Detran/DF (2010/2011), onde exerce a atividade de Agente de Trânsito.

Curriculo do orientador:

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (1994), mestre em Estruturas e Construção Civil pela UnB (1996) e doutor em Estruturas e Construção Civil pela UnB (2004). É professor adjunto nível 2 da UnB. Tem experiência em Engenharia Civil, com ênfase em Mecânica das Estruturas, atuando nas seguintes áreas: análise estrutural de edifícios, análise plástica limite, elementos finitos, estrutura metálica, sustentabilidade e computação gráfica aplicada às estruturas. Atua, ainda, no programa de Pós-Graduação da FAU/UnB nas áreas de tecnologia da construção e habitação de interesse social.

Parques públicos urbanos: a síntese entre proteção ambiental e lazer público

Bey Ayres

bey.ayres@uol.com.br

Orientador: Otto Toledo Ribas

Nesta dissertação, são estudadas as funções sociais e ambientais do que é aqui conceituado como parque público urbano, com base em análise histórica e conceitual sobre a origem e o processo de desenvolvimento dos parques urbanos e das unidades de conservação. Como objetivo principal, busca-se compreender a relação atual existente entre a proteção (conceituada como preservação, conservação e recuperação) ambiental e o uso público dos parques para atividades sociais (recreação, esporte, cultura e lazer). Objetiva-se, ainda, traçar um diagnóstico do sistema de parques atualmente implantados no DF. Por meio de estudo comparativo entre os parques públicos do DF e os de Curitiba, procura-se identificar analogias e diferenças nos sistemas de planejamento e de gestão, analisar as características conceituais, funcionais e paisagísticas desses parques, sua distribuição no território, bem como avaliar os resultados das políticas públicas ambientais direcionadas para esses sistemas. No estudo de exemplos, pesquisaram-se diversos tipos de parques e bosques públicos implantados nas áreas urbanas (no DF, no Rio de Janeiro e em Curitiba) utilizados pela população, com características lúdicas ou conservacionistas, com atributos naturais conservados, degradados ou em recuperação. Foram estudados, como foco do trabalho, o caso do sistema de parques do DF e, a título de comparação, o caso do de Curitiba. Após avaliação pós-pesquisa de campo, descartou-se o caso do Rio de Janeiro por insuficiência de dados. Conclui-se que é possível conciliar o uso público dos parques urbanos no DF, para atividades lúdicas, esportivas e culturais, com a conservação dos atributos naturais relevantes, a partir de uma mudança nos modelos vigentes

de planejamento e gestão. Como condição *sine qua non*, é necessário que sejam implementadas diretrizes adequadas de planejamento, projeto e gestão paisagístico-ambiental, implantação dos Conselhos Gestores e de programas permanentes de Educação Ambiental, com ampla participação dos cidadãos do DF. Conclui-se, ainda, que os gestores públicos do sistema de parques no DF, desde suas origens, têm dado prioridade às questões da conservação, preservação e recuperação ambiental, ao tratar os parques urbanos, indistintamente, como unidades de conservação (UC). Por outro lado, os gestores têm criado restrições e desestímulos ao uso público, não equipando adequadamente esses espaços livres para as atividades lúdicas, esportivas e culturais. Por fim, esta dissertação propõe algumas recomendações para a gestão dos parques públicos do DF, sob a gestão da Comparques, que deveria ser iniciada pela reclassificação dos parques de acordo com suas características paisagísticas e ambientais, inclusive o grau de preservação, conservação ou degradação dos ecossistemas e de acordo com o programa de atividades, com a localização e com a acessibilidade. Propõe-se, ainda, um sistema de planejamento de parques no DF com a elaboração participativa dos planos diretores e planos de manejo, fundamentados no paradigma do "planejamento e projeto ambiental".

Curriculo do aluno:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB, especialista em Desenvolvimento Urbano no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela UFPE – MDU/UFPE/Recife-PE e mestre pela UnB (2005). É técnico em Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Urbano, na Gerência de Estudos Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Geter/Sedhab).

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1981), especialista em Arquitetura dos Sistemas de Saúde (1981), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1988) e doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB (2003). É professor adjunto da UnB. Foi chefe do Centro de Planejamento – Ceplan da UnB (1989) e do Departamento de Arquitetura da FAU/UnB (1995), coordenador do Programa de Pós-Graduação (2003) e presidente do IAB/DF (2004). Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Gestão Ambiental, atuando nas seguintes áreas: arquitetura bioclimática, avaliação de impactos ambientais urbanos, plano diretor, zoneamento ambiental e urbano bem como habitação de interesse social.

Qualidade ambiental e arquitetônica em edifícios de escritórios: diretrizes para projetos em Brasília

Thais Borges Sanches Lima

thaisbslima@hotmail.com

Orientadora: Claudia Naves David Amorim

Este trabalho visa analisar a qualidade ambiental e arquitetônica de edifícios de escritórios, de modo que proponha diretrizes para o desenvolvimento de projetos no contexto climático de Brasília. O método empregado parte da análise da opinião dos usuários com relação às condições de conforto térmico dos edifícios representativos e da simulação computacional paramétrica do desempenho termoenergético das características projetuais das fachadas no programa *Design Builder*, para estabelecer as características mais adequadas para se atingir boa qualidade ambiental nestes edifícios. As variáveis simuladas foram a orientação, o percentual de área de abertura na fachada e o tipo de vidro. Posteriormente, foi desenvolvido um questionário na *web* para avaliar a apreciação, por parte dos projetistas, das características das fachadas de edifícios de escritórios, de modo que determinassem quais seriam mais aceitas. Dessa forma, foi possível estabelecer indicações projetuais que integrassem as condições impostas pela necessidade de desempenho ambiental mais adequado para o clima de Brasília à qualidade arquitetônica mais aceitável pelos projetistas.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (1998), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2003) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2010). É arquiteta da Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Qualidade Ambiental de Edificações e Regularização Fundiária, atuando principalmente nas seguintes áreas: conforto ambiental, eficiência energética, simulação computacional, estudos e projetos de regularização.

Curriculo da orientadora:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1987), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1997) e doutora em Tecnologias Energéticas e Ambientais na Università degli Studi di Roma "La Sapienza" (2001). É professora adjunta da UnB e coordenadora do Lacam/UnB, coordenadora da Divisão 3 do CIE-Brasil (Comission Internationale del'Eclairage), pesquisadora e consultora *ad hoc* do CNPq, parecerista da Fapesp e integrante da Secretaria Técnica do Procel/Edifica. Coordenadora do grupo de pesquisa Qualidade Ambiental e Iluminação Natural no Espaço Construído, tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em sustentabilidade e qualidade ambiental, atuando principalmente nas seguintes áreas: projeto de arquitetura, reabilitação de edifícios, iluminação natural, conforto ambiental, eficiência energética e simulação computacional.

A Câmara Legislativa recebe a UnB

Equipamentos urbanos, *design* e identidade sociocultural: análise e proposta para a cidade do Núcleo Bandeirante

Ricardo Luiz Brancaglion

rbrancaglion@gmail.com

Orientador: Jaime Gonçalves de Almeida

A dissertação discute o conceito de identidade cultural do espaço por meio das representações sociais e das intervenções que nele ocorrem, bem como analisa a importância da utilização de famílias de equipamentos de mobiliário urbano na construção da imagem das cidades com o objetivo de torná-las mais legíveis.

Curriculo do aluno:

É graduado em Desenho Industrial – Faculdades Integradas Silva e Souza (1988), pós-graduado pela Scuola Politecnica di Design de Milão (1990) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2006). É *designer* – Salles & Brancaglion Projetos Visuais Ltda Me. Tem experiência na área de Desenho Industrial, com ênfase em Programação Visual e Projeto de Produto.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1973), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1983) e doutor em Arquitetura e Urbanismo – Architectural Association School of Architecture (1994). É professor associado II da UnB. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Planejamento Urbano e Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando nas seguintes áreas: elaboração de plano diretor urbano, com ênfase em programa de necessidades físicas de unidades acadêmicas e de projetos de edificação; avaliação pós-construção e pós-ocupação de edificações universitárias; aplicação de materiais em arquitetura e construção, especialmente de bambu e fibras naturais, visando à sustentabilidade do meio ambiente.

Um centro urbano para Planaltina

Andréa Mendonça de Moura

andrea.moura@cl.df.gov.br

Orientador: Frederico Rosa Borges de Holanda

Este trabalho busca identificar um centro urbano para Planaltina. De acordo com o Plano Diretor, este centro seria o Setor de Integração, que, apesar de se localizar no centro geográfico da cidade, não é muito utilizado pela população em seu dia a dia. A análise morfológica indicou que o Setor de Integração se localiza no centro topológico da cidade, ou seja, possui localização e acessibilidade para se tornar o centro de Planaltina. Procurou-se verificar quais seriam as razões para a não apropriação deste setor. Levantamento do tipo quantidade e localização das atividades implantadas no Setor de Integração, e em seus arredores, ajudou a verificar a existência de centros de bairros mais desenvolvidos em Planaltina/DF, o que influenciaria na escolha do comércio e serviços utilizados pela comunidade. Dados socioeconômicos complementam a análise morfológica, na qual foi avaliada a dependência de Planaltina em relação a Brasília. Entrevista realizada com parcela da população avalia como a comunidade percebe a cidade e seu centro. Foram então criadas diretrizes para a elaboração de projeto de revitalização urbana para o Setor de Integração, com o intuito de transformá-lo no centro urbano da cidade.

Currículo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1996), mestre em Desenho Urbano pela UnB (2003) e Consultora Legislativa da CLDF (2009) na área de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente. De 2009 a 2010, foi gerente de projetos da Diretoria Técnica da Companhia Imobiliária do DF – Terracap. Desenvolveu trabalhos, em 2009, na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – Codhab e, de 1981 a 2008, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Participou da elaboração dos Planos Diretores de Sobradinho, Samambaia e Planaltina, bem como do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF – PDOT e da sua revisão.

Currículo do orientador:

É arquiteto pela UFPE (1966) e doutor em Arquitetura pela Universidade de Londres (1997). Foi professor da FAU/UnB (1972/2010). Colabora com o Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB e é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 1A. Publicou livros sobre Brasília. É membro de diversos comitês científicos e conselhos editoriais no Brasil e no exterior. Recebeu diversos prêmios, entre os quais se destacam: Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional na categoria Tese de Doutorado (1998); destaque em Pesquisa pela UnB como melhor pesquisador do ano na Área de Humanidades (2007); menção honrosa na categoria livro-texto integral da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Anpauq (2010).

O desenho da percepção afetiva: o caso da Vila Telebrasil/DF

Hiatiane Cunha de Lacerda

hiatiane@gmail.com

Orientador: Luiz Alberto de Campos Gouvêa

O homem, assim como os demais seres vivos, depende de complexas interdependências e equilíbrio com seu ambiente. A partir do século XIX, com a rápida expansão das áreas urbanas, houve ruptura considerável nessa estabilidade – o que desencadeou um processo vertiginoso de transformações na paisagem. A globalização surge de forma subsequente como fenômeno multifacetado; porém, fortemente engajado em valores de poder econômico. Isso impulsionou um processo de descaracterização espacial e a perda das identidades locais. Diante de uma crise iminente, o resgate identitário, além de influenciar na qualidade de vida da população, estreita os laços de afetividade com o lugar e auxilia a assegurar a história, os hábitos e os cuidados com seus respectivos espaços. A Vila Telebrasil, objeto de estudo deste trabalho, localiza-se dentro da Região Administrativa de Brasília. Inicialmente, a área serviu como acampamento de obra no período da construção da capital. Após a inauguração, os moradores sofreram constantes pressões de remoção para zonas periféricas, enfrentando anos de luta pelo direito de permanência. A paisagem local vem perdendo, aos poucos, sua identidade social urbana com a tendência de se tornar um lugar como outro qualquer. O método de investigação teve como base a percepção ambiental dos moradores que foram entrevistados e o desenho de mapas mentais. Com auxílio de levantamentos de aspectos ambientais, históricos e características de usos e dados socioeconômicos, foram extraídas as forças e fragilidades existentes na paisagem vinculadas à verdadeira identidade local. Após análise

e identificação de problemas e potencialidades, propõem-se diretrizes de intervenções que reforcem o verdadeiro sentido do lugar.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2006), especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (2008) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2011). É professora do Centro Universitário – Unieuro. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nas seguintes áreas: identidade, simbolismo e mapas mentais.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1979), especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Uniceub (1982) e Planejamento Habitacional pela UnB (1983), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1988), doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1995) e pós-doutor pela Universidade Politécnica da Catalunha (1999). Tem experiência em Desenho Ambiental Urbano e em Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Estudos da Habitação. Desde 1993, é professor da UnB, onde coordena pesquisas sobre habitação, ensino e forma urbana sustentável. Coordena, ainda, os projetos: Projetando com a população – uma experiência de ensino, pesquisa e extensão e Cidade rural.

Conforto ambiental e suas relações subjetivas: análise ambiental integrada na habitação de interesse social

Ludmila de Araújo Correia

ludmila.correia@gmail.com

Orientadora: Marta Adriana Bustos Romero

Este trabalho traz proposta prática de análise ambiental integrada em habitações de interesse social, para além dos aspectos físicos do clima, da casa ou do homem. Com um olhar sobre o conforto e a qualidade do ambiente interno das moradias, foram realizadas as análises objetivas e subjetivas que associaram a percepção ambiental à representação social de casa confortável para determinado grupo. Adotou-se como estudo de caso a Vila Varjão/DF, por meio de Avaliação Pós-Ocupacional baseada em questionários e medições físicas, em períodos típicos do clima no DF. A análise realizada considerou os aspectos físico-ambientais, individuais e sociais relacionados à casa confortável, focando-se principalmente naquilo que é compreendido, interpretado e comunicado pelos sujeitos. Buscaram-se, com base no cotidiano, nos discursos e no modo de viver das pessoas, significados atribuídos a casa e sua influência no conforto da moradia. Os resultados obtidos na pesquisa apontaram que a satisfação dos usuários com suas moradias é maior quando a casa funciona como abrigo e filtro do ambiente externo, especialmente em períodos de grande amplitude térmica e baixa umidade encontradas no clima local. Ao mesmo tempo, percebeu-se, por meio de estudo baseado na Teoria das Representações Sociais e na percepção de conforto térmico, que a satisfação dos usuários está intimamente relacionada à memória coletiva e às condições anteriores de moradia, em casas precárias de madeira. Evidenciaram-se elementos subjetivos individuais e principalmente sociais da relação homem/ambiente que podem contribuir significativamente para a elaboração de futuros projetos de interesse social.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (2007) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2010). Cursa especialização em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (FAU/UnB) e em Educação Continuada e a Distância (FE/UnB). Atua na UnB como arquiteta e colaboradora em razão da parceria entre o Ceplan e a FAU/UnB. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais assim como em Educação a Distância, atuando principalmente nas seguintes áreas: adequação ambiental, habitação de interesse social, conforto ambiental, tecnologia de arquitetura e urbanismo, artes visuais e planejamento assim como avaliação educacional.

Curriculo da orientadora:

É graduada pela Universidad de Chile e pela PUC-Campinas (1978), especialista em Arquitetura na Escola de Engenharia - USP (1980), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1985), doutora em Arquitetura - Universitat Politècnica de Catalunya (1993), pós-doutora em Landscape Architecture na PSU (2001). É professora associada III da UnB. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo, atuando nas seguintes áreas: sustentabilidade, bioclimatismo, desenho urbano, espaço público, arquitetura e clima. É líder do Grupo de Pesquisa A Sustentabilidade em Arquitetura e Urbanismo, coordenadora do LaSUS/UnB, do Curso de Especialização a Distância, *latu sensu*, Reabilita - Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística e do Consórcio de Cooperação Bilateral USA/Brasil, Capes/Fipse (2008/2012). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível 1D.

O planejamento urbano e a cidade real: um olhar sobre o Cruzeiro/DF

Beatrice Arruda Eiler Gonzaga

beatrice.gonzaga@gmail.com

Orientador: Benny Schwarsberg

Neste trabalho, alguns dos conceitos atribuídos à cidade, à comunidade e ao bairro pela literatura acadêmica e técnica foram analisados sob o duplo enfoque dos seus aspectos físicos e sociais. Para melhor entendimento do emprego dessa nomenclatura em algumas cidades projetadas, foram apresentados também os conceitos de cidade-satélite, superquadra e região administrativa, largamente utilizados no plano urbanístico da cidade de Brasília/DF. Com base nessa revisão teórica, o processo de urbanização da região do Cruzeiro/DF foi investigado à luz da leitura de seus projetos urbanísticos e da caracterização dos grupos sociais lá constituídos, tendo como data de partida o ano de 1959 e de término o ano de 2003. Dessa análise, foi possível identificar de que formas o processo de urbanização da região contribuiu para o seu entendimento como cidade, bairro ou comunidade – o que será útil para uma leitura apropriada do núcleo urbano, tanto para técnicos como para a comunidade, quando forem realizadas as revisões em seu planejamento urbano, os chamados Planos Diretores. No caso do Cruzeiro/DF, percebeu-se que as relações sociais entre moradores terminaram por estabelecer grupos sociais homogêneos e/ou heterogêneos, nos quais o fator de união dos habitantes (que pode ser um sentimento, uma necessidade ou mesmo um modismo) está influenciado por variáveis como faixas de renda e níveis de escolaridade. Assim, foi caracterizada a construção de uma identidade coletiva com base em gostos, costumes e tradições desses grupos, que passaram a criar mecanismos de apropriação socioespacial e a estabelecer laços de comunidade – elementos tão caros à constituição de um lugar para se viver.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1996), especialista em Direito Urbano pela PUC-MG e em Financiamento Urbano pelo Lincoln Institute of Land Policy e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2005). É arquiteta concursada do Governo do DF e atua como Auditora de Atividades Urbanas na área de Geoprocessamento.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFF (1982), mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ (1989) e doutor em Sociologia Urbana pela UnB (1993). É professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Tem experiência em Planejamento Urbano, com ênfase em Teoria do Urbanismo, e atua principalmente nas seguintes áreas: urbanização, urbanismo, metodologia do planejamento, política urbana, planejamento urbano e conceitos de planejamento.

Avaliação pós-ocupação da quadra econômica Lucio Costa em Brasília/DF: estudo das alterações ocorridas na quadra e nos edifícios

Cândice de Albuquerque Tomé

candicetome@gmail.com

Orientador: Jaime Gonçalves de Almeida

Este trabalho analisa a habitação de interesse social vertical, visando discutir as alterações decorrentes de sua ocupação. O principal objeto do estudo foi a Quadra Econômica Lucio Costa (QELC), localizada no Guará/DF, que foi projetada – inclusive as edificações – pelo arquiteto Lucio Costa. O projeto da QELC foi inicialmente desenhado para a cidade de Salvador, na Bahia; porém, mais tarde, foi construída no DF sem que fosse considerado o perfil socioeconômico dos novos usuários. A pesquisa de campo utiliza os métodos da avaliação pós-ocupação associada ao *survey*, colocando as preferências dos usuários como foco central de análise das alterações ocorridas no ambiente construído. Foram identificadas inúmeras alterações na quadra e na planta dos apartamentos as quais, quando interpretadas do ponto de vista daquelas características socioeconômicas, possibilitam compreender os motivos geradores, as características e as preferências dos usuários.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB (2006) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2009). É Técnica em Edificações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (2000); elabora projetos de arquitetura, interiores e atua em consultoria especializada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) com prestação de serviços ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDCE, do Ministério da Educação – MEC.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1973), mestre em Planejamento Urbano pela UnB (1983) e doutor em Arquitetura e Urbanismo – Architectural Association School of Architecture (1994). É professor associado II da UnB. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Planejamento Urbano e Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando nas seguintes áreas: elaboração de plano diretor urbano, com ênfase em programa de necessidades físicas de unidades acadêmicas e de projetos de edificação; avaliação pós-construção e pós-ocupação de edificações universitárias; aplicação de materiais em arquitetura e construção, especialmente de bambu e fibras naturais, visando à sustentabilidade do meio ambiente.

São Sebastião/DF: do sonho à cidade real

Mara de Fátima dos Santos Araújo

maraujo55@gmail.com

Orientador: Otto Toledo Ribas

A dissertação aborda o desenvolvimento de São Sebastião, que teve uma trajetória ligada à exploração da terra por parcelamentos clandestinos voltados às classes médio-baixas e baixas. Essa ocupação espontânea foi motivada pela oferta de comércio de areia e exploração das olarias e cerâmicas surgidas para suprir parte da demanda à época da construção de Brasília. A cidade, localizada na bacia do rio São Bartolomeu, se consolidou de forma diferenciada, afastada do rigor de um planejamento urbano tradicional realizado por órgãos governamentais e desconsiderado o exuberante potencial cênico e ambiental existente. Como resultado, surgiu um centro urbano desprovido da qualificação tradicional de cidade que vem sendo motivo de preocupação por parte do governo e de profissionais de várias áreas, com desenvolvimento de estudos técnicos visando à qualificação daquele espaço urbano. Compreender e propor soluções para essa problemática tem sido, ao longo do tempo, um desafio para o profissional que trabalha com São Sebastião e gosta dessa cidade. O trabalho teve como objetivo primeiro estudar a dinâmica de ocupação da cidade e verificar se os estudos, projetos e planos realizados se constituíram em instrumentos adequados para nortear e reordenar a ocupação urbana naquela região. A pesquisa registrou, também, o sonho de pessoas simples, os pioneiros que lutaram para transformar o aglomerado urbano inicial em uma cidade.

Curriculo da aluna:

É formada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1981), licenciada em Matemática e Física pelo CEUB (1975) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2008). Atuou na área de planejamento urbano no antigo Instituto de Planejamento Urbano do DF - IPDF e como assessora na Coordenação Técnica de Acessibilidade do Governo. Foi conselheira do CREA/DF (2003/2005). Na Administração Regional de São Sebastião/DF, foi gerente de Planejamento, chefe do Núcleo de Ordenamento Territorial e diretora de Obras. É arquiteta concursada do Governo do DF (1982) e atua como auditora de atividades urbanas.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1981), especialista em Arquitetura dos Sistemas de Saúde (1981), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1988) e doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB (2003). É professor adjunto da UnB. Foi chefe do Centro de Planejamento - Ceplan da UnB (1989) e do Departamento de Arquitetura da FAU/UnB (1995), coordenador do Programa de Pós-Graduação (2003), presidente do IAB/DF (2004). Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Gestão Ambiental, atuando nas seguintes áreas: arquitetura bioclimática, avaliação de impactos ambientais urbanos, plano diretor, zoneamento ambiental e urbano bem como habitação de interesse social.

O capital incorporador como agente da configuração urbana: o caso de Águas Claras/DF

Karla Figueiredo de Oliveira Gomes

karla@gfarquitetura.com.br

Orientador: Paulo Castilho Lima

A tese propõe-se a estudar a atuação do capital incorporador na apropriação do espaço urbano, por meio do estudo de caso da localidade de Águas Claras/DF, bem como a verificar os indícios que levam a atribuir a este capital grande parte da responsabilidade sobre a apropriação do espaço urbano, diferente do que foi proposto no projeto original da localidade. O estudo fundamenta-se na teoria sobre o capital incorporador de Martin Smolka e na teoria da convenção urbana de Pedro Abramo. O projeto original de Águas Claras apresentava proposta de localidade com características de cidade tradicional, com o uso misto para os lotes das principais avenidas, contrapondo-se a Brasília, cujo projeto urbanístico segue a doutrina modernista que tem como uma de suas características a setorização dos usos. A apropriação da localidade não ocorreu conforme previsto no projeto e percebeu-se, então, que o capital incorporador é agente vetor dessa apropriação diferenciada. Nesse cenário, e para proteger os interesses da população, importante papel é desempenhado pelo agente público, ou seja, o Governo do DF, que, com a elaboração de normas de uso e ocupação do solo, estabelece limites para a atuação desse capital.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1988), com mestrado profissionalizante em MBA – Gestão Empresarial, pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação da Universidade Castelo Branco (2003). É sócia proprietária da Gomes Figueiredo Arquitetura e Consultoria. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente na seguinte área: arquitetura e urbanismo para o mercado imobiliário. É diretora de Assuntos Ambientais e Responsabilidade Social da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do DF – Ademi/DF (de junho/2011 a junho/2013).

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura pela Universidade do Brasil (1961), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1991) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1996). Efetuou pesquisa de pós-doutorado na City University of New York sobre qualidade de vida urbana (1998). É professor adjunto IV aposentado da UnB e pesquisador associado. Suas linhas de pesquisa são relacionadas com habitação de baixo custo e revitalização urbana, incluindo valorização imobiliária.

Alteração de uso de imóveis urbanos no DF: apropriação individual ou gestão social

Josué Magalhães de Lima

joshuabsb@gmail.com

Orientador: Benny Schvarsberg

Alterações nos usos de imóveis incrementam potencialmente o valor econômico das propriedades. São, portanto, um instrumento de interesse de proprietários, do mercado imobiliário e de atores políticos. As condições urbanísticas peculiares encontradas no Plano Piloto e nos núcleos urbanos mais próximos tornaram esses espaços uma aspiração natural, o que resulta em estratégias de inserção e apropriação, materializadas por alterações no uso de imóveis. Conjugados – quitinetes – em zonas comerciais, comércio em zonas residenciais, atividades produtivas licenciadas fora do zoneamento, intensa produção de leis que alteraram destinações originais, além de formas individualistas de utilização das propriedades parecem questionar o planejamento oficial. A pesquisa estuda a ocorrência de alterações de uso em espaço delimitado, a apropriação das valorizações ocorridas nesse processo e o princípio que fundamenta tal apropriação – individualismo ou gestão social da valorização?

Currículo do aluno:

É graduado em Geografia pela UnB (1999), pós-graduado em Direito Urbano pela PUC/MG e em Financiamento Urbano pelo Lincoln Institute of Land Policy e mestre em Planejamento Urbano pela UnB (2009). É Consultor Legislativo da Câmara Legislativa do DF (2004), atuando na área de Desenvolvimento Urbano.

Currículo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFF (1982), mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ (1989) e doutor em Sociologia Urbana pela UnB (1993). É professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Tem experiência em Planejamento Urbano, com ênfase em Teoria do Urbanismo, e atua principalmente nas seguintes áreas: urbanização, urbanismo, metodologia do planejamento, política urbana, planejamento urbano e conceitos de planejamento.

A construção do espaço metropolitano da capital do Brasil

Ricardo Batista Bitencourt

ricardobitencourt@gmail.com

Orientador: Antônio Carlos Cabral Carpintero

A capital do Brasil foi inaugurada em 1960 na região do Planalto Central como a consolidação de um processo de ocupação do território que remonta aos primórdios da colonização. Aos 51 anos de existência, Brasília se configura como o núcleo central de uma aglomeração urbana com mais de 3 milhões de habitantes. A região apresenta marcantes diferenças de padrão de vida entre o Plano Piloto e os demais núcleos. Tal fenômeno é resultado de complexo processo de segregação socioespacial que se confunde com a própria história da cidade. Na verdade, trata-se de um processo de metropolização comum às grandes cidades brasileiras do século XXI.

Curriculo do aluno:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (1999), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2005) e doutorando em Urbanismo pela UnB, cujo tema de pesquisa é novas metodologias de avaliação de projetos urbanos. É assessor da Governadoria do DF para os projetos da Copa do Mundo.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1970), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1991) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1998). Foi prefeito de Porto Velho/RO (1975/1976). Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria da Urbanização, atuando principalmente nas seguintes áreas: planejamento, política urbana, urbanização e história. Tem Brasília como principal foco de pesquisa em leitura que inclui o Brasil e a América do Sul.

Patrimônio cultural brasileiro e acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005

Oscar Luís Ferrelra

oscar@umb.br

Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

Cultura, patrimônio cultural, autenticidade, deficiência e acessibilidade são conceitos reunidos pela legislação e inseridos hoje no campo da preservação. A introdução da acessibilidade na área da preservação levou à formulação de alguns questionamentos, em especial no de como assegurar o acesso de todos ao patrimônio arquitetônico, garantindo sua plena compreensão e, ao mesmo tempo, preservando as edificações em sua autenticidade, mantendo características físicas, espaciais bem como o caráter de obra de arte? A pesquisa avaliou seis edificações que participaram do Programa Monumenta, coordenado pelo Ministério da Cultura – MinC, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O objetivo foi, por meio da investigação da autenticidade e da acessibilidade, identificar os possíveis impactos das intervenções sobre os valores artísticos, históricos, sociais e científicos nos seguintes aspectos: forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço assim como espírito e sentimento, conforme indicação da Carta de Veneza (1964) e como proposto por Koenraad van Balen na Tabela de Nara. A ferramenta criada foi chamada de Matriz de Autenticidade e Acessibilidade. As conclusões da pesquisa demonstram que as adaptações são possíveis; que as características físicas do patrimônio arquitetônico não são e não podem ser um entrave para o acesso a todos; que o argumento do impacto sobre a autenticidade é, em geral, falacioso e utilizado como desculpa para o uso de “soluções fáceis” que apenas discriminam; que, configurada a impossibilidade de acesso mediante o impacto inevitável e danoso sobre

a autenticidade, a solução que emana do princípio da dignidade e igualdade expresso na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência consiste na criação de meios alternativos de visitação ao lugar, porém não apenas para as pessoas com deficiência, mas para todos.

Curriculo do aluno:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1991), mestre em Arquitetura pela UFRJ (1996) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2011) na área de concentração de Teoria, História e Crítica, em que desenvolveu a pesquisa sob o título Patrimônio Cultural e Acessibilidade: as Intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005. É professor do Departamento de Tecnologia – TEC da FAU/UnB (1999), onde ministra as disciplinas Técnicas de Construção e Técnicas Retrospectivas – Proau-8. Tem experiência em arquitetura com ênfase nas seguintes áreas: racionalização da construção, patologias da construção, intervenção e restauro de bens imóveis.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFP (1987), mestre em Arquitetura pela UFRGS (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (1999). É professor adjunto da UnB (2002). Participou da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo do Enade e foi diretor da FAU/UnB (2004/2011). É coordenador da Área de Arquitetura e Urbanismo e *Design* da Capes e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ – nível 2. É membro da Comissão Consultiva de Arquitetura e Urbanismo da Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) do Sistema de Acreditação do Mercosul; membro consultor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para a área de Arquitetura e Urbanismo; membro da Comissão de Arquitetura do INEP/Confea e diretor da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea).

Avaliação da mobilidade urbana na área metropolitana de Brasília

Tais Furtado Pontes

taisfurtado@gmail.com

Orientador: Otto Toledo Ribas

A proliferação das grandes cidades no Brasil veio acompanhada de profundas mudanças nos padrões de uso e ocupação do solo da sociedade, tomando-se um desafio ao planejamento urbano, diante das novas demandas de consumo, infraestrutura e mobilidade. Em meados do século passado, a evolução do modelo de produção fordista, apoiada em uma política nacional desenvolvimentista, se refletiu em investimentos maciços na rede viária, necessária ao crescimento da indústria automobilística e na transformação da paisagem urbana. A cidade, como suporte territorial de deslocamentos diários, passa a se subordinar aos modos de transporte motorizados, os quais possibilitam o avanço da mancha urbana sobre a zona rural. Atividades de produção e consumo condicionam o exercício da mobilidade urbana diária de milhões de pessoas e grande parcela desse contingente tem suas possibilidades de deslocamento condicionadas ao sistema de transporte coletivo, aspectos físicos da cidade, renda e distribuição das atividades no espaço. Planos urbanos e de transporte desarticulados resultam em prejuízos econômicos e ambientais, como o desperdício de tempo e de recursos naturais, decorrentes das necessidades de deslocamento diário. Torna-se necessário avaliar as variáveis relacionadas ao exercício da mobilidade urbana para desenvolver novas e melhores práticas de planejamento urbano buscando o desenvolvimento sustentável das cidades, como estabelece a política urbana brasileira. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a analisar o padrão de mobilidade urbana na área metropolitana de Brasília por meio da aplicação do Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (Imus). Com isso, pretende-se contribuir para o processo decisório

no âmbito do planejamento urbano integrado, buscando cidades mais justas socialmente, viáveis do ponto de vista econômico e ambientalmente saudáveis. O índice também é analisado entendendo suas qualidades e limitações como instrumento de diagnóstico e monitoramento da mobilidade urbana.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (2002) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2010). Exerce cargo comissionado no Governo do Estado do Amazonas como arquiteta e urbanista no acompanhamento e monitoramento das obras e projetos de infraestrutura voltados à realização do Evento Copa do Mundo FIFA 2014. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano, atuando nas seguintes áreas: planejamento urbano, mobilidade urbana, projetos agroindustriais, residenciais, comerciais e Institucionais e socioeconomia.

Curriculo do orientador:

É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1981), especialista em Arquitetura dos Sistemas de Saúde (1981), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1988) e doutor em Desenvolvimento Sustentável pela UnB (2003). É professor adjunto da UnB. Foi chefe do Centro de Planejamento – Ceplan da UnB (1989) e do Departamento de Arquitetura da FAU/UnB (1995), coordenador do Programa de Pós-Graduação (2003) e presidente do IAB/DF (2004). Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Gestão Ambiental, atuando nas seguintes áreas: arquitetura bioclimática, avaliação de impactos ambientais urbanos, plano diretor, zoneamento ambiental e urbano bem como habitação de interesse social.

Potencialidades ciclovias no Plano Piloto

Camila de Carvalho Pires Lammers

camilacp@gmail.com

Orientador: Frederico Rosa Borges de Holanda

A fim de verificar as potencialidades ciclovias do Plano Piloto de Brasília, o trabalho aborda problemas e questões da mobilidade urbana na cidade de estudo, com ênfase no uso do espaço público. A prioridade dada ao transporte motorizado individual pela política e pela configuração da infraestrutura urbana causa problema de desagregação espacial, com perda e privatização do espaço coletivo, bem como do social, em que usuários de outros meios de transporte têm seus direitos restritos. Nesse quadro de agravamento da vulnerabilidade de ciclistas e de pedestres, busca-se a equidade no uso do espaço público e o estímulo à urbanidade. As características do uso da bicicleta, como meio de transporte, apresenta vantagens e problemas. Além disso, os condicionantes envolvidos – atores, contexto urbano e social – são identificados por meio de pesquisa bibliográfica e de dados estatísticos. Experiências relevantes de uso da bicicleta e de projeto são utilizadas como referência para o desenvolvimento de planejamento ciclovias, cujos conceitos e princípios norteiam o estudo e a proposta realizados. Diagnóstico de uso e demanda é obtido pela análise de dados secundários e primários e pela aplicação de questionário, o qual aponta que a existência de infraestrutura adequada para a bicicleta é um fator estimulante para seu uso. A amostra de estudantes universitários no Plano Piloto que possuem imagem positiva da bicicleta como meio de transporte permite identificá-los como potenciais usuários. A análise das viagens realizadas na área de estudo e o propósito de estímulo ao uso da bicicleta com base na segurança e na prioridade a esse meio de transporte guiam a discussão de alternativas para implantação de infraestrutura ciclovias.

Condiionadas pelo contexto físico-espacial, as possibilidades constituem a base para o desenho da rede e de seus elementos, com diretrizes e recomendações de projeto.

Curriculo da aluna:

É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2004), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2008) e mestre em Gestão e Desenvolvimento Urbano pelo Instituto de Estudos em Habitação e Desenvolvimento Urbano – IHS, da Universidade Erasmus de Roterdã, Holanda (2011). É analista de administração pública do Governo do DF na área de arquitetura. Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Desenho Urbano, atuando nas seguintes áreas: política urbana, transporte e mobilidade urbana, acessibilidade e segregação socioespacial.

Curriculo do orientador:

É arquiteto pela UFPE (1966) e doutor em Arquitetura pela Universidade de Londres (1997). Foi professor da FAU/UnB (1972/2010). Colabora com o Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB, é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 1A. Publicou livros sobre Brasília. É membro de diversos comitês científicos e conselhos editoriais no Brasil e no exterior. Recebeu diversos prêmios, entre os quais se destacam: Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional na Categoria Tese de Doutorado (1998); destaque em Pesquisa pela UnB ao melhor pesquisador do ano na Área de Humanidades (2007); menção honrosa na categoria livro-texto Integral da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Anparq (2010).

Construindo a sustentabilidade em canteiros de obra – um estudo no DF

Juliana Gehlen

jugehlen@gmail.com

Orientadora: Raquel Naves Blumenschein

Esta dissertação aborda o conceito da sustentabilidade e a sua aplicação nos canteiros de obras. Propõe que a sustentabilidade não é um conjunto de regras fixas, mas uma série de práticas que se vão aprimorando, à medida que os agentes da cadeia produtiva atingem as metas iniciais. Mostra o papel das construtoras como agentes vetores de mudanças na cadeia produtiva da construção civil. Ainda que o foco principal das iniciativas de sustentabilidade na construção tenha sido o projeto arquitetônico, é no canteiro de obras — onde as empresas construtoras têm mais poder de decisão — que elas podem contribuir significativamente para a redução dos passivos da indústria. O canteiro de obras sustentável pode ser atingido de diversas maneiras por meio da aplicação de ações estratégicas, que são divididas nos seguintes temas: compra responsável; relação com a comunidade; gestão de saúde e segurança ocupacional; projeto de gestão da qualidade; redução das perdas de materiais; gestão de resíduos sólidos; uso e ocupação do solo — implantação do canteiro; consumo de água; transporte e consumo de energia; conservação de fauna e flora local; educação dos colaboradores. Tendo como premissa que a sustentabilidade só será alcançada por meio do fortalecimento do sistema de aprendizado das empresas construtoras, são analisadas as certificações dos sistemas de gestão (ISO 9001, PBQC-H, ISO 14001, OHSAS 18000, SA 8000), as certificações de edifícios verdes (LEED e Aqua) e os programas locais (PGM e Pras) sob a perspectiva de suas respectivas contribuições para o desenvolvimento de canteiros de obras sustentáveis. Com o intuito de contribuir com a formação de uma base de dados para o desenvolvimento do setor, foi traçado o

panorama das práticas adotadas em canteiros de obras no DF, mostrando como o aprimoramento é alcançado gradativamente pelo setor. A pesquisa mostrou que, de fato, há um percurso de aprendizado para ser seguido, com base, inicialmente, em ações relativas às questões econômicas; posteriormente, às sociais; em seguida, às educacionais e, em último lugar, as relativas à proteção do meio ambiente.

Curriculo da aluna:

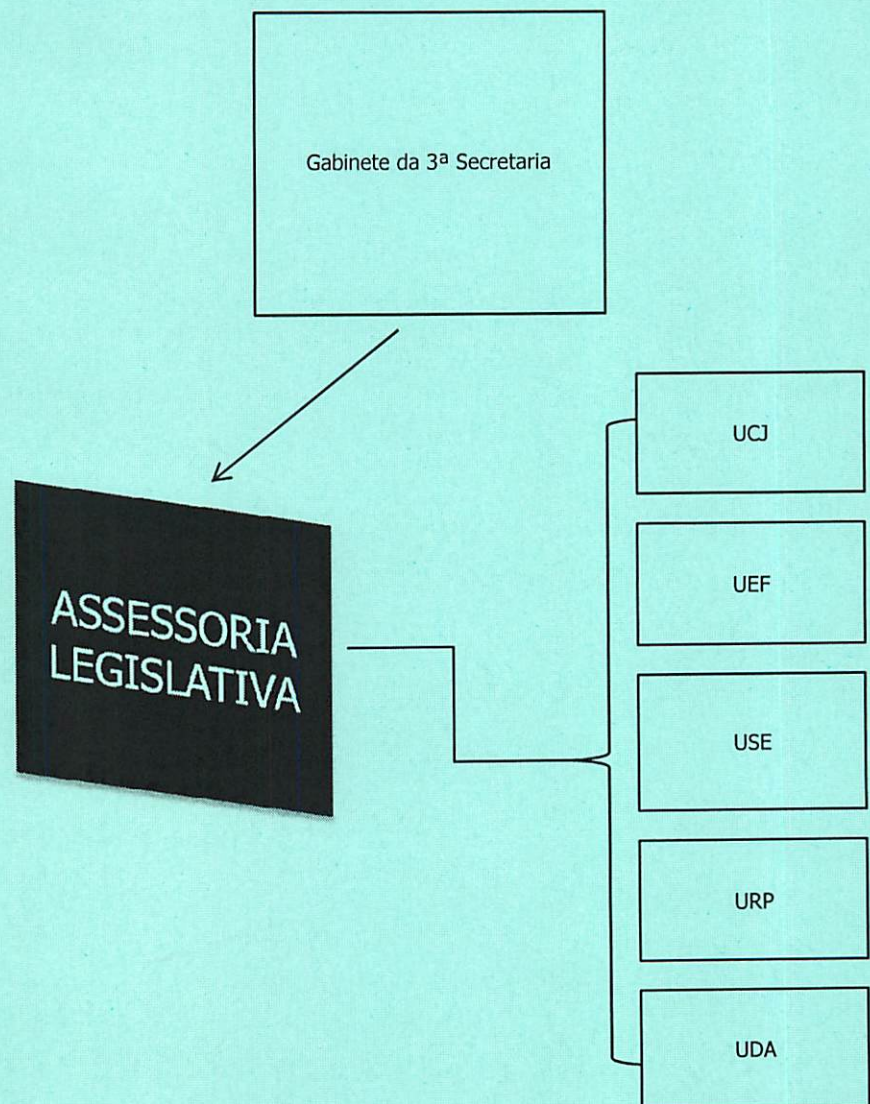
É mestre em Sustentabilidade do Ambiente Construído pela FAU/UnB, pesquisadora do Lacs/FAU/UnB e membro do Green Building Council Brasil. Participou de diversos congressos e publicou artigos em diversas revistas. Tem formação em permacultura e desenvolve trabalhos de aplicação da Sustentabilidade em Canteiros de Obras em projetos como a Estação de Tratamento de Água de Brasília – ETA e do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT. Coordena a aplicação dos requisitos LEED – Nível Gold, ISO 14001 em Gestão Ambiental, ISO 18001 em Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho e ISO 9001 em Gestão da Qualidade no projeto do edifício comercial Green Towers da Via Engenharia e Tishman Speyer.

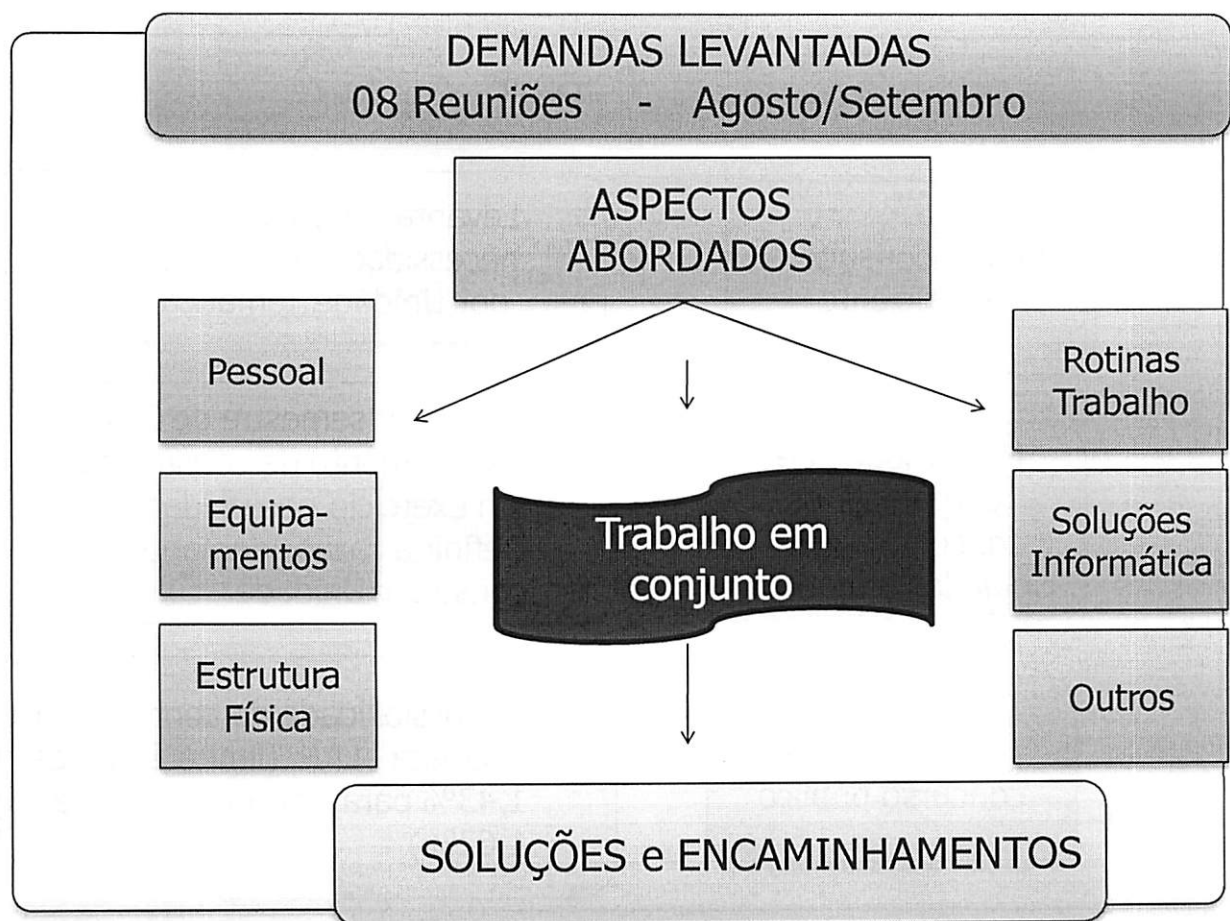
Curriculo da orientadora:

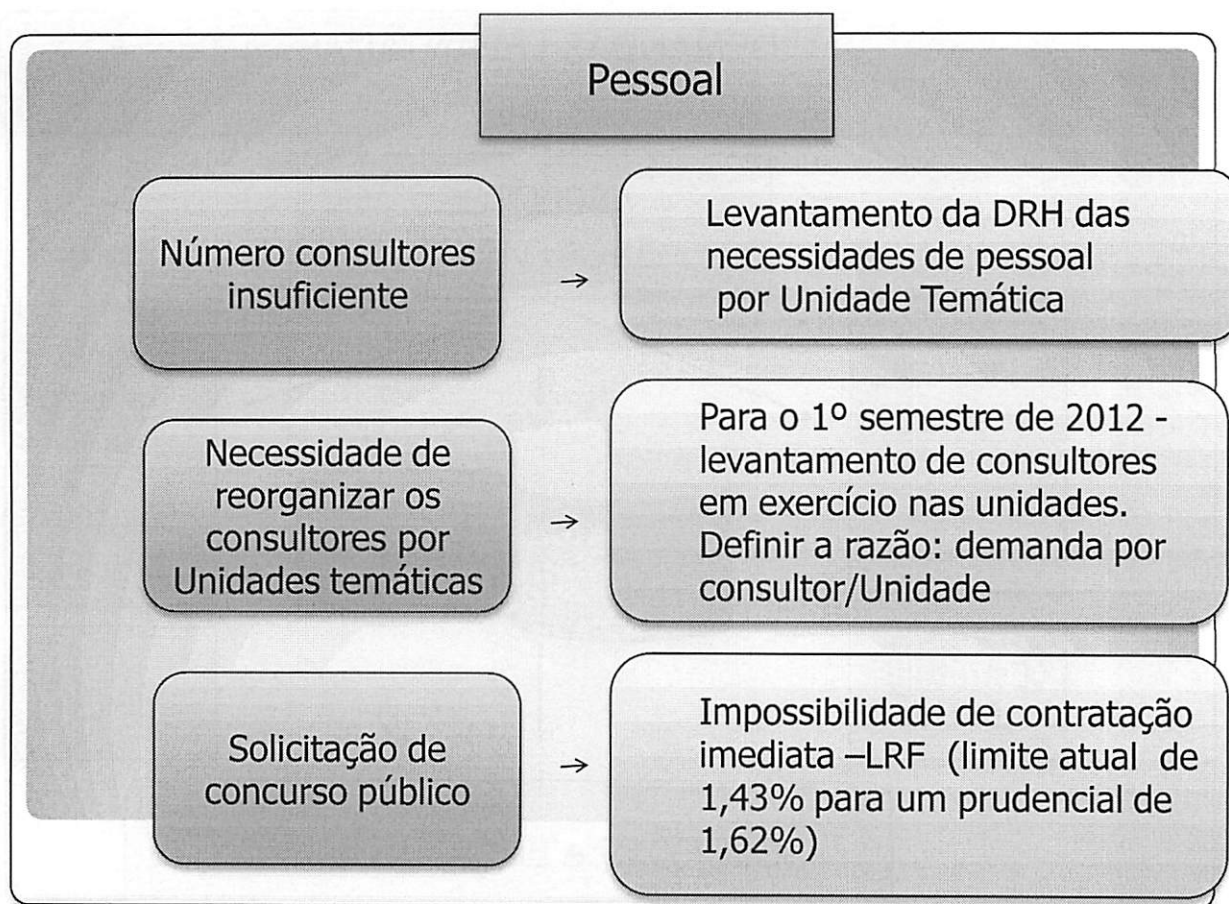
É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UCG (1982), mestre em Building Economics and Management – Bartlett School of Architecture and Planning – University College London (1989) e doutora pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB (2004). É professora adjunta da UnB e coordenadora do Laboratório do Ambiente Construído, Inclusão e Sustentabilidade – Lacs (CDS/FAU/UnB). Tem experiência em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase na Cadeia Produtiva da Indústria da Construção, atuando nas seguintes áreas: inovação da cadeia produtiva da indústria da construção; sustentabilidade do ambiente construído – processos e produtos; gestão de resíduos sólidos urbanos e de construção; integração de agentes, ações e instrumentos; redes sociais e responsabilidade compartilhada na busca de soluções de problemas urbanos.

Histórico ②

CONSULTORIA TEMÁTICA







Equipamentos e Estrutura Física

Impressoras, escâner,
computadores, mesas,
aparelhos telefônicos



Computadores entregues
em conforme
Memorando n.... – CMI;
Mesas e estações de
trabalho

Regulagem das luzes e do
ar condicionado

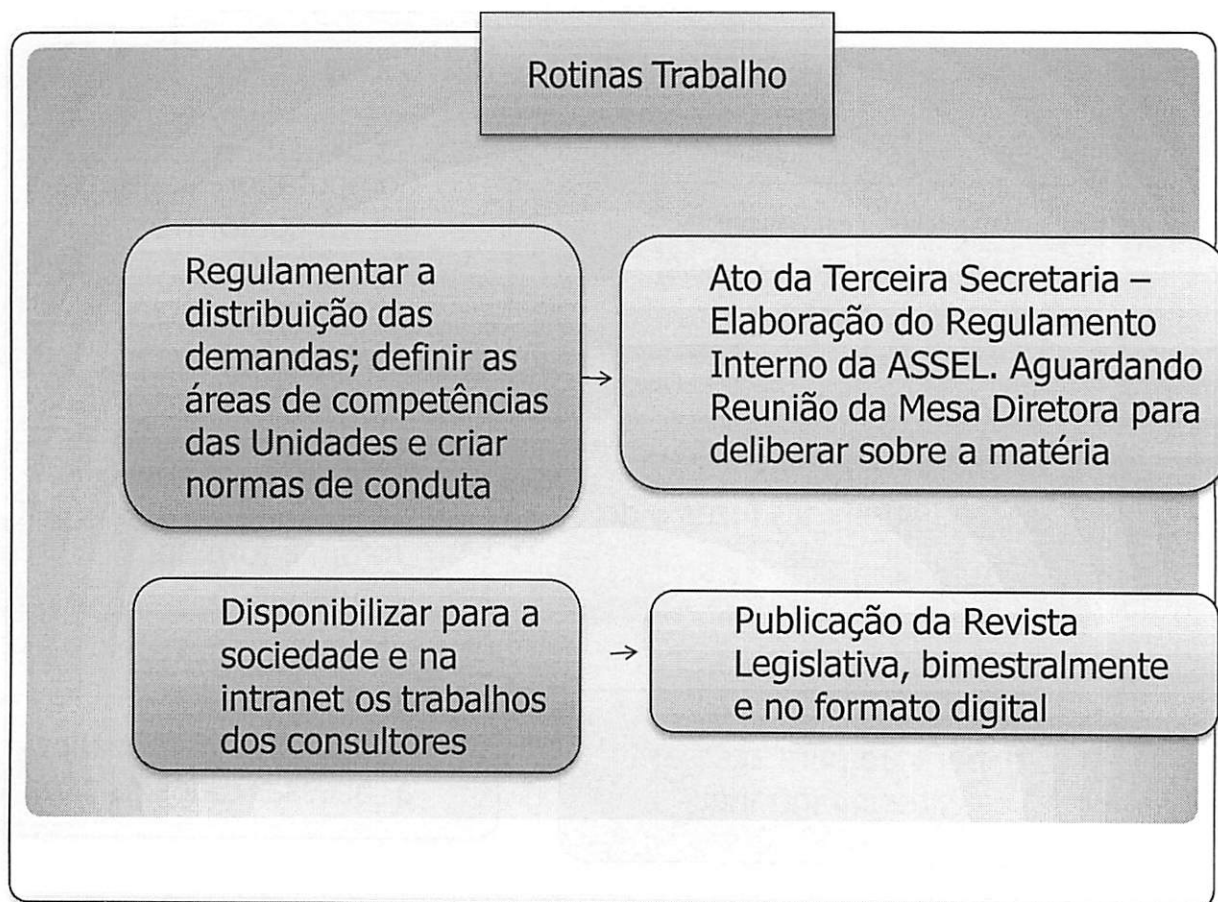


Os setores responsáveis
pelo controle do ar e luz
foram informados –
Aguardando resposta

Liberação para acessar
os sites na intranet



Consultores autorizados
a acessar todos os sites



Soluções Informática

PROTOCOLO para a ASSEL:

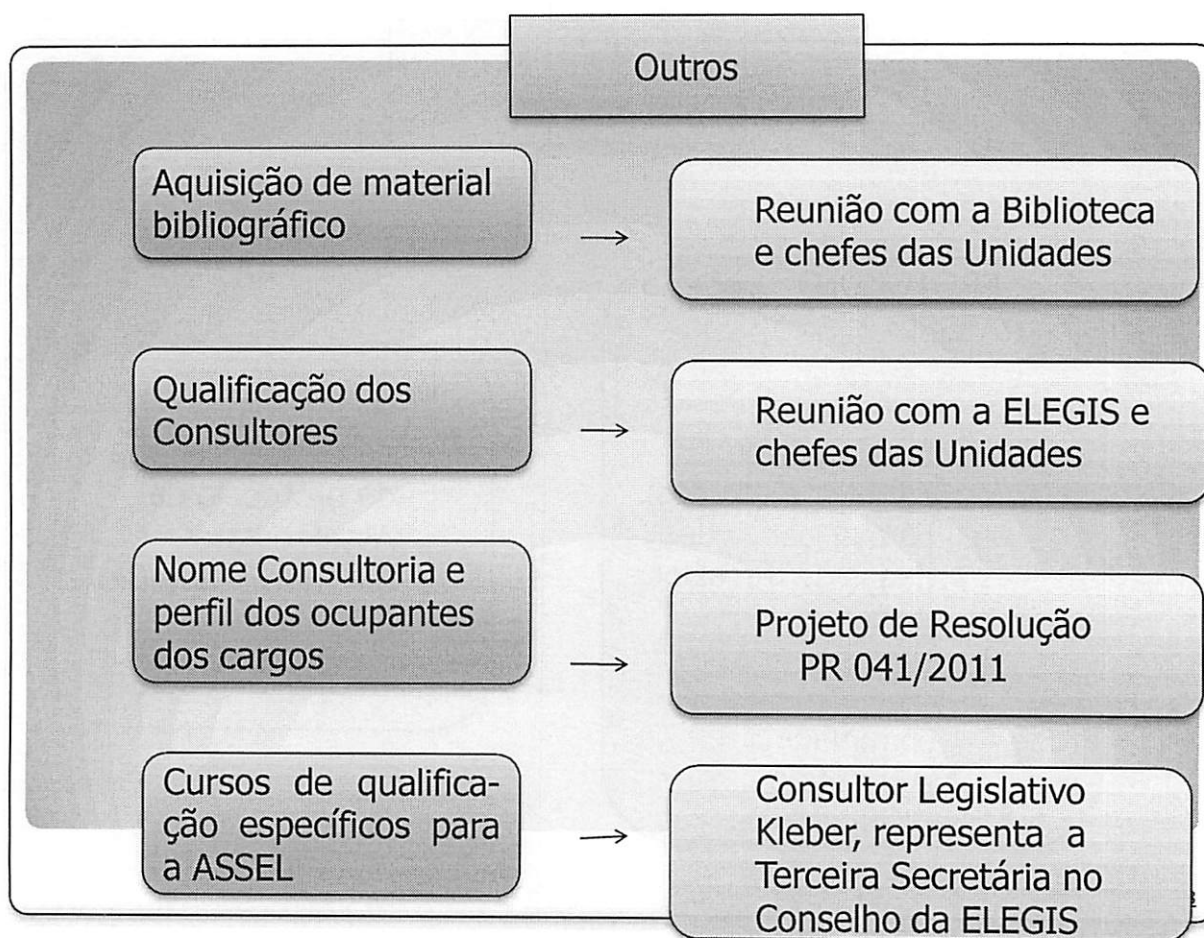
1. Gerenciar a tramitação de Projetos e estudos;
2. Formar banco de dados de trabalhos elaborados;
3. Uniformizar os procedimentos, com maior agilidade e controle

→

→

→

Segundo previsão da CMI, o sistema de protocolo da Assel estará em funcionamento no 2º semestre de 2012.



**METAS
1º
SEMESTRE
DE 2012**

1. Aproximação dos consultores com os parlamentares
2. Divulgação das atividades Disponibilizadas aos gabinetes

Aprovação do REGULAMENTO INTERNO e do PR 041/2011

Levantamento dos consultores em exercício e a demanda de trabalho → Necessidade de redistribuição dos consultores?

Publicação da Revista Legislativa, bimestralmente e no formato digital

Necessidades e sugestões apresentadas na reunião de 09/11/11



L I D O
29 / 11 / 11
RMS 12079
Supremo de Pleno

PB 041 /2011

(Autoria do Dep. JOE VALLE - PSB)

Assessoria de Plenário e Distribuição

Ao Setor de Protocolo Legislativo para
 registro e em seguida, à Assessoria de Plenário
 para análise de admissão • distribuição,
 observado o art. 132 do RI.

Em. 1^o 11/18/2011

Pl. Luisa Costa

Damar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Planejamento

Dispõe sobre a Assessoria Legislativa e dá outras providências.

Setor Protocolo Legislativo

PR. № 043 2013

Folha Nº 03-4

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Assessoria Legislativa, criada pela Resolução nº 89, de 1994, passa a ser denominada Consultoria Legislativa - CONLEG, órgão institucional do sistema de consultoria, assessoramento, pesquisa e apoio direto à ação parlamentar, nos termos do art. 243, parágrafo único, IV, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do art. 6º, V, da Lei nº 4.342, de 2009.

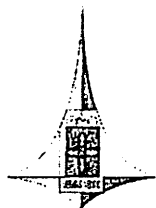
Parágrafo único. A Consultoria Legislativa tem a seguinte estrutura:

I – Consultoria-Geral Legislativa, integrada por:

- a) Chefe da Consultoria Legislativa;
b) Apoio Técnico-Administrativo;

II – Unidades de Consultoria Temática, organizadas por área de conhecimento:

- a) Unidade de Consultoria em Constituição e Justiça – UCJ;
- b) Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças – UEF;
- c) Unidade de Consultoria em Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente – UDA;
- d) Unidade de Consultoria em Redação Parlamentar e Técnica Legislativa – URP;
- e) Unidade de Consultoria em Políticas Sociais e Direitos Humanos – UPS.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

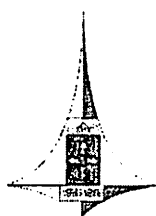
Sector Protocolo Legislativo

PR Nº 043 / 2013

Data Nº 02 - 04

Art. 2º Compete à Consultoria Legislativa:

- I – prestar consultoria à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, Especiais e Temporárias, deputados, lideranças de partido, blocos partidários e à administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- II – elaborar minutas de proposição, de parecer e de relatório;
- III – prestar assessoramento para adequação de proposição e outras espécies normativas à técnica legislativa;
- IV – responder a consultas sobre proposições em tramitação na Câmara Legislativa;
- V – realizar estudos e responder a consultas sobre temas legislativos;
- VI – redigir minutas de pronunciamentos destinados à participação de parlamentar em sessões e eventos decorrentes do exercício da atividade legislativa;
- VII – prestar assessoramento às Comissões Temporárias, em especial às Comissões Parlamentares de Inquérito;
- VIII – desenvolver, integrar ou acessar bases de dados e sistemas de pesquisa e informação relacionados com as Unidades de Consultoria Temática;
- IX – elaborar documentos administrativos da Consultoria Legislativa;
- X – participar de atividades de planejamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- XI – acompanhar a produção normativa do Poder Legislativo local;
- XII – elaborar minuta de proposta de consolidação de textos legislativos, nos termos do art. 263 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- XIII – promover e divulgar pesquisas e estudos relativos a assuntos estratégicos do Distrito Federal, identificando necessidades de inovação, aperfeiçoamento e regulamentação legislativa;
- XIV – desenvolver projetos e estudos técnicos em parceria com universidades e demais instituições de ensino e pesquisa e com órgãos da Administração Pública, notadamente centros de estudos legislativos;
- XV – promover debates e estudos sobre a consolidação e sistematização de questões técnicas relativas aos trabalhos da Consultoria Legislativa;
- XVI – elaborar normas internas e recomendações para o desempenho das atividades da Consultoria Legislativa;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Processo Legislativo

PR 043 / 2013

Data 12/03/2014

XVII – incentivar e proceder ao encaminhamento institucional das demandas relacionadas ao aprimoramento técnico, profissional e acadêmico dos servidores da Consultoria Legislativa;

XVIII – desenvolver, em parceria com outros setores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, atividades e projetos de educação para a cidadania;

XIX – contribuir nos projetos de capacitação continuada e de atualização de conhecimentos dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS;

XX – promover cursos, palestras, seminários e outros eventos sobre temas legislativos;

XXI – desenvolver outros trabalhos de consultoria ou de assessoramento, relacionados às atribuições do Consultor Legislativo.

Art. 3º São atribuições do Chefe da Consultoria Legislativa:

I – planejar, coordenar e supervisionar os trabalhos de consultoria e assessoramento e as atividades de apoio técnico-administrativo na Consultoria Legislativa;

II – receber as solicitações de consultoria ou assessoramento, distribuí-las às Unidades de Consultoria Temática, bem como controlar a execução dos trabalhos;

III – solicitar a elaboração e a revisão de trabalhos multidisciplinares que envolvam mais de uma Unidade de Consultoria Temática;

IV – prestar informações ao solicitante sobre o andamento dos trabalhos requeridos;

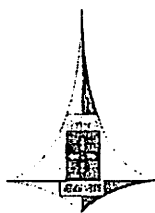
V – comunicar ao órgão competente sobre necessidades de pessoal na Consultoria Legislativa;

VI – expedir os atos necessários ao desempenho das atividades do órgão, ou sugerir-los à administração da Casa, quando fora de suas atribuições;

VII – proceder aos demais atos necessários ao funcionamento das Unidades Temáticas;

VIII – oficialar, por meio da Presidência da CLDF, junto a órgãos ou instituições, públicas ou privadas, para obtenção de dados ou informações no interesse das atividades de pesquisa, assessoramento e consultoria;

IX – normatizar os procedimentos necessários ao bom andamento dos trabalhos na Consultoria Legislativa;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Setor Protocolo Legislativo

PR nº 042 / 2011

Folha Nº 04 - 4

X – elaborar e encaminhar documentos administrativos da Consultoria Legislativa;

XI – encaminhar os trabalhos elaborados nas Unidades de Consultoria Temática;

XII – solicitar a publicação de trabalhos realizados por Consultores Legislativos;

XIII – redistribuir os trabalhos entre as Unidades de Consultoria Temática;

XIV – responsabilizar-se pela guarda do acervo dos trabalhos da Consultoria Legislativa e pelo fornecimento de informações e cópias, observado o caráter reservado dos trabalhos, nos termos do Regulamento da Consultoria Legislativa.

§ 1º O Chefe da Consultoria Legislativa será designado entre os servidores ocupantes de cargo da carreira de Consultor Legislativo, prevista no art. 6º, V, da Lei distrital nº 4.342, de 24 de junho de 2009.

§ 2º O disposto neste artigo não ensejará qualquer alteração no cargo em comissão e na respectiva remuneração da chefia do órgão.

Art. 4º São atribuições de Chefe de Unidade de Consultoria Temática:

I – coordenar os trabalhos da Unidade de Consultoria Temática;

II – distribuir os trabalhos entre os Consultores da Unidade, observadas as respectivas áreas de conhecimento;

III – proceder à verificação dos trabalhos;

IV – encaminhar os trabalhos e informações ao Chefe da Consultoria Legislativa;

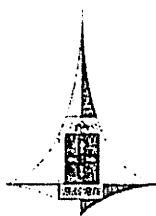
V – elaborar e encaminhar documentos administrativos da Unidade;

VI – comunicar ao Chefe da Consultoria Legislativa sobre necessidades de pessoal na Unidade;

VII – prestar informações sobre o andamento dos trabalhos distribuídos à Unidade;

VIII – expedir os atos necessários ao desempenho das atividades da Unidade, ou sugerir-lhes ao Chefe da Consultoria Legislativa, quando fora de suas atribuições;

IX – proceder aos demais atos necessários ao funcionamento da Unidade;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo

PR Nº 043 / 2013

Folha Nº 05 - cf

X – propor ao Chefe da Consultoria Legislativa a redistribuição de trabalhos;

XI – indicar Consultor Legislativo para comparecer a reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias, audiências públicas e outros eventos dentro e fora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, quando solicitado ou de interesse da respectiva Unidade de Consultoria Temática.

§ 1º Os Chefes de Unidade de Consultoria Temática serão designados entre os servidores ocupantes de cargo da carreira de Consultor Legislativo, prevista no art. 6º, V, da Lei distrital nº 4.342, de 24 de junho de 2009.

§ 2º O disposto neste artigo não ensejará qualquer alteração no cargo em comissão e na respectiva remuneração da chefia do órgão.

Art. 5º A Mesa Diretora disporá em Regulamento sobre a organização e o funcionamento da Consultoria Legislativa.

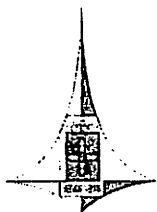
Art. 6º O disposto nos arts. 3º, §1º e 4º, §1º passa a vigor a partir da terceira sessão legislativa da sexta legislatura, ou, antes desse prazo, caso haja mudança dos atuais ocupantes dos referidos cargos.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Resolução nº 89, de 1994.

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução nº 218, de 2005, que consolida o texto do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal determina, em seu art. 243, Parágrafo único, IV, a edição de resolução específica para instituir a Assessoria Legislativa - ASSEL, órgão de "assessoramento institucional unificado, de caráter técnico-legislativo ou especializado, à Mesa Diretora, às comissões, aos Deputados Distritais e à administração da Casa, cujos trabalhos serão considerados parte integrante do acervo do Poder Legislativo".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo

PR nº 043/2003

PR nº 06-4

A Resolução nº 89, de 1994, preencheu parcialmente essa lacuna, transformando o Setor de Assessoramento Legislativo em Assessoria Legislativa - órgão de apoio direto à ação parlamentar, vinculado à Mesa Diretora -, cujas atribuições e estrutura, definidas nos arts. 1º a 5º, permanecem integralmente em vigor. Esse instrumento, porém, não se ateve ao órgão de assessoramento, incluindo vários dispositivos criando e regulando outras unidades organizacionais da Casa, parte dos quais se encontra hoje revogada.

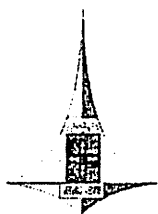
A correta interpretação do inciso IV do Parágrafo único do art. 243, do Regimento Interno, contudo, demonstra que, para atender de forma precisa à determinação legal, se torna essencial a edição de resolução específica acerca da ASSEL, estabelecendo suas competências e definindo sua estrutura.

A presente proposta, então, tem dupla finalidade: tanto a de obedecer à determinação expressa do Regimento Interno desta Casa de Leis, quanto a de definir um desenho jurídico das competências institucionais do órgão, visando ao aperfeiçoamento contínuo e à melhoria dos serviços prestados pelos Consultores Legislativos.

A Assessoria Legislativa vem cumprindo com desenvoltura e competência o papel que lhe foi atribuído, prestando um trabalho intelectual de inegável qualidade e utilidade à Mesa Diretora, às Comissões, aos Deputados Distritais e à administração da Casa, auxiliando sobremaneira a CLDF em sua função primordial: a atividade legislativa.

Todavia, a inexistência de uma Resolução específica, definindo de maneira clara e pormenorizada as competências da ASSEL, tem sido um entrave ao desenvolvimento mais profícuo dos trabalhos, na medida em que não se tem um supedâneo normativo a partir do qual se possa fazer uma análise aprofundada dos deveres, dos direitos e das necessidades de melhoramento do órgão.

O ato legislativo, ao ingressar na ordem jurídica, implica o redimensionamento do complexo de direitos e deveres de todos, tendo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo

P.R. nº 043 / 2033

Processo Nº 07-20

consequências, diretas ou indiretas, na esfera de direitos de todos os cidadãos. A grande complexidade do arcabouço normativo pátrio e as vicissitudes do processo legiferante, protagonizado pelo parlamentar, demanda auxílio técnico de excelência.

Eis, então, a missão institucional dos Consultores Legislativos da Assessoria Legislativa: prestar um trabalho de alta qualidade a todos os parlamentares, Comissões, gabinetes parlamentares, bem como à Mesa Diretora e à administração da Casa.

Não obstante, há um movimento de índole mundial de redução do Poder Legislativo, diante de um agigantamento da esfera normativa dos poderes Judiciário e Executivo: este, por meio do uso excessivo das normas infralegais (e no âmbito federal pelo uso descontrolado do instituto da Medida Provisória); aquele, pela constitucionalização do direito e pelo recrudescimento do ativismo judicial, notadamente em sede de controle de constitucionalidade.

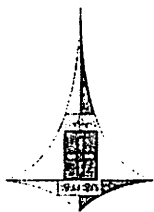
No âmbito distrital a situação é ainda mais dramática: o modelo federativo brasileiro, definido na Constituição Federal, é exemplo doutrinário de federalismo fraco, com forte centralização das competências administrativas e, principalmente, legislativas na União, com pouca margem para a atuação legislativa dos demais entes, inclusive o Distrito Federal.

Cabe ao Poder Legislativo resistir a essa tendência. O fortalecimento do Poder Legislativo é o fortalecimento da democracia.

Uma das formas de robustecer a Câmara Legislativa é enfatizar uma atividade legislativa de excelência e eficiente, que seja meio de transformação social e que nos torne um modelo a ser seguido pelos demais entes federados.

A Assessoria Legislativa pode auxiliar o Poder Legislativo do Distrito Federal nessa tarefa. Porém, é preciso criar as condições para que esse órgão possa oferecer trabalhos ainda melhores e com mais eficiência.

O presente projeto caminha nesse sentido: por um lado, valoriza a Assessoria Legislativa e define com maior precisão a função do órgão,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo

P.R. nº 043 / 2011

data: 08/10/11

alterando-lhe o nome para Consultoria Legislativa - CONLEG; por outro, define competências, estabelece deveres, especifica a natureza dos serviços prestados e retira a ASSEL de um limbo jurídico nada consentâneo com os ideais de profissionalismo e gestão de qualidade.

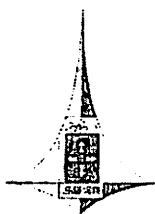
Nesse sentido, com vistas a atingir esses objetivos, foi realizada uma análise SWOT, baseada nos elementos de gestão "forças", "fraquezas", "oportunidades" e "ameaças".

a) forças

As forças da Consultoria Legislativa podem ser resumidas em três aspectos: 1) alta qualificação técnica do seu corpo de Consultores, na maior parte Especialistas, Mestres, Doutores e/ou Pós-doutores; 2) grande experiência da maioria de seus profissionais trazida de outras instituições onde atuaram – em geral os Consultores Legislativos possuem vasta experiência em suas áreas de atuação, especialmente na docência superior e na atuação profissional no Poder Executivo, no Poder Judiciário e na iniciativa privada e 3) diversidade de formação e especialização dos Consultores Legislativos (há profissionais com formação em Economia, Direito, Biologia, Medicina, Sociologia, Finanças Públicas, Engenharia, Filosofia, Letras, Arquitetura e Urbanismo, entre outras áreas do conhecimento). Tal fato decorre, especialmente, da característica multidisciplinar dos trabalhos desenvolvidos na Consultoria Legislativa, que requer profissionais altamente qualificados em diversas áreas do conhecimento para atender às demandas.

b) fraquezas

Em relação às fraquezas, quatro aspectos merecem ênfase: 1) a percepção, pela média geral dos Consultores Legislativos, de uma desvalorização e subaproveitamento de suas capacidades e potencialidades pela Câmara Legislativa do Distrito Federal 2) a falta de um desenho jurídico do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Setor Protocolo Legislativo
PR - 041 / 2011
Data: 17/09/11

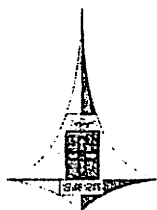
plexo de atribuições dos referidos profissionais e 3) a justificável prática de diversos parlamentares de não demandar trabalhos de cunho politicamente estratégico à Consultoria Legislativa, já que o referido setor é chefiado por pessoas indicadas por outros parlamentares – de ideologias distintas –, o que enfraquece sobremaneira a confiança na isenção e no sigilo da prestação dos trabalhos legislativos desenvolvidos pelo órgão. À guisa de exemplo, não é raro que Consultores Legislativos recebam solicitações “informais” de assessores de gabinetes parlamentares com pedidos de discrição e segredo acerca das informações solicitadas.

Assim, trabalho de consultoria de excelência no processo legiferante só pode ocorrer – ainda mais em uma casa política em que é ínsito o embate e a correlação de forças – se forem assegurados meios de se viabilizar a obediência ao dever de isenção e sigilo. Nesse aspecto, a falta de confiança parece ser causa eficiente da primeira das fraquezas citadas (subaproveitamento e consequente desvalorização do trabalho do Consultor).

c) oportunidades

Quanto às oportunidades, o momento não poderia ser melhor: há uma percepção generalizada entre os Deputados Distritais e a sociedade do Distrito Federal da necessidade de se estabelecer, com certa urgência, padrões de transparência e gestão para o Poder Legislativo local. Esta proposta integra-se, de modo bastante singelo, a esse espírito.

Não obstante, pela presente Resolução, estabelece-se uma política de valorização institucional de uma categoria sem qualquer aumento de gastos, o que é absolutamente consentâneo com a realidade fiscal do Poder Legislativo do Distrito Federal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo
PR nº 041 / 2011
Folha nº 10-4

d) ameaças

As ameaças também não são poucas. A mais sintomática está no comportamento inercial. A rotina corporativa gera acomodações e comodismos. Sem dúvida, iniciativas como esta podem ser objeto de resistências internas e externas, tanto de servidores quanto de parlamentares.

Feito o diagnóstico geral das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, releva mencionar que este Projeto está calcado em três diretrizes: institucionalização, gestão por competências e prestação de contas por resultados (*accountability*) e *compliance*.

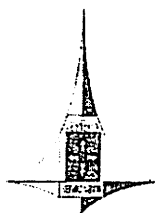
Vejamos, de maneira sucinta, o que nos diz cada uma delas.

I) Institucionalização

Percebendo que o termo utilizado nas normas anteriores - "assessor" - não espelhava com precisão a tarefa desse profissional, em 2003, por força da Resolução nº 202, alterou-se a denominação dos Assessores Legislativos para "Consultores Legislativos". Tais previsões foram corroboradas pela legislação superveniente, especialmente as Leis distritais nº 3.671, de 2005, e nº 4.342, de 2009.

Tal medida levou em consideração a natureza das atribuições, bem como a extensão, o grau de complexidade e as necessidades profissionais da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na década anterior, o mesmo havia ocorrido com a denominação dos Assessores Legislativos tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, os quais passaram a ser denominados "Consultores Legislativos".

De fato, no idioma pátrio, o termo Consultor designa aquela "pessoa qualificada que, numa empresa, dá pareceres e trata de assuntos técnicos de sua especialidade" e "ao conjunto de consultores dá-se o nome de Consultoria" (fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em www.priberam.pt. Acessado em 09 de outubro de 2011).



Setor Protocolo Legislativo
PR 041 / 2011
Folha 12 11-11

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Adotada a denominação do cargo de Consultor Legislativo, todavia, permaneceu inalterado o nome de "Assessoria Legislativa" atribuído ao órgão que congrega o corpo de Consultores Legislativos.

Esse cenário configura-se distorção que urge seja sanada, com vistas à valorização profissional do órgão e ao imperativo lógico de correspondência de nomenclatura entre o profissional e o setor em que ele ordinariamente deve se encontrar lotado.

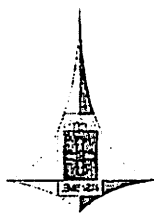
Outra questão, meramente formal, a ser sanada é a denominação das unidades da Assessoria Legislativa. Assim, todas as Unidades passam a ser denominadas "Unidades de Consultoria". Trata-se, tal modificação, de uma forma de reforçar a natureza dos serviços prestados pelo órgão.

Outras mudanças pontuais de nomenclatura refletem a realidade atual das demandas submetidas ao trabalho das Unidades. Assim a Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico – USE – passa a ser denominada "Unidade de Consultoria em Políticas Sociais e Direitos Humanos", já que tal expressão engloba a maioria das matérias demandadas pela referida Unidade. No mesmo sentido, a Unidade de Economia e Finanças passa a ser denominada "Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças", pelos mesmos motivos expostos para a alteração anterior.

II) Gestão por competências

A gestão por competências procura mapear as características institucionalmente úteis dos profissionais envolvidos. Utiliza como plataforma a tríade CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes).

Os conhecimentos se referem à formação acadêmica. As habilidades dizem respeito à vivência prática. A atitude, por fim, se situa no campo comportamental, ou seja, envolve as emoções, os sentimentos, a postura, a iniciativa, entre outros comportamentos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo
PR Nº 041/2011
Folha Nº 12 - ef

Exemplo disso é a previsão na proposta - que, esporadicamente, já existe na prática - de trabalho conjunto entre as Unidades Temáticas da Consultoria, visando a um resultado sinérgico e aproveitando-se a vantagem que o órgão de assessoramento possui, qual seja: a já mencionada diversidade de formação dos Consultores Legislativos bem como sua unicidade organizacional.

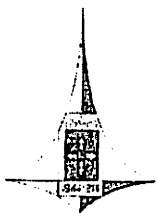
A partir disso, procura-se cotejar as competências profissionais com as necessidades institucionais, juridicizando as várias atividades ora precariamente desenvolvidas por Consultores Legislativos, em busca da otimização das capacidades e potencialidades dos referidos profissionais.

Um exemplo relevante é o inciso XVIII do art. 2º da proposta, que incentiva a participação do Consultor Legislativo em "atividades e projetos de educação para a cidadania, com a finalidade de divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo Poder Legislativo local".

Ora, se existe atualmente a efetiva participação de Consultores Legislativos nos referidos projetos patrocinados pela Escola do Legislativo – ELEGIS – especialmente os Projetos *Cidadão do Futuro* e *Jovem Cidadão* – mostra-se oportuno institucionalizar a inserção da figura da Consultoria Legislativa como uma auxiliar no processo de aproximação do Parlamento com a sociedade, como forma de se explorar o potencial de seus profissionais na demonstração de um Poder Legislativo preparado e dotado de profissionais de qualidade de auxiliarem o mister do parlamentar.

III) *Prestação de contas por resultados (accountability) e "compliance".*

O eixo da responsabilização (*accountability*) e "*compliance*" é a necessidade de a Consultoria Legislativa prestar contas às instâncias controladoras (à direção da Casa e, no caso da atual estrutura administrativa, à Terceira Secretaria) e a obrigatoriedade de cumprimento das regras



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo
PR nº 043 / 2011
Folha 13 - 24

estabelecidas. Assim sendo, a definição de parâmetros de gestão de controle de qualidade deve partir de critérios de regramento objetivos.

A condição necessária para a efetivação da responsabilização é a imposição de competências entre os diversos agentes e, conforme predito, a Consultoria Legislativa encontra-se, hoje, em um verdadeiro limbo jurídico. Sem a atribuição específica de competências institucionais, impossível a responsabilização e o devido controle do cumprimento de metas (*compliance*).

Assim, nesta proposta definem-se de maneira rigorosa as competências da Assessoria Legislativa, bem como impõem-se atribuições de gestão específicas ao Chefe da Consultoria (o Chefe da Consultoria Legislativa) e aos Chefes de Unidade (Chefes de Unidade de Consultoria Temática).

Além disso, delimita-se a natureza dos trabalhos desenvolvidos na Consultoria Legislativa, prevendo-se expressamente o caráter reservado dos mesmos, assim como a responsabilidade sobre o acervo institucional de trabalhos.

Relativamente à responsabilização e controle merece luz aquele que define a competência do Chefe da Consultoria Legislativa de *apresentar, anualmente, relatório de gestão da Consultoria Legislativa à Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ouvidas todas as Consultorias Temáticas.*

Considerando-se, por evidente, que inexistente possibilidade de uma política de gestão de metas se não houver previsão regular de relatório de gestão e uma cultura de acompanhamento e balizamento, com critérios quantitativos, mas, principalmente, qualitativos do desenvolvimento dos trabalhos, bem assim os entraves, obstáculos, embaraços e dificuldades para alcançar os resultados desejados.

✓



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sector Protocolo Legislativo
PR nº 042 / 2011
Folha 14 - 4

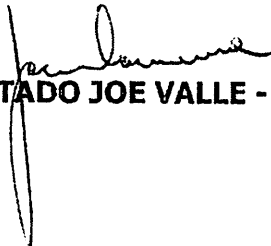
IV) Conclusão

A presente proposta não é um produto pronto e inalterável e não pretende modificar toda a realidade desse importante órgão da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Pretende, apenas, sugerir um marco a partir do qual seja efetivamente possível a implementação, no âmbito da Assessoria Legislativa, de políticas de gestão consentâneas com os padrões de excelência de governança corporativa no setor público.

Desse modo, pedimos apoio de nossos pares para aprovação do Presente Projeto de Resolução, por se tratar de assunto da maior urgência e relevância.

Sala das Sessões, em

2011.


DEPUTADO JOE VALLE - PSB

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Ao Exmo. Sr. Deputado Joe Valle
Terceiro Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Prezado Deputado,

Em atenção ao Ato do Terceiro Secretário nº 01/2011, de 05 de setembro de 2011, o Grupo de Trabalho destinado a elaborar a minuta de Regulamento Interno da Assessoria Legislativa – ASSEL apresenta, respeitosamente, os resultados de seus esforços, desenvolvidos ao longo dos últimos 45 dias.

Seguimos as orientações contidas no art. 2º do referido Ato. Assim, nas Disposições Preliminares, tratamos do órgão de assessoramento e consultoria legislativa criado pelo art. 5º da Resolução nº 89, de 1994, substituindo o nome de Assessoria Legislativa – ASSEL – pela denominação mais apropriada de Consultoria Legislativa – CONLEG –, uma vez que o órgão congrega o conjunto de Consultores Legislativos (assim denominados – precisamente pela natureza de suas atribuições – pela Resolução nº 202/2003 e legislação superveniente: Leis distritais nº 3.671/2005 e nº 4.342/2009) e com a finalidade de acompanhar a evolução ocorrida em órgãos similares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A seguir, nos ativemos à estrutura da Consultoria e das Unidades de Consultoria Temática, cada uma com suas áreas de competência e abrangência,

pormenorizadas de modo a racionalizar a distribuição dos trabalhos em função da matéria.

A atual Unidade de Economia e Finanças passa a denominar-se Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças e a Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico passa a se chamar Unidade de Consultoria em Políticas Sociais e Direitos Humanos, com a finalidade de melhor espelhar suas reais atribuições.

Procuramos, também, detalhar as atribuições dos Consultores Legislativos em exercício na Consultoria Legislativa, do Chefe da Consultoria Legislativa e dos Chefes das Unidades de Consultoria Temática, bem como do Apoio Técnico-administrativo da Consultoria Legislativa. Como inovação, apresentamos o Grupo de Estudos Legislativos da Consultoria Legislativa, para atender às necessidades de produção intelectual identificadas ao longo de duas décadas de prática de assessoramento institucional.

Entendemos que uma importante contribuição deste Regulamento é a padronização de orientações quanto à tramitação interna dos trabalhos, seu caráter reservado e a autonomia e isenção técnica que os norteia, bem como o tratamento dado ao acervo de trabalhos do órgão, em obediência ao que estabelece o art. 243, Parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Por fim, materializamos o conjunto de práticas e princípios que regem a conduta dos servidores em exercício na Consultoria Legislativa, atentando especialmente para a ética das funções do servidor em exercício na Consultoria Legislativa, vedando condutas e estabelecendo orientações que sirvam de guia à atuação profissional.

Buscamos estabelecer meios de valorização desses profissionais, adstritos às muitas limitações jurídicas de realizá-los no bojo de um Ato da Mesa Diretora, instrumento de que ora dispomos para formalizar a estruturação de nossa Consultoria.

Sala da Assessoria Legislativa - CLDF, 23 de outubro de 2011.

Grupo de Trabalho para Elaboração do Regulamento Interno da Assessoria Legislativa – ASSEL

Jeizon Allen Silverio Lopes - **Coordenador**

Wanda Carla Vial Marchioro Cunha

Paulo Eduardo Castelo Parucker

Nubiene Leão Viana da Silva

Maria Ordália Magro del Gaudio

José Veríssimo de Sena

Luiz Humberto de Faria Del Isola

Regulamento da Assessoria Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Assessoria Legislativa, órgão institucional do sistema de consultoria, assessoramento e pesquisa, nos termos dos arts. 1º a 5º da Resolução nº 89, de 1994, bem como do art. 243, parágrafo único, IV, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, doravante denominada Consultoria Legislativa – CONLEG –, tem sua estrutura, composição, competências, funcionamento, princípios de conduta e valorização profissional disciplinados por este Regulamento e demais instrumentos normativos pertinentes.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Art. 2º A Consultoria Legislativa tem a seguinte estrutura:

I – Consultoria-Geral Legislativa, integrada por:

- a) Chefe da Consultoria Legislativa;
- b) Apoio Técnico-Administrativo.

II – Unidades de Consultoria Temática, organizadas por área de conhecimento:

- a) Unidade de Consultoria em Constituição e Justiça – UCJ;
- b) Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças – UEF;
- c) Unidade de Consultoria em Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente – UDA;
- d) Unidade de Consultoria em Redação Parlamentar e consolidação legislativa – URP;
- e) Unidade de Consultoria em Políticas Sociais e Direitos Humanos – UPS.

Art. 3º O Apoio Técnico-administrativo da Consultoria Legislativa, diretamente subordinado ao Chefe da Consultoria Legislativa, é composto por servidores das carreiras de Técnico Legislativo, Assistente Legislativo e Auxiliar Legislativo, previstas no art. 6º, III, II e I, respectivamente, da Lei distrital nº 4.342, de 22 de junho de 2009.

Art. 4º As Unidades de Consultoria Temática são compostas por servidores ocupantes de cargos da carreira de Consultor Legislativo, prevista no art. 6º, V, da Lei distrital nº 4.342/2009, e coordenadas por Chefe de Unidade de Consultoria Temática.

Parágrafo único. Os cargos de Consultor Legislativo são providos mediante concurso público de provas e títulos, observadas as seguintes áreas de conhecimento:

- I – Constituição e Justiça;
- II – Educação, Cultura e Desporto;
- III – Saúde;
- IV – Redação Parlamentar, Técnica Legislativa e Teoria da Legislação;
- V – Economia, Direito Tributário, Finanças Públicas e Orçamento Público;
- VI – Direitos Humanos e Direitos da Cidadania;
- VII – Ciência e Tecnologia;
- VIII – Meio Ambiente;
- IX – Desenvolvimento Urbano e Rural;
- X – Infraestrutura e Transporte.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º À Consultoria Legislativa compete:

I – prestar consultoria à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, Especiais e Temporárias, deputados, lideranças de partido, blocos partidários e à administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II – elaborar minutas de proposição, de parecer e de relatório;

III – prestar assessoramento para adequação de proposições à técnica legislativa;

IV – responder a consultas sobre proposição em tramitação na Câmara Legislativa;

V – realizar estudos e responder a consultas sobre temas de interesse legislativo;

VI – redigir minutas de pronunciamentos destinados à participação de parlamentar em sessões e eventos decorrentes do exercício da atividade legislativa;

VII – prestar assessoramento às Comissões Temporárias, em especial às Comissões Parlamentares de Inquérito;

VIII – desenvolver, integrar ou acessar bases de dados e sistemas de pesquisa e informação;

IX – elaborar documentos administrativos do órgão;

X – participar de atividades de planejamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

XI – acompanhar a produção normativa do Distrito Federal;

XII – elaborar minutas de propostas de consolidação de textos legislativos, nos termos do art. 263 do Regimento Interno;

XIII – promover e divulgar pesquisas e estudos relativos a assuntos estratégicos do Distrito Federal, identificando necessidades de inovação, aperfeiçoamento e regulamentação legislativa;

XIV – desenvolver projetos e estudos técnicos em parceria com universidades e demais instituições de ensino e pesquisa e com órgãos da Administração Pública, notadamente centros de estudos legislativos;

XV – promover debates e estudos sobre a consolidação e sistematização de questões relativas aos trabalhos da Consultoria Legislativa;

XVI – elaborar normas internas e recomendações para o desempenho das atividades do órgão;

XVII – incentivar e proceder ao encaminhamento institucional das demandas relacionadas ao aprimoramento técnico, profissional e acadêmico dos servidores do órgão;

XVIII – desenvolver, em parceria com outros setores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, atividades e projetos de educação para a cidadania;

XIX – contribuir nos projetos de capacitação continuada e de atualização de conhecimentos dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS;

XX – promover cursos, palestras, seminários e outros eventos sobre temas legislativos;

XXI – desenvolver outros trabalhos de consultoria ou de assessoramento, relacionados às atribuições do Consultor Legislativo.

Art. 6º São atribuições do Chefe da Consultoria Legislativa:

I – planejar, coordenar e supervisionar os trabalhos de consultoria e assessoramento e as atividades de apoio técnico-administrativo na Consultoria Legislativa;

II – receber as solicitações de consultoria ou assessoramento e fazer a correspondente distribuição às Unidades de Consultoria Temática, além de acompanhar a execução dos trabalhos;

III - solicitar a elaboração e a revisão de trabalhos multidisciplinares que envolvam mais de uma Unidade de Consultoria Temática;

IV – prestar informações ao solicitante sobre o andamento dos trabalhos requeridos;

V – comunicar ao órgão competente sobre necessidades de pessoal da Consultoria Legislativa;

VI – comunicar ao órgão superior a necessidade de remanejamento de Consultores Legislativos, ouvidas as equipes das Unidades de Consultoria Temática envolvidas;

VII – expedir os atos necessários ao desempenho das atividades do órgão, ou sugeri-los à administração da Casa, quando fora de suas atribuições;

VIII – proceder aos demais atos necessários ao funcionamento do órgão;

IX – oficiar, por meio da Presidência da CLDF, junto a órgãos ou instituições, públicas ou privadas, para obtenção de dados ou informações, no interesse das atividades de pesquisa, assessoramento e consultoria;

X – normatizar os procedimentos necessários ao bom andamento dos trabalhos na Consultoria Legislativa, observadas as disposições deste Regulamento;

XI – elaborar e encaminhar documentos administrativos do órgão;

XII – encaminhar os trabalhos elaborados nas Unidades de Consultoria Temática;

XIII – solicitar a publicação de trabalhos realizados por Consultores Legislativos e pelo Grupo de Estudos Legislativos;

XIV – redistribuir os trabalhos entre as Unidades de Consultoria Temática;

XV – responsabilizar-se pela guarda do acervo dos trabalhos da Consultoria Legislativa e pelo fornecimento de informações e cópias, observado o caráter reservado de que trata o art. 17 deste Regulamento.

Art. 7º Ao Apoio Técnico-administrativo da Consultoria Legislativa compete:

I – controlar a entrada e saída de trabalhos da Consultoria Legislativa;

II – verificar se o serviço demandado já consta do acervo de trabalhos da Consultoria Legislativa;

III – realizar serviços de protocolo administrativo da Consultoria-Geral Legislativa e serviços gerais e auxiliares;

IV – proceder ao arquivamento físico de documentos administrativos;

V – indexar e proceder ao arquivamento digital dos trabalhos dos Consultores no acervo da Consultoria Legislativa, bem como encaminhá-los aos demandantes;

VI – realizar pesquisas de busca e coleta de informações no acervo da Consultoria e em outros bancos de dados, observadas as normas deste Regulamento quanto ao caráter reservado dos trabalhos;

VII – recuperar informações processadas para utilização pelos Consultores Legislativos;

VIII – desenvolver, integrar ou acessar bancos de dados e sistemas de pesquisa e informação;

IX – auxiliar no desenvolvimento de processos e métodos para aperfeiçoar a tramitação dos trabalhos na Consultoria Legislativa;

X – organizar e sistematizar o acervo da Consultoria Legislativa;

XI – desenvolver, em parceria com outros setores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, métodos e tecnologias de organização e pesquisa;

XII – credenciar servidores para acesso controlado aos trabalhos realizados na Consultoria Legislativa;

XIII – executar outras tarefas inerentes às atividades do setor.

Art. 8º À Unidade de Consultoria em Constituição e Justiça - UCJ compete:

I – analisar e elaborar minutas de proposição e de parecer, realizar estudos e pesquisas, e responder a consultas relativas às seguintes matérias:

a) sistema regional de defesa civil e política de combate a calamidades;

b) serviços públicos em geral;

c) relações de consumo e medidas de proteção e defesa do consumidor;

d) orientação e educação do consumidor;

e) composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços;

f) servidores públicos civis do Distrito Federal, seu regime jurídico, planos de carreira, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e sistema de previdência e assistência social;

g) criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública;

h) transferência temporária da sede do Governo;

i) matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, penitenciário, processual e notarial, observado o disposto no art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal;

j) direito administrativo em geral, inclusive normas específicas de licitação;

k) suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, com apresentação, quando for o caso, de minuta de decreto

legislativo, ressalvada a competência da Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças, prevista no art. 11, I, "j", deste Regulamento;

l) pedido de licença do Governador ou do Vice-Governador para se ausentar do Distrito Federal por mais de quinze dias, oferecendo o devido projeto de decreto legislativo;

m) pedido de instauração de processo criminal contra Deputado Distrital, Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado do Distrito Federal;

n) autorização para processar, por crime de responsabilidade, o Governador, o Vice-Governador, Secretários de Estado ou o Procurador-Geral, nos termos do art. 101, incisos I a V e VII da Lei Orgânica do Distrito Federal;

o) direitos, deveres e prerrogativas do mandato;

p) pedidos de licença para incorporação de Deputado Distrital às Forças Armadas ou de suspensão das imunidades parlamentares;

q) solicitação de intervenção federal;

r) concessões, permissões e autorizações administrativas;

II – proceder ao acompanhamento do controle concentrado de constitucionalidade das normas oriundas da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

III – elaborar, quando solicitado, minuta de parecer em relação à admissibilidade e ao mérito de recursos submetidos a parecer da Comissão de Constituição e Justiça;

IV – examinar os aspectos constitucionais, legais e jurídicos do parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania Ética e Decoro Parlamentar, em caso de perda de mandato de Deputado Distrital;

V – responder a consultas relativas a questões regimentais e de interpretação legal;

VI – apoiar as demais unidades nas questões de maior complexidade, oriundas da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

Art. 9º À Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças – UEF compete:

I – analisar e elaborar minutas de proposição e de parecer, realizar estudos e pesquisas, e responder a consultas relativas às seguintes matérias:

a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal;

b) matérias de natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive contribuição dos servidores públicos para sistemas de previdência e assistência social;

c) remuneração dos servidores públicos do Distrito Federal;

d) dívida pública interna e externa;

- e) política industrial e tarifária;
- f) política de incentivo à agropecuária e às microempresas;
- g) política de interação com a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Entorno;
- h) política econômica, planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento integrado do Distrito Federal;
- i) planos e programas de natureza econômica;
- j) suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar em matéria tributária, com apresentação, quando for o caso, de minuta de decreto legislativo;
- k) produção, consumo e comércio, inclusive o ambulante;
- l) normas sobre serviços de veículos de aluguel;
- m) critérios de fixação de tarifas e preços públicos para os serviços públicos da competência do Distrito Federal;
- n) política de abastecimento;
- o) prestação de garantia, pelo Distrito Federal, em operação de crédito contratada por suas autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista;
- p) prestação ou tomada de contas do Governador e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com apresentação de minuta de decreto legislativo;
- q) fiscalização da execução orçamentária, financeira e contábil;
- r) regulação em direito financeiro;

II – apoiar as demais unidades nas questões de maior complexidade oriundas da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF.

Art. 10. À Unidade de Consultoria em Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente – UDA compete:

I – analisar e elaborar minutas de proposição e de parecer, realizar estudos e pesquisas, e responder a consultas relativas às seguintes matérias:

- a) política territorial, urbana, rural, ambiental e habitacional;
- b) política de transporte urbano;
- c) direito urbanístico, agrário e ambiental;
- d) plano diretor de ordenamento territorial, planos de desenvolvimento locais e plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília;
- e) lei de uso e ocupação do solo;
- f) índices urbanísticos e destinação de áreas;
- g) normas de edificação;
- h) aquisição, administração, utilização, alienação, arrendamento, cessão, reversão, afetação e desafetação de bens públicos;

- i) desapropriação;
- j) infraestrutura urbana;
- k) recursos hídricos;
- l) saneamento;
- m) propaganda ou publicidade em logradouros públicos ou destes visíveis;
- n) cerrado, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- o) zoneamento ecológico-econômico;
- p) vigilância ambiental;
- q) patrimônio paisagístico, histórico, urbanístico, arquitetônico, artístico e cultural do Distrito Federal;
- r) turismo;

II – apoiar as demais unidades nas questões de maior complexidade que envolvem matérias constantes do inciso I deste artigo.

Art. 11. À Unidade de Consultoria em Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos – URP compete:

I – redigir minutas de pronunciamentos destinados à participação dos parlamentares em eventos especiais decorrentes do exercício do mandato e artigos para publicação em periódicos;

II – revisar e adequar à técnica legislativa proposições elaboradas fora da Consultoria Legislativa, qualquer que seja o tema;

III – analisar a admissibilidade e mérito de projetos de concessão de título de cidadão honorário ou benemérito;

IV – analisar a admissibilidade e mérito de proposições relativas à instituição de datas comemorativas e calendário oficial de eventos;

V – realizar estudos e pesquisas, especialmente os relativos à consolidação e sistematização das normas do Distrito Federal;

VI – responder a consultas sobre temas relacionados à sua área de atuação;

VII – promover a atualização, sistematização e consolidação dos textos legislativos, nos planos da existência, vigência e eficácia das normas jurídicas no âmbito do Distrito Federal;

VII – elaborar os relatórios de veto das proposições, qualquer que seja o tema.

Art. 12. À Unidade de Consultoria em Políticas Sociais e Direitos Humanos – UPS compete:

I – analisar e elaborar minutas de proposição e de parecer, realizar estudos e pesquisas, e responder a consultas relativas às seguintes matérias:

- a) saúde pública;
- b) educação pública e privada, básica e superior;
- c) educação sanitária;
- d) controle de drogas e medicamentos;
- e) política de educação em geral;
- f) cultura, esporte, espetáculos, diversões públicas, recreação e lazer;
- g) questões relativas a trabalho, previdência e assistência social;
- h) proteção, integração e garantias das pessoas com deficiência;
- i) patrimônio artístico e cultural;
- j) promoção da integração social, com vistas à prevenção da violência e da criminalidade;
- k) relações de emprego e política de incentivo à criação de emprego;
- l) política de combate às causas da pobreza e da subnutrição e a fatores de marginalização;
- m) política de integração social;
- n) comunicação social e publicidade do governo;
- o) vigilância sanitária e epidemiológica;
- p) direitos da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias em geral;
- q) violência urbana e rural e segurança pública;
- r) discriminações étnicas, sociais ou quanto à orientação sexual;
- s) conflitos decorrentes das relações entre capital e trabalho;
- t) defesa dos direitos individuais e coletivos e dos direitos inerentes à pessoa humana;
- u) sistema penitenciário e direitos dos detentos;
- v) abuso de autoridade e controle externo da atividade policial;
- w) desenvolvimento científico e tecnológico;
- x) políticas de inclusão digital e inovação tecnológica;

II – apoiar as demais unidades nas questões de maior complexidade, que envolvem matérias constantes do inciso I deste artigo.

Art. 13. São atribuições do Consultor Legislativo em exercício na Consultoria Legislativa:

I – prestar consultoria à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, Especiais e Temporárias, deputados, lideranças de partido, blocos partidários e à administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II – elaborar minutas de proposição, de parecer e de relatório;

III – prestar assessoramento para adequação de proposições à técnica legislativa;

IV – responder a consultas sobre proposições em tramitação na Câmara Legislativa;

V – realizar estudos e responder a consultas sobre temas legislativos;

VI – redigir minutas de pronunciamentos destinados à participação de parlamentar em sessões e eventos decorrentes do exercício da atividade legislativa;

VII – prestar assessoramento às Comissões Temporárias, em especial às Comissões Parlamentares de Inquérito;

VIII – desenvolver, integrar ou acessar bases de dados e sistemas de pesquisa e informação;

IX – participar de atividades de planejamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

X – exercer atividades de representação institucional;

XI – acompanhar a produção normativa do Distrito Federal;

XII – elaborar minuta de proposta de consolidação de textos legislativos, nos termos do art. 263 do Regimento Interno;

XIII – desenvolver pesquisas e estudos relativos a assuntos estratégicos do Distrito Federal, identificando necessidades de inovação, aperfeiçoamento e regulamentação legislativa;

XIV – participar de debates e estudos sobre a consolidação e sistematização de questões relativas aos trabalhos da Consultoria Legislativa;

XV – participar de atividades e projetos de educação para a cidadania;

XVI – contribuir nos projetos de capacitação continuada e de atualização de conhecimentos dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

XVII – organizar, ministrar ou frequentar cursos, palestras, seminários e demais eventos sobre temas legislativos;

XVIII – informar, por meio de Nota Técnica, ao solicitante, quando for o caso, a impossibilidade do atendimento da demanda na forma como foi solicitada;

XIX – contatar o solicitante do trabalho para esclarecimentos que se façam necessários;

XX – revisar os trabalhos que lhe sejam distribuídos para esse fim;

XXI – solicitar informações, dados ou fontes de consulta, a órgãos ou a instituições públicas ou privadas, no interesse das atividades de pesquisa, assessoramento e consultoria;

XXII – propor ao Chefe de Unidade de Consultoria Temática a redistribuição de trabalhos, na forma do art. 22 do presente Regulamento;

XXIII – desenvolver outros trabalhos de consultoria ou de assessoramento, relacionados às atribuições do Consultor Legislativo.

Art. 14. São atribuições de Chefe de Unidade de Consultoria Temática:

I – coordenar os trabalhos da Unidade de Consultoria Temática;

II – distribuir os trabalhos entre os Consultores da Unidade, observadas as respectivas áreas de conhecimento;

III – proceder à verificação dos trabalhos;

IV – encaminhar os trabalhos e informações ao Chefe da Consultoria Legislativa;

V – elaborar e encaminhar documentos administrativos da Unidade;

VI – comunicar ao Chefe da Consultoria Legislativa sobre necessidades de pessoal na Unidade;

VII – prestar informações sobre o andamento dos trabalhos distribuídos à Unidade;

VIII – expedir os atos necessários ao desempenho das atividades da Unidade, ou sugerir-los ao chefe da Consultoria Legislativa, quando fora de suas atribuições;

IX – propor ao Chefe da Consultoria Legislativa a redistribuição de trabalhos;

X – indicar Consultor Legislativo para comparecer a reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias, audiências públicas e outros eventos dentro e fora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, quando solicitado ou de interesse da respectiva Unidade de Consultoria Temática;

XI – proceder aos demais atos necessários ao funcionamento da Unidade.

CAPÍTULO IV DOS TRABALHOS

Art. 15. São trabalhos da Consultoria Legislativa:

I – os desenvolvidos por demanda; e

II – os realizados por iniciativa de Consultor Legislativo.

Art. 16. Os trabalhos cujos temas e complexidade guardem relação com as competências da Consultoria Legislativa se desenvolvem por demanda da Mesa Diretora, das Comissões, dos Deputados Distritais, dos gabinetes, das lideranças de partido, dos blocos partidários e dos diversos órgãos da Administração da Casa.

§ 1º Na hipótese de a demanda não poder ser atendida na forma em que foi solicitada, o Consultor Legislativo apresentará justificação ou prestará informações adicionais mediante Nota Técnica.

§ 2º Para os fins do presente Regulamento, entende-se por Nota Técnica o instrumento utilizado pelo Consultor Legislativo para expor ao solicitante análise acerca da forma ou do teor do trabalho demandado ou para prestar informações adicionais às solicitações.

§ 3º Antes de encaminhar o trabalho concluído ao Chefe da Unidade de Consultoria Temática, o autor o submeterá à revisão por outro Consultor Legislativo em exercício no órgão.

Art. 17. Os trabalhos desenvolvidos por demanda e em tramitação na Consultoria Legislativa são de caráter reservado.

§ 1º O conhecimento do teor dos trabalhos, até sua saída da Consultoria Legislativa, é restrito aos servidores envolvidos na sua tramitação e desenvolvimento.

§ 2º O acesso aos trabalhos em elaboração, inclusive arquivos digitais, é restrito aos seus autores.

Art. 18. O acesso ao acervo dos trabalhos da Consultoria Legislativa é restrito aos servidores em exercício na Consultoria Legislativa.

Art. 19. A responsabilidade pelo teor dos trabalhos é de quem o produziu, assegurada ao Consultor Legislativo autonomia técnica.

Parágrafo único. Por autonomia técnica entende-se a proteção contra ingerências no teor do trabalho.

Art. 20. Os trabalhos de interesse legislativo realizados por iniciativa de Consultores Legislativos serão publicados por iniciativa do Chefe da Consultoria Legislativa.

Art. 21. A distribuição dos trabalhos para as Unidades de Consultoria Temática observará o disposto nos arts. 8º a 12 do presente Regulamento.

Parágrafo único. A depender da complexidade da matéria, os trabalhos poderão ser desenvolvidos conjuntamente ou em regime de colaboração entre Unidades de Consultoria Temática.

Art. 22. Poderá ser solicitada a redistribuição para outra Unidade de Consultoria Temática quando a análise for:

I – exclusiva ou preponderantemente sobre constitucionalidade formal, para a Unidade de Consultoria em Constituição e Justiça;

II – exclusiva ou preponderantemente sobre matéria orçamentária para a Unidade de Consultoria em Economia, Tributação, Orçamento e Finanças;

III – preponderantemente de matéria de competência de Unidade de Consultoria Temática diversa daquela para qual foi originalmente distribuída.

Art. 23. A ordem de realização dos trabalhos atenderá aos seguintes critérios:

I – matérias em regime de urgência e prioridade, nos termos dos arts. 165 a 169 do Regimento interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II – prazos de votação previstos na Lei Orgânica do DF e no Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

III – premência na elaboração, sob risco de perda de oportunidade;

IV – cronologia de chegada das solicitações de serviço nas Unidades de Consultoria Temática, consideradas a disponibilidade, afinidade e área de conhecimento de todos os Consultores Legislativos.

CAPÍTULO V

DA CONDUTA E DA VALORIZAÇÃO

Art. 24. O servidor em exercício na Consultoria Legislativa pautará sua conduta profissional pelos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, eficiência, discricção e isenção técnica.

Art. 25. No desempenho de suas funções, o servidor em exercício na Consultoria Legislativa observará as seguintes orientações:

I – atender de forma imparcial a qualquer demanda, sem discriminação de qualquer natureza;

II – atender às demandas com celeridade, desde que asseguradas as condições necessárias à realização do trabalho com qualidade;

III – tratar todos com respeito, cordialidade, urbanidade e atenção;

IV – colocar-se à disposição dos demandantes, colaborando para o aperfeiçoamento de trabalhos legislativos.

Art. 26. São condutas vedadas aos servidores em exercício na Consultoria Legislativa:

I – dar conhecimento a pessoas estranhas ao desenvolvimento do trabalho sob seu dever de reserva, nos termos do art. 17 deste Regulamento;

II – dar aos trabalhos encaminhamento diverso do prescrito neste Regulamento, em desrespeito aos princípios de discricção, sigilo, impessoalidade, eficiência, legalidade e isenção técnica;

III – retardar, de modo injustificado, o atendimento aos serviços demandados;

IV – deixar, de modo injustificado, de atender às solicitações de serviço;

V – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito da Consultoria Legislativa, em benefício próprio ou de outrem.

Art. 27. A valorização profissional dos servidores em exercício na Consultoria Legislativa será promovida por meio dos instrumentos a seguir relacionados, entre outros:

I – provimento de meios, condições, ferramentas e quantidade de servidores adequados ao cumprimento das atribuições;

II – incentivo institucional à realização de cursos de capacitação, aperfeiçoamento e pós-graduação, *lato sensu* e principalmente *stricto sensu*;

III – realização de cursos, palestras, seminários e outros eventos sobre temas legislativos;

IV – divulgação e publicação de trabalhos;

V – incentivo à participação em atividades internas e externas à Casa, inclusive na qualidade de instrutor, palestrante, monitor ou colaborador em atividades afins com suas especialidades;

VI – autorização para realizar trabalhos fora da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou participar de atividades externas, relacionados às suas atribuições na Consultoria Legislativa;

VII – participação em programas de melhoria da qualidade de vida, saúde e bem estar social.

Art. 28. Para fins de incentivo à permanência do servidor na Consultoria Legislativa, será considerado como critério pela chefia imediata para a escolha de turno de trabalho e lotação, bem como para a marcação de férias e licenças, entre outras situações administrativas, o maior tempo de exercício ininterrupto no órgão do servidor.

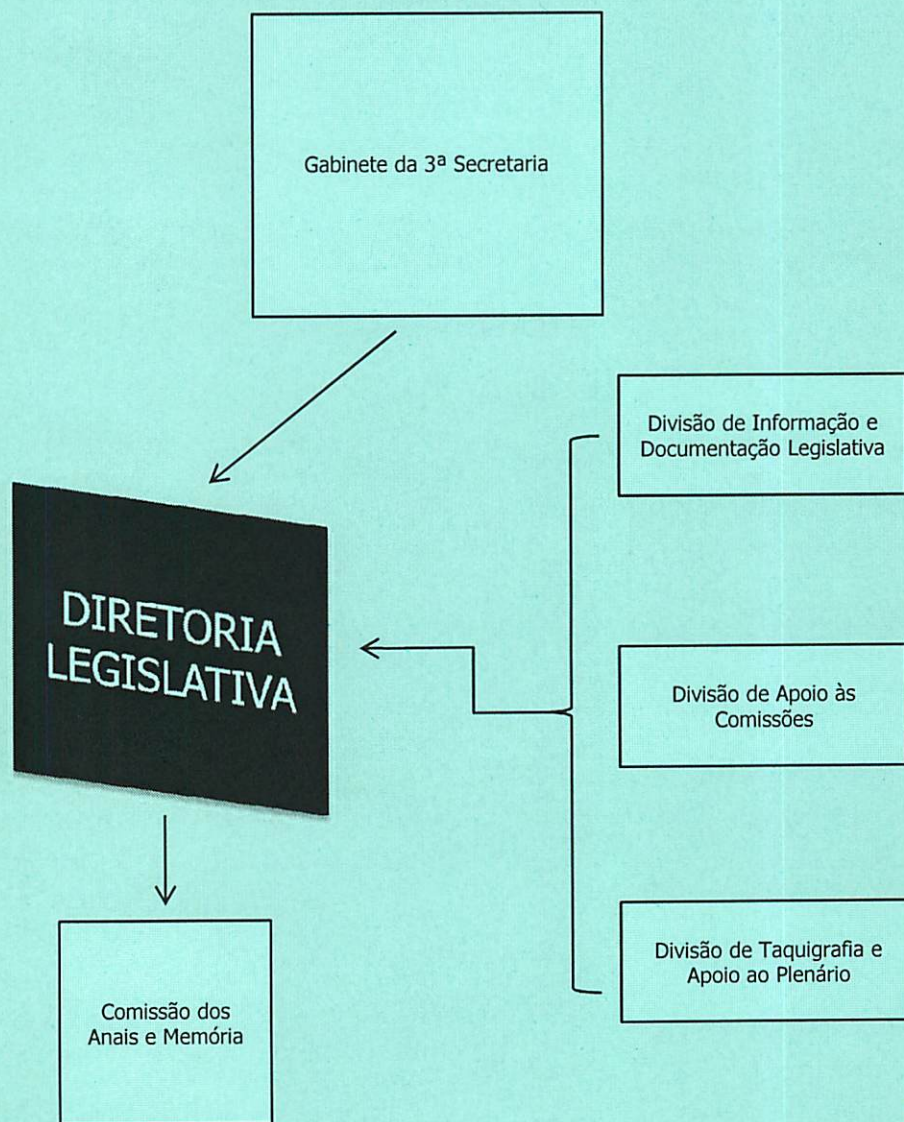
CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

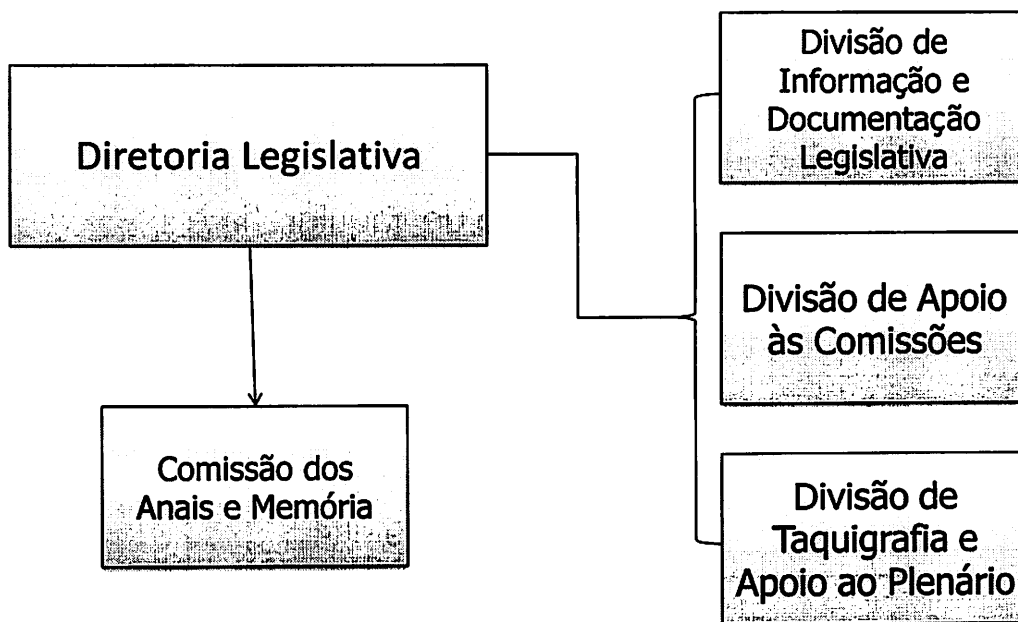
Art. 29. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo órgão imediatamente superior na estrutura hierárquica da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Histórico ③

AS EQUIPES E A GESTÃO DA QUALIDADE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Organograma da Diretoria Legislativa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Organograma da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário



Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário

DTAP

Jean de Moraes Machado
Chefe de Divisão

SAPLE

José Geraldo do Socorro Oliveira
Chefe do Setor

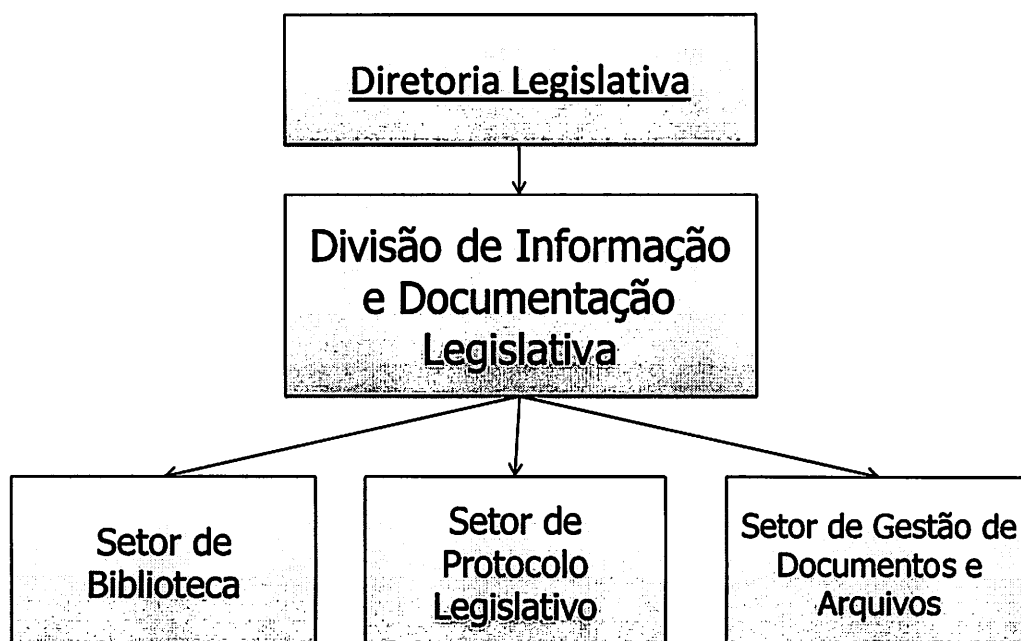
SETAQ

Cristiane de Lima Carvalho
Chefe do Setor

SETAS

Cristina Jacobson Jacomo Cinnanti
Chefe do Setor

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Organograma da Divisão de Informação e Documentação Legislativa



Divisão de Informação e Documentação Legislativa

DIDL

Cleunice Leones da Silva
Chefe de Divisão

SBIB

Marisa Perrone Campos Rocha
Chefe do Setor

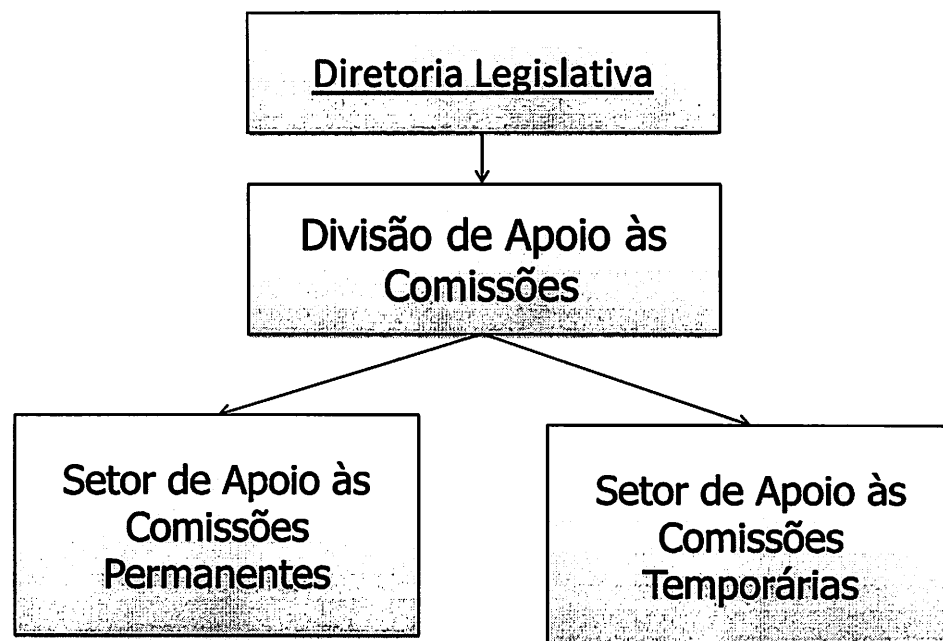
SGDA

Ricardo Sanches São Pedro
Chefe do Setor

SPL

Maria Beatriz Sena Brignol
Chefe do Setor

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Organograma da Divisão de Apoio às Comissões



Divisão de Apoio às Comissões

DAC

Álvaro Antônio Guimarães
Chefe de Divisão

SACP

Vera Lúcia Lima de Aquino
Chefe do Setor

SACT

Jussara Ferreira Gomes
Chefe do Setor

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Organograma da Comissão dos Anais e Memória



Comissão dos Anais e Memória

CAM

Sônia Regina Pereira

Coordenadora

MANUAIS DAS COMISSÕES DA CLDF

AMD Nº 69/2011

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS DAS COMISSÕES
TEMPORÁRIAS**

GRUPO DE TRABALHO



Joana Darque G. Estrela – Assistente Legislativo
Lídia Cristina V. S. Duarte – Consultor Técnico Legislativo
Manoel de Oliveira Pinto – Técnico Legislativo
Maria Eugenia Gruber - Técnico Legislativo
Patrícia Silva Gomes – Técnico Legislativo
Sandra Regina de Oliveira – Técnico Legislativo
Silvino Alves da Silva Neto – Assistente Legislativo
Telma O. F. Figueiredo – Técnico Legislativo

HISTÓRICO

- ◎ **AMD nº 23/2005** – constitui o GT
- ◎ Coordenador: Ricardo Sanches

- ◎ Ações:
 - levantamento preliminar de dados;
 - coleta de documentos relacionados ao trabalho e
 - elaboração da primeira versão de texto com as atividades das comissões permanentes (versão apresentada em nov/2005)

HISTÓRICO

- ◎ **AMD nº 87/2005** – altera o GT
- ◎ Coordenador: Jair Cunha

- ◎ Ações:
 - visitas ao Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados (Decom);
 - novas visitas às comissões permanentes da CLDF e às unidades relacionadas ao processo legislativo;
 - levantamento da legislação pertinente;
 - levantamento das proposições em tramitação na Casa relacionadas ao trabalho e
 - revisão do texto, com inclusão do trabalho das comissões temporárias (versão preliminar entregue em dez/2006).

HISTÓRICO

- ⊙ **AMD nº 54/2007** – altera o GT
- ⊙ Coordenadora: Telma Figueiredo
- ⊙ Ações:
 - exclusão das transcrições do RICLDF;
 - exclusão de procedimentos que dependiam de alterações do RICLDF;
 - adequação do texto aos AMDs nºs 15 e 27/2007;
 - inclusão de fluxogramas dos processos de trabalho;
 - padronização dos documentos e formulários utilizados pelas comissões e unidades relacionadas;
 - especificação de medidas a serem adotadas para implantação do Manual e
 - entrega da versão final em mar/2008.

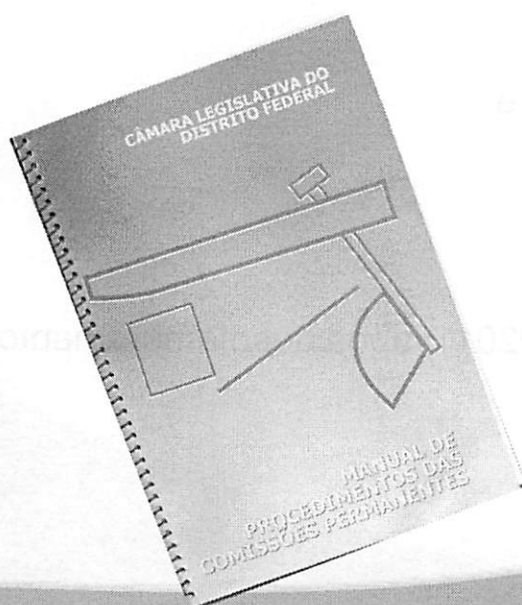
HISTÓRICO

- ◎ **AMD nº 20/2011** - reconstitui o GT para revisão e atualização da minuta entregue em mar/2008
- ◎ Coordenadora: Telma Figueiredo
- ◎ Ações:
 - Consulta à legislação para detectar possíveis alterações;
 - Adequação do texto ao AMD nº 97/2008 – PROTab, e ao AMD nº 21/2009 – Racionalização do consumo de papel;
 - Reunião com servidores das comissões para avaliação da minuta e apresentação de sugestões;
 - Revisão do conteúdo referente às comissões temporárias por servidores do SACT;
 - Consulta a unidades da Casa para dirimir dúvidas e colher sugestões.

CONCLUSÃO:

- Revisão integral do conteúdo e
- Entrega do trabalho em maio/2011, após desmembramento do Manual em:

MANUAIS de Procedimentos das Comissões



MANUAIS de Procedimentos das Comissões

– Aprovados pelo AMD 69/2011 –

- **Conteúdo:**

- Detalhamento dos procedimentos passo a passo (no corpo do texto e em fluxogramas);
- Indicação das referências em notas de rodapé;
- Padronização dos formulários e carimbos utilizados.

- **Apresentação:**

- versão impressa: distribuição para as comissões, unidades vinculadas e Biblioteca;
- versão eletrônica: disponibilizada no Portal, com *links* para notas de rodapé, modelos e fluxogramas.

Recomendação fundamental para a implantação

- **M**anter os Sistemas *Legis* e *PROTad* atualizados para garantir a segurança das informações.

Medidas fundamentais para a implantação

- Em andamento -

- **D**isponibilizar, no ambiente de rede, a versão eletrônica, os formulários utilizados pelas Comissões e unidades organizacionais a elas relacionadas;
- **R**ealizar treinamentos e cursos de formação para os servidores em exercício nas Comissões.
- **R**ealizar, periodicamente, auditorias operacionais do processo legislativo – AUDIT/ASFICO; agenda em construção

Medidas fundamentais para a Implantação

- Concluídas -

- **G**arantia de uma escaneadora a cada comissão e a cada uma das unidades vinculadas, para digitalização dos documentos a serem disponibilizados no Portal;
- **V**ersão impressa para distribuição às comissões, unidades vinculadas e Biblioteca.

Missão da CLDF

- **R**epresentar a população, legislar, fiscalizar o Poder Executivo com independência, aprimorar e acompanhar políticas públicas, com ética, transparência, excelência e ampla participação popular, para fortalecer a democracia, impulsionar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida no Distrito Federal

VISÃO DE FUTURO

- **Ser**, em 2020, uma Casa Legislativa nacionalmente respeitada e reconhecida pela excelência no atendimento aos anseios da população do Distrito Federal

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colegas que estão desenvolvendo alternativas para viabilizar a utilização dos Manuais de Procedimentos das Comissões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Separata

DOCUMENTOS: LEITURA, CONSTRUÇÃO DO SABER, CIDADANIA



Imagem: www.4.bp.blogspot.com/.../s320/paulofreire.gif

Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública

Ministro

Luiz Carlos Bresser Pereira

Chefe de Gabinete

José Walter Vazquez Filho

Secretária-Executiva

Cláudia Costin

Secretária da Reforma do Estado

Angela Santana

Secretário de Recursos Logísticos

Rainer Weiprecht

Secretário de Recursos Humanos

Luiz Carlos de Almeida Capella

Secretário de Articulação Institucional

Carlos Cesar Pimenta

Presidente da ENAP

Escola Nacional de Administração Pública

Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco

Responsáveis Técnicos pelo Caderno nº 4

Secretaria da Reforma do Estado

Programa da Qualidade e Participação
na Administração Federal

Paulo Daniel Barreto Lima - Diretor

Valéria Alpino Bigonha Salgado - Gerente

Márcia Rosely J. de Carvalho - Técnica

Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública

Caderno 4

MARE | **Ministério da Administração
Federal e Reforma do Estado**

Brasília - DF / 1997

Conselho Editorial

Ciro Campos Christo Fernandes - presidente
Cláudio Seiji Sato
Frederico Raphael C. Durão Brito
Sheila Maria Reis Ribeiro
Selene Marinho Machado
Letícia Schwarz
Marianne Nassuno

Projeto e Editoração Gráfica

João Carlos Machado Ribeiro



Cláudio Seiji Sato
José Murilo C. Carvalho Júnior
Selene Marinho Machado
Roberta Figueiredo Abreu Cruz
João Carlos Machado Ribeiro
Antônia da Silva Farago
Thais Barboza Souza (estagiária)

Copyright © outubro, 1997. MARE.

1ª Edição, 6 de outubro de 1997

MARE

**Ministério da Administração
Federal e Reforma do Estado**

Sala 740, Fones: (061) 313-1009
Esplanada dos Ministérios, bloco C,
Brasília - DF
CEP 70046-900

Impresso no Brasil

Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
Programa da qualidade e participação na administração pública
/ Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado: Brasília:
MARE, 1997.

59 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; c. 4)

1. Administração pública - Programa da qualidade - Brasil.
2. Reforma administrativa - Brasil. 3. Programa brasileiro da
qualidade e produtividade. I. Título. II. Série

CDD - 351.0073

Sumário

Termo de Referência do Programa da Qualidade e Participação na Administração Federal	7
Introdução	9
A Qualidade na Administração Pública	11
Qualidade e Participação	14
Objetivos	16
Princípios	18
Diretrizes	21
Estrutura e Forma de Funcionamento	22

Introdução

O Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública é o principal instrumento de aplicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado, propondo-se a introduzir no Setor Público as mudanças de valores e comportamentos preconizados pela Administração Pública Gerencial, e, ainda, viabilizar a revisão dos processos internos da Administração Pública com vistas à sua maior eficiência e eficácia.

O esforço de sua implementação assume na Administração Pública Federal caráter estratégico, em razão de seu fundamento básico que é o de gerar benefícios para todas as instâncias da sociedade: aos cidadãos, propiciar uma melhor qualidade de vida, ao setor produtivo, assegurar a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento e desenvolvimento; aos servidores públicos, proporcionar melhores condições de trabalho, incluindo oportunidades de participação e reconhecimento e, finalmente, aos órgãos públicos, possibilitar o resgate de sua legitimidade, perante a sociedade, como a instância responsável pela manutenção do bem-estar social e pelo desenvolvimento auto-sustentado do país.

Um fator crítico para o sucesso da sua aplicação é a vontade e o compromisso dos servidores públicos, inclusive daqueles que ocupam cargos no nível estratégico das organizações. E, nesse sentido, é um Programa de todos, um Programa para toda a Sociedade, para todos aqueles que acreditam, dentro do mais alto espírito democrático, na participação como a força propulsora, capaz de impulsionar o País na direção da modernidade e do futuro.

Um fator crítico para o sucesso da sua aplicação é a vontade e o compromisso dos servidores públicos, inclusive daqueles que ocupam cargos no nível estratégico das organizações.

1

A Qualidade na Administração Pública

Em seus anos de funcionamento, a partir de sua instituição em 1990, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - PBQP atingiu êxitos importantes, principalmente no setor industrial, e alcançou considerável reconhecimento junto à sociedade como instrumento legítimo de desenvolvimento econômico e social.

No que se refere à atuação do Programa na área pública, pode-se dizer que, muito embora tenha havido, desde o início, a preocupação com a internalização dos princípios da Qualidade, o esforço empreendido não logrou o mesmo dinamismo e intensidade conseguidos pela indústria, pelos mais variados motivos, sendo o principal a total desvinculação das diretrizes da reforma da estrutura organizacional e administrativa implantada no Governo da época com o PBQP.

Entretanto, ainda que considerada a debilidade do desempenho no setor público frente aos resultados da iniciativa privada, o saldo alcançado pelos esforços de sensibilizar as organizações públicas foi positivo.

A posição, hoje, não é mais de “marco zero”, registrando-se inúmeras instituições públicas federais, estaduais e municipais que já aderiram à prática de implantar programas de Qualidade, recebendo, por isso, manifestação positiva da sociedade.

Consciente desses resultados, e em acordo com as diretrizes do seu Plano de Trabalho, o atual Governo incumbiu o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE de elaborar um

conjunto de políticas públicas, que representasse uma proposta concreta de um novo desenho para o Estado Brasileiro.

Dessa forma, foi concebido o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formalmente aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, que tem como objetivo principal a retomada da capacidade de governança do Estado, fundamentada na introdução de metodologias de modernização da gestão pública, na revisão do sistema jurídico/legal e das formas de propriedade do Estado.

O Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública cumpre a função de principal instrumento para a mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial.

Nesse Plano, o Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública cumpre a função de principal instrumento para a mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial, responsável por promover a revolução nos valores estabelecidos no plano político-filosófico, necessários à implementação de um novo modelo de Estado: participação, reconhecimento do potencial do servidor e de sua importância no processo produtivo, igualdade de oportunidades e a opção pela cidadania; estando associado aos processos educacionais que conduzem a uma renovada visão do mundo.

Por sua vez, o PBQP, frente às novas diretrizes governamentais, promoveu profundas reformulações em suas orientações estratégicas, no sentido de seu fortalecimento institucional, privilegiando a maior integração dos esforços junto às diversas áreas de governo e junto à sociedade. Dentro dessas novas orientações, e considerados os objetivos da Reforma do Aparelho do Estado, a implantação da Qualidade na Administração Pública foi destacada como importante instrumento para a eficiência do aparelho estatal, aliada imprescindível para a melhoria da qualidade dos bens e serviços produzidos no País e, principalmente, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Muito embora os projetos do PBQP guardem entre si uma unidade de objetivos estratégicos, o esforço de implantar a qualidade no campo da Administração Pública apresenta algumas especificidades decorrentes da natureza da atividade pública, ausentes no setor privado, que desaconselha a mera reprodução, para o setor público, das diretrizes e ações adotadas na absorção da metodologia no setor privado. As principais diferenças são:

- as finalidades principais das atividades de caráter privado são o lucro e a sobrevivência em um ambiente de alta competitividade, enquanto os objetivos da atividade
-

pública são imbuídas do ideal democrático de prestar serviços à sociedade, em prol do bem-estar comum;

- a preocupação em satisfazer o cliente no setor privado é baseada no interesse, enquanto no setor público essa preocupação tem que ser alicerçada no dever;
- o cliente atendido, no setor privado, remunera diretamente a organização, pagando pelo serviço recebido ou pelo produto adquirido; no setor público, o cliente atendido, paga indiretamente, pela via do imposto, sem qualquer simetria entre a quantidade e a qualidade do serviço recebido e o valor do tributo que recolhe.
- as políticas voltadas para a Qualidade no setor privado referem-se a metas de competitividade no sentido da obtenção, manutenção e expansão de mercado; enquanto no setor público, a meta é a busca da excelência no atendimento a todos os cidadãos, ao menor custo possível;
- as diferentes contingências a que estão submetidos os dois setores, como, por exemplo, limites de autonomia estabelecidos pela legislação e o perfil da clientela.

Assim, preservadas as características do PBQP, as ações da Qualidade na Administração Pública foram estruturadas em um programa denominado Qualidade e Participação.

2

Qualidade e Participação

Os termos Qualidade e Participação definem, respectivamente, a orientação e a ênfase que se deseja dar às ações que serão desenvolvidas pelo Programa.

A estratégia de implementação do Programa deverá observar os princípios e as diretrizes da Qualidade, interpretados e aplicados segundo a ótica da Administração Pública.

A ênfase na participação representa o envolvimento de todos os servidores, independentemente de nível, cargo ou função, com a melhoria do serviço público, e o compromisso de cooperação entre gerentes e gerenciados com a busca de solução dos problemas, com o aperfeiçoamento contínuo e com a satisfação dos clientes internos e externos da organização.

A Qualidade tem no processo o seu centro prático de ação e compreende a definição clara dos clientes - usuários do serviço público - e dos resultados esperados; a geração dos indicadores de desempenho; a preocupação constante com o fazer certo o que é certo da primeira vez, envolvendo todos os servidores com o compromisso de satisfazer o usuário do serviço público.

Trabalhar com processos, por sua vez, implica identificar conjuntos de tarefas que independentemente das funções, gerem produtos e serviços que agreguem valor ao cliente. Caracteriza-se o processo por uma relativa autonomia na decisão, pelo estímulo à criatividade e pelo estilo participativo de sua gestão.

A certificação, no contexto da gerência de processos, surge como um instrumento fundamental de classificação do grau de

qualidade e eficácia desses processos, conferindo uma espécie de “selo de qualidade”, não apenas pelos resultados obtidos, mas pela garantia de continuidade na produção dos resultados esperados que o processo oferece por estar adequado aos princípios da Qualidade.

A adoção da Qualidade como instrumento de modernização da Administração Pública Brasileira deverá levar em conta simultaneamente a sua dimensão formal - que se refere à competência para produzir e aplicar métodos, técnicas e ferramentas - e a sua dimensão política - que se refere à competência para projetar e realizar organizações públicas que atendam às necessidades dos clientes. A gestão pela Qualidade instrumentalizará o alcance da dimensão política em sua expressão mais ampla: a qualidade de vida.

A Reforma do Estado, de uma forma geral, e o Programa da Qualidade e Participação, de uma forma particular, têm sido orientados pela decisão estratégica da Opção pelo Cliente-Cidadão.

A Reforma do Estado, de uma forma geral, e o Programa da Qualidade e Participação, de uma forma particular, têm sido orientados pela decisão estratégica da Opção pelo Cliente-Cidadão, decisão esta que servirá de princípio geral e inegociável para a condução de todas as demais decisões e ações relativas à busca da excelência na Administração Pública.

3

Objetivos

3.1. Objetivos Gerais

Contribuir para a melhoria da Qualidade dos serviços públicos, por meio da institucionalização dos seus princípios, com ênfase na participação dos servidores.

Apoiar o processo de mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial, fortalecendo a delegação, o atendimento ao cidadão, a racionalidade no modo de fazer, a definição clara de objetivos, a motivação dos servidores e o controle de resultados.

3.2. Objetivos Específicos

Instrumentalizar, acompanhar e avaliar as ações que visem o aprimoramento e a melhoria da qualidade na prestação de serviços pelo Setor Público.

Implementar, apoiar e dinamizar Programas da Qualidade e Participação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal.

Conceber mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública.

Definir indicadores de desempenho para avaliação de resultados e de níveis de satisfação dos clientes (internos e externos) e estimular a sua utilização.

Promover a implantação da gerência de processos na Administração Pública.

Educar e treinar os servidores, buscando desenvolver a criatividade, a capacidade de trabalho em equipe, a cooperação e a participação.

Sensibilizar os servidores para a participação no esforço de melhoria da qualidade na prestação de serviços pelo setor público.

Expandir o campo de ação do Programa por meio de articulações junto aos outros poderes - Legislativo e Judiciário - e às outras instâncias de Governo - estaduais e municipais, com vistas ao estabelecimento de intercâmbios de metodologias e de experiências.

Promover e divulgar estudos, pesquisas e experiências decorrentes da implantação de Programas da Qualidade e Participação em órgãos públicos.

Consolidar a consciência dos valores éticos inerentes ao serviço público.

4

Princípios

A implementação do Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública deve observar os seguintes princípios:

4.1. Satisfação do Cliente

Os órgãos e as entidades públicas devem conhecer e ouvir os seus clientes internos e externos - que são os demais órgãos e entidades públicas, os servidores, e, principalmente, os cidadãos - que representam, na verdade, os legítimos destinatários da ação pública, estabelecendo mecanismos que viabilizem a parceria com eles e a superação das suas expectativas.

4.2. Envolvimento de Todos os Servidores

A alta administração, o corpo gerencial e a base operacional devem envolver-se com a Qualidade, assumindo o compromisso com a melhoria contínua da Administração Pública.

4.3. Gestão Participativa

A gestão pela Qualidade é participativa, ou seja:

- pressupõe a convocação dos servidores a participar da melhoria de seus processos de trabalho;
 - estabelece a cooperação entre gerentes e gerenciados;
 - dissemina informações organizacionais;
 - compartilha desafios;
-

- coloca a decisão o mais próximo possível da ação.

4.4. Gerência de Processos

O processo é o centro prático da gestão pela Qualidade. Isto significa:

- identificar e analisar os processos da organização;
- estabelecer metas de melhoria e aperfeiçoamento desses processos;
- avaliar os processos pelos resultados frente aos clientes;
- normalizar os estágios de desenvolvimento atingidos pelos processos.

4.5. Valorização do Servidor Público

A valorização do servidor público (cliente interno) é uma garantia ao cumprimento da missão da Administração Pública de atender com qualidade aos seus clientes externos - o cidadão. A valorização será função:

- da conscientização, pelo servidor, do sentido e do valor de sua missão;
- da profissionalização do serviço público;
- da avaliação do desempenho por resultados, a partir de objetivos bem definidos;
- do reconhecimento do mérito.

4.6. Constância de Propósitos

A alta administração tem o dever indelegável de estabelecer e compartilhar com toda a organização objetivos de longo prazo que permitam coerência e efetividade de seus projetos e de suas ações. O planejamento estratégico é o instrumento por excelência do sistema de gestão pela Qualidade e fator de coerência do processo decisório.

4.7. Melhoria Contínua

A melhoria é um processo contínuo inesgotável e está alicerçada no estímulo à criatividade e no estabelecimento permanente de novos desafios.

4.8. Não aceitação de erros

O compromisso com o fazer certo deve ser um traço da cultura de uma organização pública de qualidade. O desconforto com o erro, e o combate ao desperdício são atitudes que evidenciam a internalização deste princípio.

5

Diretrizes

As diretrizes estratégicas que orientam as ações do Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública são:

- Descentralização das ações com coordenação estratégica centralizada
 - Compromisso dos órgãos e das entidades públicas formalizado por instrumento adequado (Compromisso de Resultado);
 - Compatibilização entre as políticas de reestruturação organizacional e as de modernização da gestão;
 - Comparatividade dos resultados de Qualidade e Participação alcançados pelas organizações públicas;
 - Direcionamento das ações para as atividades-fim das organizações, objetivando atingir diretamente o cliente;
 - Visibilidade e Seletividade;
 - Produção de resultados, principalmente em termos de redução de custos.
-

6

Estrutura e Forma de Funcionamento

O Plano Diretor da Reforma do Estado estabeleceu o Projeto QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO como o instrumento básico da modernização da gestão pública (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - item 8.2.3 - pág.76); e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade estabeleceu o Programa de QUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA como um dos fatores fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população (Decreto de 09 de novembro de 1995 - Art. 5º.). Trata-se, no entanto, de um único programa que cumpre a finalidade de sistematizar as ações da Qualidade na Administração Pública.

O Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública é orientado por diretrizes emanadas da Câmara da Reforma do Estado e coordenado executivamente pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, por meio da Secretaria da Reforma do Estado.

Integra a estrutura do Programa da Qualidade e Participação uma Coordenação Executiva, responsável pela coordenação, apoio, articulação, divulgação e avaliação dos programas de qualidade.

O Programa da Qualidade e Participação desdobra-se nos seguintes projetos estratégicos:

- I - Reestruturação e Qualidade para o Poder Executivo Federal;
- II - Avaliação e Premiação da Administração Pública;
- III - Sensibilização, Educação e Treinamento;

- IV - Banco de Experiências em Qualidade e Participação;
- V - Articulação com Estados, Municípios e Outros Poderes;
- VI - Rede de Consultores; e
- VII - Conscientização e Educação para a Cidadania.

Projeto Estratégico I

REESTRUTURAÇÃO E QUALIDADE

PARA O PODER EXECUTIVO FEDERAL

Objetivo

O objetivo principal do Programa de Reestruturação e Qualidade na Administração Pública Federal é orientar e coordenar a implantação de projetos de Reestruturação e Qualidade nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, compatibilizando e fortalecendo as iniciativas já existentes e estimulando novos esforços em busca da melhoria da ação governamental, em especial no que se refere à racionalização e redução dos custos de operação do aparato estatal e à melhoria da qualidade e da eficácia dos serviços disponibilizados à população, dentro da observância dos princípios da Qualidade.

Diretrizes

- avaliação do modelo de gestão do Poder Executivo Federal, a partir dos critérios de excelência adotados pelo Prêmio Nacional da Qualidade: liderança, planejamento estratégico, foco no cliente-cidadão, informação e análise, desenvolvimento e gestão de pessoas e de processos e resultados institucionais.
- utilização de indicadores de desempenho, visando maior eficiência com ênfase na redução de custos e no aumento da qualidade dos serviços prestados;
- prestação de contas ao cidadão, por meio da publicidade dos resultados apurados na avaliação do desempenho dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- participação do servidor na definição dos processos para atingimento dos resultados institucionais, nos termos da gestão pela qualidade;
- restrição da ação do Poder Executivo Federal às atividades exclusivas de Estado, conforme definido no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado;

- publicização dos serviços sociais não-exclusivos para organizações públicas não estatais e terceirização das atividades auxiliares para empresas prestadoras de serviços;
- redefinição da lotação e dos perfis profissionais necessários ao cumprimento das missões estratégicas, com redução de custos;

Projeto Estratégico II

AVALIAÇÃO E PREMIAÇÃO DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo

O Projeto Estratégico de Avaliação e Premiação da Administração Pública tem por objetivo articular e negociar com instituições de caráter privado a criação de sistemas de aferição do desempenho da gestão pública, principalmente no que se refere a satisfação do cidadão, com a previsão de mecanismos de reconhecimento e premiação das ocorrências de excelência nessa gestão, traduzidas no pleno atendimento aos interesses dos cidadãos e no desenvolvimento institucional auto-sustentado.

O Projeto reveste-se de caráter estratégico para a aplicação das diretrizes e políticas estabelecidas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado porquanto atua como um poderoso instrumento de sensibilização dos órgãos e entidades públicas no sentido da internalização dos valores, princípios e práticas preconizadas pela administração pública gerencial, orientada para resultados.

Além disso, a implementação do Projeto facilitará o controle social do desempenho das organizações da Administração Pública, atuando como um importante canal de “feedback” à Sociedade a respeito dos resultados alcançados por essas organizações, induzindo ao exercício mais efetivo da cidadania, considerado elemento imprescindível na orientação da ação pública.

A finalidade do Projeto é contribuir para a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços públicos. Esta contribuição acontece na medida em que a eleição de critérios possibilita a análise organizacional de processos e apuração de resultados, introduzindo parâmetros para a definição de rumos e orientação da gestão.

Como primeira ação e tomando como parâmetro básico os critérios constantes no Prêmio Nacional de Qualidade, buscará adaptá-los às especificidades da Administração Pública, para que analogamente ao sucedido em relação a iniciativa privada possa ser um instrumento propulsor do desenvolvimento das instituições públicas, através do aprimoramento do processo de gestão pela qualidade.

Projeto Estratégico III

SENSIBILIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Objetivo

- Sensibilizar os servidores e as organizações públicas para a importância da prestação de serviços públicos com qualidade;
- Promover a formação de multiplicadores internos da qualidade na Administração Pública;
- Treinar servidores públicos na metodologia da Qualidade;
- Desenvolver uma metodologia de Gestão da Qualidade para o Setor Público; modelos gerenciais para o setor público capazes de gerar resultados;
- Promover a inclusão dos conceitos da qualidade nos conteúdos programáticos dos demais cursos ministrados a servidores públicos.

A execução do projeto é atribuição da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Projeto Estratégico IV

BANCO DE EXPERIÊNCIAS EM QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO

Objetivo

- Disponibilizar aos cidadãos, às organizações, aos servidores, aos especialistas e estudiosos da Qualidade, informações sobre os resultados de experiências de sucesso com aplicação da metodologia da Gestão pela Qualidade na Administração Pública.

Estratégias

- Estimular, orientar e apoiar a divulgação das experiências na utilização da metodologia da Gestão pela Qualidade nas instituições da Administração Pública;
 - Sensibilizar os servidores, através de exemplos práticos de melhoria da Qualidade no serviço público;
 - Facilitar o intercâmbio de informações entre as organizações e os servidores públicos.
-

Condições para Participação

- Qualquer organização pública poderá se inscrever no Banco, desde que esteja desenvolvendo experiência de melhoria de gestão, fundamentada nos princípios, conceitos e metodologia da Gestão pela Qualidade;
- A experiência deve estar sendo monitorada por indicadores de desempenho, objetivamente mensurados e sistematicamente acompanhados.

**Projeto V:
ARTICULAÇÃO COM ESTADOS, MUNICÍPIOS E OUTROS
PODERES*****Objetivo***

- estimular, apoiar, dinamizar, instrumentalizar, acompanhar e avaliar as ações que visem o aprimoramento e a melhoria da qualidade na prestação de serviços em órgãos públicos estaduais, municipais, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público, promovendo a articulação de experiências entre essas instâncias e também com as desenvolvidas nas organizações do Poder Executivo Federal.

Estratégia

- adequação da metodologia de implantação de programas de Qualidade e Participação, concebida pelo QPAP, para aplicação em organizações do Poder Executivo Estadual e Municipal e do Poder Judiciário, Legislativo e do Ministério Público;
 - articulação com o Projeto Estratégico 16 do PBQP - Articulação de Iniciativas Estaduais no Âmbito do PBQP;
 - articulação com Estados e Municípios para implantação de programas de Qualidade e Participação na Administração Pública;
 - articulação com Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público;
 - utilização da Internet para divulgação da “home page” do MARE e do PBQP e do Banco de Experiências.
-

Projeto VI: REDE DE CONSULTORES

Objetivo

- Instituir uma rede de consultores “ad hoc”, composta por servidores públicos com conhecimentos em Gestão pela Qualidade e experiência em implantação de programas de modernização e reforma administrativa, para atuação como facilitadores junto aos Programas da Qualidade e Participação desenvolvidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública.

Estratégia

A estratégia consiste em cooptar servidores públicos com experiência em Qualidade, prepará-los para atuar como “colaboradores *ad hoc*” do QPAP, e obter autorização do órgão em que se encontram lotados para a sua participação eventual nas atividades do Programa, nas funções de facilitadores e consultores técnicos.

A coordenação da Rede de Consultores, incluindo a manutenção de um cadastro dos colaboradores, a distribuição das atividades e o controle do respectivo cronograma, cabe à Coordenação-Executiva do QPAP, presidida pelo MARE.

A atuação dos colaboradores será reconhecida oficialmente, por meio de um diploma a lhes ser conferido pela Coordenação-Executiva do QPAP.

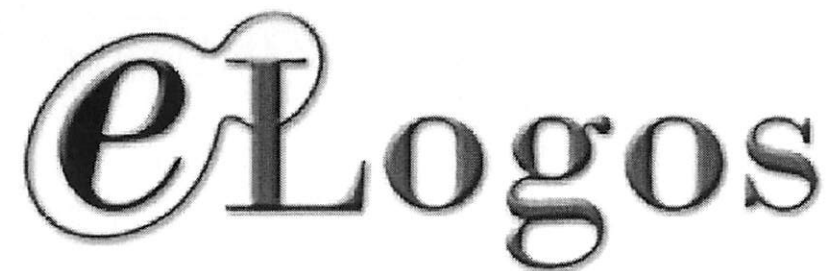
Projeto VII: CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Objetivo

- Aperfeiçoar as relações entre os órgãos da Administração Pública e os cidadãos, no âmbito de suas atribuições institucionais, atendendo à diretriz do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de focalização das ações nos anseios e necessidades do cidadão e as orientações do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade de incrementar a capacidade de julgamento dos cidadãos em relação à qualidade e eficácia dos serviços públicos.

Estratégias

- Articulação com o Projeto Estratégico 3 do PBQP - Conscientização e Educação para o Consumidor e Usuário;
 - Articulação com os Projetos da Reforma do Aparelho do Estado;
-



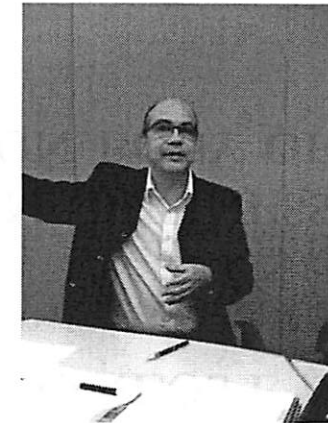
Consultoria Empresarial e
Capacitação em Gestão

**Curso Gestão de Processos - BPM para
Câmara Legislativa do DF
Brasília DF 15, 17, 19, 22, 24 e 26 de agosto de 2011**

“Toda organização possui um propósito, o qual envolve a prestação de serviços ou produção de mercadorias. O conjunto de atividades necessárias para cumprir esta meta é chamado de processo. Gerir processos com eficiência tornou-se um diferencial em termos de produtividade para empresas privadas e um fator crucial para o governo e organizações públicas.”

APRESENTAÇÃO

Administrador de Empresas e Consultor empresarial com mais de 20 anos de experiência em Gestão Empresarial, Planejamento estratégico, Gestão de Processos de Negócio, ISO 9001 e PNQ. Foi examinador do PNQ, Gerente de Desenvolvimento Organizacional da ANATEL, Chefe do Setor de Planejamento e Organização da Superintendência de Negócios Administração Financeira – SUNAF do SERPRO, Consultor do SEBRAE – Nacional onde coordenou a implantação do projeto gestão de processos e sistema de governança corporativa da Diretoria Executiva. Membro e Instrutor da Associação de Profissionais de BPM do Brasil - ABPMP Possui MBA em Qualidade e Gestão de Pessoas pela FUNCEFET – RJ, professor de administração na faculdade Católica de Brasília, atuação em projetos de gestão de processos na Xerox do Brasil e ENCOL S.A.



AGENDA

MODULO I:

- EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS – BPM**
- MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS**
- INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PROCESSOS – BPM BUSINESS PROCESS MANAGEMENT E ABPMP CBOK – COMMON BODY OF KNOWLEDGE**

AGENDA

MODULO II:

- O QUE SÃO PROCESSOS E COMO CARACTERIZÁ-LOS NA ORGANIZAÇÃO
- DEFINIÇÃO DO MAPA DE CONTEXTO ORGANIZACIONAL
- DEFINIÇÃO DA ARQUITETURA DE PROCESSOS
- ALINHAMENTO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL AOS PROCESSOS
- PRIORIZAÇÃO DE PROCESSOS CRITICOS
- APLICAÇÃO DE ESTUDO DE CASO PRATICO

AGENDA

MODULO III:

- TÉCNICAS DE MODELAGEM DE PROCESSOS
- MODELAGEM DE PROCESSOS SITUAÇÃO ATUAL
- DEFINIÇÃO DE PROBLEMAS E DESCONEXÕES DE PROCESSOS
- DEFINIÇÃO DE PROJETO DE ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS
- APLICAÇÃO DE ESTUDO DE CASO PRÁTICO

AGENDA

MODULO IV:

- **MODELAGEM DE PROCESSOS SITUAÇÃO IDEAL**
- **DOCUMENTAÇÃO DE PROCESSOS**
- **PLANEJAMENTO DE MUDANÇAS E IMPLANTAÇÃO DO NOVO PROCESSO**
- **APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**
- **APLICAÇÃO DE ESTUDO DE CASO PRATICO**

EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

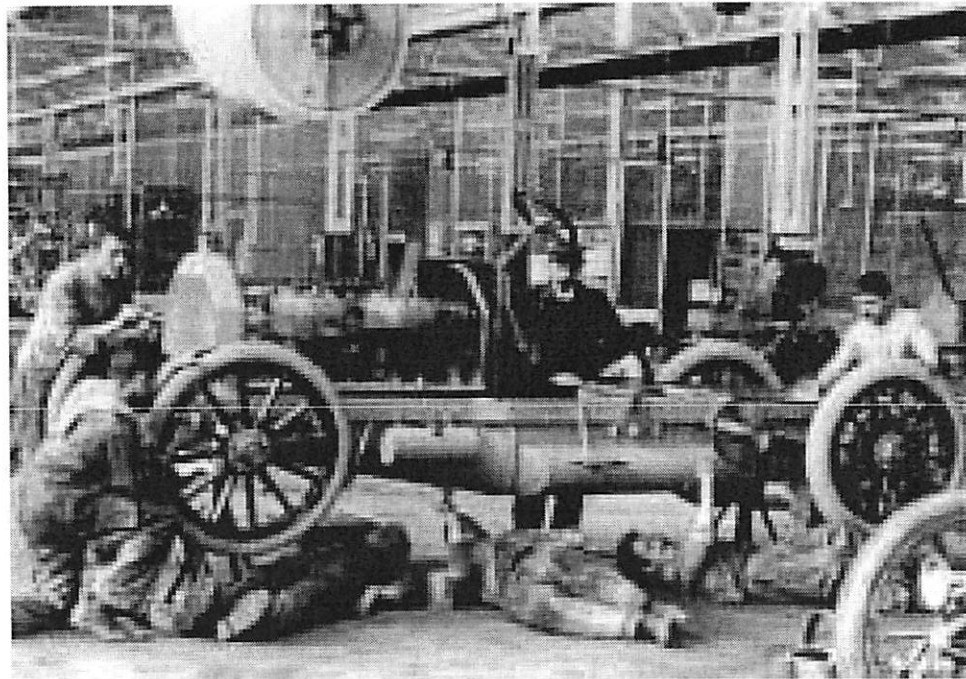
A história da gestão em 200 anos:

Diversos especialistas entre eles: engenheiros, economistas, psicólogos e administradores de empresas ajudaram a criar e moldar a ciência/teoria do management e ajudaram a mudar o mundo:

Robert Owen, Charles Babbage, Frederick Wislow Taylor, Henry Gantt, Frank e Lilian Gilbreth, Henri Fayol, Luther Gulick, James Mooney, Chester Barnard, Elton Mayo, Abraham Maslow, Douglas McGregor, Herbert Simon, Chris Argyris, Frederick Herzberg, Harold Koontz, Robert McNamara, Peter Drucker, Henry Mintzberg, Michael Porter, W. Edwards Deming, Joseph Juran, Philip Crosby, Tom Peters, Pierre Wack, Lee Iacocca, George Stalk, Robert Camp, Michael Spendolini, C. K. Prahalad, Gary Hamel, Michael Hammer, James Champy, Jim Collins, Peter Senge, Robert S. Kaplan, Thomas Stewart, Clayton Christensen, Warren Buffet, Jack Welch, Bill Gates, Steve Jobs...



EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS



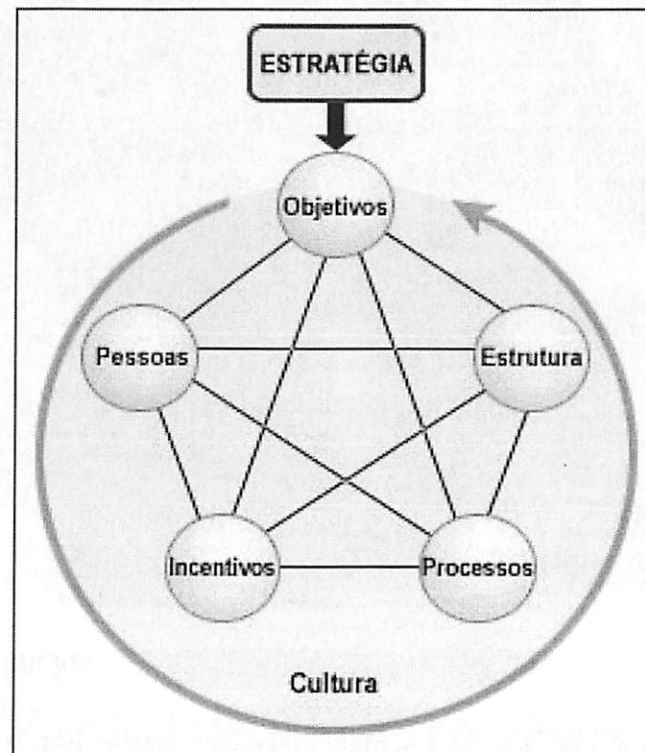
This photo, taken in 1904 inside Daimler Motor Co., is an example of the use of small-batch production, a production system in which small groups of people work together and perform all the tasks needed to assemble a product.

EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

Objetivos: Engloba todos os aspectos que dizem respeito aos direcionadores da organização com relação aos resultados que se deseja atingir.

Pessoas: Engloba os aspectos voltados aos recursos humanos, seus conhecimentos, habilidades e comportamentos.

Incentivos: Engloba os aspectos motivacionais que sustentam a organização.



Estrutura: Engloba todas as características de disposição dos recursos, seus diferentes papéis, responsabilidades e autoridades.

Processos: Engloba os aspectos relacionados ao modo que a organização transforma seus recursos em resultados.

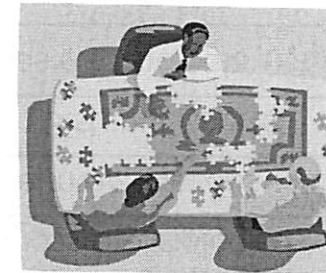
EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

1 Artesão – Responsável por todas as etapas do processo

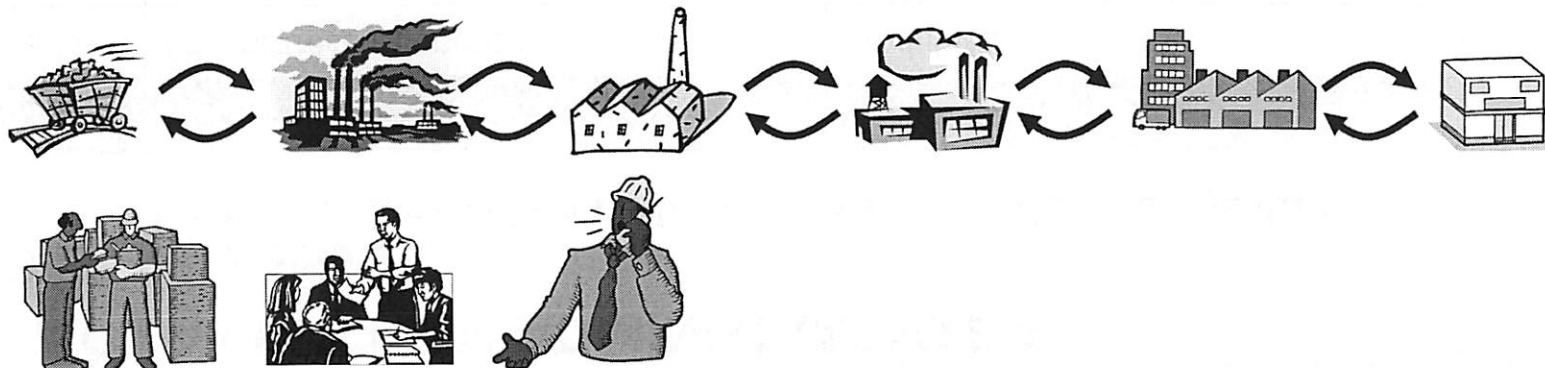


2 Revolução Industrial - Escala

Divisão do Trabalho - Especialização



3 Necessidade de Coordenação Lateral: comunicação + coordenação de atividades



EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

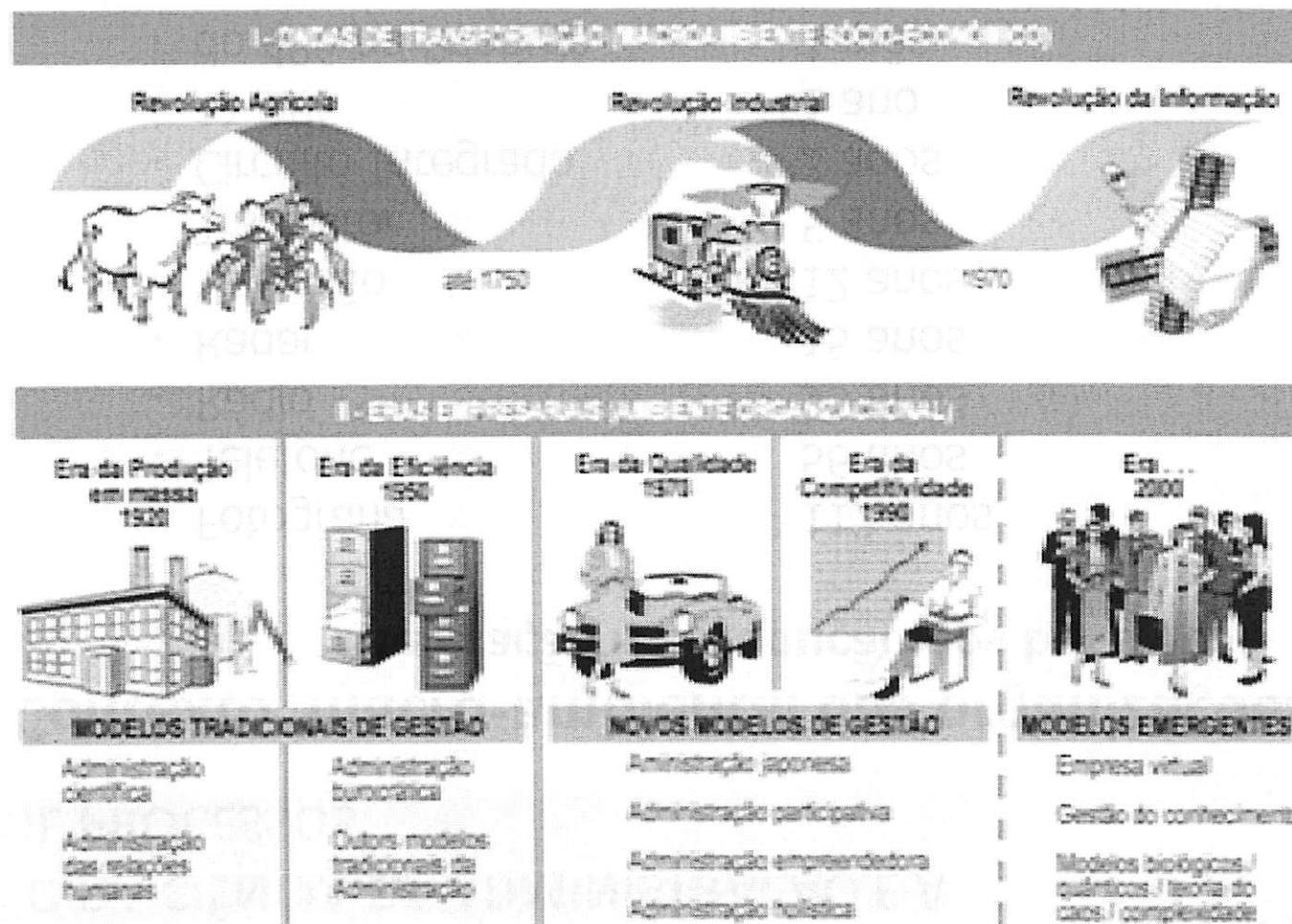
Evolução da ciência da administração – modelos de gestão

Ano	Escolas da Administração	Ênfase
1903	Administração científica	Produtividade
1909	Teoria da Burocracia	Modelo ideal e racional
1916	Teoria Clássica	Estrutura organizacional
1932	Teoria das Relações Humanas	Aspectos psicológicos e sociológicos
1947	Teoria Estruturalista	Estrutura interna e inter-relações
1951	Teoria dos Sistemas	Organização como Sistema Aberto
1953	Abordagem Socio-técnica	Integração pessoas e tecnologia
1954	Teoria Neoclássica	Funções, objetivos e resultados
1957	Teoria Comportamental	Natureza e relação humana
1962	Desenvolvimento Organizacional	Mudança organizacional planejada
1972	Teoria da Contingência	Interação Sistemas organizacionais e meio ambiente

Fonte: Idalberto Chiavenato – Introdução à teoria geral da administração, Editora Campus, 2000.

EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

O CENÁRIO AMBIENTAL DA EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO



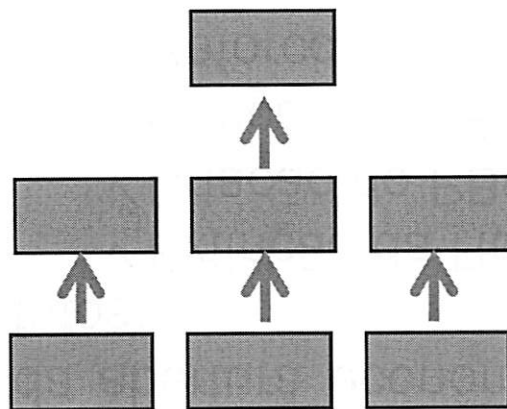
Contexto macro-ambiental das organizações Aceleração na produção dos bens

• Fotografia	112 anos
• Telefone	56 anos
• Rádio	35 anos
• Radar	15 anos
• Televisão	12 anos
• Transistor	5 anos
• Circuito Integrado	3 anos
• AT 286	1 ano
• do 486 ao Pentium	1 mês

Fonte: Luis Almeida Marins – Desafios do Século XXI

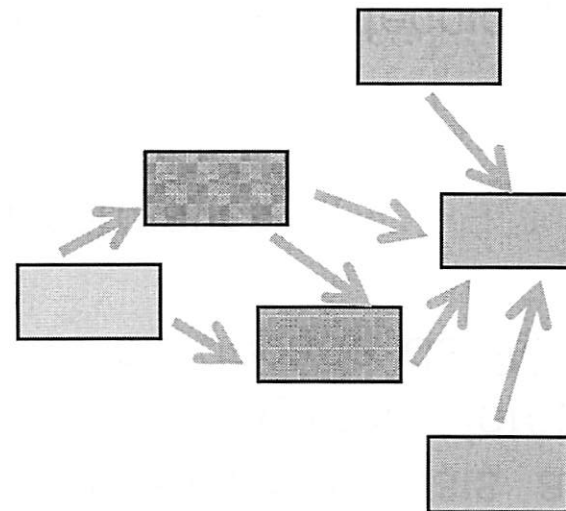
EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

Organizações no século XX



Como otimizar a minha performance?

Organizações no século XXI



Quais os parceiros internos e externos que contribuem para o meu sucesso?
Como contribuo para o sucesso dos meus parceiros internos e externos?

EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

E no Brasil?

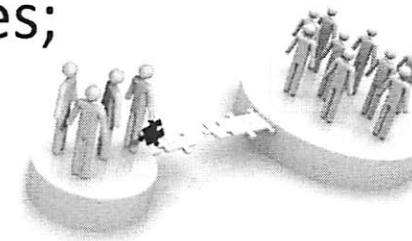
Algumas empresas brasileiras e multinacionais aplicaram conceitos de gestão, mas o movimento ganhou força a partir da abertura econômica no início da década de 90, com os fatos:

- ✓ Extinção da Reserva de Informática
- ✓ Criação do PBQP
- ✓ Criação da FPNQ e do PNQ
- ✓ Reforço do papel da ABNT e normas técnicas de para regular a qualidade
- ✓ Aprovação do Código de Defesa do Consumidor
- ✓ Executivos Brasileiros assumem postos importantes no Board de suas companhias

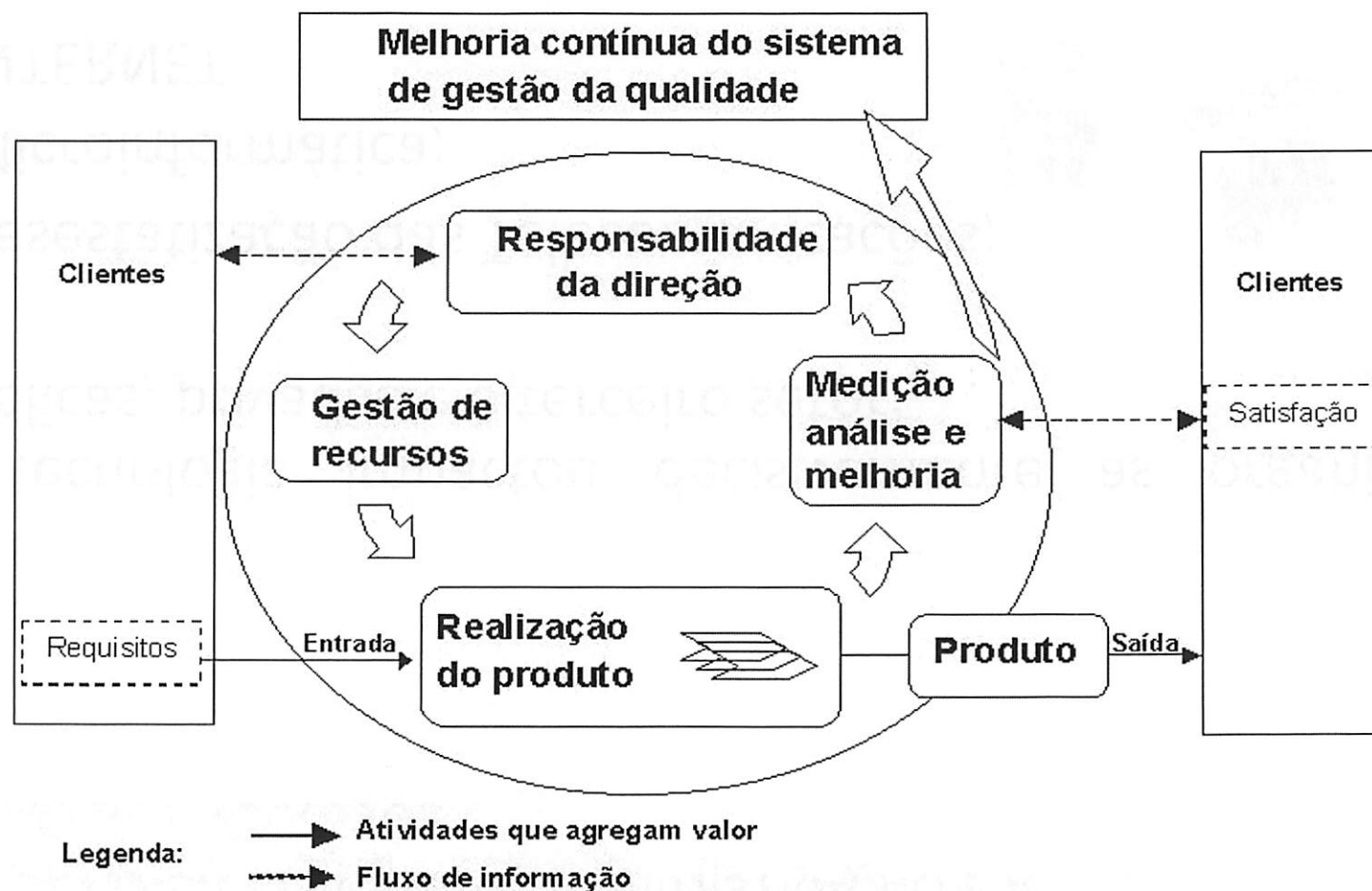
EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E A GESTÃO DE PROCESSOS

A tecnologia impactou decisivamente as organizações públicas, privadas e o terceiro setor:

- Desestatização das Telecomunicações;
- Microinformática;
- INTERNET

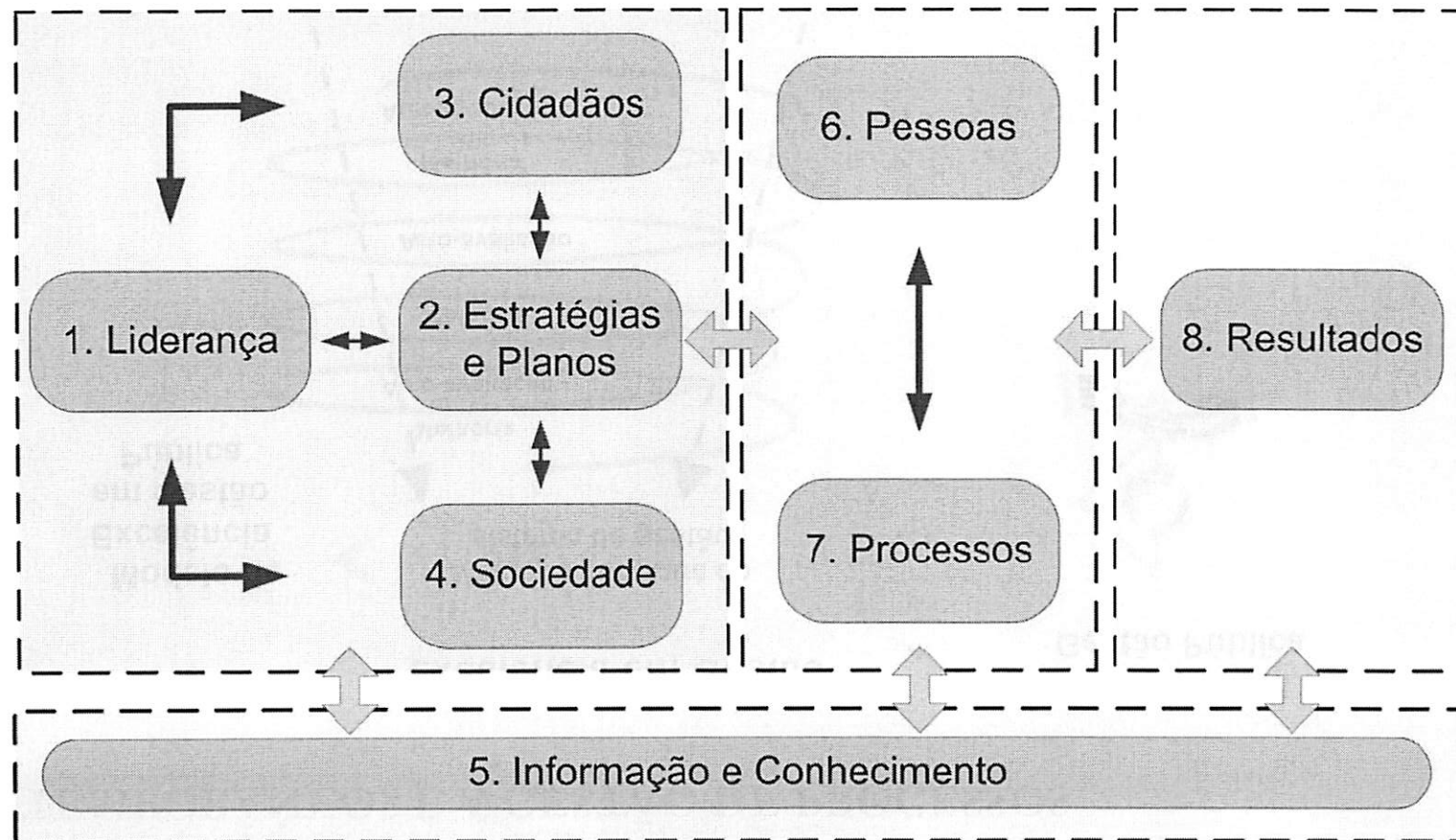


MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS



MODELO ISO 9001-2008 BASEADO EM PROCESSOS

MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS



MODELO GESPÚBLICA

MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

eLogos

Consultoria Empresarial e
Capacitação em Gestão



MODELO GESPUBLICA

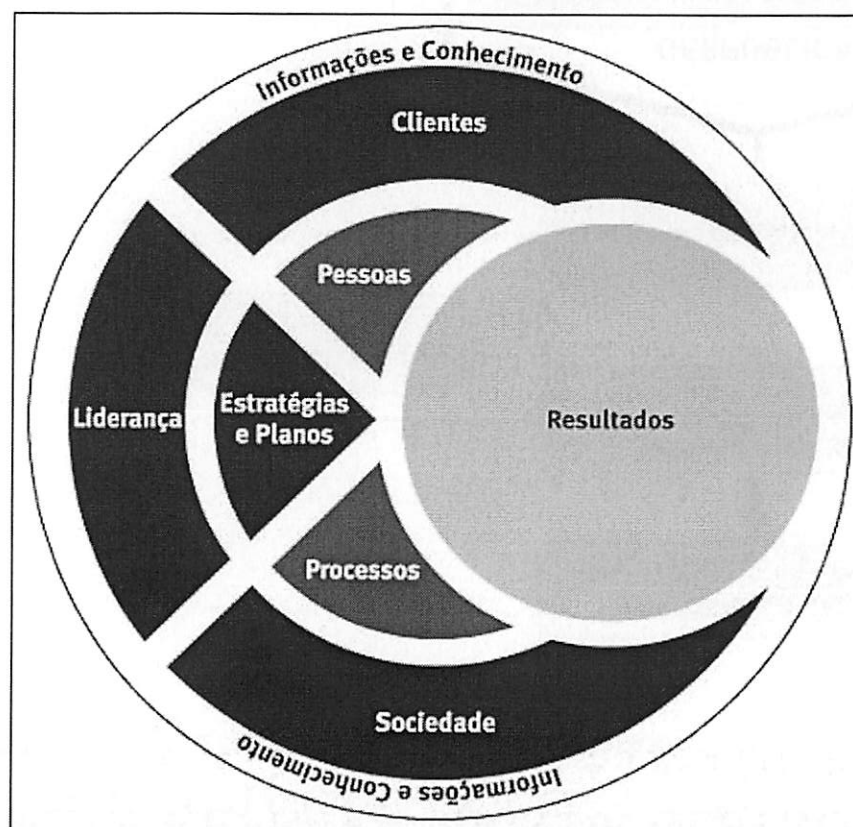
MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS



MODELO GESPÚBLICA

MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

1992 - Modelo de Excelência do PNQ



**1997 – Criação da
Categoria Órgãos da
Administração Pública**

MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

Proliferação de Métodos/Ferramentas de Gestão:

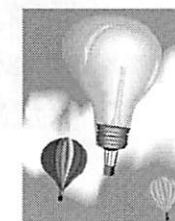
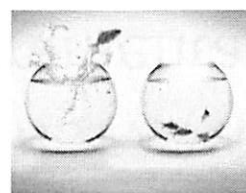
- Planejamento Estratégico;
- Posicionamento Estratégico;
- Gestão de Projetos;
- Gestão de Processos;
- Gestão por Competências;
- Gestão do Conhecimento;
- Gestão da Inovação;
- Gestão da Mudança;
- Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Gestão de Indicadores;
- Gestão da Qualidade Total. Etc...



MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

- Quais os principais problemas e preocupações da Alta-Direção dominantes nas organizações?

- ✓ Custo
- ✓ Qualidade para o Cliente
- ✓ Concorrência
- ✓ Melhoria do ambiente de trabalho
- ✓ Melhoria da Imagem
- ✓ Controles Internos
- ✓ Gestão de Fornecedores
- ✓ Regulação do Governo
- ✓ Responsabilidade Social
- ✓ Meio Ambiente
- ✓ Eficiência
- ✓ Inovação

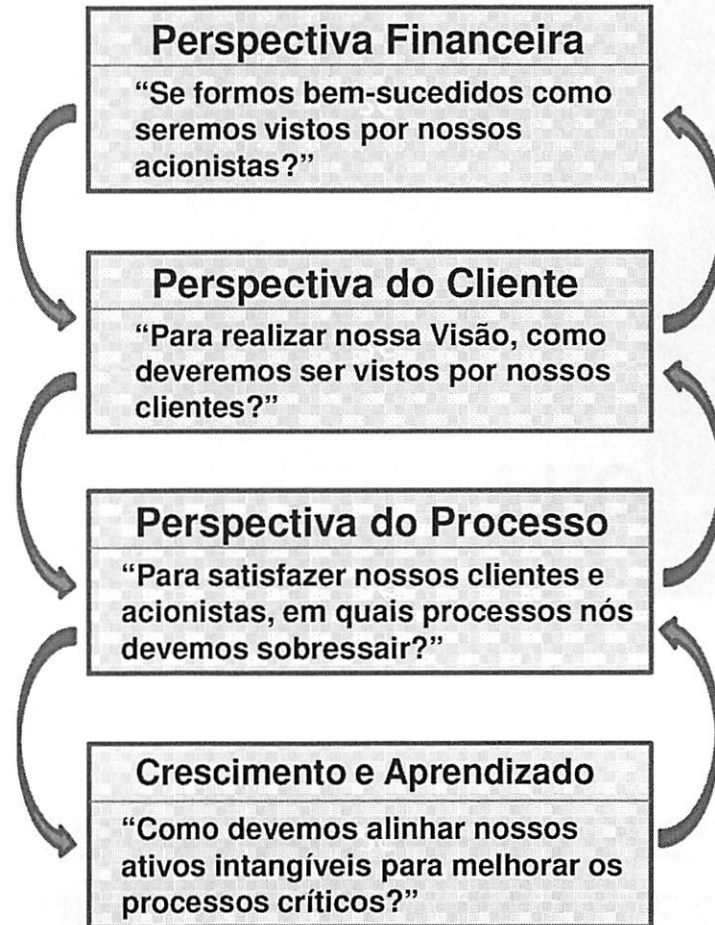


MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS



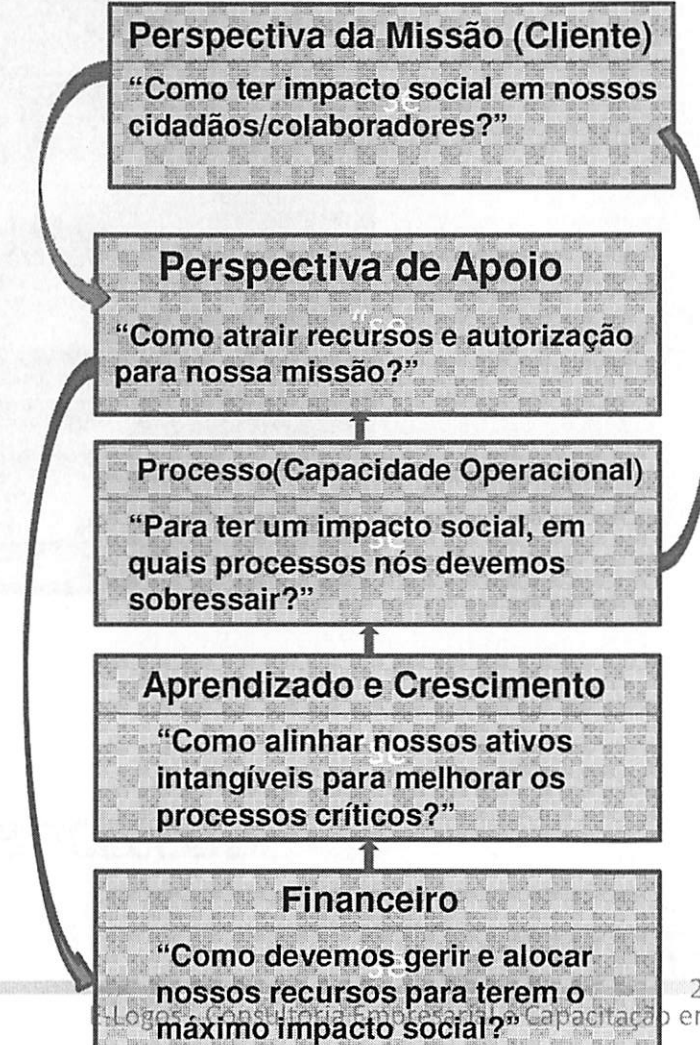
MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

Organizações do Setor Privado



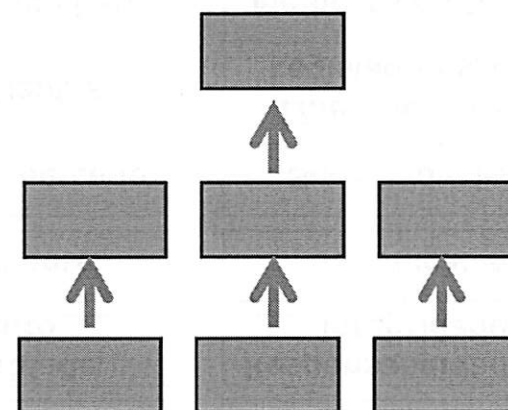
X

Organizações Governamentais e não-lucrativas



MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

Organizações Públicas:



Ambiente organizacional e busca de melhoria na imagem institucional no setor de atuação; exemplos de temas estratégicos: transparência da gestão, melhoria e inovação dos serviços, melhoria na gestão dos recursos, geração de valor para a sociedade, eficiência operacional e baixo custo.

MODELOS REFERENCIAIS DE GESTÃO CONTEMPORÂNEOS E A GESTÃO DE PROCESSOS

Desenvolvimento da Gestão

CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS	SETOR PRIVADO	SETOR PÚBLICO
Meta estratégica geral	Competitividade	Eficácia da missão
Metas financeiras gerais	Lucro, crescimento	Redução de custos, eficiência
Valores	Inovação, criatividade, reconhecimento	Responsabilidade ao público, integridade, justiça
Resultado almejado	Satisfação do cliente	Satisfação do cliente
Partes interessadas	Acionistas, donos, mercado	Sociedade, legisladores
Definição de prioridades orçamentárias	Demanda dos clientes	Liderança, planejadores, Legisladores, comunidade
Fatores chave de sucesso	Crescimento, market share	Melhores práticas de gestão
	Ser único	Ser igual, economias de escala
	Tecnologia avançada	Tecnologia padronizada

Fonte: Symnetics, Balanced Scorecard em organizações do setor público e sem fins

lucrativos, 2004.

GESTÃO DOS PROCESSOS

Abordagens esperadas para 2010 em diante:

- Ao passo que a economia começa a se expandir, grandes mudanças em alguns setores da economia demandarão transformações significativas de processos.
- Regras rígidas ambientais a serem colocadas em prática (ex. aquecimento global) demandarão esforços de redesenho de muitos processos.

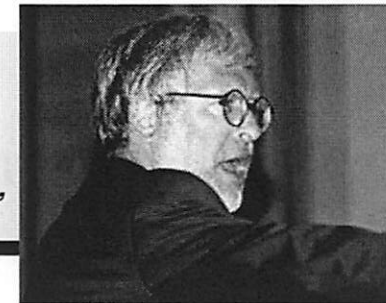
Paul Harmon
“How did you do this year?”
BPTrends, Dez09



GESTÃO DOS PROCESSOS

O que são processos?

“Definimos processos de negócio como uma coleção de atividades que possuem um ou mais insumos e geram um ou mais resultados que representam agregação de valor ao cliente.”



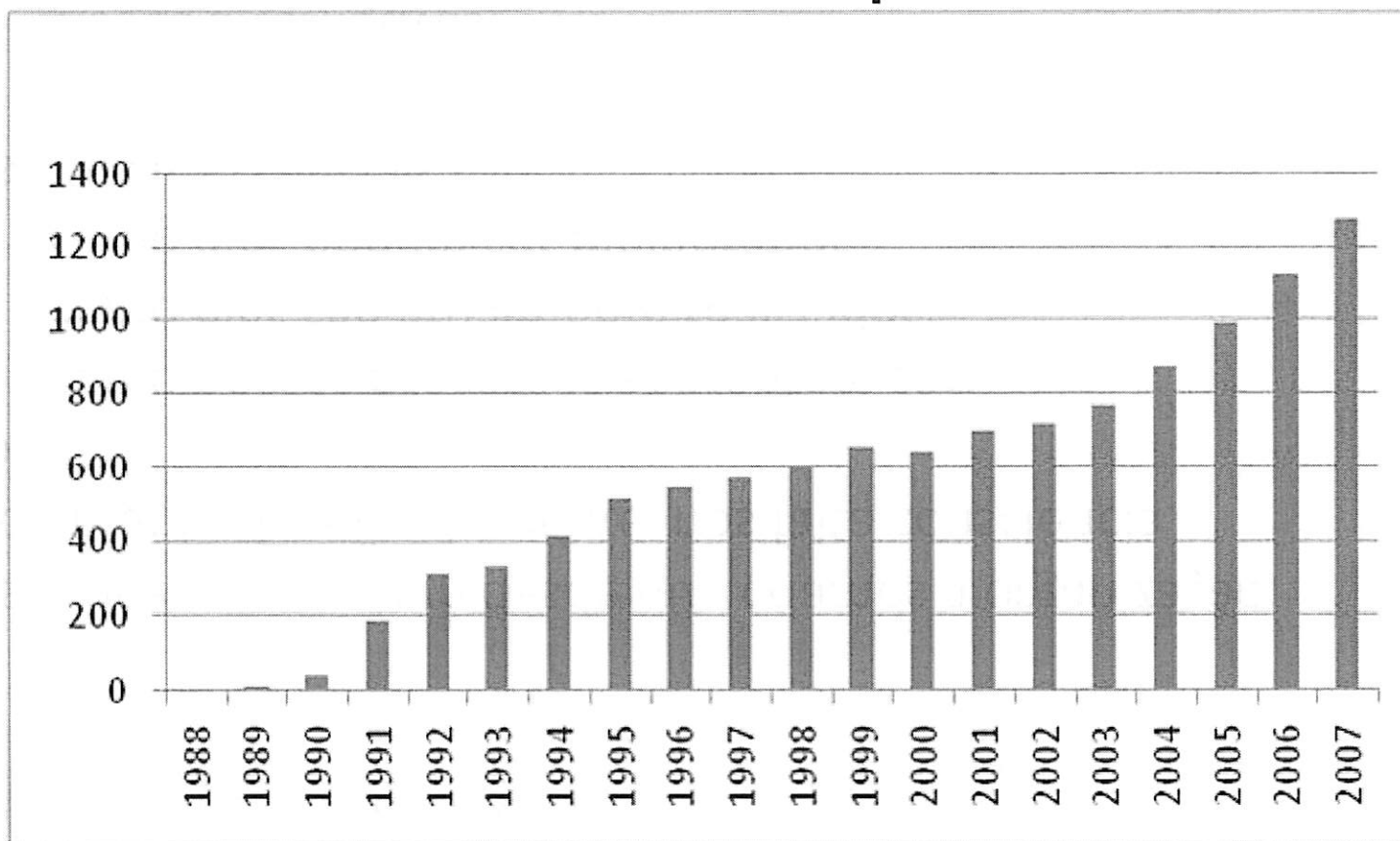
Fonte: Hammer and Champy, Reengineering the Corporation, 1993, p.35

“Em geral, um processo de negócio é uma seqüência coerente de atividades com o objetivo de executar um serviço. A saída e o resultado de um processo de negócio é um serviço requerido e consumido por um cliente interno ou externo.”



Fonte: August-Wilhelm: software—From Business Process to Application System. 3. edition, Berlin et al. 1998.

A Ascensão da Visão por Processos

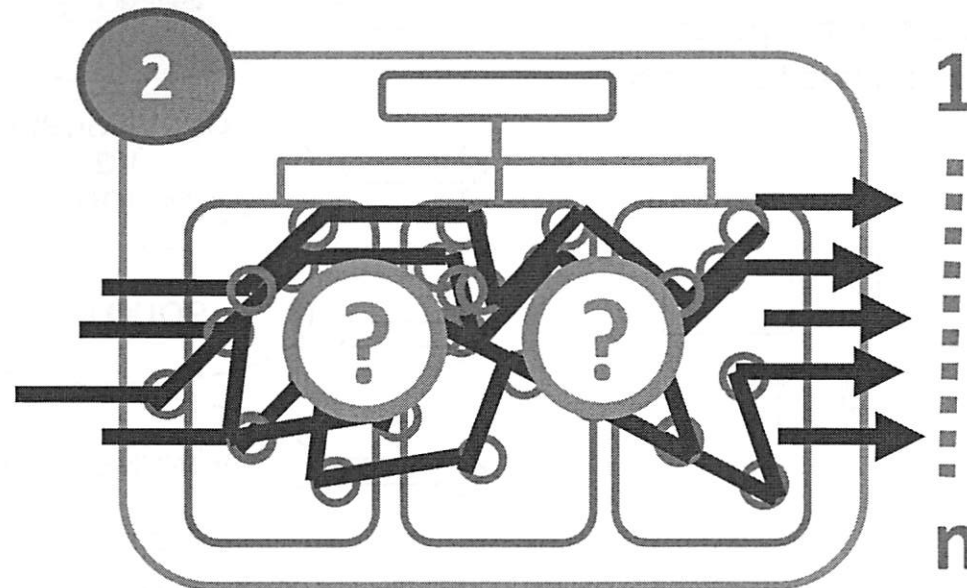


Fonte: ISI Outubro 2008

OS PROCESSOS ESCONDIDOS

- Os processos existem desde que criamos a organização;
- No entanto, freqüentemente nos falta consciência sobre:
 - como nossos processos aparentam ser;
 - como eles são atualmente realizados;
 - como eles podem ser melhorados.
- As causas essenciais são:
 - foco funcional;
 - visões alternativas;
 - falta de habilidade para gestão dos processos.

COMPLEXIDADE DOS PROCESSOS



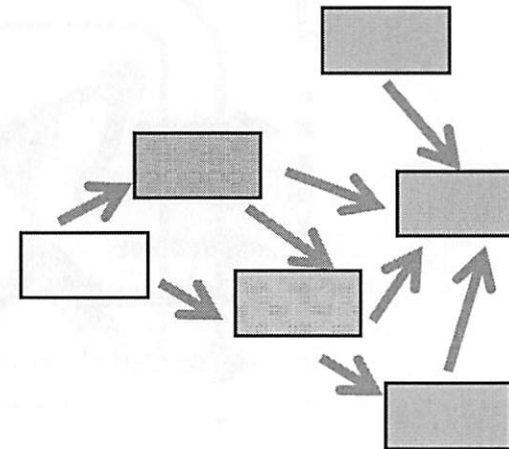
No contexto competitivo dinâmico e com muitos produtos, a organização funcional passa a ser insuficiente para coordenar os processos

GESTÃO DOS PROCESSOS

Avaliação de maturidade de BPM nas organizações –
(baseado em Rosemann e de Bruin, 2006)



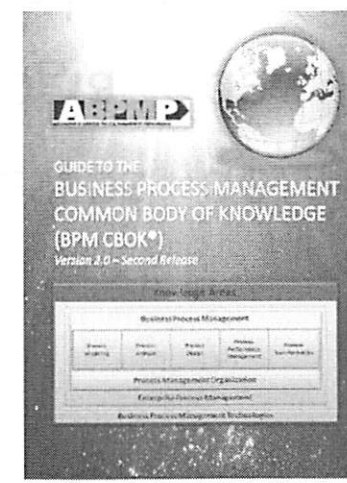
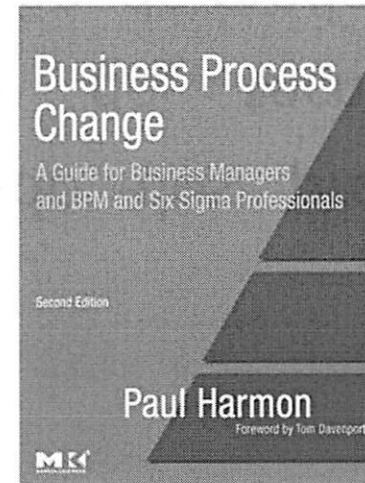
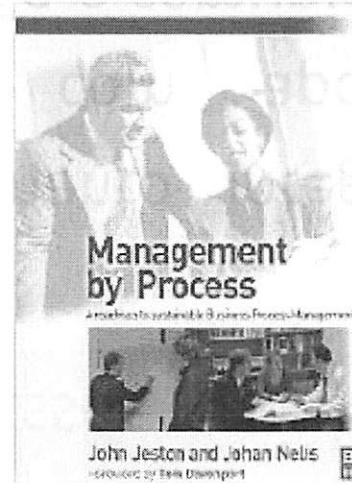
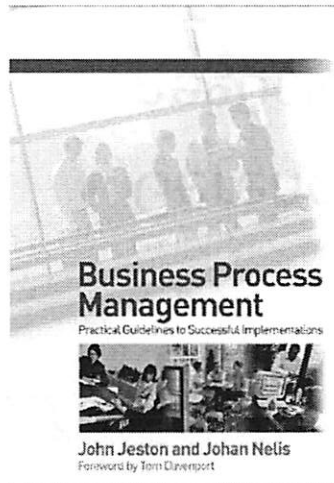
Organizações no século XXI



Quais os parceiros internos e externos
contribuem para o meu sucesso?
Como contribuo para o sucesso dos
meus parceiros?

GESTÃO DOS PROCESSOS

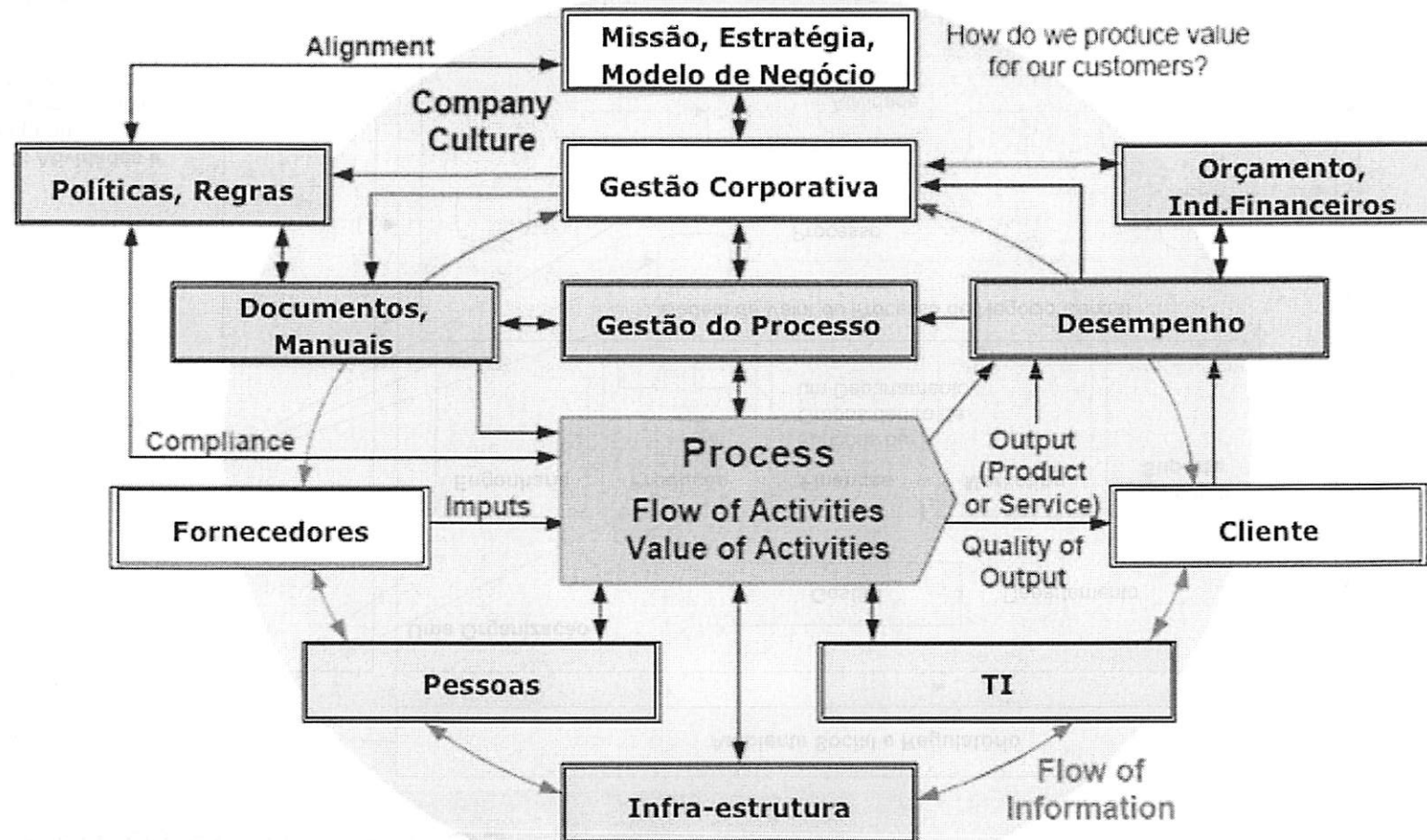
A gestão por processos é um meio de capacitar e transformar a organização, por meio da identificação de problemas, análise e proposição de melhorias para o redesenho e inovação dos processos de forma colaborativa com as pessoas.



GESTÃO DOS PROCESSOS

- Gerenciamento integrado dos processos de negócio, com apoio de tecnologia da informação e comunicação, de modo a obter ou ampliar a vantagem competitiva, criando valor para os clientes e demais partes interessadas.

GESTÃO DOS PROCESSOS



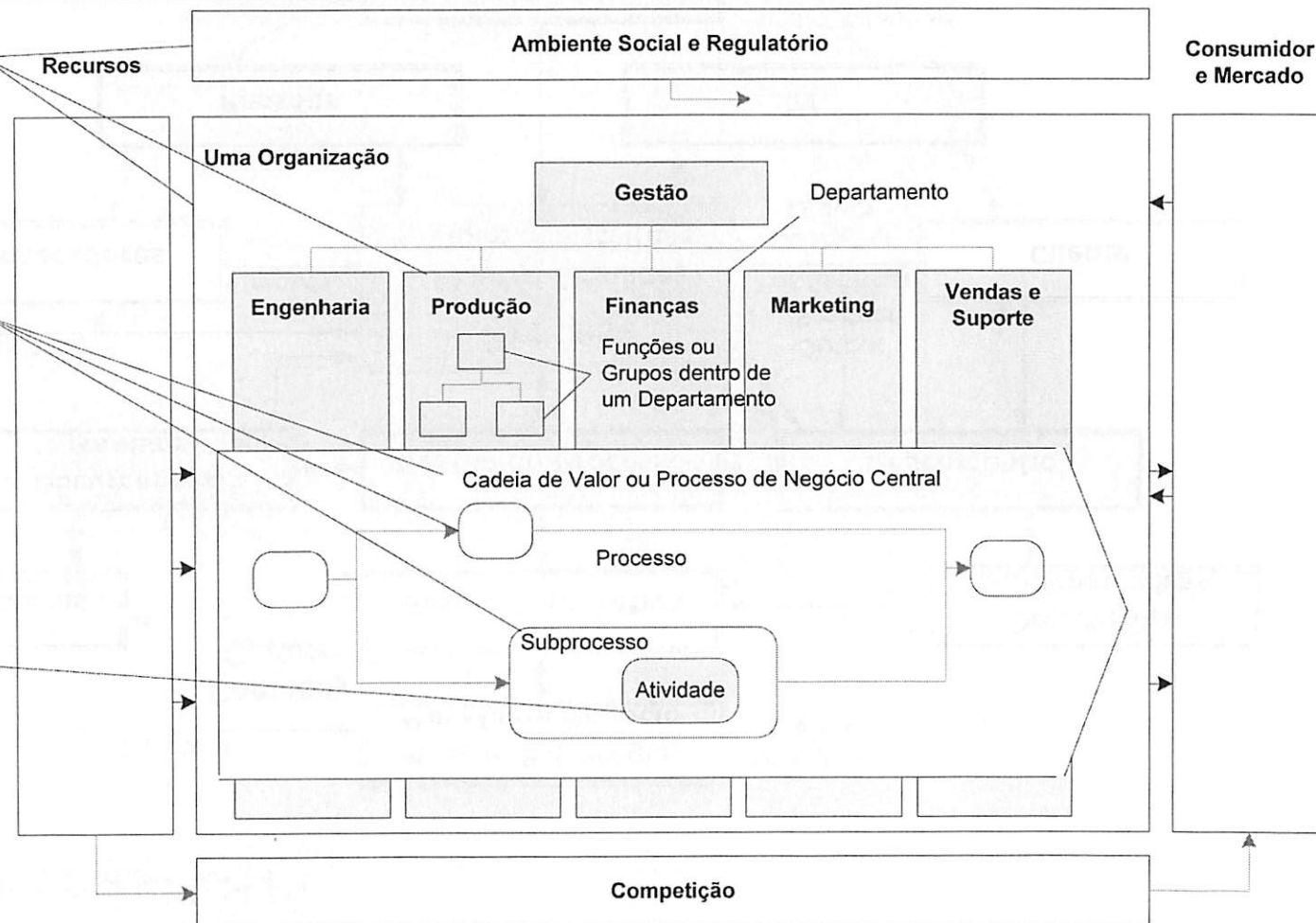
HARMON, 2009

GESTÃO DOS PROCESSOS

Nível 1: A organização e seu ambiente
Começa com um supersistema que inclui o ambiente externo e as funções dentro da organização.

Nível 2: Cadeia de Valor, Processos e Subprocessos
Começa com a cadeia de valor e vai até atividade como unidades de análise.

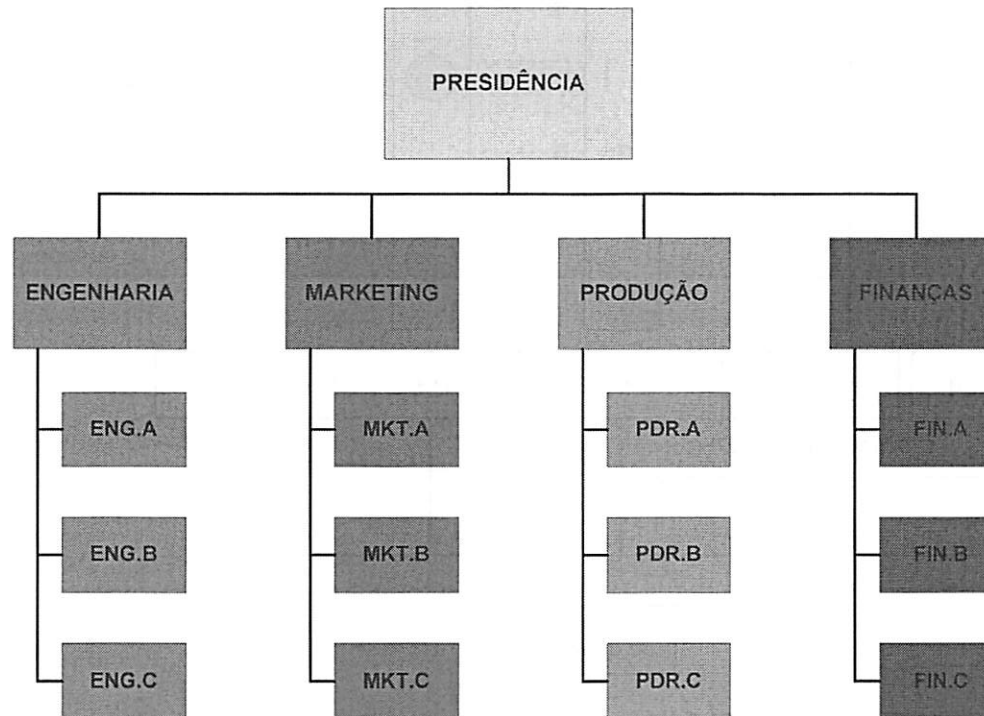
Nível 3: Atividades e desempenho
Começa com atividades e as divide em papéis realizados pelos empregados e pelos componentes de sistemas, ou por ambos.



Harmon (2003, pág. 131)

GESTÃO DOS PROCESSOS

Problemas da Abordagem Funcional



NINGUÉM ADMINISTRA AS INTERFACES

Não mostra como o valor é agregado;

As funções tornam-se mais importantes que o cliente;

Algumas responsabilidades se perdem entre os Departamentos.

O efeito de “feudos” reduz o desempenho;

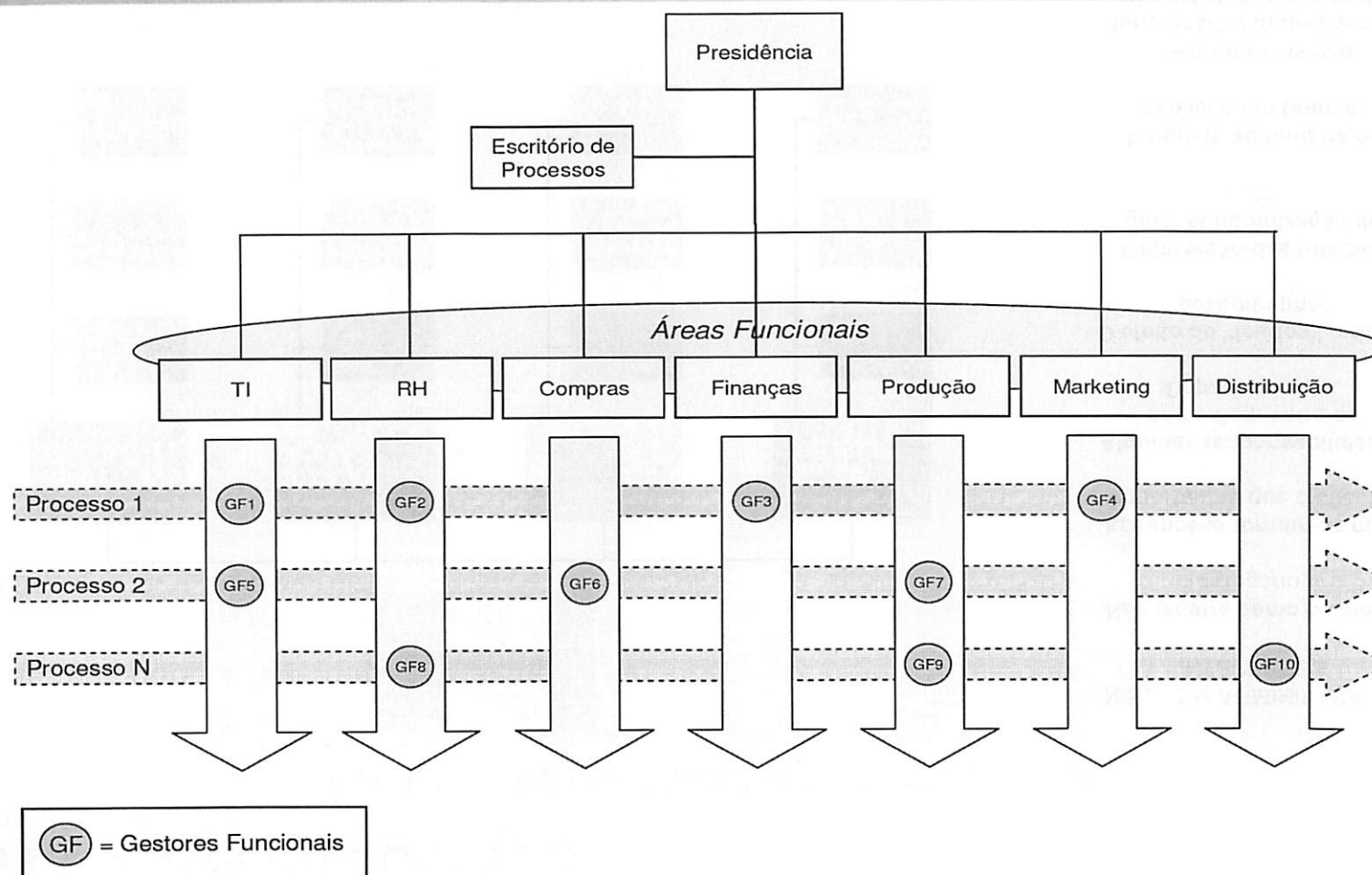
Otimização das funções gera subotimização do todo;

Ninguém administra os espaços em branco;

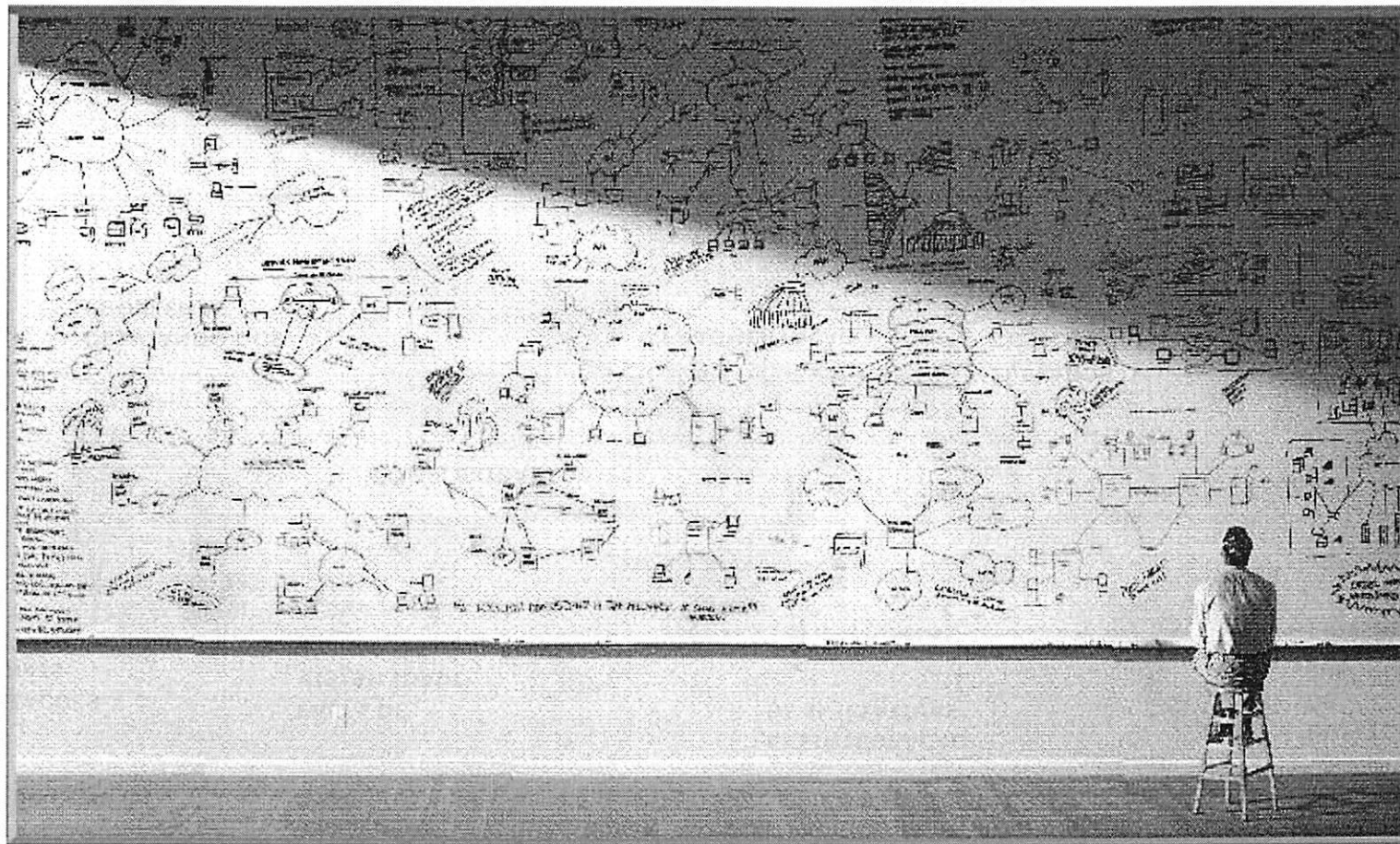
As cobranças são funcionais e muitas vezes não refletem a lógica do negócio.

Fonte: Adaptado de Albuquerque, Alan e Rocha, Paulo, Sincronismo Organizacional – Como alinhar a estratégia, os processos e as pessoas, Ed. Saraiva, 2007.

GESTÃO DOS PROCESSOS



GESTÃO DOS PROCESSOS



GESTÃO DOS PROCESSOS

**SILOS E
ORGANIZAÇÕES
FUNCIONAIS**

**FALTA DE
VISIBILIDADE
DAS AÇÕES**

**DESINTEGRAÇÃO
DE INICIATIVAS**

**DUPLICAÇÃO
DE
ESFORÇOS**

COMPLEXIDADE

**DESVIANDO DOS
PROBLEMAS**

FRAGMENTAÇÃO

**ELEVADOS
CUSTOS**

**INFORMAÇÕES
PERDIDAS**

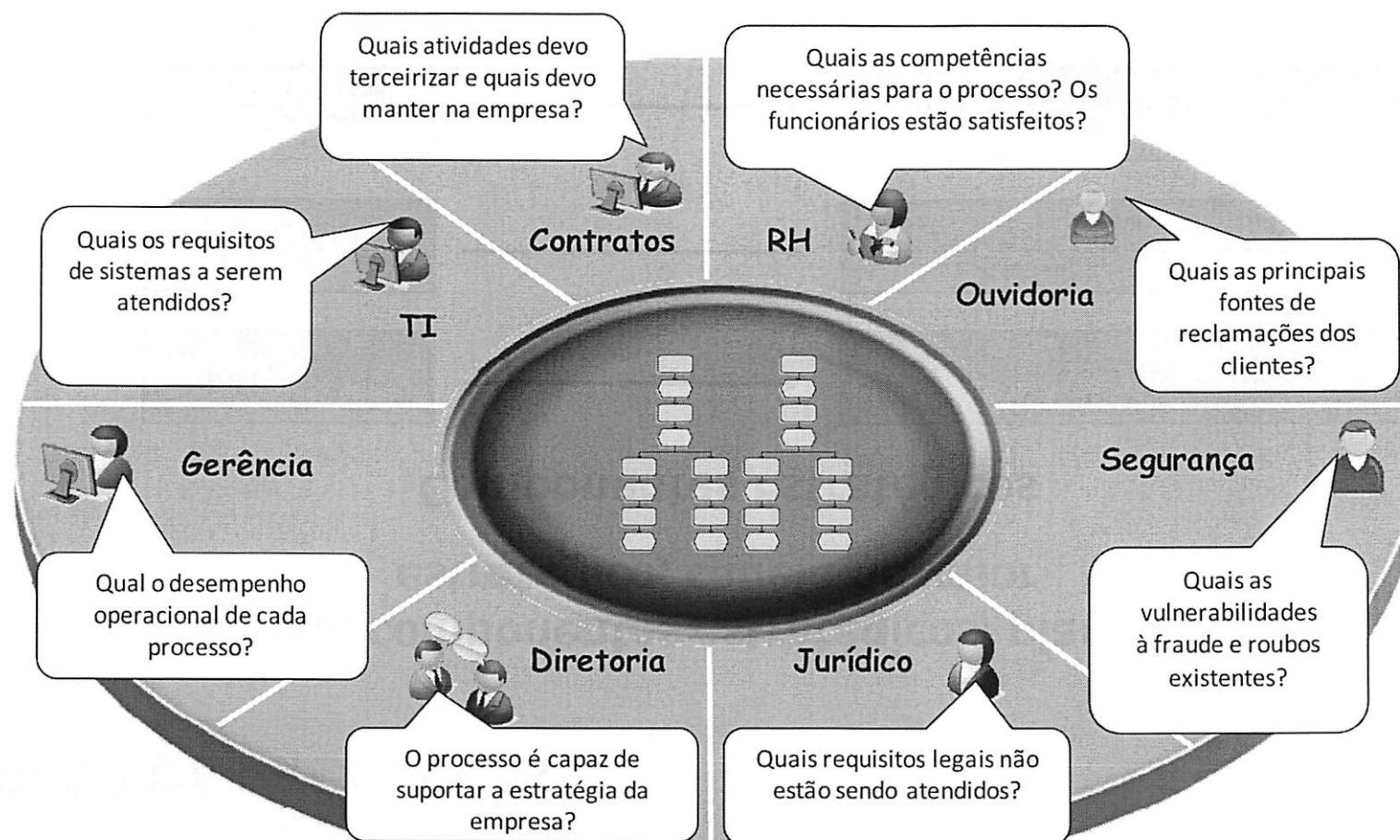
**DESPERDÍCIO DE
RECURSOS**

VULNERABILIDADE

**COMPLEXIDADE
DESNECESSÁRIA E FALTA
DE FLEXIBILIDADE**

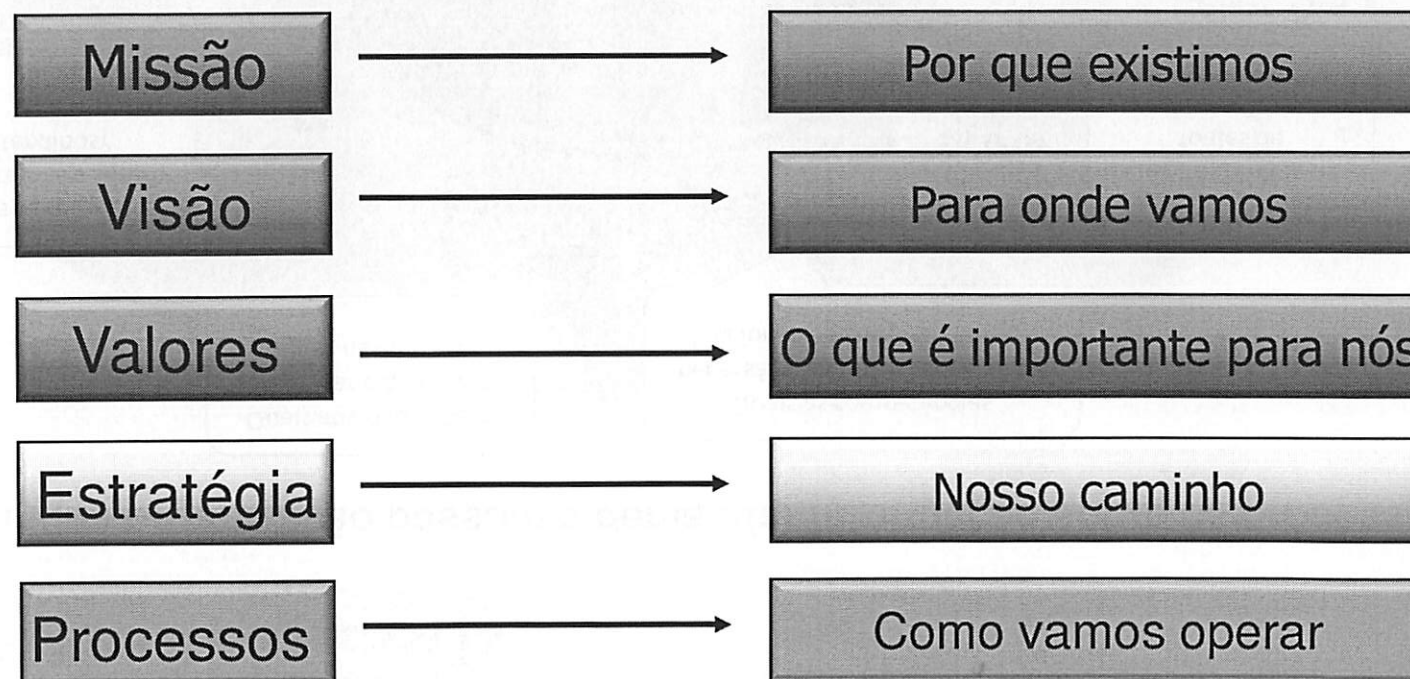
GESTÃO DOS PROCESSOS

Todos em uma organização passam a demandar informação sobre os processos!

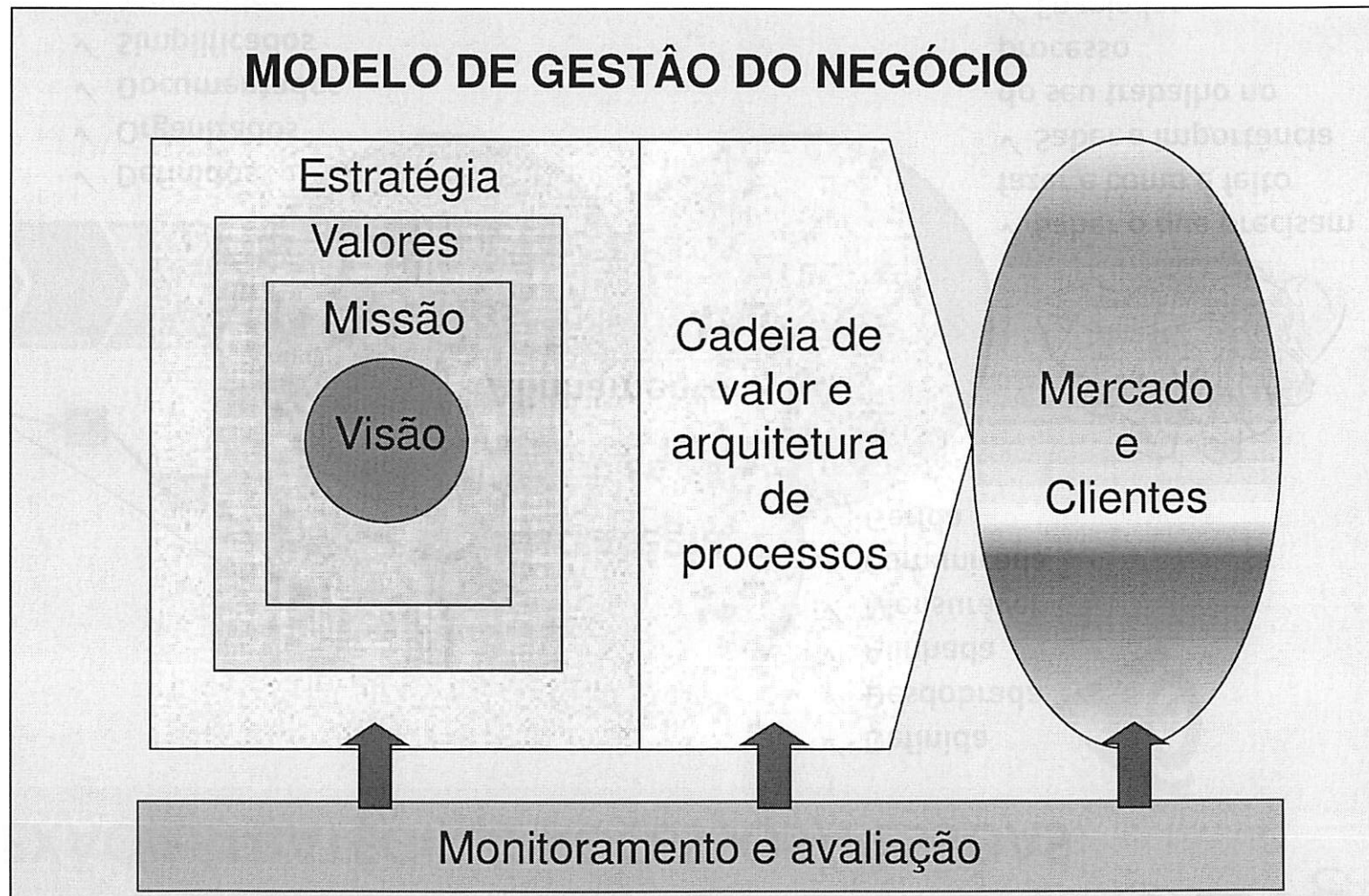


Estratégia, componentes estratégicos, planejamento estratégico, cadeia de valor

Componentes Estratégicos



CONEXÃO ESTRATÉGIA/PROCESSOS/PESSOAS



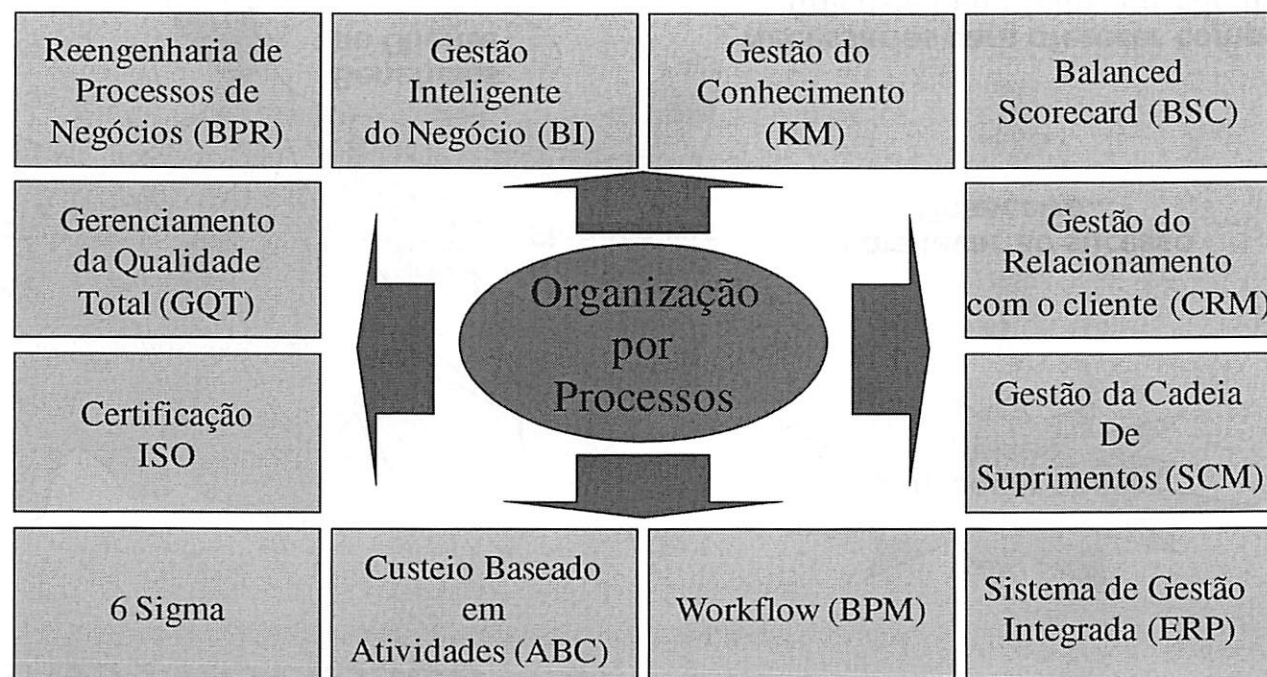
CONEXÃO ESTRATÉGIA/PROCESSOS/PESSOAS



GESTÃO DOS PROCESSOS

Evolução da gestão dos processos de negócios

O papel central dos processos para suportar as tecnologias de gestão

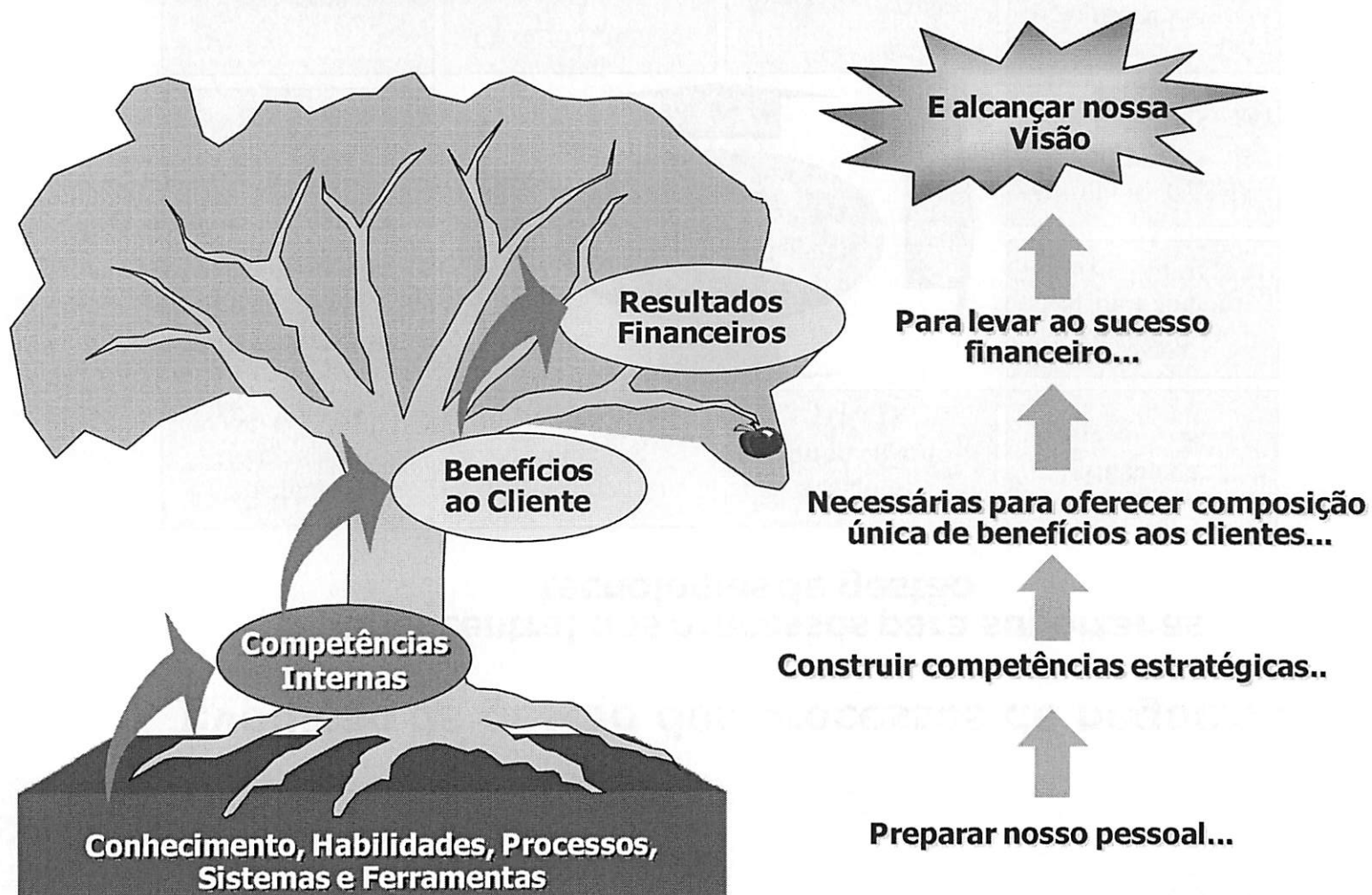


Fonte: Adaptado de "Probusiness, Transformação organizacional e gestão, 2003".

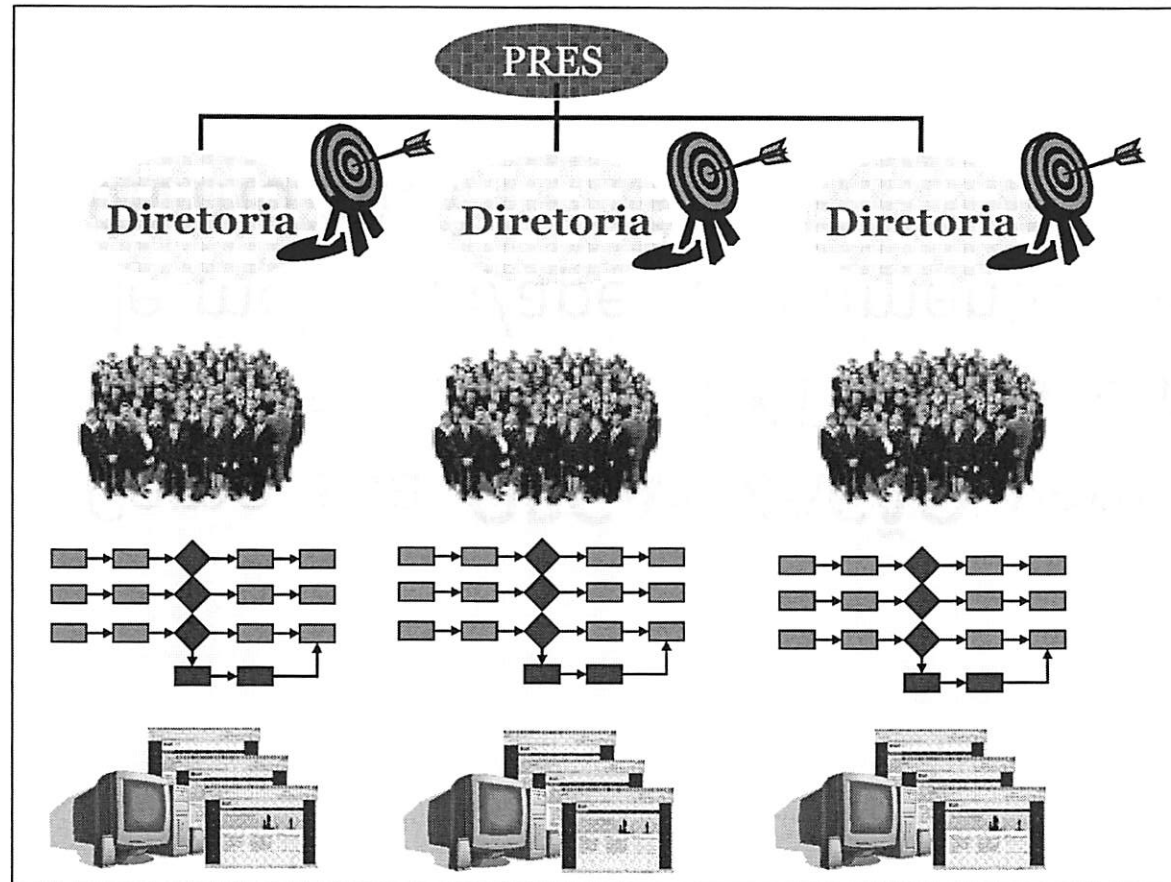
GESTÃO DOS PROCESSOS

eLogos

Consultoria Empresarial e
Capacitação em Gestão



GESTÃO DOS PROCESSOS



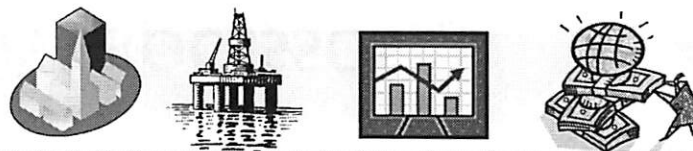
Estratégia

Pessoas

Processos

**Sistemas de
Informação**

Ambiente Externo



GESTÃO DOS PROCESSOS

Como sua **ORGANIZAÇÃO** vem gerando **valor** para os **CLIENTES EXTERNOS** a partir de ações de melhoria/aperfeiçoamento de processos no último ano?

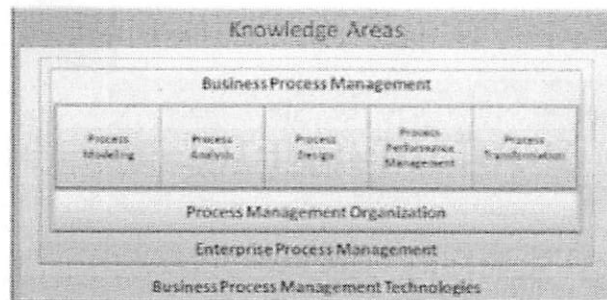
ABPMP E A GESTÃO DOS PROCESSOS

ABPMP BPM CBOK, 1ª versão



Guide to the Business Process Management Common Body of Knowledge

ABPMP BPM CBOK™

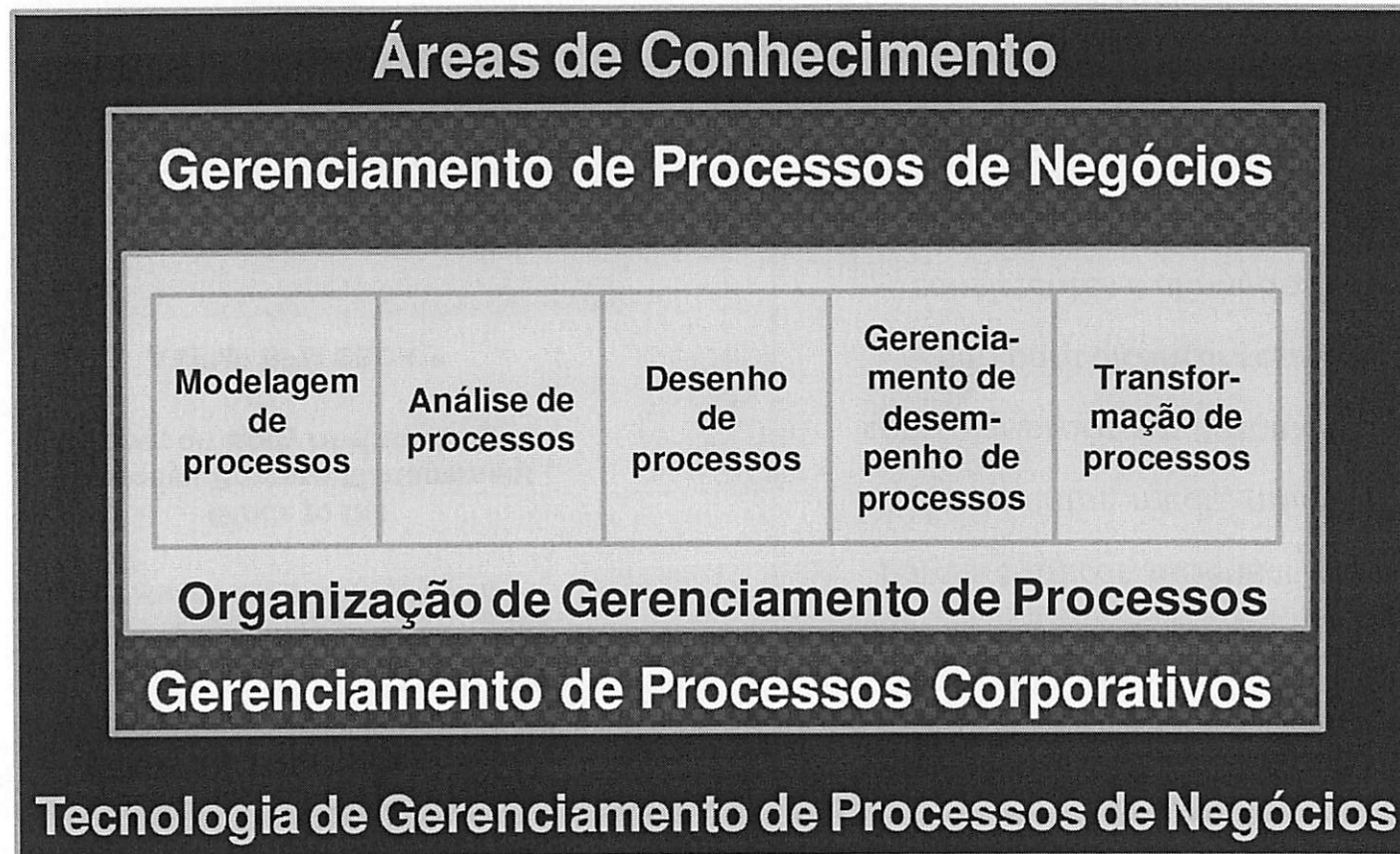


Version 1.0 – Initial Release

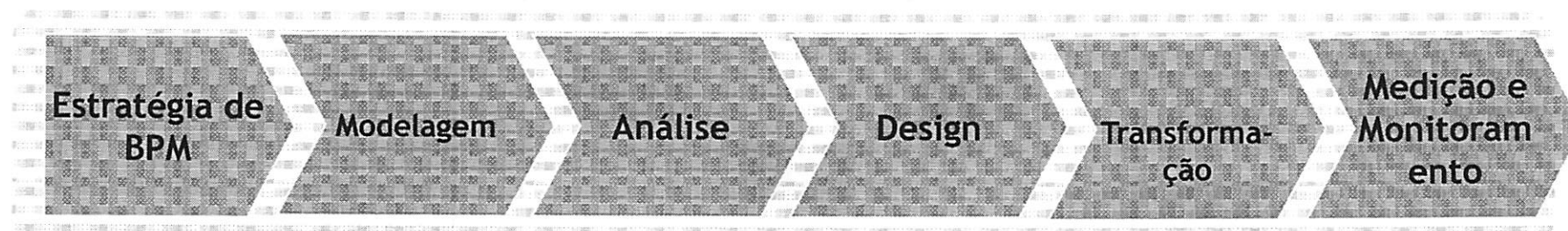
© 2008 Association of Business Process Management Professionals
All rights Reserved

“BPM é uma abordagem metodológica para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar e controlar processos automatizados ou não para alcançar resultados consistentes e alinhados com os objetivos estratégicos. Permite a melhoria tanto das atividades de uma determinada área, entre áreas ou entre organizações.”

ABPMP E A GESTÃO DOS PROCESSOS

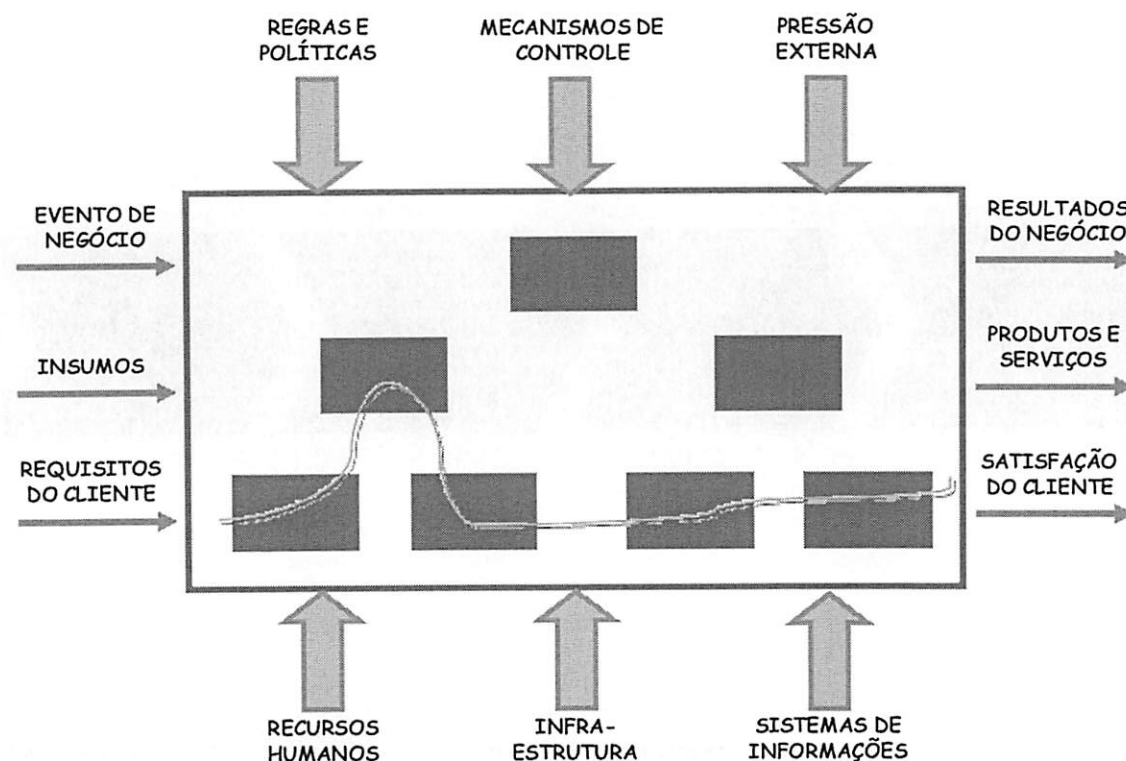


CICLO DA GESTÃO POR PROCESSOS



GESTÃO DOS PROCESSOS

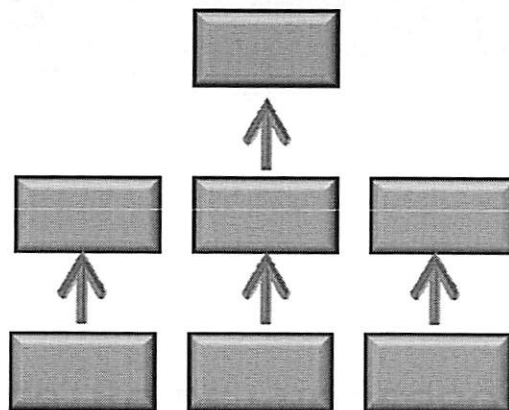
Visão Geral de um Processo



GESTÃO DOS PROCESSOS

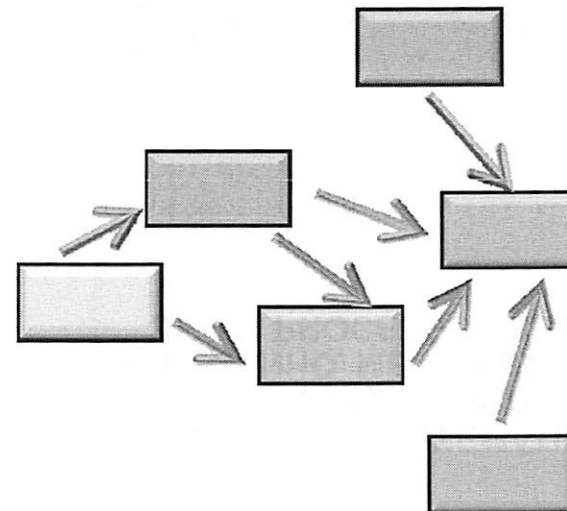
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL:

Organizações no século XX



Como otimizar a minha
performance?

Organizações no século XXI



Quais os parceiros internos e externos que
contribuem para o meu sucesso?
Como contribuo para o sucesso dos meus
parceiros internos e externos?

GESTÃO DOS PROCESSOS

GESTÃO DE PROCESSOS



**ABORDAGEM SISTEMÁTICA PARA
MODELAGEM, ANÁLISE,
REDESENHO, MELHORIA E GESTÃO
DE UM PROCESSO ESPECÍFICO**

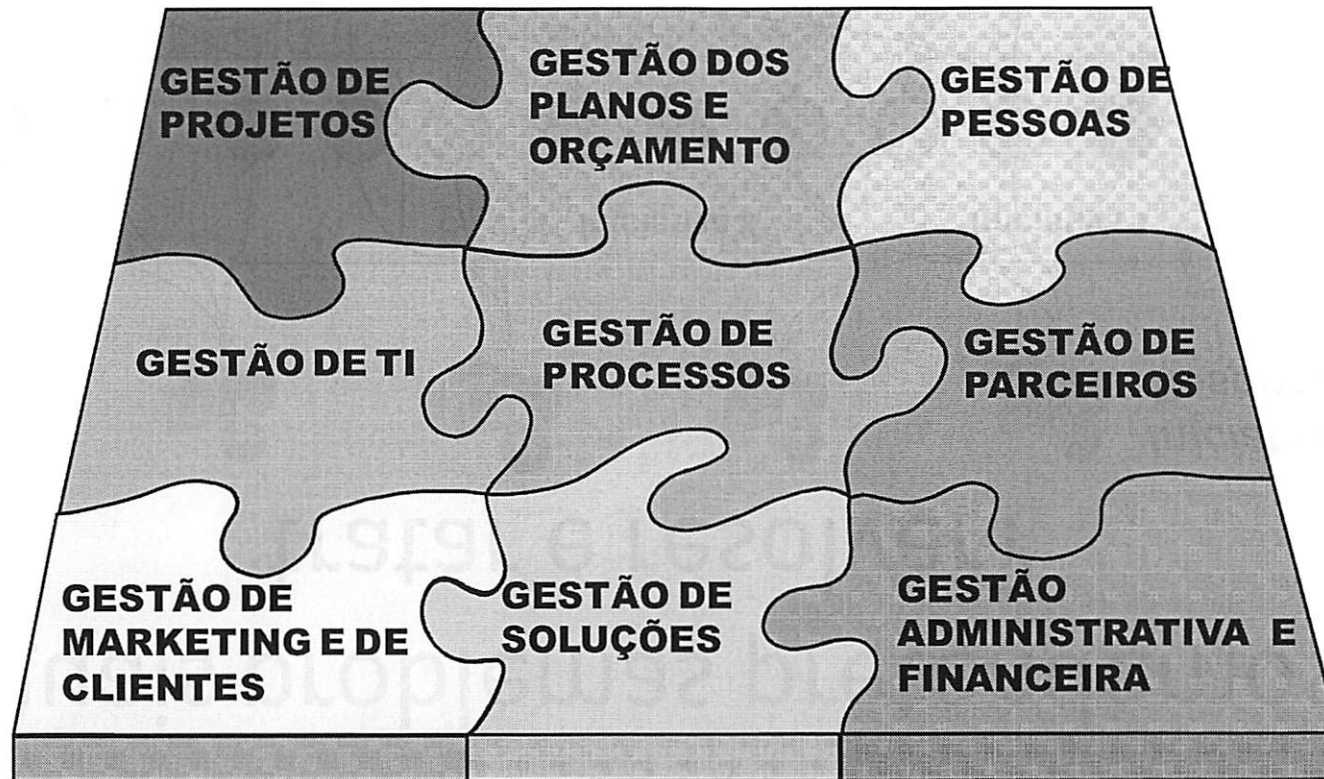
GESTÃO POR PROCESSOS



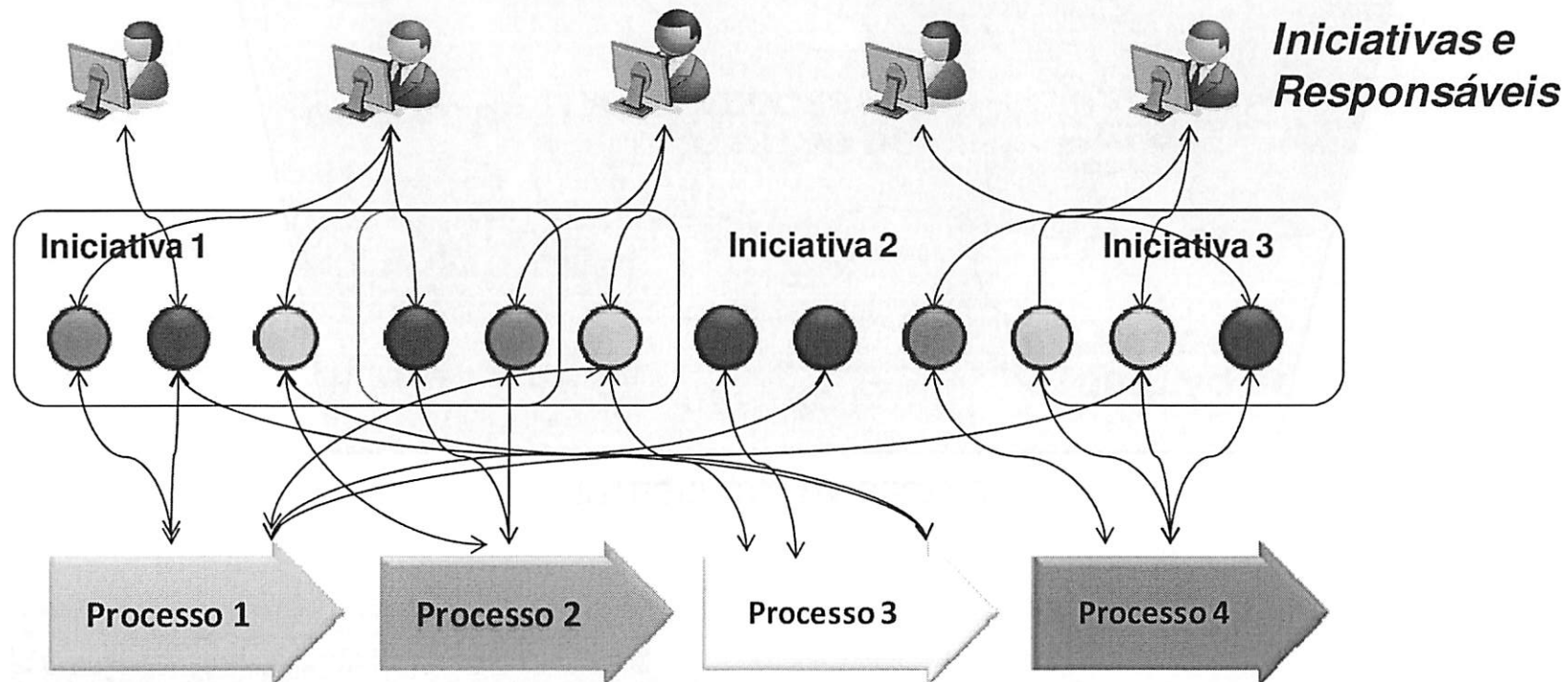
**METODOLOGIA QUE PRESSUPÕE A
GESTÃO DE FORMA SISTEMATIZADA DE
TODOS OS PROCESSOS DE NEGÓCIOS DA
ORGANIZAÇÃO COM TIC**

GESTÃO DOS PROCESSOS

INTEGRAÇÃO DA GESTÃO

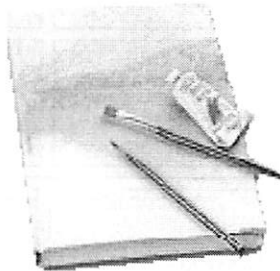


Quais problemas pretendemos tratar e resolver?



SOLUÇÕES DA E-LOGOS PARA GESTÃO DOS PROCESSOS

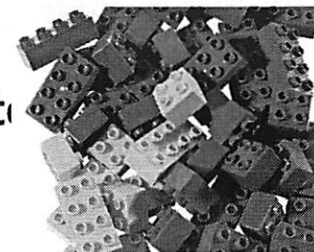
**DAR VISIBILIDADE E
DOCUMENTAR** a forma
como a Organização realiza suas
atividades de forma integradora e
sinérgica.



**TRANSFORMAR OS
PROCESSOS** criando aumentos
significativos de performance, dando
condições de maior adaptabilidade às
mudanças exigidas pela
regulamentação.



**APERFEIÇOAR NOSSO Modelo de
Governança alinhado ao Planejamento
Estratégico**



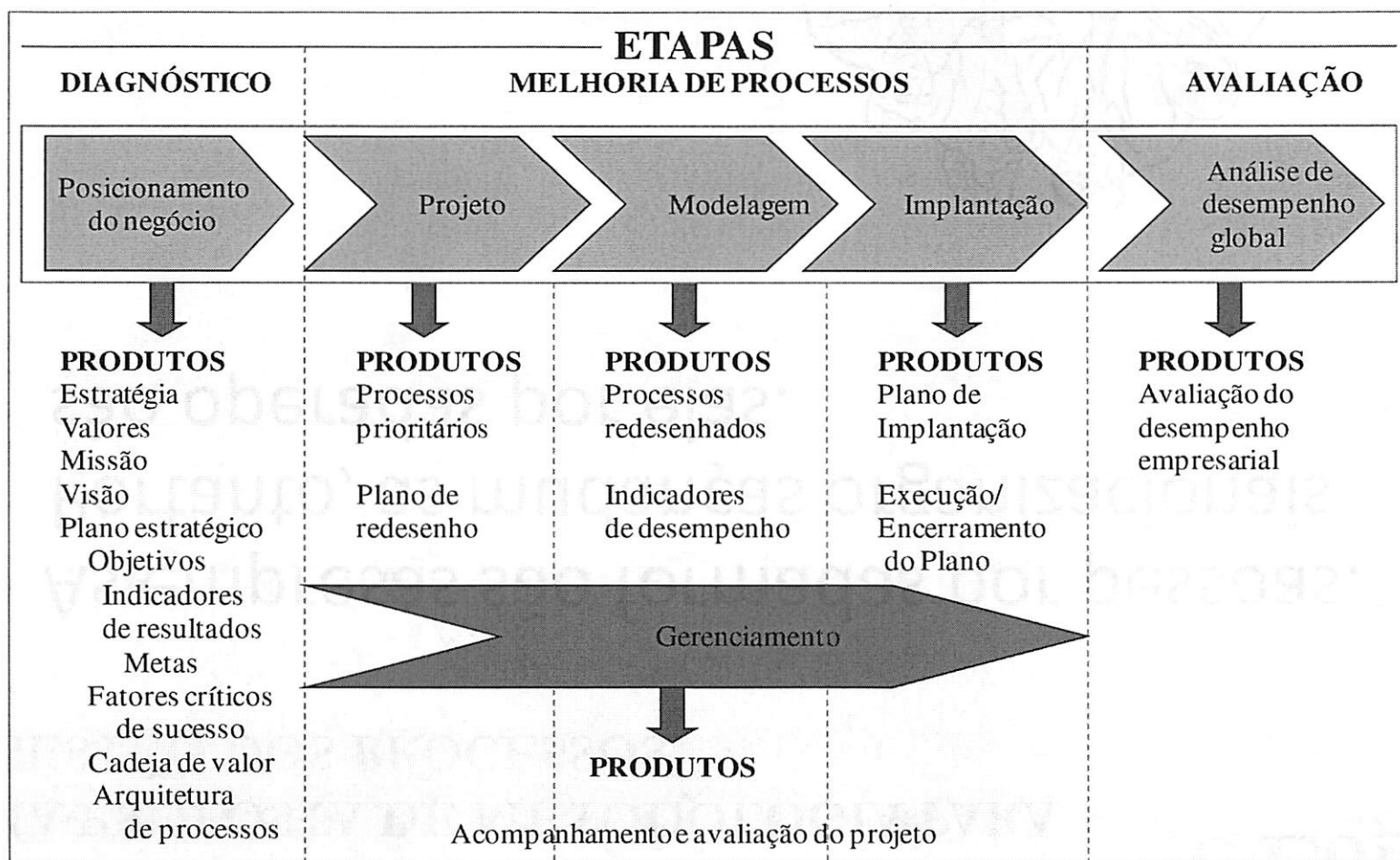
MODELO DE MATURIDADE PARA GESTÃO DOS PROCESSOS

Alinhamento Estratégico	Governança	Métodos	Tecnologia de Informação	Pessoas	Cultura	Fatores
Planejamento de Melhoria de Processos	Gestão de Processos de Tomada de Decisão	Desenho & Modelagem de Processos	Desenho & Modelagem de Processos	Conhecimento & Habilidades em Processos	Respostas à Mudança de Processos	Áreas de Maturidade
Ligação entre Estratégia & Conhecimento de Processos	Papéis e Responsabilidades nos Processos	Implementação & Execução de Processos	Implementação & Execução de Processos	Gestão de Conhecimento em Processos	Valores & Crenças de Processos	
Arquitetura Organizacional de Processos	Ligação entre Métricas & Desempenho de Processos	Monitoramento & Controle de Processos	Monitoramento & Controle de Processos	Educação em Processos	Atitudes & Comportamentos para Processos	
Medição de Processos	Padrões Relacionados aos Processos	Melhoria & Inovação de Processos	Melhoria & Inovação de Processos	Colaboração em Processos	Atenção & Liderança para Processos	
Stakeholders & Clientes dos Processos	Gestão de Processos de Compliance	Gestão de Programa de Processos & de Projetos	Gestão de Programa de Processos & de Projetos	Líderes da Gestão de Processos	Redes Sociais para Gestão de Processos	

Fonte: ROSEMAN e DE BRUIN, 2006

UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA A GESTÃO DOS PROCESSOS

Diagrama do método



UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA A GESTÃO DOS PROCESSOS

eLogos

Consultoria Empresarial e
Capacitação em Gestão

As empresas são formadas por pessoas.
Portanto, as mudanças organizacionais
são operadas por elas.

